

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA DE LOURDES TOMIO STEIN

A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO: AS PRÁTICAS DA PASTORAL
OPERÁRIA EM CURITIBA (1965-1999)

CURITIBA
2004

MARIA DE LOURDES TOMIO STEIN

**A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO: AS PRÁTICAS DA PASTORAL
OPERÁRIA EM CURITIBA (1965-1999)**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção
do título de Doutor em História. Programa de Pós-
Graduação em História - Linha de Pesquisa Cultura e
Poder. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Euclides Marchi

**CURITIBA
2004**




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791


Ata da sessão pública de arguição de Tese para obtenção do grau de Doutor em História. Aos três dias do mês de maio de 2004, na sala 612, Edifício D. Pedro I, do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição do(a) candidato(a) **MARIA DE LOURDES TOMIO STEIN** em relação a sua Tese intitulada **“A Experiência do Trabalho: As práticas de Pastoral Operária em Curitiba (1965-1999)”**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História, foi constituída pelos seguintes professores: Euclides Marchi, orientador, Alcina Maria de Lara Cardoso (UNIVALI), Armando João Dalla Costa (UNICENP), Geraldo Pierroni (TUIUTI), Lafaiete Santos Neves (PUC), sob a presidência do primeiro. A sessão teve início com a exposição oral do(a) candidato(a) sobre o estudo desenvolvido. Logo após o senhor presidente concedeu a palavra a cada um dos Examinadores para suas respectivas arguições. Em seguida, o(a) candidato(a) apresentou sua defesa. Na sequência, o senhor presidente retomou a palavra para as considerações finais. A seguir a banca examinadora reuniu-se sigilosamente, decidindo-se pela *Aprovação* do(a) candidato(a). Finalmente, o senhor presidente declarou *aprovada* o(a) candidato(a) que recebeu o título de *Doutor* em História. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente deu por encerrada a sessão, da qual eu, Luci Moreira Baena, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.


Luci Moreira Baena


Prof. Dr. Euclides Marchi


Prof. Dr. Alcina Maria de Lara Cardoso


Prof. Dr. Armando João Dalla Costa


Prof. Dr. Geraldo Pierroni


Prof. Dr. Lafaiete Santos Neves



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História para realizar a arguição da Tese do(a) candidato(a) **Maria de Lourdes Tomio Stein**, sob o título “**A Experiência do Trabalho: As práticas de Pastoral Operária em Curitiba (1965-1999)**”, para obtenção do grau de **Doutor em História** após haver realizado a atribuição de notas, são de Parecer pela *Aprova* sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação em História, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau de *Doutor*.

Curitiba, 03 de maio de 2004

Prof. Dr. *[Assinatura]*
Presidente

Prof. Dr. *[Assinatura]*
1º Examinador

Prof. Dr. *[Assinatura]*
2º Examinador

Prof. Dr. *[Assinatura]*
3º Examinador

Prof. Dr. *[Assinatura]*
4º Examinador

Aos meus pais, que sempre me incentivaram, Edson, marido e companheiro inseparável, pelo imprescindível apoio afetivo. Aos meus queridos filhos, André (in memoriam), Elisa e Gustavo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos membros da Pastoral Operária de Curitiba, a sua Coordenadora Irmã Bernadete Valenga e a todos que não mediram esforços para nos auxiliar a reconstruir a história desta importante pastoral.

Ao Professor Euclides, meu orientador, meu reconhecimento sincero e gratidão pela inestimável contribuição a este trabalho.

A compreensão dos meus familiares, especialmente meu marido e meus filhos, que sempre me apoiaram em todos os momentos difíceis.

A Universidade Tuiuti do Paraná, especialmente a Diretora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Professora Denise Gassenferth.

A amiga Vera Irene Jurkevics que soube dar apoio nas horas críticas.

Enfim, agradeço a todos os professores e colegas, que de uma forma ou outra, contribuíram para a execução deste trabalho.

RESUMO

A Pastoral Operária surgiu com uma atuação diferenciada das outras pastorais que tinham como foco principal a ação evangelizadora, enquanto nesta, as manifestações religiosas foram substituídas por uma militância política, devido ao contexto político dos anos 70/80. Assim, sob a ótica da Doutrina Social da Igreja, averiguam-se quais os elementos que fundamentaram as práticas desta pastoral, reconstruindo sua trajetória referente à solução das questões sociais vinculadas ao mundo do trabalho, além de identificar suas propostas para o trabalhador operário urbano industrial católico, destacando-se a experiência em Curitiba. Também se procurou perceber como se dá a transição entre o discurso oficial da Igreja Católica e sua prática através da Pastoral Operária. O recorte temporal (1965-1999) que delimita este estudo é o Concílio Vaticano II (1965), considerado o marco divisor entre o discurso de uma Igreja sacramental, voltado prioritariamente para as classes dominantes, e uma Igreja cujo discurso será direcionado para os pobres e oprimidos, valorizando a libertação das classes subalternas. O estudo prossegue até o final da década de noventa, acompanhando a evolução da sociedade e do mundo do trabalho e como essa dinâmica se processa na pastoral, percebendo-se as novas configurações que se processam em seu interior neste período. Também há de se considerar, especificamente no Brasil, o movimento de 1964, em função do caminho percorrido pelos governos militares que assumiram o poder. A Igreja Católica, por sua vez, sob liderança da CNBB, optou por se afastar do Estado articulando-se aos movimentos sociais e garantindo espaço para a manifestação das lutas da sociedade civil, com parte do clero se identificando com a luta dos operários e o mundo do trabalho. Outros fatores que contribuíram para a delimitação temporal foram as Conferências de Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1992) e os rumos da Igreja Latino-Americana a partir dessas reuniões. Discute-se a renovação pastoral da Igreja Católica, o surgimento da Teologia da Libertação, o discurso da concórdia na Doutrina Social da Igreja versus a opção classista da Pastoral Operária. A partir de 1990, ocorreu uma mudança no perfil dos militantes, reduziu-se o quadro de operário urbano industrial católico, ampliando-se para outras categorias profissionais, alguns sendo católicos e outros que se consideram ateus ou de outras religiões. Houve uma mudança de rumo, fortalecendo a dimensão de fé, espiritualidade do trabalho e da mística que alimenta a militância. Procurou-se perceber de que maneira a questão da fé se liga à conscientização política e de que forma as relações presentes no mundo do trabalho são percebidas.

Palavras-chaves: Trabalho, Doutrina Social da Igreja Católica e Pastoral Operária

ABSTRACT

The Labor Pastoral appeared with a differentiated performance of the other pastorals that had as main focus the evangelist action, while in this, the religious manifestations were substituted by a political militancy, due to the political context of the 70/80's. Thus, under the optics of the Social Doctrine of the Church, it is discovered which elements based the practices of this pastoral, reconstructing its path regarding the solution of the social subjects linked to the world of the work, besides identifying its proposals for the Catholic industrial urban labor worker, standing out the experience in Curitiba. It was also tried to notice how the transition between the official speech of the Catholic Church and its practice through the Labor Pastoral happens. The temporal cutting (1965-1999) that delimits this study is the Council Vatican II (1965), considered the divisor mark among the speech of a sacramental Church, gone back priority to the dominant classes, and a Church whose speech will be addressed to the poor and oppressed, valuing the liberation of the subordinate classes. The study continues until the end of the decade of ninety, following the evolution of the society and of the world of the work and how that dynamics is processed in the pastoral, being noticed the new configurations that are processed in its interior in this period. It also must be considered, specifically in Brazil, the movement of 1964, in function of the way followed by the military governments that assumed the power. The Catholic Church, in its turn, under leadership of CNBB, opted to stand back of the State pronouncing to the social movements and guaranteeing space for the manifestation of the fights of the civil society, with part of the clergy identifying with the workers' fight and the world of the work. Other factors that contributed to the temporary delimitation were the Conferences of Medellín (1968), Puebla (1979) and Saint Domingo (1992) and the directions of the Latin-American Church starting from those meetings. The pastoral renewal of the Catholic Church, the appearance of the Theology of the Liberation, the concordance speech in the Social Doctrine of the Church versus the class option of the Labor Pastoral. From 1990 on, a change happened in the militants' profile, the worker's Catholic industrial urban picture was reduced, being enlarged for other professional categories, some being Catholic and others that are considered atheists or of other religions. There was a direction change, strengthening the dimension of faith, spirituality of the work and of the mystic that feeds the militancy. It was tried to notice how the subject of the faith is linked to the political understanding and how the present relationships in the world of the work are noticed.

Word-keys: Work, Indoctrinates Social of the Catholic Church and Pastoral Worker

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	– Santo André, São Bernardo e São Caetano
ACO	– Ação Católica Nacional
ACR	– Animação dos Cristãos no Meio Rural
AI-5	– Ato Institucional nº 5
CA	– <i>Centesimus Annus</i>
CEBs	– Comunidade Eclesial de Base
CEFURIA	– Centro de Formação Irmã Araújo
CEHILA	– Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina e Caribe
CELAM	– Conselho Episcopal Latino-Americano
CEPAT	– Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores
CEPIS	– Centro de Educação Popular do Instituto <i>Sedes Sapientiae</i>
CF	– Campanha da Fraternidade
CGT	– Central Geral dos Trabalhadores
CIC	– Cidade Industrial de Curitiba
CLAT	– Central Latino-Americana de Trabalhadores
CNBB	– Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONCLAT	– Congresso da Classe Trabalhadora
CPO	– Comissão Operária Nacional
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
CUT	– Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	– Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DSD	– Documento de Santo Domingo
DSI	– Doutrina Social da Igreja
FNT	– Frente Nacional do Trabalho
GS	– <i>Gaudium et Spes</i>
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-DI	– Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
IPARDE	– Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
JAC	– Juventude Agrária Católica
JEC	– Juventude Estudantil Católica
JIC	– Juventude Independente Católica

JOC	– Juventude Operária Católica
JUC	– Juventude Universitária Católica
LE	– Laborem Exercens
MAB	– Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metrop.
MED	– Documento de Medellín
MLCD	– Movimento de Luta Contra o Desemprego
MM	– <i>Mater et Magistra</i>
MOSP	– Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo
MPPC	– Movimento de Participação popular na Constituinte
MST	– Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OA	– <i>Octagesima Adveniens</i>
PEA	– População Economicamente Ativa
PO	– Pastoral Operária
PP	– Populorum Progressio
PPC	– Plano Pastoral de Conjunto
PT	– <i>Pacem in Terris</i>
p-T-P	– prática-Teoria-Prática
QA	– <i>Quadragesimo Anno</i>
RN	– <i>Rerum Novarum</i>
SRS	– <i>Sollicitudo Rei Socialis</i>
TAO	– Teologia e Assessoria Orgânica
TdL	– Teologia da Libertação

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	vii
INTRODUÇÃO.....	01
1 O TRABALHO COMO DETERMINANTE DAS RELAÇÕES SOCIAIS.....	15
1.1 O TRABALHO NA VISÃO DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA.....	15
1.2 O TRABALHO PÓS - CONCÍLIO VATICANO II (1962-1965)	21
2 A ESPIRITUALIDADE DO TRABALHO A PARTIR DO POBRE.....	41
2.1 AS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS.....	41
2.2 O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO LATINO-AMERICANO.....	46
2.3 A RENOVAÇÃO PASTORAL DA IGREJA.....	56
2.4 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: A PRÁXIS DA IGREJA DOS POBRES	62
2.5 AS CONFERÊNCIAS DO CELAM: DO OPERÁRIO AO POBRE.....	70
3 EM BUSCA DAS RAÍZES DA PASTORAL OPERÁRIA.....	85
3.1 ANTECEDENTES E SURGIMENTO DA PASTORAL OPERÁRIA.....	85
3.1.1 Organização da Pastoral Operária.....	98
3.1.2 Objetivos e Missão da Pastoral Operária.....	100
3.1.3 A Formação na Pastoral Operária.....	105
3.2 O PARANÁ E A QUESTÃO SOCIAL.....	110
3.3 A PASTORAL OPERÁRIA NA DIOCESE DE CURITIBA.....	117
3.4 A PASTORAL OPERÁRIA DE CURITIBA.....	119
3.4.1 Movimento de Luta Contra o Desemprego.....	130
3.4.1.1 Lições e Conseqüências para a Pastoral Operária.....	135
3.4.2 A Pastoral Operária Pós Movimento de Luta Contra o Desemprego.....	136
3.5 BALANÇO DE UM PERÍODO	141
4 DO DISCURSO À PRÁTICA.....	144
4.1 A VOZ DO TRABALHADOR.....	144
4.2 FÉ E CONSCIÊNCIA POLÍTICA	154
4.3 A VISÃO DA SOCIEDADE E O MUNDO DO TRABALHO	161
4.4 EXPERIÊNCIAS QUE APONTAM CAMINHOS.....	164
4.5 OS NOVOS RUMOS DA PASTORAL OPERÁRIA.....	169
4.6 A MÍSTICA QUE MOVE A MILITÂNCIA.....	177

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
FONTES ESCRITAS.....	188
FONTES ORAIS	192
REFERÊNCIAS.....	193
ANEXO 1.....	201

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a historiografia vem mudando seus enfoques, seus objetos e seu campo de estudos. Para tanto, foi significativa a contribuição da *École des Annales*,¹ cuja vertente historiográfica, batizada de História Cultural, revela especial afinidade, a exemplo da História das Mentalidades, pelas manifestações anônimas, as crenças heterodoxas, as formas de resistência, o papel das classes sociais, estratificação e até mesmo do conflito social. É uma história plural que apresenta caminhos alternativos para investigação histórica, como, por exemplo, as crenças e vivências religiosas.

É nessa esteira que esse trabalho se insere, apresentando como temática de estudo as práticas e a experiência da Pastoral Operária em Curitiba, pois se constatou a existência de uma lacuna na historiografia paranaense que retratasse a luta dos trabalhadores engajados. Assim, esta tese contribui para seu preenchimento, ao considerar que inúmeros trabalhos tiveram como objeto de estudo o papel da Igreja na sociedade, sua presença, participação social e política, pouco foi dito a respeito das pastorais sociais, principalmente no Paraná.

Recuperar uma parte dessa história significa também reconstruir alguns aspectos das lutas operárias, sobretudo daquela parcela dos trabalhadores que vinculou sua prática aos movimentos sociais liderados pela Igreja. O registro e a recuperação de um momento político importante do processo de construção da classe operária brasileira e particularmente da paranaense, enquanto ato histórico, contribui para que certos fenômenos do presente sejam compreendidos e valorizados. Como afirmou Jacques Le Goff “fazer-se história do passado se valoriza tornando esse passado atual em relação ao momento em que ele existiu, tal como os homens e as mulheres então o viveram e que alguns o escreveram” (1998, p.21).

Ao tentar apreender a experiência desta parcela de trabalhadores vinculados à Pastoral Operária em Curitiba, algumas questões se impuseram: o que diferencia a experiência desta pastoral dos movimentos sociais e das organizações sindicais? Quais as características, gênese, constituição e dinâmica da Pastoral Operária em

¹ A *École des Annales* surgiu em 1929, quando da publicação de sua primeira revista cujo título era *Annales d'histoire économique et sociale*. Seus fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, lançaram suas idéias nessa revista de história econômica e social num momento em que o mundo ocidental passava pela crise de 29. Posicionou-se contrária à historiografia positivista e aos aspectos políticos, rejeitando, assim, toda política vigente, o capitalismo, os regimes totalitários e o modelo soviético, ideologias presentes nos anos 20 e 30 (DOSSE, 1992).

Curitiba? Por que lideranças e alguns militantes quando formados deixam a pastoral provocando um esvaziamento de seu quadro e partem para outros movimentos e organizações?

Buscando responder a esta problemática, se propôs como objetivos para o desenvolvimento deste estudo:

- Verificar os elementos que fundamentaram as práticas da Pastoral Operária, reconstruindo sua trajetória referente à solução das questões sociais vinculadas ao mundo do trabalho, sob a ótica da Doutrina Social da Igreja;
- Identificar as propostas da Pastoral Operária para o trabalhador urbano industrial católico, analisando a experiência desta pastoral em Curitiba;
- Perceber como se dá a transição entre o discurso oficial da Igreja Católica e sua prática através da Pastoral Operária.

O recorte temporal (1965-1999) que delimita este estudo é o Concílio Vaticano II (1965)², considerado o marco divisor entre o discurso de uma Igreja sacramental, voltado prioritariamente para as classes dominantes, e uma Igreja cujo discurso será direcionado para os pobres e oprimidos, valorizando a libertação das classes subalternas. O estudo prossegue até o final da década de noventa, quando da comemoração dos vinte anos da Pastoral Operária de Curitiba, percebendo-se de que modo a evolução da sociedade e do mundo do trabalho influenciaram em sua dinâmica.

Também há de se considerar, especificamente no Brasil, o movimento de 1964, em função do caminho percorrido pelos governos militares que assumiram o poder. A Igreja Católica, por sua vez, sob liderança da CNBB, optou por se afastar do Estado, articulando-se aos movimentos sociais e garantindo espaço para a manifestação das lutas da sociedade civil, com parte do clero se identificando com a luta dos operários e o mundo do trabalho.

Outros fatores que contribuíram para a delimitação temporal foram as Conferências de Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1992) e os rumos da Igreja Latino-Americana a partir dessas reuniões.

² Iniciado em 1962 e finalizado em 1965, sendo que do conjunto de seus escritos destaca-se a Constituição Dogmática *Gaudium et Spes*.

Para atender aos objetivos propostos, utilizou-se como fontes escritas, as encíclicas papais³, documentos do CELAM e textos dos analistas desses documentos, revistas católicas e jornais, documentos da CNBB e documentos da Igreja. Também se efetuou uma revisão bibliográfica incluindo teólogos e autores laicos, além do meio eletrônico, sites como da CNBB e outros.

As fontes escritas foram levantadas na produção de material utilizadas como subsídios para formação dos militantes, como: cartilhas, livros, boletins e informativos elaborados não só pela Pastoral Operária Nacional, Pastoral Operária de Curitiba, mas também por outras instituições ligadas aos movimentos sociais e pela própria Igreja através da CNBB. Estas publicações são voltadas para os trabalhadores urbanos cristãos, as quais, na maioria das vezes, são mimeografadas ou impressas. Seu conteúdo é exposto de forma didática, em linguagem simples e com muitas ilustrações, com o objetivo de estimular tanto a leitura, quanto a reflexão sobre determinados pontos específicos.

Para a análise da prática da Pastoral Operária em Curitiba, utilizou-se da técnica de história oral,⁴ por meio de relatos, depoimentos e entrevistas face a face com roteiro semi-estruturado. Foram entrevistados: Dom Ladislau Biernaski, Bispo responsável pela coordenação das pastorais, Irmã Bernadete Valenga, coordenadora da Pastoral Operária de Curitiba e alguns militantes e ex-militantes da pastoral.

Também foram utilizadas fitas de vídeos VHS produzidas pelo Centro de Formação Irmã Araújo (CEFURIA), com registros da experiência pessoal e do grupo pertencente à Pastoral Operária, com entrevistas realizadas com militantes e ex-militantes por ocasião da comemoração dos vinte anos da pastoral em Curitiba (final de 1999) e uma entrevista com Frei Betto analisando a metodologia, ou como ele denominou a pedagogia de atuação da Pastoral Operária Nacional e em Curitiba.

³ Encíclica é um documento oficial assinado pelo papa, responsável e enunciador dos conteúdos nela presente. O texto é dirigido a todos os cristãos, e implicitamente "a todos os homens de boa vontade". Contém a posição oficial da Igreja, devendo ser aceito pelos seus seguidores. Essa posição, emanada da autoridade maior da Igreja é endereçada não às necessidades peculiares e particulares de uma Igreja local, mas antes, aborda questões e temas que constituem problemas para a Igreja universal, problemas que geralmente afetam as condições sociais e culturais, além de tentar responder aos "sinais dos tempos", a acontecimentos dentro do processo do desenvolvimento humano e especialmente, segundo John Gallagher (1991), a teorias sociais e econômicas que pretendiam orientar esse desenvolvimento em direções incompatíveis com a teologia papal.

⁴ Segundo Maria Isaura Queiroz (1991, p.5), a história oral "recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar".

Tendo em vista que esse conjunto de fontes revela o discurso católico sobre a Pastoral Operária, é considerado significativo por explicitar uma concepção específica de sociedade e dos padrões que devem embasar sua estrutura, bem como sua autocompreensão enquanto instituição que participa de uma sociedade cujas relações sociais, relações de trabalho e condições de vida têm sofrido um agravamento das questões sociais como discutido no decorrer deste estudo.

Assim, para sua análise, recorreu-se às técnicas e aos conceitos da Análise do Discurso, de modo especial às tipologias do discurso apresentado por Eni Orlandi (1983). Na sua classificação, o discurso católico seria identificado como discurso autoritário,⁵ com caráter tendencialmente monossêmico, ou seja, tende para a monossemia, estancando a polissemia.⁶ Constituído pelo seu contexto imediato de enunciação e pelo contexto histórico-social, ele se institui na relação entre formações discursivas e ideológicas.

A autora afirma que não existe um discurso enquadrado em um único tipo, pois o mesmo pode envolver mais de uma tipologia, sendo a reversibilidade condição para o discurso. Eni Orlandi (1983, p.144) entende reversibilidade "como a troca de papéis na interação que constitui o discurso e que o discurso constitui" ou seja, o discurso autoritário busca anular a possibilidade da dinâmica da tomada da palavra, embora não haja reversibilidade de fato, é a ilusão da reversibilidade que o sustenta.

Acrescenta como característica do discurso religioso a não-reversibilidade entre os planos temporal (os sujeitos, os homens) e espiritual (o Sujeito, Deus). O representante, ou seja, aquele que fala do lugar de Deus transmite suas palavras. Representa-o legitimamente, mas não se confunde com Ele, não é Deus. Segundo

⁵ Eni Orlandi (1983, p.143) segue a escola Francesa, classificando os tipos de discurso como: discurso lúdico, discurso polêmico e discurso autoritário. O primeiro é aquele em que a reversibilidade entre interlocutores é total, sendo que o objeto do discurso se mantém como tal na interlocução, resultando disso a polissemia aberta. O exagero é o *non sense*. O segundo é aquele em que a reversibilidade se dá sob certas condições e em que o objeto do discurso está presente, mas sob perspectivas particularizantes dadas pelos participantes que procuram lhe dar uma direção, sendo que a polissemia é controlada. O exagero é a injúria. E o autoritário é aquele em que a reversibilidade tende a zero estando o objeto do discurso oculto pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso e a polissemia contida. O exagero é a ordem no sentido militar, isto é, o assujeitamento ao comando.

⁶ Na visão de Pierre Bourdieu (1998, p.26) "a religião e a política extraem seus melhores efeitos ideológicos das possibilidades que se encerram na polissemia inerente à ubiquidade social da língua legítima". Ainda segundo o mesmo autor, a polissemia da linguagem religiosa e o efeito ideológico da unificação dos opostos ou da denegação das divisões por ela produzidos se devem ao fato de que, "a custa das reinterpretações supostas na produção e na recepção da linguagem comum por locutores situados em posições diferentes, ela consegue falar a todos os grupos e todos os grupos a podem falar.

Orlandi (1983, p.228), “essa é a expressão fundamental da não-reversibilidade. E daí deriva a ‘ilusão’ como condição necessária desse tipo de discurso: como se fosse sem nunca ser”.

A autora complementa que “é a voz de Deus que se fala em seu representante, faz também parte da propriedade desse discurso o fato de que não há autonomia desse representante em relação a sua voz” (ORLANDI,1983, p. 211). Assim, transita entre o polêmico e o autoritário, marcado pelo discurso devoto que por sua vez passa pelo institucional.

Uma característica atribuída principalmente ao discurso teológico é a intertextualidade, onde há uma remissão a outros textos para que ele adquira um significado. É a mediação entre a alma religiosa e o sagrado realizado por meio de uma sistematização dogmática das verdades religiosas, ou seja, é mais formal. Já o discurso religioso é mais informal. Seria aquele em que há uma relação espontânea com o sagrado. Assim sendo, neste trabalho usa-se tanto o conceito de “discurso teológico” quanto o de “discurso religioso” que adquirem o mesmo significado.

Um avanço significativo para a história das religiões só foi possível a partir da desvinculação do enfoque teológico, passando para a origem das religiões e concomitantemente a vida do homem religioso. Contribuiu para esta vertente historiográfica Rudolf Otto e Mircea Eliade intitulados fenomenólogos da Religião.

Otto em “O Sagrado” (1992) analisa as modalidades da experiência religiosa, negligenciando o lado racional e especulativo da religião. Voltou-se para o lado irracional. Descobre o sentimento de pavor diante do sagrado, diante do mistério que exala superioridade esmagadora de poder, encontra o temor religioso diante do mistério, em que se expande a perfeita plenitude do ser.

Mircea Eliade, em sua obra o “Sagrado e o Profano” (1996), ao delimitar conceitualmente o sagrado busca uma estrutura e uma morfologia baseadas em uma gama diversificada de sacralidades ou fatos sagrados. Apresenta as dimensões específicas da experiência religiosa, salientando suas diferenças com a experiência profana do mundo. Assim, o historiador centrou-se no sagrado, pois para ele, essa manifestação é que funda ontologicamente o mundo. Otto trabalha a relação entre os elementos não-racional e racional da religião. Eliade trabalha numa dimensão diferente, o sagrado na sua totalidade, este se constitui em oposição ao profano.

Inserido no contexto da História Cultural⁷, o historiador Carlo Ginzburg⁸ recusa a análise fenomenológica que procura a essência da experiência religiosa, adaptando o método comparativo a uma análise historiográfica, identifica relações históricas entre mitos e ritos encontráveis em diferentes momentos e lugares sociais. Em “Mitos, Emblemas, Sinais” reconhece que a história não é um tipo de ciência galileana (abstrata, dedutiva, quase matemática), mas uma “ciência do particular”. Por isso, afirma que é tarefa do historiador captar e decifrar os indícios, como faz o médico, o detetive e outros investigadores que só atingem o geral a partir de sinais particulares. “[...] pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível” (GINSZBURG, 2002, p.150).

E são estes indícios que se busca no discurso teológico contidos na documentação da pastoral, nem sempre explícitos, é o paradigma indiciário, ele se apresenta como uma possibilidade de interpretação.

Também para compreensão deste discurso buscou-se o auxílio de outro representante da História Cultural, o historiador inglês E.P. Thompson que, ao revisar as concepções marxistas⁹ tradicionais, estudou a formação da classe operária inglesa com uma nova abordagem teórica e empírica. Apresenta a experiência como uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, “já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo, seja de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições de um mesmo tipo de acontecimento” (1981, p.15).

No caso da Pastoral Operária, é a passagem do ativismo operário, para concentrar-se na compreensão da “experiência” das pessoas comuns, no passado, e de suas reações a esta própria experiência, constituindo uma parte da matéria-prima

⁷ Para um panorama da Nova História Cultural consultar CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁸ GINSBURG ao desenvolver pesquisas sobre religiosidade, feitiçaria e heresia na Europa quinhentista, apresenta em “O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição”. Os processos pesquisados utilizados como fontes para descrever o moleiro Menocchio perseguido pela Inquisição italiana, por suas idéias heréticas, o levaram ao conceito de “circularidade cultural”. Foram encontrados nessas fontes, resquícios de crenças populares de longuíssima duração entrecortadas pelo discurso oficial da Igreja.

⁹ Segundo Maria da Glória Gohn (1997), o marxismo, não é apenas uma teoria explicativa aplicado ao estudo dos movimentos sociais operários e não-operários, mas é também uma teoria orientadora para os próprios movimentos. Por isto, muitas vezes suas análises se assemelham a um guia de ação, porque estão voltadas não apenas para o entendimento analítico dos problemas envolvidos, mas refletindo a prática que se tornará *práxis* histórica. As teorias marxistas sobre os movimentos sociais não abandonaram a problemática das classes sociais. Ela é utilizada para refletir sobre a origem dos participantes, os interesses do movimento, assim como o programa ideológico que fundamenta suas ações.

oferecida aos processos do discurso científico. Ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados.

Corroborando com as idéias de Thompson, ao analisar os movimentos sociais, Eder Sader (1995) afirma que “as experiências vividas e que ficaram plasmadas em certas representações que aí emergiram, se tornaram formas de o grupo se identificar, reconhecer seus objetivos, seus inimigos e o mundo que o envolve”. E é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, como a luta pela defesa de melhores condições de trabalho como afirmação de uma dignidade coletiva.

Trata-se de resgatar o processo de formação do militante, considerando-se que antes de se vincular aos movimentos de Igreja ele é um operário. As mudanças ocorridas na Igreja, analisadas no decorrer do trabalho, tiveram um papel explicativo importante, mas não se pode ignorar que a prática dos militantes se dá no movimento operário e sindical, e é no interior desses acontecimentos que se dá a experiência. É a partir do desenvolvimento dessa relação que se pode entender as transformações ocorridas tanto na Igreja quanto em seus movimentos dirigidos para a classe trabalhadora.

A classe operária industrial tem primazia no processo de luta social, e o movimento operário desempenha seu papel nas transformações sociais. Ele, junto com o partido político e com intelectuais orgânicos à classe operária, poderia transformar a sociedade das desigualdades sociais em outra, sem opressão ou oprimidos. Segundo Marcelo Ridenti (1994) quando Marx atribui um papel revolucionário aos trabalhadores, ele não estava prescrevendo regras sobre como se daria a conscientização operária, nem sobre as formas que tomariam a revolução e o comunismo. Mostrava apenas que dada a constituição do capitalismo, estava posta a possibilidade objetiva que o conjunto de trabalhadores “livres e iguais” se constituíssem em classe e rompessem com o capitalismo e com toda e qualquer exploração de uma classe por outra, mesmo que num dado momento eles não tivessem consciência de que sua ação poderia revolucionar o mundo (RIDENTI, 1994, p.25).

No entender de E. P. Thompson, o conceito de classe¹⁰ é apresentado como categoria histórica, de construção contínua, trazendo consigo a noção de relação histórica. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (geralmente se opõem) dos seus (1987, p.10).

Portanto, a constituição histórica das classes depende da experiência das condições dadas e das significações culturais.

Destacando-se a experiência da Pastoral Operária e seu desenrolar através dos tempos, partiu-se da análise das encíclicas e outros documentos oficiais da Igreja produzidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) percebendo-se a evolução da Doutrina Social da Igreja em relação ao trabalho humano.

Foi a partir da chamada questão social, que inúmeros pensadores católicos, antes mesmo da difusão do marxismo, analisaram os problemas sociais. As concepções básicas da doutrina foram elaboradas por Ketteler, Decurtins, Vogelsang, Dupanloup e outros, considerados como os precursores imediatos da história da Doutrina Social da Igreja, que tem como parâmetro a encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII (1891). As demais encíclicas, muitas delas comemorativas dos aniversários da primeira grande encíclica social, como a *Quadragesimo Anno* de Pio XI (1931), da *Mater et Magistra* de João XXIII (1961), *Pacem in Terris*, de João XXIII (1963), *Populorum Progressio*, de Paulo VI (1967), a Carta Apostólica *Octogesima Adveniens* de Paulo VI (1971), a *Laborem Exercens* de João Paulo II (1981), a *Sollicitudo Rei Socialis*, de João Paulo II (1987) e *Centesimus Annus* de João Paulo II (1991), retomam os ensinamentos da *Rerum Novarum* e fazem alguns acréscimos, adequando a teoria e os conceitos às novas realidades.

¹⁰ Para aprofundar o conceito de classes ver as obras de: EVANGELISTA, João. Crise do marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1997. FAUSTO, Ruy. Marx: lógica e política. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987. GIANOTTI, José A. Trabalho e Reflexão. São Paulo: Brasiliense, 1983. RIDENTI, Marcelo. Classes Sociais e Representação. São Paulo: Cortez, 1994. THOMPSON, E. P. A Formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade. v. 1 Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 e A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2 ed. 1995.

O termo Doutrina Social da Igreja (DSI) foi empregado pela primeira vez por Pio XI na encíclica *Quadragesimo Anno* (42)¹¹. Define-se como um “conjunto de princípios de reflexão, de critérios de julgamento e diretrizes de ação. O objeto principal desta doutrina social é a dignidade da pessoa humana, imagem de Deus e a defesa de seus direitos inalienáveis”.

Na encíclica *Solicitudo Rei Socialis*, João Paulo II busca uma definição do que é e o que não é a Doutrina Social da Igreja (DSI). Esclarece que esta não é uma “terceira via” entre capitalismo liberalista e coletivismo marxista, nem sequer uma possível opção entre outras soluções menos radicalmente contrapostas: ela constitui por si mesma uma categoria. “Não é tampouco uma ideologia, mas a formulação acurada dos resultados de uma reflexão atenta sobre as complexas realidades da existência do homem, na sociedade e no contexto internacional, à luz da fé e da tradição eclesial” (SRS, 41).

A sua finalidade principal é interpretar estas realidades, examinando a sua conformidade ou desconformidade com as linhas do ensinamento do Evangelho sobre o homem e sobre a sua vocação terrena e ao mesmo tempo transcendente; visa, pois, *orientar* o comportamento cristão. Ela pertence, por conseguinte, não ao domínio da *ideologia*, mas da *teologia*, e especialmente da teologia moral (SRS, 41).

Desse modo, a Doutrina Social da Igreja é a explicação das conseqüências sociais (e, portanto, econômicas e políticas) da fé cristã. Nasceu do encontro da mensagem evangélica com os problemas que emanam da vida da sociedade.

O tema situa-se num contexto no qual percebe-se que o modo de organização da produção se altera continuamente e a forma de organização social é afetada por essas mudanças e, por conseqüência, mudam também as formas de pensar. Sob o capitalismo, o grau de comprometimento daqueles que estão subordinados pelo capital depende de como estes percebem e/ou sentem-se incluídos nos processos de produção e se reconhecem enquanto participantes desses mesmos processos.

O trabalho realizado pelo homem tem sido organizado de forma diferenciada a cada etapa de desenvolvimento das forças produtivas, retratando a capacidade transformadora e a permanente mudança na sua forma de viver e produzir ao longo da história.

¹¹ Os algarismos entre parênteses se referem aos parágrafos das encíclicas.

A concepção cristã medieval, preservada pelo catolicismo, considerava a atividade laboral uma verdadeira maldição, devendo desenvolver-se apenas na medida em que o homem dela necessitasse para sua sobrevivência, não sendo aceito, jamais, como um fim em si mesmo. Exigia como requisito fundamental o desprendimento dos bens materiais deste mundo. Segundo análise de Afrânio Catani (1998), esta concepção cristã não atribuía ao trabalho nenhum grande mérito ou significado capaz de conduzir o homem à salvação individual. Pregava, inclusive, que se o indivíduo pudesse dedicar-se integralmente à vida contemplativa e à oração, tanto melhor. Assim, a vocação do homem se realizava plenamente nessa contemplação, estado perfeito em que se unia à divindade.

Com a Reforma protestante, o trabalho sofreu uma reavaliação dentro do cristianismo. Para Lutero, aparece como a base e a chave da vida. “Embora continuando a afirmar que o trabalho era uma conseqüência da queda do homem, Lutero repetindo São Paulo (quem não trabalha não deve comer), acrescentava que todo aquele capacitado para trabalhar tinha o dever de fazê-lo” (ALBORNOZ, 1986, p.53). Valorizava a atividade profissional como meio de salvação do homem. Manter-se pela atividade laboral é um modo de servir a Deus, sendo que, o ócio era uma evasão antinatural e pernicioso. O trabalho é o caminho religioso para a salvação, visto como virtude e como obrigação.

Segundo afirmação de Catani (1998, p.14), “no luteranismo, o termo ‘vocação’ passa a significar algo praticamente sinônimo de ‘profissão’. O homem é ‘chamado’ por Deus não apenas para que tenha uma atitude contemplativa, mas sim para cumprir sua providência neste mundo através de seu trabalho e de sua profissão”.

No cristianismo de Calvino¹², trabalhar é visto como virtude, associando-se à idéia de predestinação. É pelo trabalho árduo que alguém pode chegar ao êxito, ou a ficar na miséria se assim estiver na vontade divina (ALBORNOZ, 1986).

De acordo com a pregação calvinista, o homem deve combater sua tendência ao prazer e ao gozo, privando-se de todas as coisas que não são estritamente necessárias para sua subsistência ou para que possa levar um estilo de vida digno e seguro. Condena tudo aquilo que considera supérfluo, desperdício ou esbanjamento.

¹² Reformador francês que viveu de 1509 a 1564, cujas idéias encontraram grande afirmação em Genebra, na Suíça no século XVI.

Sua instituição como principal fator de sociabilidade humana relaciona-se ao processo de ascensão da classe burguesa e de afirmação do capitalismo. Na sociedade medieval ocidental, o trabalho pertencia à esfera privada, não sendo atribuído a ele nenhuma conotação positiva, a socialização dos indivíduos dava-se na esfera da política.

Segundo o historiador Edgar de Decca, a partir do século XVI se dá a transformação positiva do significado verbal da palavra trabalho, enquanto atividade humana, pois “até a Idade Moderna sempre foi sinônimo de penalização e de cansaços insuportáveis, de dor e de esforço extremo, de tal modo que sua origem está ligada a um estado extremo de miséria e pobreza” (DECCA, 1982, p.7).

Como afirmado por Hannah Arendt,

O próprio trabalho ascendeu da mais humilde e desprezada posição ao nível mais elevado e a mais valorizada das atividades humanas, quando Locke descobriu que o trabalho era a fonte de toda a propriedade. Seguiu seu curso quando Adam Smith afirmou que o trabalho era a fonte de toda a riqueza, e alcançou seu ponto culminante no sistema de trabalho de Marx onde o trabalho passou a ser a fonte de toda a produtividade e expressão da própria humanidade do homem (1999, p.113).

Essa nova positividade do trabalho encontrou suporte definitivo no surgimento da fábrica mecanizada, “que se tornou a expressão suprema dessa utopia realizada, alimentando, inclusive, as novas ilusões que a partir dela não há limites para a produtividade humana” (DECCA, 1982, p.8). A fábrica, ao mesmo tempo em que confirmava potencialidade criadora do trabalho, anunciava a dimensão ilimitada da produtividade humana através da maquinaria.

Nos primórdios do cristianismo, o trabalho era visto como punição para o pecado, que também servia aos fins últimos da caridade, para a saúde do corpo e da alma, e para afastar os maus pensamentos provocados pela preguiça e a ociosidade. Mas, sendo desse mundo mortal e imperfeito, não era digno por si mesmo. Assim como os filósofos gregos, a Igreja privilegiava a meditação e a contemplação, acima do trabalho intelectual e braçal. Se pode ser digno ou dignificante, o é em função de sua ordenação ao louvor do Criador, e nesse sentido, é certamente inferior à contemplação direta e à oração (ALBORNOS, 1986).

Max Weber (2001) associa a ética protestante ao que ele denomina de “espírito do capitalismo”. O capitalismo seria a cristalização objetiva das premissas teológicas e éticas, segundo as quais o homem, em virtude de seu trabalho e da

riqueza criada por ele, encontra um modo sensível e concreto de conquistar sua salvação individual.

Seguindo a interpretação weberiana, ressalta-se que o objetivo do capitalismo é aumentar a riqueza alcançada, aumentar o capital. Esse processo de enriquecimento constitui uma indicação de que se está “predestinado”. É nesse ponto que é possível observar, de acordo com a concepção de Weber (2001), as estreitas relações existentes entre as aspirações religiosas do calvinismo e as aspirações do capitalismo. A concepção calvinista da predestinação levava os adeptos a adotarem uma vida honesta e racional, procurando cumprir a sua vocação, como bons administradores da graça divina, com reflexos decisivos para o desenvolvimento econômico.

Na perspectiva cristã, o trabalho é encarado como a atividade do ser humano para dominar a natureza. É um elo de ligação significativo que une a interioridade individual subjetiva com a exterioridade social da pessoa. Sendo assim, a pessoa estabelece uma série de relações com o mundo, com os outros e com o próprio Deus (ANTONCICH; SANS, 1986).

Nas sociedades capitalistas, o eixo central é o trabalho produtivo e remunerado, sendo que este fato não caracteriza apenas o sistema econômico vigente, mas faz parte da própria cultura ocidental moderna. O trabalho assim entendido desempenha múltiplas e importantes funções no universo cultural. Não é somente a fonte fundamental de acesso à renda, mas a forma privilegiada de realização pessoal e de integração na vida em sociedade. A chegada a uma época em que o trabalho começa a ser um bem escasso permite falar não apenas de crise econômica, mas também de uma verdadeira crise cultural.

Quanto mais cresce a produtividade do trabalho, tanto mais o crescimento econômico é acompanhado por uma correspondente diminuição dos postos de trabalho e reconhece-se o mérito dos economistas clássicos principalmente Adam Smith e David Ricardo de ter enxergado no trabalho humano a fonte de toda riqueza social e de todo valor. Mas, por outro lado, há a ressalva que viram o trabalho apenas por sua utilidade exterior e não por seu entrosamento com o homem. Desse modo “dissociaram o operário do homem concreto que ele é: ou seja, fizeram uma imagem de homem apenas como *homo oeconomicus*” (ALBORNOS, 1986, p.61).

A autora complementa que o conceito de atividade material transformadora da realidade natural fica reduzido a um conceito econômico, o que é incompleto.

“Contudo, esta descoberta do trabalho humano como fonte de todo valor e riqueza põe nas mãos da filosofia um valioso instrumento para repensar a *práxis*¹³ humana” (ALBORNOZ, 1986, p.61).

Para Marx (1983), a essência do ser humano está no trabalho, é através deste que o homem transforma a si mesmo, além disso, é o fator que faz a mediação entre o homem e a natureza. Percebe e denuncia que, sob o modo de produção capitalista, os avanços serão utilizados para intensificar a exploração do trabalho, e que esse processo excluirá cada vez mais o homem da apropriação do resultado de seu trabalho, condenando-o à submissão e à miséria. Apresenta como alternativa a retomada pelo trabalhador do controle da propriedade dos meios de produção, num processo revolucionário, quando esses avanços serão destinados à produção de bens para satisfazer as necessidades imediatas e coletivas dos homens.

Nas últimas décadas, com a incorporação dos avanços tecnológicos aos processos de produção, vem se intensificando a exploração do trabalho, reduzindo o tempo necessário para produzir as mercadorias, exigindo dos trabalhadores a execução de múltiplas tarefas, ampliando de maneira continuada e progressiva sua produtividade.

Essa pressão pelo aumento permanente da sua produtividade, como forma de se manter empregado, tem levado os trabalhadores ao individualismo, abandonando a resistência coletiva à exploração de que é vítima. E é justamente essa atitude individual que facilita a intensificação, gerando maior produtividade, o que expulsa o trabalhador do seu emprego. A máquina aumenta significativamente a produtividade e diminui o tempo necessário, para a produção de determinada mercadoria. Ao prolongar a jornada para além do tempo necessário a máquina permite ao capitalista uma apropriação ainda maior do tempo de trabalho. Como se

¹³ O termo *práxis* vem da Antiguidade. Na obra de Marx ele está presente como elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza pela ação dos homens. A *práxis* significativa refere-se à *práxis* transformadora do social, que se realiza em conexão com a atividade teórica, por meio da atividade produtiva e/ou da atividade política. No campo da produção teórica, o conceito de *práxis* é fundamental no marxismo, como articulador da teoria à prática. A *práxis* teórica é aquela que possibilita a crítica, a interpretação e a elaboração de projetos de transformação significativos. A *práxis* como fruto da atividade produtiva é a mais importante no mundo social. Ela tem como base fundamental o mundo do trabalho. A *práxis* política surge da articulação entre a *práxis* teórica e a *práxis* produtiva propriamente dita, mediada pelas condições estruturais de desenvolvimento do processo social (GOHN, 1997).

verá no decorrer deste trabalho, esses fatores influenciaram na prática da Pastoral Operária nos últimos anos.

Assim, para atender aos objetivos expostos, dividiu-se este estudo em quatro capítulos, que resumidamente apresenta-se da seguinte forma:

No primeiro capítulo aborda-se o trabalho, sua natureza e significado sob a ótica da Doutrina Social da Igreja Católica. Utiliza-se como fonte, as encíclicas sociais destacando-se não só os trechos referentes ao trabalho, mas também os conceitos básicos que servirão para se entender a construção do movimento operário e a Pastoral Operária, mantendo-se um diálogo contínuo com a história, para não cair em anacronismos.

No segundo capítulo apresenta-se um balanço da situação sócio-política da América Latina a partir dos anos 60. Discute-se a renovação pastoral da Igreja Católica, as Comunidades Eclesiais de Base e a Teologia da Libertação, o discurso da concórdia na Doutrina Social da Igreja versus a opção classista da Pastoral Operária. Destaca-se alguns elementos que serão necessários para melhor compreensão das práticas da PO pinçadas nos documentos das Conferências pós-conciliar do Episcopado Latino-americano – Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1992).

No terceiro capítulo recuperou-se a história da Pastoral Operária Nacional, através de documentos, boletins e cartilhas tendo como enunciários os operários urbanos industriais além de militantes dos movimentos sociais. Após percorrer a trajetória nacional, optou-se por contextualizar o momento sócio-político do Paraná e a Diocese de Curitiba para então chegar às raízes da Pastoral Operária do Paraná, mais precisamente a de Curitiba, no período que inicia oficialmente, 1979 caminhando até os anos noventa, quando mudou totalmente o perfil dos militantes. Reduziu-se o quadro de operário urbano industrial católico ampliando-se para outras categorias profissionais, alguns sendo católicos e outros que se consideram ateus ou de outras religiões.

No quarto capítulo analisou-se de que forma se dá na prática o discurso oficial da Igreja relativo ao mundo do trabalho. Como os agentes e lideranças da PO interpretam e repassam aos grupos de bases esse discurso. Além de se perceber de que maneira a questão da fé se liga à conscientização política, como a sociedade e sua divisão social e as relações presentes no mundo do trabalho são percebidas. E finalmente a mística que envolve os militantes e agentes da pastoral.

CAPÍTULO I

O TRABALHO COMO DETERMINANTE DAS RELAÇÕES SOCIAIS

*Um homem se humilha
Se castram seus sonhos
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho
E sem o seu trabalho
Um homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre se mata (Gonzaguinha)*

1.1 O TRABALHO NA VISÃO DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Neste capítulo apresenta-se uma visão panorâmica, cujo objetivo é situar a questão do trabalho e da pastoral sob a ótica da Doutrina Social da Igreja.

Pela importância que tem como manifestação da unidade da pessoa na diversidade de suas relações, o trabalho serve para definir o ser humano, para caracterizar sua existência, além de ser uma forma de medir as relações do homem com os outros e para determinar a intensidade e o grau de sua solidariedade. Os diferentes valores dados à atividade humana mostram a hierarquia social, as remunerações salariais, as possibilidades de acesso aos bens de consumo ou as oportunidades de desenvolvimento intelectual e social.

O trabalho abre à dimensão econômica enquanto produção e distribuição de bens que servem à pessoa humana. Também à dimensão política, pois os conflitos históricos entre trabalho e capital surgiram da tentação de explorá-lo e da consciência de seu valor e exigência de defendê-lo da exploração. Junto com estas dimensões, *interage também o campo da espiritualidade, pela comunhão dos esforços com Cristo trabalhador (ANTONCICH; SANS, 1986).*

Privilegiando esta última dimensão, remonta-se de forma particular à encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII (1878-1903)¹⁴ apresentada em 15 de

¹⁴ Leão XIII foi influenciado pelo Bispo de Mangúcia (desde 1857), o alemão Emmanuel von Ketteler (1811-1877). No mesmo ano de 1848, em que Marx e Engels publicaram o Manifesto Comunista, von Ketteler pregou seus sermões de Advento, publicados em 1850 sob o título: "As grandes questões sociais de nosso tempo". Em 1864, ano em que se fundou a 1ª. Internacional Socialista publicou sua obra principal: "O problema dos trabalhadores e o cristianismo". Com sua visão, Leão XIII conseguiu atrair a atenção do mundo todo, para o papado, restaurando a autoridade moral dos papas. Iniciando o processo de reconciliação da Igreja com o mundo moderno, fazendo com que seus sucessores, Pio XI e Pio XII aprofundassem este processo, cujo clímax real teve lugar no Concílio Vaticano II (RIVAS, 1995).

maio de 1891, com o subtítulo: “Sobre a Condição dos Operários”. Essa encíclica é considerada como a pedra angular da Doutrina Social da Igreja, com um posicionamento crítico com relação à ordem vigente¹⁵.

Ressalta-se alguns aspectos do socialismo e do liberalismo, os quais se contrapõem à Doutrina Social da Igreja, abordando de forma global os problemas derivados da sociedade industrial e os abusos provocados pelo interesse pessoal voltado para a busca do lucro, num sistema econômico liberal. Parte de uma descrição superficial da situação de miséria da classe operária, que exige e justifica uma intervenção da Igreja e a busca urgente de uma solução além da análise das causas.

Tanto Marx quanto Leão XIII partiram da verificação da acentuada desigualdade econômica entre plutocracia¹⁶ e proletariado¹⁷, ambos objetivaram ressaltar a classe dos operários, oprimida pelo liberalismo econômico sem amparo social. Nesse sentido, a *Rerum Novarum* pode ser considerada como a resposta cristã ao “Manifesto Comunista” e ao “O Capital” (RIVAS, 1995).

A *Rerum Novarum* contém com suas críticas, o essencial das preocupações e diretrizes da Igreja para uma melhor organização e uma nova reconstrução econômico-social. Denuncia a “miséria imerecida” dos proletários, reconhecendo que a referida miséria não é produto de um fatalismo histórico nem vontade de Deus, mas produto do sistema econômico capitalista. Aponta como causa da miséria operária o desaparecimento das antigas associações gremiais, já que isso deixou os operários indefesos diante dos capitalistas. A isso se une a ânsia pelos lucros ou a “usura voraz”, que permitiu a exploração de grandes massas de trabalhadores por alguns poucos proprietários. Ambos os traços são típicos do capitalismo liberal¹⁸.

¹⁵ Os problemas entre Estado e Igreja já haviam sido resolvidos por meio de acordos na França, Alemanha, Bélgica, Suíça e Áustria-Hungria, de forma que a atenção poderia desviar-se para as lutas entre capital e trabalho e entre capitalistas e socialistas, lutas estas que ameaçavam romper o tecido social europeu.

¹⁶ Plutocracia é a dominação da classe capitalista, detentora dos meios de produção, circulação e distribuição de riquezas, sobre a massa proletária, mediante um sistema político e jurídico que assegura àquela classe o controle social e econômico.

¹⁷ Proletariado é a classe social que não possui os meios de produção, sendo por isso obrigada a vender sua força de trabalho para assegurar a sobrevivência. Seu surgimento está ligado às origens do modo de produção capitalista e, mais particularmente, à Revolução Industrial (SANDRONI, 2000, p.502).

¹⁸ Liberalismo e capitalismo são concepções e realidades que se integram e se confundem num mesmo processo de construção histórica e expressam realidades que se interpenetram. As idéias e doutrinas liberais foram sendo aplicadas na prática de algumas sociedades nacionais concretas. “Assim, o liberalismo constituiu-se num sistema político, econômico e social, na concepção política, ideológica, econômica e institucional do capitalismo” (BRUM, 2000, p. 30).

Em relação ao trabalho humano, este era visto como forma de expiação dos pecados, invocando o livro de Gênesis:

O homem mesmo no estado de inocência, não era destinado a viver na ociosidade, mas, ao que a vontade teria abraçado livremente como exercício agradável, a necessidade lhe acrescentou, depois do pecado, o sentimento da dor e o impôs como uma expiação: 'A terra será maldita por tua causa; é pelo trabalho que tirarás com que se alimentar todos os dias da vida' (RN, 11).

Na encíclica, ressalta-se ainda que o objetivo imediato do trabalhador é conquistar um bem que possuirá como próprio e como lhe pertencendo, "o trabalho do corpo, pelo testemunho comum da razão e da filosofia cristã, longe de ser um objeto de vergonha, faz honra ao homem, porque lhe fornece um nobre meio de sustentar a sua vida" (RN,12).

O trabalho do operário, dos campos ou da oficina é a fonte fecunda e necessária de todos os bens, sendo "a única fonte de onde procede a riqueza das nações" (RN, 20). Mais adiante há um reforço da valorização da atividade laboral onde se afirma que "trabalhar é exercer a atividade com o fim de procurar o que requerem as diversas necessidades do homem, mas principalmente o sustento da própria vida" (RN,29).

Como forma de demonstrar a rejeição da posição liberal¹⁹ sobre a livre determinação dos salários, a encíclica faz distinção entre duas dimensões: a pessoal e a necessária. A primeira refere-se à liberdade do trabalhador, expressa no contrato trabalhista aceitando determinadas condições de emprego.

[...] **pessoal**, porque a força ativa é inerente à pessoa, e porque é propriedade daquele que a recebeu para a sua utilidade. A Igreja contrariamente aos liberais, sustenta que esse requisito não é suficiente para que o salário seja justo. É preciso, atender à segunda dimensão [...] é **necessário**, porque o homem precisa da sua existência, e porque a deve conservar para obedecer às ordens irrefutáveis da natureza" (RN, 29).

Na concepção de Leão XIII, o trabalho não é uma mercadoria; a determinação de seu valor não pode ser entregue às forças livres do mercado; não basta o livre acordo entre as partes para que o salário seja justo, porque o

¹⁹ "A Teoria Liberal exclui qualquer princípio moral da questão da remuneração da atividade laboral, que é considerado unicamente como um dos elementos da produção, cujo preço é determinado pela lei da oferta e da procura. Não leva em consideração o valor e os aspectos humanos do trabalho, nem cogita no fato que geralmente este é a fonte talvez única dos meios necessários à subsistência do operário. Esquece-se que a liberdade do proletário, que vive exclusivamente de sua força física, é puramente teórica: liberdade de aceitar o salário que lhe oferecem ou morrer de fome" (GESTEL, 1956, p.227).

trabalhador, movido pela necessidade, pode aceitar qualquer retribuição: [...] "o salário não deve ser insuficiente para assegurar a subsistência do operário sóbrio e honrado" (RN, 30). Acentua a importância da justa remuneração para suas necessidades e de sua família.

Os sindicatos trabalhistas eram bem-vindos, contanto que não restringissem a adesão de trabalhadores e não perseguissem objetivos egoístas. Na verdade, conclamava a organização de um sindicato trabalhista católico para assegurar que o movimento operário desse a devida consideração aos valores éticos.

Na encíclica *Quadragesimo Anno*²⁰ (QA) o Papa Pio XI contempla a situação global²¹ e propõe soluções que transcendem o problema concreto da classe trabalhadora, avançando e aperfeiçoando os conceitos postos por Leão XIII.

Reconheceu a necessidade de esclarecer algumas dúvidas e destacar alguns pontos da doutrina exposta na *Rerum Novarum*, citando, explicitamente, entre estes, o princípio da propriedade que juntamente com o trabalho são os dois fatores-chave da distribuição dos bens de consumo, ou seja, por meio deles, reparte-se a renda produzida entre os diferentes grupos sociais.

Pio XI destaca que acima de tudo, deve haver equilíbrio entre capital-trabalho (QA, 53), fazendo uma dupla chamada de atenção sobre as injustas pretensões tanto do capital (QA, 54) quanto do trabalho (QA, 55), quando um ou outro pretende monopolizar toda a renda produzida, violando os princípios de uma distribuição justa. No que diz respeito a estas relações, Charbonneau (1986, p.47) resumiu da seguinte forma as idéias contidas nesta encíclica:

- a) defende a legitimidade do contrato de trabalho;
- b) reivindica uma melhor distribuição das rendas da empresa em virtude da utilidade comum dos bens;
- c) propõe a elevação do proletariado pelo acesso dos trabalhadores à propriedade, e a integração do operário na empresa pela co-propriedade, co-gestão e participação nos lucros. Inútil acrescentar que em 1931 tais propostas eram revolucionárias;
- d) reclama, como única forma justa de salário, o salário-família.

²⁰ O Papa Pio XI (1922-1939), em comemoração aos quarenta anos da *Rerum Novarum*, apresenta a nova encíclica intitulada *Quadragesimo Anno* com o sub-título "a restauração da ordem social e seu aperfeiçoamento, de conformidade com a lei evangélica".

²¹ Contexto da grande Depressão de 1929, considerada a primeira crise do capitalismo e do liberalismo como doutrina econômica. A situação econômica e social apresentava inúmeros problemas. O número de empreendedores falidos aumentava. Crescia também o desemprego tecnológico e conjuntural. A calamidade era mundial.

O Papa denuncia que os processos de industrialização provocaram grandes alterações na distribuição de bens de consumo. Pela primeira vez, uma encíclica social alude à justiça social, que se apresenta como o princípio que deve regular uma distribuição adequada (QA, 57-58). Invoca-se a justiça social, para denunciar os excessos do capital e sua ânsia monopolizadora, que reduz até o limite da subsistência a participação dos salários na produção e na renda.

Pio XI também destaca a situação da empresa e as exigências do bem comum, a necessidade de combinar um contrato de trabalho com elementos de um "contrato de sociedade" para que "operários e empregados sejam chamados a participar de algum modo a propriedade da empresa, a sua gestão e aos lucros que gera" (QA, 65) afirmando que, a partir da *Rerum Novarum* houve intensa participação de cristãos nos parlamentos e administração direta, sendo que muitos dos ganhos dos trabalhadores do período devem-se a estes cristãos.

O interesse pelos problemas sociais também é a preocupação do Papa João XXIII²², a situação de injustiça em que vivem indivíduos, comunidades e povos e seu desejo de ver estabelecida a justiça social como base de convivência humana e de paz entre as nações.

Na *Mater et Magistra* (MM), João XXIII dedica-se aos problemas trabalhistas que surgiram em decorrência da Revolução Industrial comandada pelas idéias liberais da livre concorrência, do interesse individual e do lucro, sem nenhum respeito aos direitos dos trabalhadores e destaca o papel que teve a encíclica *Rerum Novarum*, ao tomar a defesa dos direitos dos trabalhadores, apontando os erros do liberalismo econômico e indicando os princípios de justiça social, que deveriam ser respeitados nas relações entre o capital e o trabalho. O Papa defende a idéia das empresas abrirem espaços de participação a seus trabalhadores:

Uma concepção humana da empresa deve, sem dúvida, salvaguardar a autoridade e a eficiência necessária da unidade de direção; mas não pode reduzir os colaboradores de todos os dias à condição de simples e silenciosos executores, sem qualquer possibilidade de fazerem valer a própria experiência, completamente passiva quanto às decisões dos que os dirigem (MM, 89).

Assim, reitera a importância da presença dos trabalhadores nas grandes empresas advertindo que devem ser encontradas fórmulas capazes de impedir que

²² O Papa João XXIII (1958-1963) publicou duas encíclicas sociais, *Mater et Magistra* (1961), que se refere à sociedade econômica e *Pacem in Terris* (1963), orientada para a sociedade política nacional e internacional.

as pessoas humanas fiquem reduzidas à condição de anonimato numa gigantesca engrenagem. Cada um participa efetivamente da produção e tem um crédito sobre as riquezas da empresa em particular os auto-investimentos. Essa participação ultrapassa o marco da empresa e estende-se ao nível profissional e nacional. O Papa constatou a busca das economias em aumentar rapidamente a própria eficiência produtiva, mas reitera que, “com o crescimento do rendimento, é necessário que haja justiça e a equidade, elevando-se a remuneração do trabalho, dentro dos limites consentidos pelo bem comum. Isto dará aos trabalhadores maior facilidade de poupar e constituir um patrimônio” (MM, 109).

Ainda no mesmo parágrafo, há uma reafirmação da importância do trabalho para o homem, sendo um “direito que encontra a sua principal fonte e o seu alimento perpétuo na fecundidade do trabalho, que constitui um meio apropriado para a afirmação da pessoa humana e para o exercício da responsabilidade em todos os campos, e que é elemento de estabilidade serena para a família” (MM, 109).

Em 1963, pouco antes de morrer, João XXIII publicou a carta “*Pacem in Terris*” (PT), que teve repercussão mundial com um conteúdo inovador, mas sem tratar diretamente do trabalho. Expressa sua simpatia e abertura da Igreja a todas as aspirações do mundo contemporâneo perceptíveis nos “sinais dos tempos”. Termo este que aponta para uma nova consciência histórica da Igreja, sendo uma metáfora, “escuta da voz de Deus na história” estando vinculado à representação de Deus no mundo. Nesta encíclica, o Papa identifica os “sinais dos tempos” da *Pacem in Terris* grandes causas emancipatórias da classe trabalhadora, da mulher e dos povos colonizados. O texto aponta para a questão de classe, gênero e para a questão nacional (PT, 94).

A Igreja se coloca como servidora e defensora de todos os homens nos grandes combates daquele momento: a independência do Terceiro Mundo, os esforços do desenvolvimento, a busca dos caminhos da paz e o respeito dos direitos humanos. Essa Encíclica facilitou muito o diálogo com os não crentes, particularmente com os movimentos marxistas.

1.2 O TRABALHO PÓS-CONCÍLIO VATICANO II (1962-1965)

O Concílio Vaticano II²³ constitui-se num recorte importante na história da Igreja Católica e para a discussão sobre a Doutrina Social da Igreja, sendo um divisor no que se refere à vida da Igreja.

Na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*,²⁴ o trabalho é entendido num sentido amplo: como a atividade criativa e organizada do homem, além da destinação universal (quer dizer para cada homem e todos os homens) dos bens do trabalho. O documento reformula e amplia também as idéias-chave sobre a dignidade humana, as condições e os conflitos no trabalho e a participação dos trabalhadores na empresa e na organização econômica global.

No documento conciliar apresenta-se a vida econômico-social, destacando-se a primazia do humano sobre o econômico numa perspectiva de humanismo integral, ou seja, “tendo em conta a ordem das suas necessidades materiais e as exigências da sua vida intelectual, moral, espiritual e religiosa; de qualquer homem ou grupo de homens, de qualquer raça ou região do mundo” (GS, 64).

Invocando a justiça e a equidade, propõe a eliminação das grandes e crescentes desigualdades econômicas e sociais, evitando-se também “toda e qualquer espécie de discriminação quanto às condições de remuneração ou de trabalho com relação aos trabalhadores oriundos de outro país ou região, que contribuem com o seu trabalho para o desenvolvimento econômico da nação ou da província” (GS, 66).

Portanto, o salário deve permitir ao trabalhador e a sua família o acesso à uma vida digna no plano material, social, cultural e espiritual. Além da possibilidade de desenvolver, na execução do trabalho, as suas qualidades e capacidades, além

²³ O Concílio Vaticano II constituiu o maior legado de João XXIII e de seu sucessor Paulo VI. Inaugurado em 11 de outubro de 1962, estendeu-se durante quatro sessões até o dia 8 de dezembro de 1965. Seu ensinamento está contido em quatro constituições, nove decretos e três declarações.

²⁴ Esta Constituição tem como destinatário não só os cristãos católicos, mas todos os homens, com todas as realidades no meio das quais vive. Inicialmente, uma nota esclarece o significado a ser atribuído à qualificação de pastoral, afirmando que, tomando por base princípios doutrinários, a Constituição pretende expor a atitude da Igreja em relação ao mundo e aos homens de hoje. Consta de nove capítulos e dois proêmios (prefácio), uma introdução e uma conclusão. A primeira parte (4 capítulos) é dedicada à doutrina sobre o homem, sobre o mundo no qual o homem se insere, e sobre as relações com essas realidades; a segunda (5 capítulos) toma mais estreitamente em consideração vários aspectos da vida atual e da sociedade humana. Sendo que, a matéria tratada à luz dos princípios doutrinários não compreende apenas elementos imutáveis, mas também transitórios.

de “proporcionar suficiente descanso e tempo livre para atender à vida familiar, cultural, social e religiosa” (GS,67).

No que diz respeito à participação na empresa, “tendo em conta as funções de cada um – proprietários, empresários, dirigentes ou operários – e salva a necessária unidade de direção, promova-se, segundo modalidades a determinar convenientemente, a participação ativa de todos na gestão das empresas” (GS,68).

Charbonneau (1986) em nota explicativa chama a atenção para a importante mudança que marca esta fórmula imperativa.

Até agora a análise dos textos de *Quadragesima Anno* (65) e *Mater et Magistra* (77) dizia da co-gestão que ela era “aconselhável” ou “desejável”; *Gaudium et Spes* com toda prudência (desde que o texto lembra que é necessário “salvaguardar a necessária unidade de direção”) se faz, no entanto, muito mais enérgica. Passou-se da ordem do conselho para a ordem do dever: é necessário, *promoveatur*. (p.57)

A *Gaudium et Spes* defende o direito de associação dos trabalhadores como um direito fundamental, “criando livremente associações que os possam representar autenticamente e contribuir para a reta ordenação da vida econômica; e ainda o direito de participar, livremente, sem risco de represálias na atividade das mesmas”, sendo que, ao surgirem conflitos econômico-sociais, o direito de greve deve ser exercido como último recurso “devem fazer-se esforços para que se chegue a uma solução pacífica dos mesmos” (GS, 68).

Também há referência às formas de exploração do trabalho principalmente nas regiões subdesenvolvidas. Os trabalhadores são contratados pelos proprietários ou exploram, “em regime de arrendamento, uma parte das propriedades, apenas recebem um salário ou um rendimento indigno de um homem, carecem de habitação decente e são explorados pelos intermediários” (GS,71).

Na encíclica *Populorum Progressio* (O Progresso dos Povos)²⁵, publicada pelo Papa Paulo VI, em 1967, há um reforço da idéia do Concílio, em relação ao

²⁵ Para a Igreja o progresso significa o conjunto de aquisições materiais e conhecimentos objetivos, aptos a transformarem a vida individual e social do homem. As religiões do mundo reconhecem o seu valor, sem deixar de apontar as falhas e os perigos a que se expõe. Todas se mostram unânimes em considerar que o progresso é verdadeiro somente quando serve ao homem na sua totalidade. Essa integridade do homem inclui, necessariamente, além dos valores materiais, também os valores espirituais e morais. Por conseguinte, não se pode medir o progresso da humanidade somente pelo progresso da ciência e da técnica, mas, simultaneamente, pelo primado dos valores espirituais e pelo progresso da vida moral. Isso significa que, ao progresso da técnica e ao desenvolvimento da civilização, deve corresponder um proporcional desenvolvimento da vida moral e da ética. O critério de avaliação do progresso com que o homem transforma a natureza é verificar se ele contribui para que o homem seja mais plenamente homem. Não se pode conceber e

trabalho, entendendo-o num sentido amplo: como a atividade criativa e organizada do homem, além de reafirmar a dignidade humana.

Criado à sua imagem 'o homem deve cooperar com o Criador no aperfeiçoamento da criação e imprimir, por sua vez, na terra, o cunho espiritual que ele próprio recebeu'. Deus, que dotou o homem de inteligência, de imaginação e de sensibilidade, deu-lhe assim o meio para completar, de certo modo, a sua obra: ou seja artista ou artífice, empreendedor, operário ou camponês, todo trabalhador é um criador (PP, 27).

Portanto, o trabalho é visto como o meio para transformar a natureza que permite ao homem exercer suas qualidades, abrir-se e se tornar criador. É também um meio de aproximação e de união, além de oscilar entre o plano espiritual e o temporal. Sua ambivalência pode ser oportunidade de "egoísmo, gozo e poder". Sendo que, "mais científico e melhor organizado, corre o perigo de desumanizar o seu executor, tornando-o escravo, pois o trabalho só é humano na medida em que permanecer inteligente e livre" (PP, 28).

*A Populorum Progressio*²⁶ retoma os temas fundamentais da Constituição Conciliar *Gaudium et Spes*, com o objetivo de comentar e aplicar os princípios diretores aos problemas do subdesenvolvimento²⁷ tendo como foco o Terceiro Mundo, onde as interrogações eram cada vez mais incisivas e não toleravam mais respostas evasivas ou a única afirmação de princípios gerais que abstraíam o pensamento, deste, pretendia-se passar à ação. A Igreja percebeu que os fundamentos doutrinários eram necessários, mas não suficientes. Impunha-se a ação, e essa era urgente (CHARBONNEAU, 1986).

atuar o progresso como se aquilo que conta fosse somente o enriquecimento material e egoísta, à custa de exaurir os recursos naturais, de arruinar o ambiente ecológico, de não atender às necessidades humanas de todos e à justa hierarquia dos bens e dos fins. O progresso deve ser entendido como passagem de condições menos humanas a condições mais humanas de vida (SCHLESINGER e PORTO, 1995).

²⁶ Essa encíclica contrastava com as anteriores nas quais havia uma preocupação eminentemente doutrinária, isto é, desenvolver princípios éticos de acordo com a lei natural. Paulo VI fala de ensinamento social como um processo dinâmico, a partir de um ver-julgar-agir, num processo circular, onde a doutrina ocupa um momento importante.

²⁷ Termo este surgido em decorrência da guerra fria, "simbolizando a parte da humanidade que se situaria numa espécie de limbo da História, nem no Primeiro Mundo (o do capitalismo e da democracia, da riqueza e da abundância) nem no Segundo Mundo (o do comunismo e da ausência de liberdade)" [...] "aos dois primeiros mundos, outorgava-se, segundo propaganda internacional, o privilégio de serem desenvolvidos, já que detentores do controle tecnológico (sobretudo atômico), cabendo ao Terceiro Mundo, sob este título, um novo adjetivo, o de subdesenvolvido". Pertenciam a este Terceiro Mundo, a América Latina, a África, o Sudeste da Ásia e os arquipélagos do Pacífico (LINHARES, 2000, p.47).

O foco principal desta encíclica é o desenvolvimento dos povos, abrindo a Doutrina Social da Igreja para as questões internacionais num contexto histórico, em que as preocupações nacionais e internacionais eram os problemas que se colocavam entre as nações subdesenvolvidas e as nações desenvolvidas, sendo que os fundamentos doutrinários necessários não eram suficientes, havendo necessidade de medidas concretas e urgentes.

A idéia central é que o desenvolvimento tem que abarcar todas as dimensões do homem e alcançar todas as pessoas. "Cada homem é membro da sociedade: pertence à humanidade inteira. Não é apenas tal ou tal homem; são todos os homens, que são chamados a este pleno desenvolvimento" (PP, 17).

Há o alerta para escala de valores, chamando a atenção em relação à avareza pessoal, familiar e nacional para que não se deixe sufocar pelo materialismo.

O desenvolvimento não se reduz ao puro crescimento econômico medido pela renda *per capita* anual ou pelo consumo de ferro e de eletricidade. Tampouco se confunde com o processo de industrialização que pode ser ambivalente, sobretudo se leva consigo o mau-trato do trabalho humano e a contaminação e depredação da natureza. Para que seja verdadeiramente humano, o desenvolvimento tem que ser integral, quer dizer, não somente econômico, mas também cultural, social, político, espiritual, moral e religioso. Isto se materializa num processo contínuo de mudança de condições de vida menos humanas para condições de vida mais humanas:

Menos humanas: as carências materiais dos que são privados do mínimo vital, e as carências morais dos que são mutilados pelo egoísmo. Menos humanas: as estruturas opressivas, que provenham dos abusos da posse ou do poder, da exploração dos trabalhadores ou da injustiça das transações. Mais humanas: a passagem da miséria à posse do necessário, a vitória sobre os flagelos sociais, o alargamento dos conhecimentos, a aquisição da cultura. Mais humanas também: a consideração crescente da dignidade dos outros, a orientação para o espírito de pobreza, a cooperação no bem comum, a vontade da paz (PP, 21).

Percebe-se no texto acima que o desenvolvimento é visto como um processo ascendente, como um contínuo crescimento em termos de humanidade, como uma vocação da pessoa e um dever. Dever pessoal e comunitário realizado num clima de solidariedade universal, tendo sempre presente uma escala de valores.

Mais humanas ainda: o reconhecimento, pelo homem, dos valores supremos, e de Deus que é a origem e o termo deles. Mais humanas, finalmente e, sobretudo, a fé, dom de Deus acolhido pela boa vontade do homem, e a unidade na caridade de Cristo que nos chama a todos a participar como filhos na vida do Deus vivo, Pai de todos os homens (PP, 21).

Observa-se nas citações acima que o discurso oscila entre dois tempos e dois espaços. Ao se referir ao tempo, o pêndulo oscila entre o eterno e o instante. Se ao espaço, oscila entre o temporal e o espiritual. “A Igreja busca o equilíbrio entre o eterno e o instante, e mantém a assimetria entre os planos temporal e espiritual” (ORLANDI, 1983, p.211).

Nas encíclicas, o discurso se desenrola na alternância entre os planos temporal e espiritual, sendo que no primeiro é a realidade terrena com suas estruturas econômicas, políticas e sociais e todas as dificuldades e desafios decorrentes do cotidiano. No plano espiritual está a grandeza, a magnificência divina, é onde a salvação pode ser obtida e o sofrimento e a dura realidade pode ser superada.

Citando um trecho do documento conciliar *Gaudium et Spes* (69), o Papa lembra que “Deus destinou a terra e tudo o que nela existe ao uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da criação afluam com equidade às mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade” (PP, 22).

A equidade e a justiça são fundamentais para medir as dimensões do desenvolvimento-social, econômico, político, ambiental, entre outros. Desde a Antigüidade, Confúcio, Platão, Aristóteles e a Bíblia têm apresentado diferentes conceitos de equidade²⁸. Em geral, a equidade está relacionada com a forma pela qual as pessoas são tratadas em termos políticos, sociais e econômicos; considerando as regras de distribuição dos resultados (custos e benefícios); considerando a posição dos grupos e indivíduos.

Durante os anos quarenta e cinquenta, os argumentos contra a livre atuação das forças de mercado no processo de industrialização constituíram os princípios básicos para os formuladores de políticas de desenvolvimento²⁹ para os países da

²⁸ O termo equidade vem do latim *aequitas*, derivado por sua vez de *aequus*, que significa igual; consiste em dar a cada um o que lhe corresponde por sua capacidade ou condições. A equidade supõe não favorecer um prejudicando outro (Dicionário Enciclopédico, 1985).

²⁹ Apesar das diversas teorias econômicas terem se preocupado historicamente com a questão do desenvolvimento e seus efeitos sobre a vida e a distribuição de renda, a economia do desenvolvimento, como se conhece atualmente, data do final dos anos quarenta e início dos anos cinquenta. Esta escola tem seus antecedentes nas obras de Schumpeter, que definiu o

América Latina, Ásia e África, que tinham como estratégia a industrialização pelo processo de substituição de importações.

Neste contexto, “a introdução da indústria é ao mesmo tempo, sinal e fator de desenvolvimento. Por meio de uma aplicação tenaz da inteligência e do trabalho, o homem consegue arrancar, pouco a pouco, os segredos da natureza e usar melhor suas riquezas” (PP, 25).

Nos anos sessenta, a corrente de pensamento que defendia um papel ativo do Estado e a planificação econômica passa a ser contraposta pela escola de pensamento neoclássica, que defendia a preponderância do mercado na solução dos problemas econômicos. “Este liberalismo sem freio conduziu à ditadura, como geradora do ‘imperialismo internacional do dinheiro’. Nunca será demasiado reprovar tais abusos, lembrando mais uma vez, solenemente, que a economia está a serviço do homem” (PP, 26).

O documento em análise pondera que apesar do capitalismo ter sido fonte de “sofrimentos, injustiças e lutas fratricidas com efeitos ainda duráveis é, contudo, sem motivo que se atribuem à industrialização males que são devidos ao nefasto sistema que a acompanhava” (PP, 26). Apesar disto, é reconhecido o “contributo insubstituível da organização do trabalho e do progresso industrial na obra do desenvolvimento” (Id.).

Segundo Rivas (1991, p.66), “nunca um documento social católico havia empregado termos tão severos para referir-se ao capitalismo, qualificando-o como sistema nefasto”.

Em comemoração aos oitenta anos da *Rerum Novarum*, redigida em 1891, o Papa Paulo VI apresenta uma carta apostólica denominada *Octogesima Adveniens*.³⁰ Apesar de não ser uma encíclica é um documento de grande riqueza nascido ‘a sombra da encíclica *Populorum Progressio*.

A temática da carta se refere às necessidades novas de um mundo em transformação, sendo que alguns comentaristas lhe deram o subtítulo de: a

desenvolvimento como uma transição entre uma situação de equilíbrio para outra, ocorrendo nessa passagem uma situação de desequilíbrio e, de Keynes, que dedicou especial atenção ao papel positivo da intervenção do Estado na economia (MEHROTRA e JOLLY, 1997).

³⁰ Esta carta apostólica foi escrita em 14 de maio de 1971, quatro anos depois da *Populorum Progressio*, dirigida ao Cardeal Maurício Roy, na época presidente do Conselho dos Leigos e da Pontifícia Comissão Justiça e Paz. Neste texto, Paulo VI continua a dirigir-se não apenas aos católicos, mas também a todos os homens de boa vontade, crentes ou não.

responsabilidade política dos cristãos. Isto porque o econômico e o social são articulados ao político, dimensão englobante da sociedade.

Uma leitura atenta da *Octogesima Adveniens* leva a concluir que de todos os documentos anteriores, ela parece ser aquela que mais se aproxima da Teologia da Libertação³¹. Denuncia injustiças, “define claramente as responsabilidades, prepara toda a linguagem que será a dos teólogos da libertação. E especialmente coloca os fundamentos daquilo que a Igreja define hoje como “opção preferencial pelos pobres”³² (CHARBONNEAU, 1986, p. 60).

Portanto, justifica-se a inclusão desta carta apostólica no mesmo nível de importância das encíclicas sociais. Inicialmente há a constatação da diversidade e a complexidade das situações em que se encontram os cristãos no mundo, as flagrantes diferenças que há entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, e que se situam, tanto no plano cultural quanto no campo da economia e da política. Pelo fato da América Latina estar situada no Terceiro Mundo, no meio da opressão e da pobreza, a Igreja não consegue responder às situações concretas latino-americanas, lembrando que a Doutrina Social foi pensada principalmente num contexto europeu ou dos países desenvolvidos.

Dada a conjuntura, o Papa lembra as aspirações dos países subdesenvolvidos: mais justiça, isto é, melhor repartição das riquezas; paz; maior respeito entre os homens e os povos; igualdade entre todos; participação efetiva de todos os membros em todos os níveis da vida das comunidades políticas.

Destaca as consequências da rápida urbanização³³ não só para os países industrializados, como para as nações em vias de desenvolvimento e enumera os problemas mais agudos que provêm, em grande parte, do êxodo rural, do crescimento industrial, aumento demográfico contínuo e a atração dos centros urbanos que levam à concentração de população, tornando difícil a existência nas megalópoles. “Existem, sem dúvida, cidades cujas dimensões podem assegurar um melhor equilíbrio da população. Suscetíveis a oferecer trabalho àqueles a quem os progressos da agricultura deixaram sem emprego” (OA, 8).

³¹ Também chamada de Pastoral da Libertação, será abordada mais adiante.

³² Esta terminologia passou a ser adotada pela Igreja a partir do Congresso de Puebla (1979).

³³ Entendendo-se urbanismo e industrialismo, como “tecnificação, maquinização e quimificação dos processos de trabalho e produção no mundo rural, sendo o urbanismo um modo de vida, padrões e valores socioculturais, secularização do comportamento e individualização” (IANNI, 2000, p.210).

O Papa Paulo VI ao comentar a confluência dos fenômenos da urbanização e da industrialização, resultando na concentração de população como um fato característico relacionado a este último processo “acompanha a expansão industrial, mas sem confundir-se com ela” (OA, 9).

Neste mesmo parágrafo são levantados os problemas derivados desses fenômenos, tais como o desemprego, a mobilidade e a adaptação dos trabalhadores além da disparidade das condições nos diversos ramos industriais que favorecem a mentalidade consumista, enquanto muitos não conseguem atender suas necessidades básicas, gerando desigualdades crescentes.

Invocando a *Populorum Progressio*, Paulo VI faz um questionamento se “o homem não está voltando contra si próprio os frutos da sua atividade, após ter assegurado um domínio necessário sobre a natureza, não estará agora se tornando escravo dos objetos que ele mesmo fabrica?” (OA, 9).

O Papa lembra a constituição *Gaudium et Spes*, destacando o direito a uma remuneração eqüitativa que permita ao trabalhador e à sua família, uma vida digna no aspecto material, social, cultural e espiritual. O direito de associação, a importância dos sindicatos, os quais têm por objetivo a representação das diversas categorias dos trabalhadores, e como meio último de defesa, o reconhecido direito de greve, se bem que seja necessário determinar os limites deste em função do bem comum (OA, 14).

Paulo VI reconhece a introdução no âmago das relações de produção econômica, de mais justiça e mais participação nas responsabilidades, “mas ainda resta muito por fazer”.

Deste modo, devem prosseguir ativamente a reflexão, a investigação e as experiências, sob pena de se ficar atrasado, em relação às legítimas aspirações dos trabalhadores; aspirações essas, que cada vez se despertam mais, à medida que se desenvolvem a sua formação, a consciência da própria dignidade e, ainda, o vigor das suas organizações (OA, 15).

Com o crescimento demográfico, é necessária a criação de novos postos de trabalho para que aqueles que não consigam trabalho não fiquem marginalizados na sociedade. Defende-se a necessidade de um movimento geral de solidariedade, para uma política eficiente de investimentos, de organização da produção e da comercialização, e, de igual modo, de formação (OA, 18). Nesse panorama, o homem, em virtude de sua dignidade e de sua liberdade, desenvolve uma aspiração justificada à igualdade e à participação.

Na *Laborem Exercens*,³⁴ João Paulo II retoma os temas dos discursos e homilias sobre o trabalho de suas viagens anteriores, também sendo marcada pela dupla experiência pessoal de sua juventude de trabalhador e seu contato com o marxismo. Destaca-se das encíclicas sociais citadas anteriormente, pela carga bíblica e teológica, tendo como espinha dorsal a expressão “Evangelho do trabalho”³⁵ e suas derivações, constituindo o ponto medular das bases teológicas da encíclica. Não basta dizer que é uma encíclica sobre trabalho. “Seu objetivo é mais ambicioso: quer fazer uma reatualização de toda Doutrina Social, sob o prisma do trabalho” (CAMACHO,1995, p.396).

Invertendo-se a posição instaurada em 1891, em que a chave anterior era a propriedade privada, agora “o trabalho é uma chave, e provavelmente a chave essencial de toda a questão social e que assume uma importância fundamental e decisiva” (LE,3).

Nesta encíclica, o termo capital é usado em três sentidos diferentes: referindo-se às pessoas, grupo de homens concretos, que são proprietários dos meios de produção (LE,14). Outras vezes, é utilizado em sentido estrito: o conjunto de meios de produção, produzidos pelo homem (LE,12). E, em outras oportunidades ainda, em um sentido um pouco mais amplo, que inclui também os recursos da natureza postos a serviço da humanidade, como as matérias-primas e os objetos de trabalho, meios pelos quais os homens se apropriam dos recursos da natureza, transformando-os à medida de suas necessidades.

O trabalho é definido na introdução da encíclica genericamente como todo tipo de ação realizada pelo homem, independentemente de suas características ou circunstâncias; significa toda atividade humana que se pode e se deve reconhecer como trabalho entre inúmeras atividades de que o homem é capaz e às quais a própria natureza o predispõe, em virtude de sua humanidade.

Ao falar do trabalho, a Igreja não trata de algo abstrato e geral, mas de uma realidade concreta e histórica, sendo um período marcado por muitos conflitos e maior submissão dos países do Terceiro Mundo aos interesses dos países desenvolvidos. A dívida externa (mecanismo de dependência política - econômica)

³⁴ Apresentada em 1981, dirigida ao episcopado, sacerdotes, às famílias religiosas, aos filhos e filhas da Igreja e a todos os homens de boa vontade sobre o trabalho humano. Mas na realidade, os enunciários são os detentores do capital, posicionando-se ao lado dos trabalhadores quando diz que existe o primado do trabalho em relação ao capital.

³⁵ A expressão “Evangelho do trabalho” se apóia na própria experiência do trabalho de Jesus, sendo a primeira vez que essa expressão é usada numa encíclica .

impossibilitava de forma cada vez mais abusiva que os países pobres alcançassem sua soberania.

O choque do petróleo, nos anos 70, provocou uma nova divisão internacional do trabalho.

Fatores produtivos não empregados até então se transformaram, a partir desse momento, em alternativas rentáveis, diante do encarecimento da energia: foi o que ocorreu com a mão-de-obra disponível nos países de baixo nível de vida do Terceiro Mundo, cujo custo era comparativamente muito inferior (CAMACHO, 1995, p.392).

Dessa forma, alguns países detentores de recursos encontraram nessa conjuntura mundial a oportunidade de alcançar os mercados internacionais, competindo vantajosamente com os países cujos produtos até então dominavam. O acesso ao mercado internacional de manufaturas baratas procedentes do Terceiro Mundo agravou a crise das nações industrializadas, ao diminuir suas possibilidades de produzir, aumentando os níveis de desemprego e favorecendo o aparecimento de greves. Então, os países ricos passaram a buscar maneiras alternativas para não perderem ainda mais, recorrendo ao capital como fator alternativo diante do encarecimento da energia. Ou seja, transferindo o capital para lugares em que o custo da mão-de-obra fosse menor, demonstrando assim, intensa mobilidade do capital em função das oportunidades de investimento mais rentáveis, gerando interdependência da economia mundial.

Apesar do Terceiro Mundo “ter passado a participar mais nos processos de produção, aumentando seus intercâmbios econômicos e financeiros com os povos de alto nível de vida, seu papel continuava sendo de dependência” (CAMACHO, 1995, p.393).

Dado o contexto descrito, o desemprego começava a ser visto como um fenômeno de caráter não-transitório, mas permanente e estrutural, constituindo uma seqüela da nova estrutura mundial da produção. “Considera-se, desse modo, uma sociedade cujo eixo central era o trabalho produtivo e remunerado” (Ibid., id.).

Ao se analisar este texto, duas coisas devem ser destacadas: primeiro, o trabalho não é apenas a atividade produtiva, como se costumava inferir na sociedade industrial. Segundo, o trabalho é uma atividade exclusiva e específica do homem em relação aos animais: ao trabalhar, portanto, o ser humano realiza-se como tal.

João Paulo II define o trabalho como atividade transitiva por meio da qual o homem exerce seu domínio sobre a terra:

O trabalho entendido como uma atividade transitiva, isto é, de tal natureza que, começando no sujeito humano, é dirigida para um objeto externo, supõe um domínio específico do homem sobre a terra e, ao mesmo tempo, confirma e desenvolve esse domínio (LE,4).

Assim, tem-se as características que definem o trabalho: atividade transitiva (que o sujeito não realiza sobre si mesmo), própria e exclusiva do ser humano, pela qual domina a terra, e por meio da qual satisfaz as suas necessidades e se realiza como ser humano.

Portanto, como afirma Camacho (1995, p.399), “o tema da encíclica não é tanto o trabalho quanto o homem: o homem em uma dimensão essencial de sua existência, qual seja, o trabalho”. A pessoa humana é o sujeito e autor responsável de todo trabalho humano, é a centralidade do homem trabalhador.

Os ensinamentos da Igreja já se ocuparam do trabalho humano, mas as condições vigentes levam a destacar o papel-chave que este desempenha na questão social, não bastando repetir o que já foi dito, sendo necessário responder às exigências da sociedade cristã (GUTIÉRREZ, 1989) ³⁶.

O objetivo da encíclica não é meramente descritivo, e sim ético. A distinção entre trabalho objetivo e subjetivo, central em todo texto, serve para estabelecer as bases para o critério ético fundamental que deve presidir toda a vida socioeconômica. A análise do trabalho humano se dá sob os aspectos: objetivo (toda a atividade humana desenvolvida pela tecnologia) e subjetivo (o homem que trabalha). Sob o primeiro, destaca-se o trabalho agrícola e o industrial, atribuindo maior importância ao agrícola, pois o homem “submete a terra muito mais quando começa por cultivá-la e, sucessivamente reelabora os produtos da mesma, adaptando-os às suas próprias necessidades” (LE, 5).

Quanto ao desenvolvimento industrial, o Papa destaca que este serve para se “repropor de um modo novo o problema do trabalho humano” (LE,5). Explicita ainda, “tanto a primeira industrialização, que fez com que surgisse a chamada questão operária, como as sucessivas mudanças industriais e pós-industriais

³⁶ As primeiras encíclicas em matéria social derivavam sobretudo de um contexto europeu. Desde a *Populorum Progressio* há uma tentativa de se posicionar a partir da problemática do Terceiro Mundo, sendo que a presente encíclica reforça este ponto de vista. Encontrando por sua vez, maior repercussão entre os pobres dos países pobres (GUTIÉRREZ, 1989).

demonstram claramente que, mesmo na época do 'trabalho' cada dia mais mecanizado, o sujeito próprio do trabalho continua a ser o homem" (LE,5).

Sendo que, a técnica é vista como aliada do homem na interação do sujeito e do objeto laboral, mas chama atenção para o fato de que :

[...] em alguns casos a técnica de aliada pode também se transformar quase em adversária do homem, como sucede: quando a mecanização do trabalho 'suplanta' o mesmo homem, tirando-lhe o gosto pessoal e o estímulo para a criatividade e para a responsabilidade; igualmente quando tira o emprego a muitos trabalhadores que antes estavam empregados; ou ainda quando, mediante a exaltação da máquina, reduz o homem a ser escravo da mesma (LE, 5).

Ainda em relação ao trabalho objetivo, o Papa, reporta-se às palavras do Gênesis (1,28), diz que "o homem deve submeter a terra, deve dominá-la, porque, como imagem de Deus", é uma pessoa; isto é, um ser dotado de subjetividade, capaz de agir de maneira programada e racional, capaz de decidir por si mesmo e tendente a realizar-se a si mesmo" (LE, 6).

Nesta citação do discurso papal caberia o observado por Orlandi (1983), em relação a não reversibilidade constituir a diferença fundamental entre discurso religioso e os demais, em que o sujeito se transforma naquele do qual ele ocupa lugar, o representante fala do lugar próprio. Isso não acontece com o discurso religioso, pois o papa fala no lugar de Deus, transmite suas palavras, representando-o legitimamente, mas não se confunde com Deus, criando uma "ilusão de reversibilidade".

Ao analisar esta encíclica, o teólogo Marco Martini (1990, p.116) afirma que "a categoria que a *Laborem Exercens* utiliza para descrever o trabalho na sua especificidade humana, é a do domínio". O homem estabelece seu domínio ao trabalhar a terra, água e outros elementos da natureza, que lhe são apresentados como dom gratuito divino, capaz de corresponder a suas necessidades. Como imagem de Deus, o homem estabelece seu domínio ao separar, distinguir, ordenar, conferir e dar formas às coisas. Enquanto o homem não cultiva a terra e a água, estes não são propriamente um recurso, para que isso aconteça, é preciso que lhes seja conferida uma forma apta a satisfazer suas necessidades, ou seja, sem o trabalho, o dado não constitui recurso.

Ainda na visão deste autor, trabalhar não é a manifestação da força do homem que deve superar o obstáculo que lhe foi interposto pelas coisas. Pelo contrário, estas se deixam manipular, transformar, domesticar, contanto que o

homem as respeite como dado. Portanto, no sentido objetivo, o trabalho, é expressão da consciência que o homem tem de si e do mundo, e da responsabilidade, isto é, da sua capacidade de responder ao duplo apelo que as necessidades e as coisas lhe dirigem.

Seguindo o raciocínio de Martini (1990), o qual afirma que a categoria do domínio faz emergir, junto ao aspecto objetivo, o aspecto subjetivo do trabalho. “O trabalho do homem, que sujeita a terra constitui ato da pessoa, imagem de Deus” (LE, 6). A necessidade do homem, diferentemente da do animal, não é definida, pois se exprime sempre em novas formas, manifesta-se como expressão de um desejo insaciável que deriva da natureza particular do homem ser “imagem de Deus”.

Por meio da atividade laboral, o homem suspende o seu gozo imediato das coisas, projetando a sua utilização para a satisfação de necessidades futuras: comporta-se como “ser subjetivo capaz de agir de modo programado e racional, capaz de decidir sobre si e tendente a realizar a si mesmo” (LE, 6). Ele é o centro do trabalho, e neste, nada prevalece sobre o homem, criador. Assim como o homem é o centro da história, pode-se dizer que o trabalho é o motor da história.

(...) há de confirmar-nos na convicção quanto à prioridade do trabalho humano no confronto com aquilo que, com o tempo, passou a ser habitual chamar-se capital” (...) “É preciso acentuar e pôr em relevo o primado do homem no processo de produção, o primado do homem em relação às coisas. E tudo aquilo que está contido no conceito de capital, num sentido restrito do termo, é somente um conjunto de coisas” (LE,12).

Dussel (1986, p.230) chama a atenção para a mudança de abordagem em relação às encíclicas sociais anteriores, “o trabalho não pode ser anteposto ou separado em confronto com o capital como outro fator ou momento situado no mesmo nível dentro da produção. A *Rerum Novarum* havia dito que ‘nem o capital pode subsistir sem o trabalho, nem o trabalho sem o capital’ (RN, 14).”

Ao contrário, a *Laborem Exercens* afirma:

A ruptura desta visão coerente, na qual se acha estritamente salvaguardado o princípio do primado da pessoa sobre as coisas (...) operou-se de tal maneira que o trabalho foi separado do capital e contraposto mesmo ao capital, e por sua vez o capital contraposto ao trabalho, quase como se fossem duas forças antagônicas, dois fatores de produção, postos um juntamente com o outro na mesma perspectiva economicista (LE,13).

Analisando esta encíclica, o economista Paul Singer afirma que mais do que coisas úteis, o trabalho deve produzir o trabalhador, enquanto ser humano. Deste

primado, enquanto constituinte do trabalhador, é como ocorre o segundo primado, que é o do trabalho em relação ao capital. "O trabalhador tem, assim, uma prioridade na sociedade sobre o capital, que, por sua vez, não passa, apesar do alto grau de sofisticação técnica que apresenta hoje, do fruto do trabalho de gerações e gerações de trabalhadores" (SINGER, 1982, 49).

Depois de fazer um retrospecto histórico sobre os conflitos entre o "mundo do trabalho" e o "mundo do capital", bem como sobre as duas grandes ideologias que correspondem a um e ao outro (liberalismo e marxismo), o Papa proclama a prioridade do trabalho sobre o capital. No processo de produção o primeiro é causa eficiente primária, enquanto o segundo é causa instrumental. Todo o conjunto do capital (ou dos meios de produção) nasceu da atividade laboral do homem. Tudo que está contido no conceito de "capital", num sentido restrito do termo, é um conjunto de coisas, ao passo que o homem, só ele, é uma pessoa. Não se pode separar o trabalho e o capital, nem mesmo contrapor um ao outro, muito menos ainda os homens concretos que estão por traz desses conceitos.

Segundo João Paulo II, as relações entre trabalho e capital sempre foram conflitivas, de um lado há um pequeno grupo poderoso e influente de patrões e empresários e do outro, um contingente de trabalhadores que depende exclusivamente de seu trabalho. Sobre este assunto o Papa afirma:

Tal conflito foi originado pelo fato de que os operários punham as suas forças à disposição do grupo de patrões e empresários, e de que este, guiado pelo princípio do maior lucro da produção, procurava manter, o mais baixo possível, o salário para o trabalho executado pelos operários (LE, 11).

O salário inscreve-se no âmbito das relações entre o capitalista e o trabalhador. A remuneração do trabalho permanece o meio concreto pelo qual a grande maioria dos homens pode ter acesso àqueles bens que estão destinados ao uso comum, quer se trate dos bens da natureza, quer daqueles que são frutos da produção. O justo salário torna-se a verificação concreta da justiça de cada sistema sócio-econômico e, em qualquer hipótese, do seu justo funcionamento. Não é o único meio de verificação, mas é a verificação chave. Convém assinalar que em nenhum trecho da encíclica, é especificado quanto é o justo salário, apenas que este deve ser "um salário suficiente para fundar e manter dignamente uma família" (LE,19). Desse modo, a Igreja não se indispõe nem com os capitalistas nem com os assalariados.

João Paulo II lembra ainda, os sindicatos modernos que se desenvolveram sobre a base da luta dos trabalhadores, especialmente os operários industriais, para a tutela de seus direitos perante os empresários e proprietários dos meios de produção. Neste sentido, os sindicatos devem ser considerados como “elementos indispensáveis da vida social”, fugindo da idéia de considerá-los como mera expressão da luta de classes.

A doutrina social católica não considera, que os sindicatos constituam apenas o reflexo da estrutura de ‘classe’ da sociedade, e que sejam o expoente da luta de classes que governa inevitavelmente a vida social. “Eles são, isso sim, um expoente da luta pela justiça social, pelos justos direitos dos homens do trabalho” (LE,20).

Os sindicatos, nessa perspectiva, devem ser um fator construtivo de ordem social e de solidariedade, do qual não é possível prescindir. São condenadas as exigências sindicais que representem egoísmo de grupo ou de classe em detrimento do interesse geral. É reconhecido o direito de greve como último recurso. Também sendo lançado mão o conceito de solidariedade, como fundamento à própria essência do trabalho, como tarefa coletiva que vincula estreitamente todos os homens, não apenas com seus contemporâneos, mas também com aqueles que os precederam. Dessa forma, já se prenunciava o que seria, mais tarde, a mensagem central da *Sollicitudo Rei Socialis* ³⁷.

Traduzida por *Sollicitude Social*, a encíclica é consagrada ao desenvolvimento, não tratando diretamente do trabalho, mas sim de temas a ele vinculados. É permeada pelo discurso sócio-político, pela reflexão ética e pelo discurso cristão. Outra característica deste texto é a inserção em seu conteúdo, do contexto histórico em que foi escrita.

Apesar de todos os esforços desenvolvidos a partir de diferentes frentes (desde as Nações Unidas, por exemplo), a situação só se deteriorou. Não são apenas os indicadores econômicos e sociais que manifestam esse estado de coisa; mais graves ainda são os de caráter cultural, que têm sua melhor expressão na

³⁷ A segunda encíclica social de João Paulo II inovou, teve como referência à comemoração dos vinte anos da *Populorum Progressio* de Paulo VI, até então, a *Rerum Novarum* havia sido a encíclica que servira como objeto de comemoração. A publicação da encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* foi submetida ao exame de vários cardeais, atrasando a sua data de publicação. Embora seja datada de 30 de dezembro de 1987, e tenha sido anunciada já no discurso diante do colégio cardinalício e da cúria romana, em 22 desse mesmo mês, só foi apresentada oficialmente em 19 de fevereiro de 1988.

violação dos direitos dos homens e dos povos. Neste contexto há uma clara referência aos países coletivistas, que se explica a partir das preocupações pessoais do Papa.

A *Sollicitudo Rei Socialis* denuncia a negação ou a limitação dos direitos humanos como “o direito à liberdade religiosa, o direito de participar na construção da sociedade, a liberdade de associação ou de formar sindicatos, ou de tomar iniciativas em matérias econômicas” (SRS, 15).

Ressalta-se a interdependência do mundo atual que se manifesta de formas diferentes, sendo um fato condicionante que pode ser utilizado como chave para a interpretação de todo o conjunto: relações econômicas internacionais e caráter aberto de todas as economias nacionais; redução de distâncias e facilidade para as comunicações de todo tipo; importância crescente das organizações e estruturas supranacionais. Embora a sociedade mundial ofereça aspectos de fragmentação, expressa com os nomes convencionais de Primeiro, Segundo, Terceiro, e também Quarto Mundo, conserva uma estreita interdependência que, se for separada das exigências éticas, leva a consequências funestas para os mais fracos (SRS,17).

Quando a interdependência não é pautada pela ética, atinge não só os mais fracos como até mesmo os países ricos. “Mesmo no interior destes países se verificam, embora em menor escala, as manifestações características do subdesenvolvimento” (SRS,17). Sendo assim, se o desenvolvimento não é comum a todos, acaba por afetar partes da população dos países desenvolvidos. “Este fenômeno é particularmente indicativo da natureza do desenvolvimento autêntico: ou dele participam todas as nações do mundo, ou não será na verdade desenvolvimento” (SRS,17).

Este ponto de vista é confirmado por Octávio Ianni (1994, p.7) “a globalização do capitalismo expressa também a globalização da questão social”. Ou seja, as desigualdades, que pareciam características somente do Terceiro Mundo, manifestam-se até nos países mais desenvolvidos. As consequências do desemprego estrutural podem resultar na formação de uma subclasse, como manifestação aguda da questão social. Entendida como o segmento da população localizada na parte mais baixa da estrutura de classes, a subclasse tem como características: minoria racial, desemprego por longo tempo, falta de especialização e treinamento profissional, longa dependência do assistencialismo, lares chefiados por mulheres, falta de uma ética de trabalho, droga e alcoolismo.

Tanto a interdependência como a solidariedade, são palavras-chaves para a compreensão desta encíclica. A primeira descreve uma situação de fato, enquanto que a outra expressa a exigência contemporânea.

Antes de mais nada, trata-se da interdependência, em seus aspectos econômico, cultural, político e religioso, entendida como sistema determinante, e assumida como categoria moral. Quando a interdependência é assim reconhecida, sua correspondente resposta, como atitude moral e social, e como virtude, é a solidariedade (SRS, 38).

A solidariedade³⁸ constitui a pedra angular da *Sollicitudo Rei Socialis*, vários papas pronunciaram-se sobre a importância da solidariedade nas relações econômicas e sociais, e sobre as obrigações daí resultante.

Na encíclica há o questionamento sobre as causas políticas das diferenças, concentrando as atenções sobre o quadro político que caracteriza o período histórico posterior ao segundo conflito mundial, e nele se encontra como dado chave a existência de dois blocos contrapostos, os blocos do Leste-Oeste e Norte-Sul, o primeiro visto como o do conflito entre os dois grandes sistemas econômicos. O segundo, na visão de Camacho (1995, p. 429) era como se, “na contraposição entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, nada tivessem a ver os sistemas econômicos e o pano de fundo em que se apóiam. Essa dicotomia impede de ver o problema em toda a sua complexidade”.

São duas ideologias distintas que daí derivam, dois sistemas políticos e dois modelos econômicos, “com duas visões diferentes do homem, da sua liberdade e do seu papel social, propôs e promoveu, no plano econômico, formas antitéticas de organização do trabalho e de estruturas da propriedade, em especial no que se refere aos chamados meios de produção” (SRS, 20). Mas o que a encíclica chama a atenção não é análise da contraposição entre os blocos, mas sim os efeitos ideológicos, econômicos, políticos e militares sobre o Terceiro Mundo.

A *Centesimus Annus* (Centésimo Ano) volta a comemorar a *Rerum Novarum* como o próprio nome indica, publicada pelo Papa João Paulo II em maio de 1991, sendo sua terceira encíclica social. Na abertura, o Papa adverte que se propõe a

³⁸ Segundo RIVAS (1995, p.82) “etimologicamente, o vocábulo solidariedade vem do verbo latino *solidare*, que significa unir fortemente”. Os seres humanos estão fortemente unidos, conformando não somente uma espécie biológica, mas uma comunidade moral que tem um destino comum.

fazer uma releitura da *Rerum Novarum*, convidando “a todos os homens de boa vontade” a “lançar um olhar retrospectivo, para uma redescoberta da riqueza dos princípios fundamentais, nela formulados, sobre a solução da questão operária”; “olhar ao redor” para uma análise das “coisas novas” que rodeiam a todos; e convida a “olhar para o futuro”, para as incógnitas e promessas do terceiro milênio (CA, 3).

Também o texto trata da análise dos acontecimentos relacionados com a queda do coletivismo³⁹ (CA, 4). Este fato se explica pela proximidade temporal e pela magnitude dos acontecimentos, mas também dado o interesse do Papa pelos países coletivistas e seus problemas. Assim, pode-se dizer que existem pontos em comum entre o texto leonino e o analisado.

Na *Rerum Novarum*, era patente o conflito entre liberalismo e socialismo, bem como suas repercussões sobre a Igreja. “Na *Centesimus Annus* o conflito reaparece, embora tenha nova coordenada: fracassou o coletivismo (ou a forma mais desenvolvida do socialismo do século XIX), enquanto que o capitalismo liberal triunfa sem concorrente” (CAMACHO, 1995, p.505).

Na presente encíclica, destacam-se os acontecimentos mais relevantes do século XX, como as duas guerras mundiais, a ditadura comunista de metade da Europa, a corrida armamentista, o surgimento de blocos ideológicos opostos confrontados numa guerra fria, o terrorismo e a ameaça de uma guerra atômica. Também ressalta-se a ambigüidade do progresso científico e tecnológico.

Porém, o acontecimento mais destacado é a crise do “socialismo real”, que chegou a sua expressão máxima no ano de 1989 com a queda do muro de Berlim. O “socialismo real” que João Paulo II tem como referência é a experiência realizada nos países da Europa centro-oriental, quer dizer o comunismo da Rússia e dos países do Pacto de Varsóvia. “Este comunismo é caracterizado pela ditadura política e pela planificação econômica rigidamente centralizada” (RIVAS, 1995, p.96).

Deve-se destacar a falta de rigor conceitual no uso de expressões como socialismo, socialismo real, comunismo, coletivismo e marxismo. Segundo Camacho (1995, p.510), “o marxismo, como sistema de pensamento, continua sendo uma realidade viva, embora hoje seja questionado a partir de diferentes posições. O

³⁹ João Paulo emprega o termo coletivismo e não socialismo, referindo-se ao socialismo real, sistema vigente, naquele tempo, nos países comunistas, de clara inspiração marxista. Desse modo, “seria incorreto aplicar suas afirmações a outras formas de socialismo existentes na Europa ou em outros lugares” (CAMACHO, 1995, p.405).

socialismo, por sua vez, é um fenômeno muito mais complexo, que de maneira alguma pode ser identificado com o coletivismo”.

Em diferentes passagens da *Centesimus Annus*, aborda-se os erros do socialismo, próprio dos países do Leste Europeu, estes poderiam ser resumidos em três: uma falsa antropologia (CA, 13,17, 25), o ateísmo (CA,13, 24), e o recurso à luta de classes (CA,14).

Como consequência dos erros anteriores se dá a luta de classes como meio essencial de ação, sendo que a Igreja não nega o conflito como fato social, mas sim, “a idéia de um conflito não limitado por considerações de caráter ético ou jurídico” (CA,14).

“Luta de classes em sentido marxista e militarismo tem, portanto, a mesma raiz: o ateísmo e o desprezo da pessoa humana, que fazem prevalecer o princípio da força sobre o da razão e do direito” (CA,14). O que o Papa rejeita é a lógica que leva à luta de classes, ou seja, “a idéia de que a luta pela destruição do adversário, a contradição e a própria guerra sejam fatores de progresso e de avanço da história” (CA,18). Portanto, esta também é a lógica da “guerra total”.

Invocando novamente a *Rerum Novarum*, o Papa reafirma a importância do papel do Estado como sendo essencial na vida econômica, de maneira indireta conforme o “princípio da subsidiariedade, criando as condições favoráveis ao livre exercício da atividade econômica, que leve a uma oferta abundante de postos de trabalho e de fontes de riqueza” (CA,15).

O princípio da subsidiariedade é explicado por Rivas (1995, p.114) como sendo “um princípio-chave para entender o modelo ideal de sociedade que a Doutrina Social da Igreja vai perfilando em seus traços gerais”.

Subsidium em latim significa ajuda e, em conformidade com isto, a autoridade, qualquer que seja, em especial a autoridade política do Estado, deve, ainda nas palavras de Rivas (1995, p.115):

1. *Deixar fazer* o que os cidadãos e as sociedades inferiores podem realizar com eficiência a partir de si mesmos com relação ao bem comum.
2. *Ajudar a fazer* o que os cidadãos e as sociedades inferiores podem realizar somente de modo imperfeito com relação ao bem comum.
3. *Fazer por si só* aquilo que os cidadãos e as sociedades inferiores são incapazes de realizar de forma eficiente com relação ao bem comum ou que constitui um risco para este se tal atividade vier a cair em mãos privadas.

Portanto, este princípio tem uma dupla dimensão, se observado a partir do ponto de vista da relação entre o Estado e a comunidade: 1) O que o Estado não deve fazer; 2) O que o Estado deve fazer enquanto reitor do bem comum. A segunda dimensão seria a mais importante principalmente nos países subdesenvolvidos, onde o Estado tem um papel fundamental no processo de desenvolvimento, sendo difícil seu processo de substituição por uma instituição local ou internacional.

Por último, pode-se dizer que a intencionalidade desta encíclica, assim como a Doutrina Social da Igreja, é contribuir para que a humanidade e cada um dos seus povos criem espaços sociais, econômicos, políticos e de relações internacionais, nos quais se viva o clima “especificamente humano”, e que todos alcancem qualidade de vida, sobretudo os mais pobres.

Olhando sob a ótica da Doutrina Social da Igreja, a *Rerum Novarum* elaborada em contexto europeu, enfatizou a propriedade privada como princípio de solução para a ordem social. O Concílio Vaticano II e a *Laborem Exercens* inverteram as posições, colocando o trabalho como “a chave da questão social”.

Os documentos da Igreja deixam claro a permanência do conceito do conteúdo do trabalho e sua centralidade. Afirmam haver uma ordem social, em que há a prioridade do trabalho sobre o capital, significando também o primado da pessoa sobre as coisas. Mas como falar de primazia do trabalho se qualquer problema de ordem financeira empresarial e toda crise do sistema econômico é resolvido com mais arrocho salarial, demissões em massa e sonegação de impostos? A Doutrina Social da Igreja não apresenta um modelo concreto, apenas aponta a direção, os valores que devem ser levados em conta e passa a tarefa de buscar as respostas aos cristãos e a todos que assumem a causa dos trabalhadores.

Através da análise dos documentos da Doutrina Social da Igreja, discute-se o trabalho e se constrói uma idéia de operário, a presença deste é destacada. Assim, dá-se a construção de uma pastoral – a pastoral operária, a qual se busca verificar sua práxis. Mas antes convém analisar em que contexto sócio-político a América Latina se inseria quando se realizaram as Conferências do CELAM, a renovação pastoral da Igreja Católica, as Comunidades Eclesiais de Base e a Teologia da Libertação e de que forma esta dinâmica contribuiu e influenciou na Pastoral Operária.

CAPÍTULO II

A ESPIRITUALIDADE DO TRABALHO A PARTIR DO POBRE

*O mal da ganância produz a miséria,
A fome, a doença e a poluição...
Deus quer que o trabalho e o seu resultado
Promovam a vida, libertem o irmão!
(CNBB, CF, 1991)*

2.1 AS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS

Um ponto de referência para compreender as raízes históricas da Pastoral Operária é a criação e a evolução da Ação Católica, constituída como um movimento minoritário, refletia as relações entre prática política e vida cristã. Com base na Doutrina Social da Igreja, sob a inspiração de Pio XI, tinha por objetivo reforçar a presença do leigo no sentido de uma evangelização da sociedade, ameaçada pelo ateísmo e perda da fé, em oposição tanto ao liberalismo quanto ao materialismo presente no capitalismo e no comunismo, bem como aos movimentos totalitários, de direita, como o fascismo e o nazismo.

Sob o impulso de Dom Sebastião Leme, Arcebispo do Rio de Janeiro e Cardeal desde 1930, figura chave de todo o período, adotou-se o modelo da Ação Católica Italiana. Segundo Oscar Beozzo (1984) o objetivo do Cardeal ao adotar um modelo europeu para o clero, a Igreja e o laicato brasileiro, era organizar a ação do apostolado social e revelar uma força que até então tivera expressão maior na sociedade. Oficializado no Brasil no ano de 1935 sob o modelo italiano, o Movimento de Ação Católica ganhou importância, sobretudo após sua reformulação em 1950. Neste período, o modelo tradicional italiano centralizador e conservador, cedeu lugar ao modelo belga, canadense e francês da Ação Católica especializada. Organizou-se por meios sociais, criando-se, além dos grupos já existentes da Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil Católica (JEC), os da Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Independente Católica (JIC). Cada um desses Movimentos Especializados tinha uma coordenação nacional.

De modo particular, a JUC e a JEC foram se afirmando com grande vitalidade já a partir da segunda metade dos anos 50. Com relação à JOC, sua

presença mais crítica se fez sentir durante a segunda metade da década de 60, quando então assumiu um compromisso com a mudança social radical como elemento da fé cristã (TEIXEIRA, 1991).

Estes movimentos propiciaram um clima de abertura eclesial no país, contribuindo decisivamente para uma perspectiva de atuação crítica do laicato, bem como para nova articulação da fé com a realidade social. Inicialmente a atuação da Ação Católica era de caráter estritamente religioso, mas, mais tarde, foi assumindo também uma dimensão política de conteúdo reformista não-radical. A autonomia do leigo na Igreja começou a ganhar espaço lentamente. Como afirma João Batista Libânio (1986, p.71), inicialmente, considerava-se o “leigo o braço estendido da hierarquia” fazendo-se presente, em nome da Igreja oficial pelo mandato, onde ela não podia estar, como nas fábricas (JOC), no meio dos camponeses (JAC), no meio estudantil secundário (JEC) e universitários (JUC) e independente (JIC).

Sob o impacto interno de renovação suscitada pelos movimentos de Ação Católica Brasileira, foi concebida, estruturada e assentada por Dom Hélder Câmara em 1952, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Dentre todas as ações especializadas, interessa aos objetivos deste trabalho focalizar a Juventude Operária Católica (JOC). Nascida em Bruxelas (Bélgica), em 1925, com o Pe. José Cardijn. Aos poucos, a organização cresceu e começou a se espalhar pelo mundo, chegando ao Brasil em 1948, tendo sido criado o primeiro grupo, em 1932 pelo Cardeal Leme, objetivando ser uma presença da Igreja junto aos jovens trabalhadores que viviam uma dura realidade de injustiça.

Neste período, um número crescente de religiosos e de leigos católicos começou a se preocupar com as camadas populares. Ao mesmo tempo foi ocorrendo a vitalização da Ação Católica, iniciando nova visão pastoral, deixando de ser uma evangelização de massa, não se reduzindo à oração e ao sacrifício, ou tampouco a tarefas bem definidas pelo clero e em dependência dele (MARTINS, 1994).

Segundo o estudioso da JOC, Valmir Muraro, ao lado de outros movimentos da Ação Católica Brasileira especializada em juventude, como a JUC e a JEC, “o jocismo pretendeu promover uma guinada na conduta do catolicismo brasileiro para

a pastoral popular⁴⁰, isto na medida em que aproximava numerosos membros do clero dos operários, e estes, da Igreja" (1985, p.78-79).

O autor afirma ainda que, para o catolicismo as experiências jocistas representaram um apostolado mais próximo daquilo que os trabalhadores esperavam da Igreja, ao nível da interpretação comum, tradicionalmente atrelada aos interesses das elites econômicas do país.

A JOC despertou a Igreja para a importância de se fazer uma "opção pelos pobres", além de levar uma parte do clero a reavaliar seu conceito de "povo" e suas atitudes pastorais, propiciando a inúmeros sacerdotes um contato direto com os trabalhadores e seus problemas, conduzindo-os a uma reflexão sobre a pastoral praticada pela Igreja da época. "Aqueles mais sensíveis partiram para práticas pastorais 'progressistas' e adaptadas às necessidades dos grupos oprimidos que formavam a maioria da população. Descobriram ainda que não fora a JOC que se afastara da Igreja, mas o clero que a abandonara" (MURARO, 1985, p. 80). Isto quer dizer que os sacerdotes criaram uma nova visão dos valores operários e passaram a assumir a postura não apenas daquele que ensina, mas também do que tem muito a aprender, e de orientadores espirituais passaram a ser militantes, defendendo as causas dos trabalhadores.

Em relação ao governo, a JOC indicou a urgência de se promover reformas que minimizassem a miséria material dos trabalhadores. Segundo Muraro (1985, p.79), "parte do clero compartilhava dessa opinião, mas a voz da hierarquia eclesiástica falou mais alto até a década de 1970, pois, sendo constituída por uma maioria conservadora, preferiu optar pela manutenção da harmonia social e pelos interesses das elites econômicas".

Segundo o teólogo Pablo Richard (1984, p. 157), o movimento operário ligado à JOC, com a crise final do modelo populista e desenvolvimentista, "dá início à ruptura definitiva com o estado e a burguesia industrial. Apesar da repressão econômica, política e ideológica, o movimento operário entrou em um processo de amadurecimento a longo prazo".

As experiências jocistas tiveram papel importante no desenvolvimento da chamada Igreja popular do Brasil. "O limite de idade para permanecer no JOC ou o

⁴⁰ Pastoral popular ou pastoral libertadora seriam todas as iniciativas da Igreja no âmbito das classes populares, nas quais o povo encontra um espaço para assumir sua responsabilidade na vivência de uma fé comprometida com os problemas da justiça (LISBOA, 1989, p.29).

abandono da militância levavam muitos jocistas a atuar em organizações como a Ação Popular, as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) e a Pastoral da Terra” (MURARO, 1985, p. 80).

Em São Paulo e Rio de Janeiro, foi primordial a influência do jocismo sobre a Pastoral Operária. Muraro (1985) cita o Boletim Nacional da Comissão de Pastoral Operária, em junho de 1980, onde dom Cláudio Hummes assim se expressou: “É justo, enfim, afirmar que a Juventude Operária Católica, a Ação Católica Operária e essas pastorais operárias têm formado militantes cristãos, que hoje pesam significativamente no movimento operário popular”. A importância da JOC na formação da Pastoral Operária foi desigual nas diferentes regiões, o que não diminui seu valor.

O jocismo propiciou nova concepção de fé, mais envolvida com a vida concreta dos trabalhadores e com práticas pedagógicas importantes para a pastoral popular. Utilizando o método ver-julgar-agir, ainda que restrito, inicialmente, ao âmbito operário, a simplicidade do método e sua capacidade de operacionalizar decisões de equilíbrio entre Fé e Vida fizeram dele o embrião de todo processo futuro de planejamento pastoral. O método foi assimilado pelos outros movimentos de Ação Católica especializada que o adaptaram ao meio (jovem, universitário, independente), sempre em busca de uma eficiente pedagogia de educação da fé.

Para atingir estes objetivos, a estratégia proposta era jogar as reflexões dos grupos de operários nas missas, formar grupos de trabalhadores nas comunidades, usando o método ver-julgar-agir (adaptado à realidade brasileira, que leve ao engajamento do indivíduo e do grupo. É um método indutivo, não dedutivo; parte da realidade, não da teoria). O engajamento no movimento operário abrangendo todos os trabalhadores na luta por seus interesses. Trabalhar dentro da Igreja para mudá-la, ser pastoral, não movimento apostólico. Havia neste método, elementos que permitiam um desdobramento da pastoral social no meio operário.

O VER era acompanhado da recomendação de que a observação inicial dos militantes deveria ocorrer sempre por meios de fatos concretos ocorridos no dia-a-dia. Procurava-se, com isso, evitar um excesso de formalismo e doutrinação. De preferência os fatos deveriam ser aqueles rotineiros ou comuns.

O JULGAR tratava-se da formulação de um juízo de valor acerca do ocorrido à luz da doutrina e da moral católica, mas que freqüentemente era contaminado por outras concepções sociais. Desse modo, entre o vivido e o

concebido, projetava-se o AGIR, seguindo as orientações do evangelho e da doutrina social católica, bem como levando em conta as referências do meio social (FARIAS, 2002).

Os temas levados para as reuniões diziam respeito a toda a vida do jocista, sobre os problemas pessoais, a família, o namoro, o lazer, o trabalho na fábrica e a atuação junto às equipes de influência. Seguindo o método ver-julgar-agir, colocava sua ação, conhecendo-a e julgando-a a partir das normas cristãs dadas pelo Evangelho e definindo, depois, orientações para uma ação futura. Como bem ponderou Heloisa Martins (1994, p.111) “esta metodologia de trabalho nos grupos de JOC é que, na verdade, permitiu que os jocistas pudessem sempre fazer as suas reflexões e definir formas de inserção na sociedade, a partir de um conhecimento *concreto da realidade*”.

Para muitos militantes, a JOC era um movimento transitório, pois após o casamento, teriam de sair, o critério que definia a juventude não era a idade e sim o estado civil. Isto se justificava devido aos problemas do indivíduo casado serem diferentes dos problemas do jovem. “Além de existir o problema sindical, o problema de fábrica, já aparecia um novo problema, que era a família” (MARTINS, 1994, p.134).

Devido a esses fatos, ex-jocistas criaram em 1962 a Ação Católica Operária (ACO) para dar continuidade ao trabalho da JOC entre os operários casados e de mais idade, dando início à chamada pastoral moderna⁴¹. A ACO nasceu, por um lado, sob a influência da encíclica *Mater et Magistra*, de João XXIII, que não só lhe dava uma visão crítica das estruturas socioeconômicas do capitalismo, como também lhe fornecia os instrumentos capazes de corrigir as injustiças sociais. Por outro lado, com a predominância dos debates sobre as reformas de base, o movimento assumia a defesa de uma proposta reformista das estruturas acreditando, ademais, que as mudanças já estavam se realizando (MARTINS, 1994).

⁴¹ A pastoral tradicional tinha por missão conduzir ovelhas a redil seguro e protegido de feras inimigas. Sua crise levou a Igreja a perceber que sem uma identificação com o meio, sem um diálogo com as necessidades e perguntas do homem de hoje, toda pastoral se torna inoperante. Se até então se entendia pastoral como ação da Igreja oficial e clerical no mundo, amplia-se o conceito para ação de cristãos, conscientes de sua representatividade eclesial, de sua ligação explícita com o corpo oficial. Portanto a pastoral moderna se compreende antes de tudo como “fermento”, vai-se ao mundo, para inserir-se dentro dele, como levedura na massa (LIBANIO, 1986, p.72).

Como um movimento bíblico e litúrgico, trabalhadores cristãos começaram a se organizar em grupos para enfrentar os desafios do mundo do trabalho. Motivados e inspirados pela fé, descobriram que o trabalho não está a serviço da vida dos trabalhadores. Diante de tal situação, começaram a lutar pela transformação das injustas estruturas sociais. Essa luta inclui como ferramentas os sindicatos, as associações de bairro, o partido político, organizações populares, comitês de desempregados, até movimentos de adolescentes e crianças do meio popular (GUERRA, 1992).

A Ação Católica terminou num impasse dentro da Igreja, com sua dissolução no final da década de 60. Foi extinta pela ação conjugada do Estado, de elementos conservadores dentro da Igreja, pela desagregação interna dos próprios movimentos e ainda pelo fim de uma teologia do laicato, visto apenas como extensão do apostolado da hierarquia. Com o Concílio Vaticano II, entra em colapso uma determinada definição da Igreja e de sua relação com o mundo, que suportava a concepção da Ação Católica: a de estabelecer uma ponte entre a Igreja e o mundo e finalmente a de consagrar um mundo dessacralizado (ARNS, 1981).

Com a crise sofrida pela Ação Católica, alguns militantes começaram a fazer experiências independentes ligadas às comunidades ou paróquias onde o padre apoiasse. Isto porque estes militantes antigos da Ação Católica, juntos com alguns agentes de pastoral na mesma linha, resolveram buscar formas de organização da classe operária cristã mais inseridas na Igreja local.

Tinham como objetivos, em médio prazo, ajudar o operário cristão, a partir de sua realidade e do Evangelho, a engajar-se no movimento operário. Outro objetivo era fazer a Igreja se voltar à realidade operária, utilizando também o método ver-julgar-agir.

2.2 O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO LATINO-AMERICANO

Os estudos sobre a América Latina revelam que na década de sessenta havia uma crescente tomada de consciência do caráter dependente⁴² do

⁴² “Em 1967, F. H. Cardoso e E. Faletto lançam a ‘teoria da dependência’ para explicar a relação entre o desenvolvimento dos países ricos centrais e o empobrecimento dos países periféricos, o enriquecimento de camadas reduzidas desses países periféricos e o empobrecimento-marginalização de suas grandes massas. Essa teoria caía como semente em terreno preparado.

subdesenvolvimento, além de ameaças de violência contra o endurecimento dos regimes militares que nela se implantavam. O mundo ocidental industrializado passava por problemas da chamada sociedade “pós-industrial”. A Igreja, por sua vez, também discutia a necessidade de uma nova reflexão para a compreensão da dimensão política da existência e do empenho cristão, estimulando o sentido em relação às ideologias e às utopias subjacentes aos sistemas sócioeconômicos vigentes.

Segundo Leonardo Boff e Clodovis Boff (1991), é na crise do populismo e do modelo desenvolvimentista, que se encontram as verdadeiras causas do subdesenvolvimento. Os países ocidentais, em processo de desenvolvimento, repassam os benefícios para os países já desenvolvidos e centrais. Quanto aos malefícios são tributados aos países historicamente atrasados, subdesenvolvidos e periféricos. Os teólogos referindo-se a esse contexto expressam:

À dependência entre o centro e periferia se deveria opor um processo de ruptura e de libertação. Portanto, desfazia-se a base para a Teologia do desenvolvimento e se criavam os fundamentos teóricos para uma Teologia da Libertação. As bases reais e materiais só foram dadas quando os movimentos populares e os grupos cristãos já se encontravam militando no sentido de uma libertação sócio-política, aberta para uma libertação completa e integral (BOFF, L. e BOFF C., 1991, p.96).

Assim, a tese vigente na América Latina, referente ao subdesenvolvimento ser o produto histórico e, portanto, consequência do desenvolvimento dos países de capitalismo avançado, foi incorporada pela Teologia da Libertação, sendo que a teoria da dependência⁴³ sustentou as lutas políticas de Terceiro Mundo, contra a hegemonia dos países situados no centro da economia capitalista (MARTINS, 1994).

A palavra de ordem da juventude era mudança, as lutas apontavam não apenas para uma releitura do mundo, mas para sua reinvenção, sobretudo a partir do campo privilegiado dos estudantes, do campo cultural. Emergiam protestos contra a ordem estabelecida, a miséria e a ditadura, havia um clamor por transformações

Frutificou com rapidez. Deu suporte teórico científico para as decisões de Medellín e depois as de Puebla, que influenciarão em profundidade a pastoral do Continente” (LIBANIO, 1986, p.89).

⁴³ Sob esta denominação incluem-se duas linhas bem diferentes: uma, de orientação estruturalista, com origem na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, um organismo especializado das Nações Unidas), a outra, de clara inspiração marxista. Mas ambas têm um ponto em comum: o reconhecimento de que o subdesenvolvimento do Terceiro Mundo não é, como pressupunha Rostow (em 1960 publicou uma obra bastante difundida, no qual formulava uma teoria para explicar o desenvolvimento), uma fase que antecede ao desenvolvimento, mas sim a consequência deste (CAMACHO, 1995, p.318).

profundas de estruturas e valores, pelos direitos humanos e democráticos, por libertação dos oprimidos, pela ruptura com tradições opressoras e pela revolução do comportamento sexual.

O exemplo de Cuba, cuja revolução se deu com a derrota do ditador Fulgêncio Batista, após uma primeira fase democrática com a entrada de Fidel Castro em Havana em janeiro de 1959, e diante da pressão das forças reacionárias, que culminou na tentativa de invasão de 1961, oferecia uma alternativa de esperança para a crescente consciência de que nem ao menos o desenvolvimentismo é viável (seja em sua versão democrática ou militar). O modelo cubano exercia forte atração em um continente que se debatia entre as tentativas desenvolvimentistas patrocinadas por governos moderados (em muitos casos, de orientação democrata-cristã), e a oposição sistemática das oligarquias tradicionais, quase sempre apoiadas pelo exército (CAMACHO, 1995).

Segundo análise de Michel Löwy (2000, p.77) “a vitória da revolução cubana foi o começo de uma onda de lutas sociais e tentativas revolucionárias por todo o continente”. Destaca-se a figura do guerrilheiro Ernesto “Che” Guevara que, depois de apoiar Fidel Castro, nos primeiros anos da revolução, abandonou o cargo que ocupava em Cuba, em 1965, para estender o modelo guerrilheiro a outros países da América Latina e contribuir assim para a revolução em todo o continente. Mas, em 1967, ele foi vítima da repressão que se seguiu à derrubada de Victor Paz Estenssoro, na Bolívia.

A Venezuela sob os governos moderados de Betancourt e Leoni (que preparam a experiência democrata-cristã de Rafael Caldera) vive um período de normalidade institucional, apoiada na exploração de seus recursos petrolíferos. O Chile, nessa mesma época, passa por um período de desenvolvimento, sob o governo de Eduardo Frei (1964 -1970), obtendo resultados iniciais positivos no campo educacional e na reforma agrária, mas que passa por um paulatino esgotamento, abrindo caminho para a vitória de Allende.

Já as ditaduras militares foram mais numerosas, e entre os golpes de Estado mais significativos, destaca-se o de Santo Domingo (1963), dois anos depois da queda de Trujillo; o de Castelo Branco, no Brasil (1964), contra um regime que não obtivera apoio para seu programa desenvolvimentista; o do general Onganía, na Argentina (1966), depois de muitos anos de instabilidade geral, e durante o qual ainda persistia o “mito Perón”; o do Peru (1968), após as tentativas

desenvolvimentistas da coalizão encabeçada por Belaúnde Torres. Também, as ditaduras de Stroessner, no Paraguai, e Duvalier, no Haiti (ambas instauradas em 1957) (SUESS, 1998).

O ano em que se dá a Conferência de Medellín, 1968, é marcado por acontecimentos que atravessaram as instituições, como a Igreja e o mundo como um todo: o Primeiro Mundo⁴⁴ do capitalismo ocidental, o Segundo Mundo dos países comunistas e o Terceiro Mundo da Ásia, África e América Latina, segundo a divisão do mapa-mundi na época da Guerra Fria (SUESS, 1998, p.861)⁴⁵, assim, “o ano de 1968 condensa a miséria, a esperança e o estado de espírito de todo um século”.

As interferências dos Estados Unidos sustentam e preparam nos respectivos países latino-americanos as ditaduras militares. Pairam acusações sobre assassinatos de estudantes, operários, líderes anti-racistas e políticos, massacres de povos indígenas e missionários, seqüestros e torturas de presos políticos e de militantes. À violência dos aparelhos repressivos⁴⁶ do Estado se soma a violência da fome e da marginalização. A esquerda é desarticulada e reproduz o autoritarismo da direita em sua prática revolucionária. No mundo inteiro há mobilização da juventude, “o objetivo mais amplo dos acontecimentos de 68 era a construção de um mundo novo. Frente ao ‘princípio da realidade’ os jovens invocaram o ‘princípio da esperança’. A realidade não é nem natural, nem fatal, ela é histórica” (SUESS, 1998, p.862).

O ciclo das ditaduras latino-americano baseava-se na Doutrina de Segurança Nacional, também chamado de ideologia da segurança nacional, partindo do princípio de que existia no mundo uma confrontação inevitável de civilizações, na qual o comunismo apresentava-se como a grande ameaça para a civilização ocidental cristã, cabendo às forças armadas evitar que as forças internas de subversão ganhassem terreno (CAMACHO, 1995).

⁴⁴ Este conceito começou a desmoronar na década de 1970, o termo ainda era adequado para distinguir os países pobres do mundo dos ricos, e na medida em que o fosso entre as duas zonas, muitas vezes chamadas de “Norte” e “Sul”, se alargava visivelmente, havia muito sentido na distinção (HOBBSAWM, 1998, p.353).

⁴⁵ Para uma sinopse cronológica mundial do ano de 1968, ver Pe. Dr. Paulo Suess, Revista Eclesial Brasileira, dezembro de 1998.

⁴⁶ Para descrição pormenorizada ver a autobiografia de Dom Paulo Evaristo Arns. Da Esperança à Utopia: testemunho de uma vida. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

No Brasil, a situação política mudou em 31 de março de 1964, com a instauração de um regime autoritário, imposto à força pelos militares, destinado a durar até 1985, e da progressiva "democratização", reivindicada abertamente pela Igreja a partir de 1977.

O primeiro presidente militar, Castelo Branco, estabeleceu uma série de limites para a vida política, cassou direitos políticos de inúmeros cidadãos, reprimiu duramente o movimento sindical. A partir de 1968, o surgimento de uma série de organizações defensoras da luta armada e a atuação do movimento estudantil levou o governo à decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que deu ao presidente da República poderes excepcionais e eliminou praticamente todos os restos de liberdades democráticas que ainda existiam no Brasil.

A Igreja tinha apoiado a política "desenvolvimentista" dos anos 50, tinha mantido o apoio às "reformas de base" no início dos anos 60, até a declaração da Comissão Central de abril de 1963, por ocasião da divulgação da "*Pacem in Terris*".

Segundo Antoniazzi (2002, n. 641), nesta altura, porém, se manifestavam as divisões no seio do episcopado. O cardeal Dom Jaime de Barros Câmara demitiu-se da presidência da CNBB, Dom Helder pediu para deixar o lugar de Auxiliar do Rio de Janeiro sendo transferido em março de 1964 para São Luís do Maranhão e, logo depois, para Olinda e Recife.

Em relação ao golpe de 31 de março de 1964, os conservadores da Igreja declararam aceitar a intenção da "Revolução" de livrar o País do comunismo e agradeceram aos militares, mas fizeram ressalvas e o voto de que sua reconstrução seguisse a Doutrina Social da Igreja.

Mas, os anos seguintes mostraram os rumos autoritários dos militares no poder, o sacrifício das liberdades democráticas e as divergências profundas com relação à Doutrina Social. Pois, segundo Antoniazzi (2002), no seio do episcopado, as simpatias para com o movimento militar e a nostalgia da aliança com o poder civil vão arrefecendo, na medida em que as promessas de democratização são desatendidas e, ao contrário, a pressão se torna mais violenta e o uso da tortura, mais freqüente. Ao mesmo tempo, amadurecia no conjunto da Igreja, a partir de iniciativas pioneiras, depois acolhidas por muitos, uma nova opção, política e pastoral, que parecia inverter a tendência predominante desde os anos 30, de "concordata moral" com o poder civil e de apoio às classes dirigentes. Esta opção (paradoxalmente ajudada pelo regime militar da época e pela recusa das elites de

manter com a Igreja o "compromisso tácito" de aliança) significa que a Igreja, enquanto instituição, renuncia à aliança com as elites e assume mais decididamente a solidariedade com o povo (ANTONIAZZI, 2002).

Durante o governo do general Médici, no início dos anos 70, o regime militar brasileiro atingiu o seu auge, como já dito, quando as chamadas forças de oposição formadas por políticos, operários, estudantes, intelectuais, religiosos foram presos, torturados, exilados, e muitos assassinados.

Segundo Antoniazzi (2002), esses fatos despertaram a consciência dos Bispos e Superiores Religiosos como emergiu nos documentos de maio de 1973, publicados por ocasião do 25º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948). Destaca-se o documento de alguns Bispos e Superiores do Nordeste, "Eu ouvi os clamores de meu povo", assinado entre outros por Dom Helder Câmara. Mas nem todos os bispos estavam de acordo com as críticas ao regime. Dom Vicente Scherer, cardeal-arcebispo de Porto Alegre, em 19 de junho de 1973 declara que "não cabe à Igreja opinar sobre política econômica", referindo-se ao documento dos bispos do Nordeste. Opinião oposta manifesta Dom Fernando Gomes, arcebispo de Goiânia, poucos dias depois.

Mas somente em 1976, o conjunto do Episcopado mostrou-se abalado por vários atos de violência e reagiu com um contundente 'Comunicado Pastoral ao Povo de Deus', assinado pela Comissão Representativa da CNBB em outubro e seguido logo depois por 'Exigências Cristãs da Ordem Política', aprovado quase unanimemente pela Assembléia de fevereiro de 1977. "Neste documento, o Episcopado toma claramente posição a favor da democratização (só completada formalmente em 1985, com a eleição do primeiro Presidente civil desde a revolução militar de 1964)" (ANTONIAZZI, 2002, n. 641).

Seguindo o raciocínio do mesmo autor, este aponta uma evolução mais profunda na própria posição do Episcopado: o documento de 1977, *Exigências Cristãs da Ordem Política*, apresenta o esquema clássico do Magistério eclesiástico, ou seja, a Igreja se apresenta como mestra da verdade e da ética e indica à sociedade, a verdadeira e correta ordem política. No documento de abril de 1986, da mesma CNBB, *Por uma nova ordem constitucional*, quando o País está discutindo a nova Constituição democrática, os Bispos não pretendem mais falar como "mestres da verdade" no campo ético-político, mas como defensores da vontade do povo.

Como se verá mais adiante com maior detalhamento, deve-se lembrar o forte apoio da Igreja aos sindicatos nas greves de 1979 -1980 (as primeiras desde 1968), especialmente nas grandes fábricas de automóveis do "ABC" paulista; e a intervenção das Assembléias da CNBB no debate de grandes temas sociais, como "Trabalho e Justiça para todos" (1978), "Igreja e problemas da terra" (1980) e "Solo Urbano e Ação Pastoral" (1982), "Solidários na dignidade do trabalho" (1991), "Sem trabalho... por quê?" (1999), temas retomados e ampliados nas "Campanhas da Fraternidade"⁴⁷ anuais, sendo que o tema "trabalho" mereceu destaque três vezes.

Sob a perspectiva econômica, ainda se prolonga a fase expansionista na década de setenta, promovida pelo modelo desenvolvimentista que adquire mais força depois da Segunda Guerra Mundial, aproveitando a conjuntura altista da economia internacional. Esse desenvolvimento promoveu a industrialização para substituir as importações⁴⁸ tradicionais de bens de consumo, pondo em marcha um amplo processo de transnacionalização da economia latino-americana (CAMACHO, 1995).

Mas paradoxalmente este fator desencadeia um crescimento seletivo e discriminatório, que gera pobreza crescente (marginalização, desemprego, problemas habitacionais, desnutrição, doenças e fome). Além da "manutenção do processo de desenvolvimento, exige sacrificar cada vez mais os direitos humanos e as liberdades democráticas. As forças econômicas têm de valer-se das ditaduras militares para conter a tentação de violência do povo" (CAMACHO, 1995, p.468). O autor atribui estes paradoxos a dois fatos significativos dessa década: a crise da economia internacional e sua repercussão na América Latina, e a doutrina da segurança nacional como legitimação ideológica das ditaduras militares.

Este período foi marcado por altas taxas de crescimento⁴⁹ econômico, caracterizando o chamado "milagre econômico brasileiro",⁵⁰ só que isso não se

⁴⁷ A Campanha da Fraternidade é uma campanha realizada na Quaresma e destinada também a coletar contribuições financeiras. Iniciada em 1964, tratou por muitos anos de temas catequéticos, passando decididamente a temas sociais a partir de 1978 (trabalho, 1978; ecologia, 1979; migrações, 1980; saúde, 1981; violência, 1983; fome, 1985; terra, 1986; menores, 1987).

⁴⁸ O conceito de substituição de importações, além de significar o início da produção interna de um bem antes importado, denota também uma mudança qualitativa na pauta de importações do país. Conforme aumenta a produção interna de bens de consumo anteriormente importados, aumenta também a importação de bens de capital e de bens intermediários necessários para essa produção, este fato caracterizou não apenas o Brasil, mas também boa parte da América Latina.

⁴⁹ O período 1968-1973 caracterizou-se pelas maiores taxas de crescimento do produto brasileiro na história recente, com relativa estabilidade de preços. A taxa média de crescimento do

refletiu no aumento do bem-estar do conjunto da população. Apenas beneficiou as classes de maior renda, incluindo-se parte da classe média assalariada que fornecia quadros técnicos necessários à gestão da economia, como engenheiros, economistas, administradores, analistas de sistemas e outros.

Como consequência da diminuição⁵¹ do valor real do salário mínimo, aumentou a concentração de renda. Isto fez com que se elevasse o número de pessoas empregadas por família, na tentativa de repor a renda. Aumentou a exclusão social desse período, podendo ser sintetizadas no agravamento das condições de saúde da maioria da população, que se deteriorou a ponto de ocorrerem epidemias como a de meningite e voltarem a crescer taxas de mortalidade infantil em todo o país.

E como consequência das horas extras e da intensidade de trabalho, ocorreu uma elevação dos acidentes de trabalho. Houve, enfim, um agravamento de todo o quadro social no país, incompatível com o aumento da riqueza nacional. Em resumo, o milagre econômico brasileiro seria “um intenso crescimento da acumulação capitalista beneficiado por altíssimas taxas de lucro resultantes da compressão dos salários dos trabalhadores” (MARQUES e REGO, 2001, p.117).

Esta situação se estendeu até 1973, quando a crise do petróleo, associada ao aumento da dívida externa⁵² e ao retorno da inflação, interrompeu um longo ciclo de expansão econômica mundial. Os países latino-americanos preferiram optar, em geral, pela manutenção do crescimento, acentuando o processo de endividamento iniciado no período anterior. No entanto, as estratégias adotadas (os ‘estilos’ de crescimento) eram bem distintas: “de um lado, Brasil e México esforçaram-se para aprofundar o processo de substituição de importações, por meio de medidas protecionistas e intensa participação estatal; de outro, Argentina,⁵³ Chile e Uruguai

produto situou-se acima dos 10% a.a., atingindo 14% em 1973 e com uma taxa de inflação de 15,5 %, chegando a 77,2% em 1979 (VASCONCELLOS, 1999).

⁵⁰ Para um estudo mais aprofundado deste tema ver: MARQUES, R. REGO, J. Economia Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2001. VASCONCELLOS, M. A.; GREMAUD, A.; TONETO R. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Atlas, 1999. HOBBSAWM, Eric J. Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁵¹ O salário mínimo real sofreu uma perda de poder aquisitivo de 42% entre 1964 e 1974 (VASCONCELLOS, 1999).

⁵² A dívida externa cresceu aceleradamente, passando de US\$ 6,2 bilhões em 1973 para US\$31,6 em 1978, crescendo a taxa de 38,7% ao ano (VASCONCELLOS, 1999).

⁵³ Na Argentina, em 1976, um golpe militar derrubou o governo de Isabelita Perón, que havia chegado ao governo em 1974 como vice de seu marido, Juan Perón, velho líder populista que se elegeu prometendo devolver ao povo o padrão de vida das décadas de 40 e 50. O fracasso do retorno ao populismo se evidenciou com a explosão de movimentos de guerrilha urbana com o

promoveram a abertura comercial e financeira de suas economias” (FUSFELD 2001, p.299).

A partir de 1974, o presidente Ernesto Geisel adotou uma política de abertura lenta e gradual, fazendo gradativamente pequenas concessões democráticas. Em 1979, assumiu o poder o último presidente militar, João Figueiredo, num contexto de crise econômica, endividamento externo, insatisfação social e crescimento dos grupos de oposição.

No regime militar brasileiro, o cargo de presidente era ocupado por generais eleitos por seus pares de caserna. Diferente do que ocorreu no Chile, a ditadura se identifica inteiramente com a figura de Augusto Pinochet, que liderou o golpe que derrubou o governo socialista de Salvador Allende, em 1973. Pinochet, cujo poder se estendeu até 1989, adotou uma política de violenta repressão aos grupos oposicionistas, que gerou milhares de mortos, desaparecidos, presos e exilados, ao mesmo tempo em que revertia inteiramente a política econômica e social adotadas por seu antecessor: terras divididas pela reforma agrária e empresas estatizadas foram devolvidas a seus antigos proprietários, foram realizadas privatizações em massa, a economia se abriu para o capital estrangeiro: sob Pinochet, a economia chilena foi um tubo de ensaio para a aplicação de políticas neoliberais,⁵⁴ que, posteriormente, seriam aplicadas em quase todos os países da América Latina.

Diante da crise de sistemas econômicos que conduziram a fracassos e frustrações, apresenta-se como solução uma economia de livre mercado, sob o rótulo de neoliberalismo e com um alcance que vai além do puro campo econômico, e que parte de interpretações estreitas ou reducionistas de determinados segmentos.

Exército Revolucionário do Povo (ERP) e Montoneros, que desafiavam a autoridade do Estado e levaram à radicalização política e ao golpe militar. Ao subir ao poder, o general Jorge Videla desencadeou violentíssima repressão que culminou em milhares de mortos e desaparecidos, além de uma série de problemas econômicos e sociais (FUSFELD 2001).

⁵⁴ O neoliberalismo é uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é o Caminho da Servidão, de Friedrich von Hayek, escrito em 1944. Trata-se de uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social que, segundo seus adeptos, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência (ANDERSON, 1995). Segundo James Petras (1997, p.18) as políticas neoliberais podem ser resumidas em cinco metas essenciais: estabilização (de preços e das contas nacionais); privatização (dos meios de produção e das empresas estatais); liberalização (do comércio e dos fluxos de capital); desregulamentação (da atividade privada) e austeridade fiscal (restrições aos gastos públicos).

Em suma, os anos oitenta se caracterizaram pela inflação⁵⁵ agravada pelo déficit fiscal, pelo peso da dívida externa e pela desordem monetária, pela destruição das economias estatais em razão da perda de recursos fiscais, da corrupção, pela queda das inversões tanto nacionais quanto estrangeiras, entre outros fenômenos.

Segundo análise de Antoniazzi (2001), no plano sócio-político, a redemocratização tinha suscitado grande expectativa popular, especialmente na campanha das “diretas-já” (1984), movimento de massa que reivindicava as eleições populares para Presidente da República. O movimento não alcançou o êxito esperado, mas o primeiro Presidente civil eleito em 1985, por um colégio eleitoral formado de senadores e deputados, segundo as decisões dos militares ainda no poder, não foi o candidato do Governo, e sim o da oposição, Tancredo Neves que veio a falecer prematuramente, sem assumir o governo. Os governos que o sucederam, mostraram ao povo brasileiro que a superação da dívida externa e a política neoliberal das privatizações e abertura de mercado nacional só levam a um maior empobrecimento (DUSSEL, 1992).

Quanto à condução da Igreja, os bispos progressistas⁵⁶ da CNBB⁵⁷ se mantiveram por poucos anos, pois gradativamente o Vaticano vem nomeando bispos conservadores para as dioceses. O processo de nomeação privilegia os de mais idade e menos comprometidos com a realidade da vida do povo. Há uma inversão de tendências segundo as diretrizes da ala conservadora da Igreja para o qual (em

⁵⁵ As taxas de inflação (IGP-DI) sofreram uma elevação de 40,5 % em 1978 para 235,1% em 1985 (VASCONCELOS, 1999).

⁵⁶ Há o registro de 293 bispos da CNBB nos órgãos de informação do governo, por atividades contrárias ao Estado. Na realidade não fizeram nada mais do que assumir posição contra os interesses das classes dominantes em uma ou outra ocasião. Nessa lista estão presentes nomes como: D. Paulo Evaristo Arns, cardeal de São Paulo; D. Aloísio Lorscheider, cardeal de Fortaleza; D. Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu (RJ); D. Tomaz Balduino (GO); D. Pedro Casaldáliga, São Félix do Araguaia (MT); D. Mauro Morelli, Duque de Caxias (RJ); D. Ivo Lorscheiter, Santa Maria (RS); D. Cândido Padin, Botucatu (SP); D. Waldir Calheiros, Volta Redonda (RJ); D. Geraldo Agnelo, Londrina (PR) e muitos outros (LIMA, 1990).

⁵⁷ Entre os próprios bispos, acentuam-se as divergências. À unidade dos anos 1975-1985, substitui-se uma divisão, sobretudo na hora das eleições na CNBB: em 1995, depois de 24 anos de predomínio de “progressistas” (apoiados pela maioria dos “moderados”) na direção da Conferência Episcopal, é eleito presidente – com poucos votos de diferença – o candidato dos “conservadores”, o cardeal Lucas Moreira Neves. Em 1999, é eleito o candidato “progressista/moderado” de 1995, o bispo dom Jayme Chemello, mas secretário geral continua Dom Raymundo Damasceno de Assis, eleito já em 1995 pelo grupo conservador (ANTONIAZZI, 2001).

regime democrático) esta deve deixar o papel supletivo de defesa dos direitos humanos e de promoção da democratização, assumido durante o governo autoritário (1964 -1985), e dedicar-se mais ao espiritual.

A anistia e a redemocratização aliadas à emergência de movimentos populares e sindicatos, preocupadas com as condições de vida (carestia, habitação, posse da terra, direitos humanos) e com a situação da classe operária, fazem com que, aos poucos, a CNBB deixe de ter exclusividade na interlocução, quando ela era voz dos sem voz.

As tarefas de proteção e escudo dos conflitos, aos poucos, são assumidas pelas entidades de classe organizadas, movimentos populares, sindicatos e outras iniciativas. Começa uma nova etapa no agir da CNBB à medida que abrandava o regime militar, os grandes temas nacionais tornaram-se preocupação de toda a sociedade civil.

O papel das minorias permanece em segundo plano. Não que se tornem menos importantes. Passam a exercer a função de aprofundamento e explicitação de temas pastorais limites, através de encontros e cursos anuais, principalmente entre bispos, ampliados pela presença latino-americana.

2.3 A RENOVAÇÃO PASTORAL DA IGREJA

O contexto político-econômico propiciou mudanças da Igreja e na sociedade brasileira. Na ótica de Antoniazzi (2002) a mais importante, foi o deslocamento sócio-político da Igreja, da aliança com as elites e o poder para uma mais nítida e efetiva solidariedade com o povo. A Igreja passou por uma renovação e reconstrução a partir de baixo, da base, de sua inserção na vida do povo. A Assembléia Geral da Conferência realizada em Roma em 1964 assumiu o Planejamento Pastoral como instrumento de renovação, (conhecido pelo nome de *aggiornamento*) da Igreja no Brasil. O processo de planejamento pastoral guarda as intuições da herança metodológica da Ação Católica e torna-se o principal instrumento de aplicação dos princípios renovadores do Concílio Vaticano II.

A renovação pastoral da Igreja no Brasil tem raízes em diversos movimentos eclesiais, que antes, durante e depois do Concílio Vaticano II vieram à luz.

Desejava-se uma reaproximação da Igreja às suas origens: volta à Igreja do evangelho e dos pobres, ou ao menos, volta à Igreja antiga, dos Padres, e a uma Igreja não identificada apenas com a hierarquia, mas com o "povo de Deus". Igreja em que todos são sujeitos ativos, que participam da missão confiada inicialmente aos apóstolos. Igreja que redescobre e valoriza a dimensão comunitária, entendida especialmente como "comunidade de dimensões humanas", onde todos se conhecem e são reconhecidos (ANTONIAZZI, 2002, n.641).

Este ideal no Brasil é acolhido e assumido não apenas espontaneamente por algumas comunidades eclesiais tradicionais, como as "capelas" do interior rural, mas se torna um objetivo explícito do "Plano de Pastoral de Conjunto" - PPC (1966-70)⁵⁸, o primeiro plano assumido oficialmente pela Conferência Episcopal, consagrando o processo de Planejamento Pastoral, destinava-se a aplicar as conclusões do Concílio e substituíu o Plano de Emergência de 1962. Tinha, ainda, o objetivo de "proporcionar à Igreja novo dinamismo, novas estruturas, novas possibilidades de ação e preparar terreno propício para uma ampla renovação da linha do Concílio Vaticano II" (MARTINS, 1994, p. 160).

Desse modo, ação eclesial e fatos sociais se encontram na mediação exercida pela CNBB, enriquecida pelo processo de planejamento pastoral e pela vontade eficaz de renovar a presença evangelizadora da Igreja, num amplo processo de comunhão e participação. Tudo isso facilitou o entrelaçamento da instituição eclesial com a religiosidade do povo e os movimentos sociais.

O Plano de Pastoral de Conjunto, aprovado para vigor por cinco anos, foi o principal instrumento que a CNBB teve em mãos para concretizar o seu serviço eclesial. A Ação Católica deixou como herança positiva a metodologia do ver-julgar-agir, aperfeiçoada por novos protagonistas. Planejar a ação não era apenas uma questão de técnica. Estava em jogo a operacionalização de um dos grandes desafios do Concílio Vaticano II: aproximar, sempre mais, a fé e a vida humana em toda sua realidade.

Segundo o Pe. Virgílio Leite Uchôa (2001), o planejamento, visto como um processo, aparece então como o grande instrumento capaz de reavivar os escritos do Concílio. Sendo que, o processo, que não é apenas técnico, torna-se também fonte de espiritualidade e conversão. Planejar significava avaliar continuamente as

⁵⁸ Conforme *Plano de Pastoral de Conjunto*. Rio de Janeiro, Livraria Dom Bosco, 1967, 2ª ed., p. 57-58. Após 1970, a CNBB não publicou mais planos pastorais, mas conservou as linhas gerais do Plano Pastoral de Conjunto e, a partir de 1975, a cada 4 anos, publicou "Diretrizes Gerais da Ação Pastoral" (desde 1995, "Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora").

ações, sabendo voltar atrás quando necessário e assim sempre recomeçar, tendo a certeza da experiência adquirida nos passos dados.

O PPC, após traçar objetivos gerais e específicos a serem permanentemente perseguidos, procurava realizar projetos que integrassem os três passos - realidade, reflexão e ação - e, ao mesmo tempo, levassem a olhar todos os aspectos da vida humana e da missão da Igreja. Consagram-se as chamadas seis linhas de ação (unidade da Igreja, ação missionária, catequese, ação litúrgica, ecumenismo e presença da Igreja no mundo), especificam-se e enfatizam-se a unidade e a diversidade na ação pastoral, bem como a interligação das várias ações pastorais (UCHÔA, 2001).

No texto do PPC (1967), destaca-se um trecho que diz respeito a “promover a melhor inserção do povo de Deus como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus”. Desse modo, a Igreja incentivaria e promoveria movimentos e organizações a partir de uma reflexão cristã, se propondo a agir em seus campos de atividade, no sentido de se constituírem em “testemunhos e fermento”, na construção do mundo. Nesse plano pastoral, dá-se importância à fundamentação teológica, que permitia não só esclarecer melhor as opções pastorais da Igreja, mas que ajudava, também, a definir em que consistia o mundo “segundo os desígnios de Deus”.

Segundo Martins (1994, p.161), essa fundamentação já se encontrava, de certa forma, na “Doutrina Social da Igreja, mas foi a Teologia da Libertação que, lidando com categorias como pobre, oprimido, libertação, entre outras, aprofundou a reflexão e deu sustentação teórica desse projeto de uma nova Igreja”.

O Plano de Pastoral de Conjunto também desencadeou as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que estimuladas pelo processo de renovação, eram uma esperança de renovação da vida e um novo jeito de ser Igreja. Com sólidas bases teológicas, enraizadas na *Lumen Gentium* (Concílio Vaticano II) ancoradas no processo de participação e comunhão, aparecem como alternativas para a nova divisão de poderes de serviço na Igreja.

A história das CEBs no Brasil remonta ao início dos anos sessenta, quando foi criado o Movimento de Educação de Base, no Nordeste, inspirado no método Paulo Freire, mentor metodológico e ideológico do programa de alfabetização de adultos que transcendendo as primeiras letras, visava o desenvolvimento

comunitário, além da aplicação de técnicas sanitárias e agrícolas, noções de democracia política e direitos sindicais (JURKEVICS, 2002).

Adquirem vida autônoma nos anos 70, dando origem aos "Encontros Intereclesiais"⁵⁹ de CEBs, mistura freqüentemente a existência de comunidades com raízes na tradição (capelas, comunidades rurais, novos bairros nas periferias urbanas formados por imigrantes de origem rural) com a ação de agentes de pastoral, bispos, padres e leigos formados pela Ação Católica, às vezes assessores teólogos e sociólogos.

Segundo análise de Antoniazzi (2002), o florescimento das CEBs no Brasil, que levou à organização de cerca 100.000 (cem mil) comunidades de base no início dos anos 90, tem suas origens na convergência em pelo menos dois fatores: de um lado, a existência de comunidades católicas tradicionais no interior (até então pouco assistidas pela Igreja oficial), e, por outro, a ação planejada de uma nova geração de bispos, padres e leigos (às vezes, intelectuais) inspirada pela Ação Católica⁶⁰ e a eclesiologia do Vaticano.

Segundo alguns estudiosos⁶¹, entre eles Teixeira (1991, p.563) as Comunidades Eclesiais de Base constituíram no Brasil um dos fenômenos mais decisivos na configuração de uma nova perspectiva de Igreja, "trata-se de uma experiência comunitária que possibilita a afirmação da cidadania dos pobres como sujeitos sociais e eclesiais (...) possibilita a tomada de consciência da dignidade e do valor dos pobres enquanto sujeitos sociais".

Ao explicar a gênese das CEBs⁶², Teixeira (1991), reconhece que é no amplo contexto dos fenômenos sociopolítico-eclesiais, que deve-se situar a devida compreensão de seu significado e a articulação fé e vida presente em seu interior.

⁵⁹ Os encontros intereclesiais, que se sucedem até hoje, desde o 1º realizado em Vitória, ES, se tornaram um forte fator de mobilização das experiências de CEBs. Como tais encontros e as próprias experiências tinham grande vitalidade e representatividade, aos poucos se tornaram uma iniciativa nacional, cada vez mais assumidas por dioceses, responsáveis pelos sucessivos encontros.

⁶⁰ Segundo Teixeira (1991), a ACB exerceu papel essencial na origem das CEBs, devido a afirmação da cidadania do laicato através da experiência singular de modo particular a JUC, JEC e a JOC.

⁶¹ Sobre a história das CEBs destaca-se: Marcello de Carvalho AZEVEDO, *Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé*. S.Paulo, Loyola, 1986; ISER, *As comunidades de base em questão*. São Paulo, Paulinas, 1997 e CEHILA - 500 anos de História da Igreja na América Latina, 1991.

⁶² Apesar de existirem exemplos de CEBs já no início de 1960 seu crescimento se acelera depois de 1969. Em Curitiba sua origem remonta a outubro de 1968 a partir do Plano de Pastoral Orgânica da Arquidiocese.

Complementando essa idéia com a análise de Frei Betto (1983) este afirma que, devido o cerceamento às organizações populares e sindicais pós - golpe militar de 1964, lançando na clandestinidade, na prisão ou no exílio as lideranças do movimento popular, este vazio é preenchido pelo único espaço sobre o qual o aparelho de Estado não incidia diretamente, que era da Igreja Católica. Assim, as CEBs, se organizaram com certa facilidade devido à falta de outras alternativas de movimento popular e também ao fato da instituição eclesial estar repensando seu caráter pastoral e à motivação religiosa das CEBs que, à primeira vista, não causavam suspeitas aos braços repressivos do aparelho do estado. As pessoas reuniam-se em novenas, romarias, círculos bíblicos, sem que isso trouxesse apreensão tanto a elas quanto aos órgãos de segurança.

Já o documento elaborado pela secretaria das CEBs de Curitiba (1991), atribui os principais fatores que influenciaram sua origem referente à crise institucional da Igreja, devido à falta de religiosos e padres para o trabalho com o povo; precedentes experiências históricas de ação pastoral; pesquisa de uma nova ação pastoral, uma busca de instrumentos novos; crise social e busca de novas relações sociais primárias e influências de uma nova ação da Igreja e de uma nova teologia pós - Vaticano II.

Nas CEBs, descobriu-se a dimensão narrativa da fé e da espiritualidade libertadora, através da oração comunitária, liturgia e da eucaristia. Segundo José Ramos Regidor (1996, p.40) “a leitura da Bíblia na comunidade desvela os relatos históricos da aliança entre o povo de Israel e o seu Deus e os relatos da fé no evento de Jesus, transmitidos pelas primeiras comunidades cristãs”.

Ainda segundo o autor, na celebração eucarística da comunidade procura-se interligar o relato da sua história atual (crises e lutas, derrotas, dificuldades, tristezas, alegrias, resistência, volta das pequenas utopias, separação da própria terra e nova relação com a natureza) com os relatos bíblicos da história da fé, da história do Povo de Deus, da história de Jesus e da história das primeiras comunidades. Surge assim uma nova liturgia que se exprime em novos símbolos, cantos e orações, em sintonia não só com os problemas atuais como também com a fé. Para Sader (1995, p.163) “a participação dos leigos em ritos eclesiais concorre para a autovalorização do grupo e o sentimento de sua dignidade pelo exercício de funções com conotação sagrada”.

Desse modo, como expressou Michael Löwy (2000, p.83), as CEBs são muito mais convencionalmente religiosas do que se imagina “elas apreciam e praticam uma série de orações e ritos tradicionais (rosário, vigílias noturnas, adoração e comemorações como procissões e peregrinações) que pertencem à religião popular”. Fazem parte de uma diocese e têm conexões mais ou menos regulares com agentes pastorais como padres, irmãos religiosos e, com mais frequência, irmãs. Pouco a pouco as discussões e atividades da comunidade se expandem, geralmente com a ajuda do clero, e começam a incluir tarefas sociais como lutas por moradia, eletricidades, esgoto ou água nos bairros urbanos, lutas pela terra no campo. Dessa forma, os participantes das CEBs vão aos poucos abandonando a atitude passiva de resignação, esperando as soluções de fora e começaram a fazer história com suas próprias mãos, entrelaçando a fé e a vida, o cotidiano e as questões globais, como a política do país.

Contribuíram, assim, para a criação e o desenvolvimento de movimentos sociais como o Movimento contra o Custo de Vida, Movimento contra o Desemprego, o Movimento pelo Transporte Público, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e muitos outros. Em certos casos, a experiência dessas lutas estimulou a politização dos membros das CEBs, propiciando que vários de seus membros e líderes entrassem para os partidos políticos (LÖWY, 2000). Essa experiência também foi significativa não só para dar qualidade nova aos movimentos sociais e políticos, mas encorajou a auto-organização das bases e uma desconfiança da manipulação política, da retórica eleitoral e do paternalismo estatal.

Segundo Oscar Beozzo (1997), numa entrevista ao jornal Gazeta do Povo, a religiosidade popular tem raízes muito fundas na cultura brasileira. As CEBs surgiram em lugares onde essa religiosidade popular era muito forte, mas não soube se relacionar com ela.

Houve um período, no começo, em que se deu ênfase ao engajamento social e político. Rejeitava-se o lado da religião popular, principalmente pelas marcas de fatalismo que ele carregava. Quando uma criança morria, acreditava-se que era por vontade de Deus e nada podia ser feito. Na CEB, porém, a conversa era outra. Dizia-se que a morte havia ocorrido porque faltava um posto de saúde no lugar. Existiam conflitos entre fé fatalista e a fé militante (BEOZZO, 1997, p.4).

Beozzo afirma que, em muitos lugares, já ocorreu um reencontro entre as CEBs e a religiosidade popular, casando um elemento tradicional desta, a romaria,

com a dimensão social. “Há romarias, em locais de ocupação de terra ou em direção a santuários, que reúnem até 70 mil pessoas” (1997, p.4).

Löwy (2000) destaca que em relação à “democracia das bases”, em oposição não só ao autoritarismo militar, como também, a três tradições políticas principais do país: o clientelismo – praticado tradicionalmente nas áreas rurais pelos proprietários de terras e nos centros urbanos por políticos profissionais que distribuem favores (empregos, dinheiro); populismo que, sob Vargas e seus seguidores, permitiu que o governo criasse “de cima” o movimento sindical e popular; e o verticalismo, muitas vezes utilizado pelas forças principais da “velha” Esquerda, seguindo o exemplo soviético ou chinês. Graças a essa nova cultura, os militantes das CEBs, com o apoio de teólogos e parte do episcopado, contribuíram para construir o movimento trabalhista de massas maior e mais radical de toda a história brasileira.

As comunidades de base ajudaram a criar uma nova cultura política no Brasil, simbolizando parte da libertação daquilo que escraviza o homem e o impede de identificar-se como sujeito de sua própria história. No cerne desse movimento está a proposta de uma nova teologia. Conhecida como a Teologia da Libertação (TdL), que segundo seu principal expoente brasileiro, Leonardo Boff (1994), há uma conexão muito estreita entre o fenômeno das CEBs e a TdL, são dois momentos de um mesmo processo de mobilização do povo, nascido desse mesmo povo. Assim, enquanto as CEBs representam a prática da libertação popular, a TdL é a teoria desta prática.

2.4 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: A PRÁXIS DA IGREJA DOS POBRES

Na Alemanha, Jürgen Moltmann em 1965, propôs uma teologia chamada de Teologia da Esperança. Essa propunha que toda religião é recheada de utopia e que a religião cristã deveria apresentar esperança ao povo, promovendo revolução e não servir de ópio e alienação ao povo.

Porém, antes de Moltmann, o teólogo Paul Tillich já dizia algo como socialismo religioso. A teologia de Tillich era elaborada a partir da leitura histórica e da análise existencialista. Nisso se identificava com Karl Marx. Esse método de teologizar o levou a propor uma identificação da teologia com o povo, que em sua época sentia os horrores da guerra mundial (LÖWY, 1991).

O brasileiro Rubem Alves apresentou em Princeton em 1969, originalmente como tese, *A Theology of Human Hope* (Uma Teologia da Esperança Humana). Nessa obra o teólogo volta-se para a necessidade do Terceiro Mundo, em especial a situação da América Latina. Porém, infelizmente não conseguiu êxito em aplicar sua teologia na Igreja Protestante Brasileira, devido à ligação do protestantismo (nesse caso o presbiterianismo) ao capitalismo, alicerçado na doutrina calvinista.

Contudo, na Igreja Católica Apostólica Romana na América Latina começou uma mudança. O CELAM se reuniu na Colômbia, onde os bispos demonstraram uma preocupação com os pobres e com as desigualdades. Assim, o nome de Teologia da Libertação apareceu em 1970, através do peruano Gustavo Gutierrez, que publicou uma obra com esse título, propondo a libertação social dos povos latino-americanos.

A Teologia da Libertação, como um conjunto de escritos produzidos desde 1970 por figuras como Gustavo Gutiérrez (Peru), Rubem Alves, Hugo Assmann, Carlos Mesters, Leonardo e Clodovis Boff (Brasil), Jon Sobrino, Ignacio Ellacuría (El Salvador), Segundo Galilea, Ronando Muñoz (Chile) Pablo Richard (Chile, Costa Rica), José Miguel Bonino, Juan Carlos Scannone, Enrique Dussel (Argentina), Juan-Luiz Segundo (Uruguai) (LÖWY, 1991, p.26).

A Teologia da Libertação não se preocupa com os dogmas, mas com a ação dos cristãos em prol das mudanças sociais. Foi criada a partir da situação de miséria da América Latina. É ao mesmo tempo, “reflexo de uma *práxis* anterior e uma reflexão sobre essa *práxis*” (LÖWY, 2000, p.56)⁶³. Para o autor é a expressão de um vasto movimento social que surgiu no começo da década de 60, bem antes dos novos escritos teológicos. Esse movimento envolveu setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, JUC, JOC, redes pastorais com base popular, CEBs, clubes de mulheres, associações de moradores, sindicatos de camponeses).

Segundo análise de Löwy (2000) o “cristianismo da libertação” influencia apenas uma minoria das Igrejas latino-americanas, pois na maioria predomina uma tendência conservadora ou moderada. No Brasil, a posição é diferenciada já que a CNBB, apesar de insistente pressão do Vaticano, recusou-se a condená-la. No

⁶³ O sociólogo Michel Löwy (2000, p.57) propõe chamar a “Teologia da Libertação” de “Cristianismo para a Libertação” por ser esse um conceito mais amplo que “teologia” ou que “Igreja” e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social quanto a fé e a prática.

entanto, posições divergentes foram adotadas pela Igreja argentina ou a colombiana, entre outras, comprometidas com o Estado, com as Forças Armadas e com as oligarquias.

Analisando a Igreja brasileira, o historiador Thomas Bruneau (1985) relaciona alguns fatores que contribuíram para que a Igreja Católica passasse a inovar e emergisse a nova “Igreja dos Pobres”, destacando-se o desejo de preservar sua influência frente à ascensão de concorrentes religiosos como as Igrejas Protestantes tradicionais e as neopentecostais, além da concorrência política com os movimentos de esquerda, a queda nas vocações religiosas e uma crise financeira. Assim, a Igreja compreendeu que tinha que encontrar um novo caminho e voltou-se para as classes menos favorecidas. Portanto, o que estava em jogo, eram os interesses institucionais.

Löwy (2000) acredita que Bruneau em sua análise não explica a profunda transformação ético-religiosa que ocorreu com o envolvimento dos leigos e do clero nos movimentos sociais. O autor acrescenta ainda que a hipótese que poderia explicar a gênese do cristianismo da libertação como movimento social na América Latina seria resultado de uma combinação ou convergência de mudanças internas e externas à Igreja que ocorreram na década de 50, e que ele se desenvolveu a partir da periferia e na direção do centro da instituição.

Como afirma Franz Hinkelammert (1996, p. 45), a TdL é teologia concreta, histórica. Enquanto tal se insere na sociedade da América Latina. Comunidades de base, movimentos populares e inclusive partidos políticos são lugares-chave, a partir de onde se desenvolve essa teologia. “Inserindo-se na história concreta da AL, situa-se em lugares concretos dessa história. Não fala somente nesses lugares concretos, mas reflete a situação histórica a partir dali, para desenvolver-se como teologia”.

A TdL está em desenvolvimento contínuo, na medida em que vão mudando os problemas e se vão adquirindo novos conhecimentos para enfrentá-los. É teologia viva, vinda antes da práxis. Mas, antecedendo à práxis,

É um conjunto de crenças vazias. A existência de Deus, seu caráter trinitário, a redenção etc., em sendo professados como atos de fé independentes de sua inserção histórica e concreta, não passam de abstrações vazias, que compõem uma dogmática sem conteúdo. O problema da TdL não é negar essas verdades, mas perguntar: Qual o sentido que têm? Portanto, a TdL não pergunta: “Deus existe?” e “Como age?” O ponto de partida da TdL, portanto, é a pergunta pelo lugar concreto e histórico onde Deus se revela (HINKELAMMERT, 1996, p.46).

Portanto, segundo este mesmo autor, a TdL nasce da resposta que dá a estas perguntas. Essa resposta da TdL se dá por meio daquilo que esses teólogos chamam de “opção preferencial pelo pobre”.

Expressando uma realidade histórica, com que a teologia entrou em contato nos meios pobres e populares latino-americanos, com a conscientização das inúmeras formas de dominação, libertar-se tornou-se um imperativo da realização humana. Assim, libertação significa um ato, uma prática, um processo, um esforço que faz o povo sobreviver, para conquistar os seus direitos e ter um trabalho digno (CATÃO, 1985).

Segundo Löwy (2000), os pobres são os agentes de sua libertação e sujeitos de sua própria história, o que difere substancialmente da doutrina tradicional da Igreja que os vê como objeto de uma atenção caridosa.

O teólogo da libertação, Gustavo Gutiérrez (1976) enfatiza a necessidade de romper com o dualismo herdado do pensamento grego, ou seja, não existem duas realidades como se alega, uma “temporal” e a outra “espiritual” nem tampouco existem duas histórias, uma “sagrada” e a outra “profana”. Existe somente uma história, e é nessa história humana e temporal que a Redenção e o Reino de Deus devem ser realizados.

A idéia não é esperar passivamente pela salvação que viria dos céus:

O Êxodo bíblico mostra a construção do ser humano por si mesmo através da luta política histórica. Portanto, é um modelo para salvação comunitária e pública e não individual e privada. Não é a alma de um indivíduo que está em jogo, e sim a redenção e a libertação de todo um povo escravizado (LÖWY, 2000, p. 78).

Nessa perspectiva, para os autores citados, os pobres já não são objeto de piedade ou caridade e sim, como os escravos hebraicos, agentes de sua própria emancipação.

Gustavo Gutiérrez definiu a TdL como a “reflexão crítica da *práxis* histórica à luz da Palavra”. Ou seja, “a teologia é reflexão, atitude crítica. Em primeiro lugar, vem o compromisso de caridade, serviço. A teologia vem *depois*, é ato segundo” (1976, p.68).

O teólogo José Regidor (1996) explicando esta idéia, afirma que o ponto de partida é a *práxis*, o compromisso pela libertação, a opção pelos pobres, as ciências humanas e sociais, a experiência religiosa, a articulação entre *práxis* e

contemplação. A teologia enquanto discurso, saber, reflexão crítica vem depois, pratica-se como ato segundo como reflexão sobre a *práxis* à luz da fé na Palavra.

Como afirmou Regidor (1996, p.31) “trata-se então de uma reflexão crítica, que relativiza as realidades históricas e descarta todo fetichismo e toda idolatria, na sociedade e na Igreja”. Para cumprir essa tarefa, a TdL utiliza o já abordado método pastoral: Ver, Julgar e Agir. Ver, recorrendo às Ciências Humanas e Sociais; Julgar, do ponto de vista do Evangelho e da opção pelos pobres; Agir, para se engajar na prática da libertação.

Busca-se a libertação do pobre e oprimido, levando-se em conta não apenas suas opressões, mas também sua história e suas práticas libertadoras, por mais embrionárias que elas sejam. É a libertação do oprimido de corpo e alma, não só do pobre no aspecto sócio-econômico da opressão, mas também do discriminado (racial, étnico e sexual).

Para o Leonardo e Clodovis Boff (1991, p.126), libertação é uma palavra evocadora, cheia de ressonâncias. “Nela se fundem sem se confundir os horizontes do espiritual e do político, do histórico e do meta-histórico”. Designa uma “Teologia que pensa uma fé desperta e que sacudiu o pesadelo da ‘religião-ópio’ e que quer uma fé desalienada, fermento de uma história nova”.

A temática da libertação aflorou em Medellín (1968), ganhando contornos nítidos em Puebla (1979), atravessando todo o texto episcopal. A dimensão libertadora é considerada como ‘parte integrante’ (355,1254,1283), ‘indispensável’ (1270, 562), ‘essencial’ (1302) da missão evangelizadora da Igreja. Dedicar grande parte à evangelização, libertação e promoção humana (470-506) e todo um capítulo à opção preferencial pelos pobres (1134-1165), eixo fundamental da teologia da Libertação (Boff L, Boff C, 1991, p.106).

Hinkelammert (1996, p.46) acrescenta que a libertação do pobre não deve ser vista como ato dos outros que tenham o dever de libertar o pobre, visto como objeto. “Os sujeitos humanos não podem reconhecer-se mutuamente, sem que se reconheçam como seres de necessidades, corporais e naturais. Pobreza é a negação viva desse reconhecimento”.

Do ponto de vista deste teólogo da libertação, o ser humano não pode libertar-se para ser livre sem esse reconhecimento mútuo entre sujeitos. Assim, o pobre como sujeito que se encontra nessa relação de reconhecimento é o lugar onde se decide se esse reconhecimento se torna efetivo ou não. Portanto, o outro

lado do reconhecimento mútuo dos sujeitos humanos como seres naturais de necessidades é a opção pelo pobre.

Como os teólogos da libertação muitas vezes recorrem a alguns conceitos da teoria marxista para pensar teoricamente a sua experiência de vida, denuncia-se a TdL como marxista, implicando uma condenação irracional e ideológica dessa teologia. Segundo Hinkelammert (1996, p. 52) “havia dito que a opção pelos pobres entra em conflito com a lógica da estrutura do capital. Portanto, tomada a sério e realisticamente, é preciso superar essa lógica. Essa superação recebeu o nome de socialismo”.

A Teologia da Libertação tem suas raízes no marxismo. Leonardo e Clodovis Boff (1991, p.45-46) sintetizam da seguinte forma a relação da TdL com a teoria marxista:

1) Na Teologia da Libertação o marxismo nunca é tratado por si mesmo, mas sempre a partir e em função dos pobres. Situado firmemente do lado dos pequenos, o teólogo interroga Marx: ‘Que podes tu nos dizer da situação de miséria e dos caminhos de sua superação?’ Aqui se submete o marxista ao juízo do pobre e de sua causa e não o contrário.

2) Por isso, a Teologia da Libertação usa o marxismo de modo puramente instrumental. Não o venera como venera os Santos Evangelhos. E nem sente a obrigação de dar conta aos cientistas sociais do uso que faz das palavras e idéias marxistas (se as usa corretamente ou não) a não ser aos pobres, à sua fé e esperança e à comunidade eclesial. Para sermos mais concretos, digamos aqui que a Teologia da Libertação utiliza livremente do marxismo algumas ‘indicações metodológicas’ que se revelaram fecundas para a compreensão do universo dos oprimidos, entre as quais:

- a importância dos fatores econômicos,
- a atenção à luta de classes;
- o poder mistificador das ideologias inclusive religiosas, etc.

3) Por isso também o teólogo da libertação mantém uma relação decididamente crítica frente ao marxismo. Marx (como qualquer outro marxista) pode sim, ser companheiro de caminhada (Puebla, 554), mas jamais pode ser ‘o’ guia. ‘Porque um só é o vosso guia, o Cristo’ (Mt 23,10). Se assim é, para um teólogo da libertação, o materialismo e ateísmo marxistas não chegam a ser sequer uma tentação.

Os teólogos da libertação pediram mudanças da estrutura, para que a sociedade pudesse enfrentar a solução do problema da pobreza. “Portanto, não estavam pedindo a realização de nenhuma utopia. Tinham uma meta bastante realista, sabendo que o realismo dessa meta ultrapassava as possibilidades da sociedade capitalista na qual se moviam” (HINKELAMMERT, 1996, p.52).

Numa analogia com uma árvore, Mauro Velati (1991, p. 658) faz uma divisão interessante e didática sobre a TdL: “a raiz é a cultura, a religião, a espiritualidade do

povo pobre e crente e dos movimentos sociais e populares; o tronco da TdL são as CEBs e estruturas semelhantes; os ramos são os teólogos profissionais, as revistas e centros especializados". Os três níveis são diferentes e específicos, mas também internamente estruturados. Os teólogos profissionais estão "entroncados" nas CEBs e "enraizados" na cultura e religião populares. Por sua vez, esta raiz cultural e religiosa da TdL se expressa nas CEBs e na teologia profissional.

A Teologia da Libertação suscitou alguns conflitos⁶⁴, a partir da atividade pastoral das Igrejas. A razão visível pouco tem a ver com discrepâncias em torno do conjunto de dogmas de fé da Igreja, não sendo de conteúdo teológico, mas do significado concreto desses conteúdos.

A partir do final dos anos 80 e início dos anos 90, começou um alargamento do horizonte da TdL, aconteceram eventos decisivos no cenário mundial, tais como: queda do muro de Berlim, implosão do império soviético, hegemonização dos mercados nacionais e regionais dentro do único mercado mundial e a generalização do neoliberalismo com o conseqüente aumento da exclusão social. Estes fatores, segundo Leonardo Boff (1996), obrigaram a teologia a reciclar suas categorias de análise, a abrir o horizonte de sua perspectiva de libertação e a desenvolver outras estratégias de empenho libertador. Os níveis de opressão em escala mundial cresceram de tal ordem, que torna o discurso da libertação mais urgente do que nunca. Mas, paradoxalmente, percebe-se principalmente na mídia, a TdL ao longo dos últimos anos tem tido menos visibilidade, havendo um recuo de interesse pela temática: compromisso social, opção pelos pobres, Comunidades Eclesiais de Base, mudança de sistema, injustiça estrutural e outros. E os próprios militantes de frente na Igreja mostram menos convicção e entusiasmo nas lutas.

Frei Clodovis Boff (1996, p. 99) alerta que "a TdL não é um processo assim tão pouco orgânico que possa ser colocado em crise de um momento para outro. A crise atual pode ser profunda, mas mais profundo é o fundamento da teologia". O teólogo destaca que em sua ótica, as bandeiras principais como a opção pelos pobres, a dimensão sociolibertadora da fé e a constituição de CEBs, não são mais só dela. Pertencem à Igreja como um todo. Assim também as idéias de "pecado

⁶⁴ A teologia da libertação, foi severamente criticada pela Instrução da Congregação para a Doutrina da Fé, *Libertatis Nuntius*, de 6 de agosto de 1984. Uma posição mais equilibrada e um reconhecimento da necessidade da Teologia da Libertação aparecem com a instrução *Libertatis Conscientia*, de 22.03.1986, e com a carta do Papa aos Bispos brasileiros em abril de 1986, depois do encontro em Roma que encerrou as visitas "ad limina" de 1985 (Antoniazzi, 2002, n.741).

social”, de “conscientização”, de “missão profética”, de “transformação das estruturas” e outras já circulam com mais naturalidade dentro da área eclesial.

E o que é mais importante, parte do discurso da TdL foi incorporado pela Igreja institucional, mesmo com a tentativa sistemática do Vaticano⁶⁵ de “normalizar” a Igreja brasileira nomeando bispos menos afeitos às práticas da TdL, muitas vezes enfraqueciam as estruturas pastorais estabelecidas por seus predecessores. Objetivava-se também substituir a maioria na CNBB que, desde 1971, tinha estado nas mãos da ala progressista da Igreja. Esse objetivo foi finalmente atingido em maio de 1995, com a eleição de Dom Lucas Moreira Neves, arcebispo de Salvador (em 1969 se recusou a levantar a voz contra a tortura). É fortemente contrário à Teologia da Libertação, desfruta do apoio do papa, trabalhou durante treze anos na Cúria Romana, e suas prioridades principais não são a pobreza e a exclusão social e sim a moral sexual (contra preservativos, o aborto e o divórcio) (LÖWY, 2000).

Löwy (2000) acredita ser esta eleição um marco e um momento decisivo na história da Igreja brasileira. Até os dias de hoje as CEBs e as pastorais populares (Pastoral da Terra – CPT e a Pastoral Indígena – CIMI) ainda desfrutam do apoio de muitos bispos, e continuam a ter um grande número de seguidores, com uma presença mais forte no Nordeste brasileiro. Mas o teólogo acredita que a Igreja já não irá desempenhar o mesmo papel social e político que desempenhou nas últimas décadas, e que a TdL enfrentará uma hostilidade crescente por parte da hierarquia. Muito provavelmente os militantes cristãos se bandearam para os partidos leigos e movimentos sociais, deixando a Igreja - uma tendência que já havia começado há alguns anos atrás.

Mas, apesar do recuo institucional da Igreja Católica referente ao compromisso social junto ao povo pobre a partir da base da sociedade, a Teologia da Libertação continua a impulsionar uma série de ações⁶⁶ importantes, num momento em que os próprios movimentos sociais entram em crise.

⁶⁵ O exemplo mais conhecido é o da nomeação de Monsenhor José Cardoso, um conservador especialista em lei canônica e que viveu em Roma de 1957 a 1979, para o posto antes ocupado por Dom Helder Câmara. Logo que foi nomeado Monsenhor Cardoso demitiu a maior parte dos líderes das pastorais rurais e populares de sua diocese (LÖWY, 2000, p.153).

⁶⁶ As Campanhas da Fraternidade têm colocado em debate temas fundamentais para a libertação dos povos. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tem pautado na agenda nacional o debate sobre as dívidas externa e interna, a soberania do país, a exclusão social, a questão dos povos negro e indígena e, em 2002, o significado da (ALCA) Área de Livre Comércio das Américas para os países americanos pobres.

Numa visão otimista, Clodovis Boff (1996) acredita que a partir de suas bases, a TdL está se reformulando, ampliando e incorporando novas questões. Apesar de não manter o mesmo vigor profético e evangélico de sua origem, ganhou amplitude social e amplitude histórica via discurso institucional. Os militantes cristãos não se encontram em condições mais desvantajosas que os outros. Não se sentem em absoluto desarvorados. “Ao contrário. Dispõem de recursos que nem toda a esquerda tem: uma sólida referência religiosa e uma sustentada vinculação com os pobres, sem falar no apoio em uma instituição – a Igreja que possui lá sua vitalidade e créditos sociais” (BOFF, 1996, p.102). Portanto a Teologia da Libertação está menos visível, mas continua latente.

2.5 AS CONFERÊNCIAS DO CELAM: DO OPERÁRIO AO POBRE

A reunião do CELAM,⁶⁷ em Medellín (1968), foi a mola propulsora da Igreja popular na América Latina. Como afirmou Mainwaring (1989, p.132) “Medellín começou como uma tentativa inspirada pelo Vaticano II para compreender o papel da Igreja em meio às mudanças das sociedades latino-americanas”. Sendo que, a tentativa de adequar o Vaticano II à América Latina terminou chegando a conclusões que em muito suplantaram as do Concílio. Representando um sucesso significativo da nascente Igreja popular e apesar da inferioridade numérica dos bispos populares, o CELAM aprovou um documento que ostentava posições pastorais tidas como progressistas.

O texto final do documento de Medellín não aborda diretamente o trabalho humano, mas, temas a ele vinculados, sendo particularmente enfático quanto à necessidade de ver a salvação como um processo que tem seu início na Terra, às conexões entre fé e a justiça, à necessidade de mudanças estruturais na América Latina, à atenção privilegiada da Igreja aos pobres, ao caráter pecaminoso das estruturas sociais injustas, à necessidade de ver os aspectos positivos da

⁶⁷ O Conselho Episcopal Latino – Americano foi criado em 1955, no Rio de Janeiro, por ocasião do Congresso Eucarístico Internacional, formado por 22 Conferências Nacionais Episcopais e cuja atuação abrange: Ação Social, catequese, Comunicação Social, Educação, Liturgia, Vocações e Ministérios (Diaconato e Vida Presbiterial), Leigos, Missões, Religiosos, além de Família, Juventude, Ecumenismo e não Crentes, através da promoção de cursos, encontros e reuniões, no âmbito da América Latina, além de Conferências Nacionais e de inúmeras publicações.

secularização e à importância de se ter uma Igreja pobre e de estimular as comunidades de base⁶⁸.

No documento final de Medellín, nos capítulos referentes à justiça e à paz, constata-se uma frustração universal das legítimas aspirações que sofre o povo latino-americano (Med, Justiça I; Paz I)⁶⁹. No primeiro, essa frustração deriva em uma espécie de “angústia coletiva”.

As famílias, muitas vezes, não encontram possibilidades concretas de educação para seus filhos; a juventude reclama seu direito de entrar nas universidades ou em centros superiores de aperfeiçoamento intelectual ou técnico-profissional; a mulher reivindica sua igualdade, de direito e de fato, com o homem; os camponeses pedem melhores condições de vida; os produtores, melhores preços e segurança na comercialização; a crescente classe média sente-se atingida pela falta de perspectivas (Med, Justiça, I).

No segundo capítulo, há a descrição das tensões e violência de forma pormenorizada (Med, Paz, I, II). Distinguindo-se três níveis: o interno (como expressão do colonialismo), o internacional (como fruto do neocolonialismo dos centros de poder econômico), e aquele que põe frente a frente os diferentes países da América Latina.

As formas de marginalização são descritas como: “sócio-econômicas, políticas, culturais, raciais, religiosas, tanto nas zonas urbanas como nas rurais” (Med, Paz, I). Destacando-se também as desigualdades excessivas entre as classes sociais, as formas de opressão de grupos e setores dominantes que defendem a manutenção dos privilégios adquiridos, além da crescente tomada de consciência dos setores oprimidos.

Também destacam-se as tensões internacionais e o neocolonialismo externo, ressaltando-se as conseqüências da dependência de um centro de poder econômico. “Daí resulta que nossas nações com freqüência, não são donas de seus bens e de suas decisões econômicas” (Med, Paz, II). Correlacionando estes fatores à interdependência com o plano político.

⁶⁸ Quanto às CEBs, na época haviam poucas no continente, mas os bispos votaram por transformá-las numa das principais prioridades da Igreja latino-americana. Comparada com a discussão dos bispos brasileiros no Plano Pastoral de Conjunto de 1965, Medellín tinha uma concepção mais progressista das CEBs, reconhecendo seu potencial como meio de testemunhar a fé através de posições sociais e políticas, além de serem especialmente apropriadas para os pobres (MAINWARING, 1989).

⁶⁹ Para citação deste documento será usada a sigla “Med” seguida do nome do capítulo como, por exemplo “Justiça”, “Paz”.

Dando seqüência, são analisados os fatores econômicos e políticos que mais influem no empobrecimento dos latinos e que são fontes geradoras de tensões internas e externas. Tais como:

- 1) Distorção crescente do comércio internacional – perda de preço relativa aos termos de troca, as matérias-primas valem cada vez menos em relação ao custo dos produtos manufaturados;
- 2) Fuga de capitais econômicos e humanos – partem em busca de segurança e lucro;
- 3) Evasão de impostos e envio de lucros e dividendos – companhias estrangeiras e nacionais costumam burlar com subterfúgios os sistemas tributários vigentes;
- 4) Endividamento progressivo – no sistema de créditos internacionais, nem sempre são levadas em conta as verdadeiras necessidades e possibilidades de pagamento;
- 5) Monopólios internacionais e o imperialismo internacional do dinheiro – a busca pelo lucro sem freios, conduzem à ditadura econômica com intervenções de forma indireta e até mesmo direta.

Mais adiante, o texto trata das tensões entre os países da América Latina, ressaltando-se a importância do processo de integração não só econômico, mas o homem em sua totalidade: “dimensão social, política, cultural, religiosa, racial etc” (Med, Paz, III).

O trabalho sofrido da maioria dos camponeses e dos operários é considerado como “estrutura intermediária, enquanto constitui a função que dá origem à organização profissional no campo da produção” (Med, Justiça, III).

Já a empresa tanto industrial como rural é vista como aquela em que constitui a base fundamental e dinâmica do processo econômico global. Faz-se um convite a uma reforma da empresa, concebida como “comunidade de pessoas e unidade de trabalho que necessita de capital para a produção de bens” (Med, Justiça, III). Também neste tópico se encontra uma clara rejeição dos sistemas liberal capitalista e marxista, porque nenhum deles respeita a dignidade da pessoa humana, e o convite a “orientar as empresas segundo as diretrizes do magistério social da Igreja” (Med, Justiça, III).

Em relação à organização dos trabalhadores, recomenda-se que estes através de associações, busquem o direito de se fazerem representar política, social,

e economicamente, onde quer que sejam adotadas decisões relativas ao bem comum.

Reconhece-se a irreversibilidade dos processos de industrialização, e a necessidade de controlar estes processos para elevar o nível de vida da população. Além de pregar a aproximação aos “setores oprimidos” (Med, Paz, I), às “classes populares” (Med, Justiça III) e ao “setor camponês e operário” para assumirem seu protagonismo no mundo. Os bispos prometem ensinar aos pobres “a ajudar-se a si mesmos” (Med, Pobreza, III).

Após a assembléia de Medellín, houve um incremento da participação de cristãos nas lutas sociais de libertação. Por toda parte surgiram grupos de leigos e de padres empenhados na luta contra a violência institucionalizada e na procura de um novo modo de exprimir a fé. Uma expressão disso foi a criação do movimento e do 1º Encontro Latino-Americano de Cristãos para o Socialismo⁷⁰, em 1971, no Chile, como forma de unir os grupos cristãos que tinham uma orientação política de luta contra o capitalismo. Entre esses grupos incluíam-se as Comunidades Eclesiais de Base, a Ação Católica Operária, os grupos de jovens, o movimento rural e as organizações de trabalhadores do campo.

Segundo Heloísa Martins (1994), todas essas influências contribuíram para a emergência, no interior da Igreja, de diferentes concepções de sua missão, da vivência da fé e da forma de inserção dos católicos no mundo. Era marcada pelo pluralismo⁷¹, ou seja, pela existência em seu interior de diferentes opções políticas e ideológicas. Sendo que, o pluralismo constituiu-se sempre em uma ameaça à sua homogeneidade ideológica e à sua persistência.

A promessa da aproximação aos pobres e o incentivo de seu protagonismo no mundo foram contribuições importantes que segundo Suess (1998, p.866) “não só para a atual transformação da América Latina, mas também para a transformação profunda da Igreja envolvida na realidade latino-americana”. O autor considera que a Conferência de Medellín foi quase revolucionária. Substituiu uma classe pela outra como destinatária, reconhecendo o protagonismo dos pobres para a transformação da sociedade latino-americana.

⁷⁰ Contou com a participação de trezentos delegados de diversos movimentos e grupos de quase todos os países da América Latina. Estavam presentes, ainda, cerca de quarenta pastores e leigos protestantes, além dos principais representantes da Teologia da Libertação (MARTINS, 1994).

⁷¹ Pluralismo definido por Martins (1994, p.224) “como uma situação na qual existe uma concorrência no ordenamento institucional das significações globais concernentes à vida cotidiana, (...) pluralismo é a consequência de um processo histórico de desmonopolização”.

O surgimento do “pobre” como o centro de interesse pastoral não se deveu a uma preocupação meramente assistencial pelos mais desvalidos, nem levou a uma perspectiva unilateral ou reducionista, mas indicava que somente a partir dele era possível fazer uma crítica profunda da realidade global e descobrir então as grandes linhas de conversão da sociedade e de todos os homens. “‘Pobre’ é uma categoria evangélica que não se reduz à categoria sociológica de classes populares. Mas é através dessas últimas que ela se expressa em termos de análise social” (SOUZA, 1982, p.167).

Os teólogos Leonardo Boff e Clodovis Boff (1991), distinguem dois sentidos de pobre: o socioeconômico (carente ou privado dos meios necessários para a subsistência) e o pobre evangélico (coloca seu ser e seu poder a serviço de Deus e dos irmãos, não se centra em si mesmo, servindo desinteressadamente aos outros, construindo meios que gerem vida mais digna para todos).

Esta opção pelos pobres, identificados como oprimidos, gerou algumas discussões na sociedade e na própria Igreja, pois muitos (classe média e alta) se sentiram abandonados e ignorados nas suas aspirações e necessidades religiosas.

Puebla⁷² corrige esta situação e acrescenta o termo “preferencial”, ou seja, esta opção deve ser preferencial e não exclusiva ou excludente. A exclusão dos não-pobres seria uma atitude classista, contrária à universalidade da ação evangelizadora da Igreja (KLOPPENBURG, 1983). Sendo assim, entende-se que não haveria um abandono dos ricos e outros mais favorecidos materialmente, mas estes seriam evangelizados a partir da realidade do pobre, implicando uma mudança de lugar social.

Puebla promove os pobres como protagonistas de seu próprio desenvolvimento, como sujeitos da história. Segundo análise do teólogo Francisco Andrade Filho (1982, p. 303) “só os pobres (esses homens reais existindo numa situação concreta latino-americana) têm consciência do estado terrível da opressão e, por conseguinte, somente os pobres terão aquela palavra verdadeira para a sua libertação”.

⁷² A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, com o tema “A Evangelização no presente e no futuro da América Latina”, realizou-se em Puebla de los Angeles, México de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979. Mas sua preparação remonta a 1976, quando se anuncia o desejo de Paulo VI de convocá-la. Os sucessivos falecimentos de Paulo VI e de João Paulo I obrigaram a transferir a data da convocatória original, de outubro de 1978 para janeiro de 1979.

Na visão deste autor, essa opção significa diálogo e não o incentivo da violência, transformando as estruturas sociais, políticas e econômicas injustas, em diálogo permanente com o opressor. “Restituir a palavra aos oprimidos seria para Puebla um dos caminhos para a libertação” (ANDRADE FILHO, 1982, p.303).

Os dez anos que separaram as Conferências de Medellín e de Puebla foram marcadas por uma experiência dolorosa para a Igreja, quando leigos, religiosos, padres e bispos que, evangelicamente, levaram Medellín às últimas conseqüências, foram perseguidos, presos, torturados, exilados ou mortos. Por outro lado, foi um período em que a Igreja desempenhou um papel decisivo nos anos mais difíceis. Quando a situação era mais tensa, ela chegou a ser, em países como o Brasil e o Chile, praticamente o único lugar na sociedade civil em que as classes populares podiam expressar-se sobre sua realidade e seus anseios⁷³.

Segundo Christo⁷⁴ (1979, p.89), “tornaram-se mais agudas as injustiças e os conflitos sociais, fazendo emergir lutas revolucionárias que não descartaram o uso da violência como um direito do oprimido”. Tal panorama impressionava temerosamente os responsáveis pela preparação de Puebla⁷⁵, centrada na secretaria-geral do CELAM. Na visão destes, era preciso evitar que Puebla fosse uma nova Medellín, capaz de estimular uma atividade pastoral política progressista.

São traçadas algumas linhas concretas para uma evangelização dos pobres, denunciar “como antievangélicos a pobreza extrema que afeta numerosíssimos setores do nosso Continente” (Puebla, 1159). Insiste, assim, nos seguintes pontos: o direito à vida, direito à educação, direito ao sindicalismo, direito de expressão, direito de participação na vida política, econômica e social. Esses direitos são reclamados

⁷³ Para maiores detalhes ver a obra autobiográfica de Dom Paulo Evaristo Arns “Da Esperança à Utopia: testemunho de uma vida”. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

⁷⁴ Mais conhecido como Frei Betto, na década de 80, ele passou a assinar suas obras sem seu nome de batismo.

⁷⁵ Foi nomeada uma comissão de quatro bispos encarregada de recolher todas as sugestões recebidas e de elaborar um primeiro Documento de Consulta, que foi enviado (em 1977) a todos os bispos. Também seguia o método “ver-julgar-agir” já utilizado anteriormente em Medellín, tentou avançar esta com o apoio de *Evangelii Nuntiandi* e *Octogesima Adveniens*. No entanto, o documento foi mal recebido de modo geral, inclusive entre os episcopados. Após a apreciação e críticas deste documento por parte do episcopado, foi elaborado um segundo texto pelo CELAM, tendo por base algumas sugestões recebidas. Intitulado Documento de Trabalho, este se abria um pouco às questões sociais e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), à Teologia da Libertação e à opção pelos pobres. Mas assumiu um esboço doutrinal formalmente europeu o que significava um freio às tendências progressistas de certa parcela do episcopado, ao mesmo tempo em que consolidaria a pastoral restrita aos sacramentos, à catequese, às exortações morais, pretensamente neutras em relação à política. Para atingir estes objetivos, escolheram bispos mais conservadores (a maioria europeus), excluídos assim, muitos progressistas latino-americanos, autores da carta de Medellín.

para os indígenas, os camponeses, os operários mineiros, os presos políticos, os exilados, os cristãos comprometidos na defesa da justiça e do pobre.

Para o Padre Rogério Cunha,

O pobre, como sinal histórico do advento do Reino de Deus, não o é pela sua carência e dependência, mas pela sua função histórica na sociedade: clamar pela justiça, exigí-la incondicional e inconfundivelmente, antecipar a sua vivência desprovida de riqueza (CUNHA, 1980, p. 114).

A partir de Puebla, a pobreza passou a ser reconhecida como um fenômeno político, fruto de estruturas de injustiça. O sentido da política aqui não é o de luta pela tomada ou o exercício do poder social, mas o de uma estruturação em que se torne visível um projeto histórico construído por consciências cristãs (CUNHA, 1980).

Trata-se de colocar-se ao lado dos injustiçados, de estar do lado dos empobrecidos, tomar uma atitude que afeta a estruturação que organiza a sociedade, e, portanto, o próprio exercício do poder político. Essa é uma atitude política, em sentido amplo e profundo. Dirige-se e pauta-se pela luta e função do pobre, mas afeta necessária e inevitavelmente as estruturas do poder. “Desde que as estruturas de poder é que criam e exploram o pobre, esta atitude tomada em favor do empobrecido e do seu lado vai inevitavelmente enfraquecer e contradizer ao poder vigente. Porque é injusto e criador de injustiças” (CUNHA, 1980, p. 114).

Lembrando também dos desempregados e subempregados, “despedidos pelas duras exigências das crises econômicas e, muitas vezes, de modelos desenvolvimentistas que submetem os trabalhadores e suas famílias a frios cálculos econômicos” (Puebla, 37).

É lembrada a ausência de participação social, mais especificamente o sindicalismo. “Feições de operários, com frequência mal remunerados, que têm dificuldade de se organizar e defender os próprios direitos” (Puebla, 36)

Depois de indicar a aplicação arbitrária da legislação trabalhista, constata-se que:

Os países onde há regimes de força, vê-se com maus olhos a organização de operários, camponeses e grupos populares e adotam-se medidas repressivas para impedi-la. Este tipo de controle e limitação não acontece com os sindicatos patronais, que podem agir com todo o seu poder para assegurar os próprios interesses (Puebla, 44).

Menciona-se a crise econômica que afeta os países, se indica que uma “tecnocracia gélida aplica modelos de desenvolvimento que exigem dos setores mais pobres um custo social realmente desumano, tanto mais injusto quanto não é

compartilhado por todos" (Puebla, 50). O mesmo tema também foi abordado no final do documento:

Ninguém pode negar a concentração da propriedade empresarial rural e urbana em mãos de poucos, o que torna imperioso reivindicar verdadeiras reformas agrárias e urbanas; de igual forma, a concentração do poder pelas tecnocracias civis e militares, que frustram as exigências de participação e garantia de um estado democrático (Puebla, 1.263).

Como consequência das migrações internas e externas, além do crescimento desordenado das cidades, é reconhecida a dificuldade de oferecerem-se os serviços básicos de alimentação, hospitais, escolas, etc... "exarcebando-se assim a marginalização social, cultural e econômica. O aumento dos que buscam trabalho foi mais rápido do que a capacidade de dar emprego do próprio sistema econômico atual" (Puebla, 71).

Nesse contexto se faz menção tanto ao sistema econômico capitalista e à sua ideologia liberal quanto às ideologias de segurança nacional, que tratam de justificar os regimes autoritários e também preservar o sistema. "A economia de mercado livre, na sua expressão mais rígida, que ainda vigora em nosso continente e é legitimada por ideologias liberais, tem alargado a distância entre ricos e pobres, pelo fato de antepor o capital ao trabalho, o econômico ao social" (Puebla, 47).

No mesmo parágrafo, se observa como grupos nacionais ou associados com outros internacionais se aproveitam das "formas envelhecidas de mercado livre, para se desenvolverem em proveito próprio e às custas dos interesses dos setores populares majoritários" (Puebla, 47).

Mais adiante, invocando a *Populorum Progressio* se fará referência ao liberalismo capitalista como idolatria da riqueza em sua forma individual que :

'Considera o lucro como o motor essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos meios de produção como direito absoluto, sem limites nem obrigações sociais correspondentes'. Os privilégios ilegítimos, derivados do direito absoluto de propriedade, causam contrastes escandalosos e uma situação de dependência e opressão, tanto no âmbito nacional quanto no internacional (Puebla, 542).

Em relação à propriedade privada o documento voltará ao final ao mesmo tema, condenando a concentração da propriedade e do poder por poucos privilegiados:

Ninguém pode negar a concentração da propriedade empresarial rural e urbana em mãos de poucos, o que torna imperioso reivindicar verdadeiras reformas

agrárias e urbanas; de igual forma, a concentração do poder pelas tecnocracias civis e militares, que frustram as exigências de participação e garantia de um estado democrático (Puebla, 1.263).

As duas ideologias, o capitalismo liberal e o coletivismo marxista são tratadas com um certo paralelismo. Ambas têm aspectos positivos como: a capacidade criadora da liberdade humana, na primeira, e a crítica da mercadoria⁷⁶ e o reconhecimento do trabalho humano na segunda, mas ambas cometeram o mesmo pecado, ou seja, a absolutização da riqueza. No caso da primeira, a riqueza individual; no da segunda, a riqueza coletiva (Puebla, 543).

Em face dessas duas, na ideologia da segurança nacional há o reconhecimento de elementos que não são dignos de preservar: sua absolutização do estado, sua rejeição de toda participação dos cidadãos e a desigualdade na participação dos frutos do desenvolvimento. “Está vinculada a um determinado modelo econômico-político, de características elitistas e verticalistas, que suprime a participação ampla do povo nas decisões políticas” (Puebla, 547).

No início do texto se fez menção ao fato de que essa ideologia, às vezes, pretende justificar-se com uma profissão de fé cristã subjetiva (Puebla, 49). Mais adiante o texto é taxativo:

A Doutrina de Segurança Nacional se opõe a uma visão cristã do homem como responsável pela realização de um projeto temporal, e do estado enquanto administrador do bem comum. Impõe a tutela sobre o povo por elites de poder, militares e políticas, e conduz a uma acentuada desigualdade de participação nos resultados do desenvolvimento (Puebla, 549).⁷⁷

É importante assinalar que a crítica, tanto à situação do capitalismo, quanto às práticas do marxismo, não leva a uma suposta “terceira via” das ideologias cristãs (SOUZA, 1982). Citando o discurso inaugural do papa, o qual afirma que “a Igreja quer manter-se livre com relação aos sistemas opostos, para optar só pelo homem” (Puebla, 551).

É “indispensável o compromisso dos cristãos na elaboração de projetos históricos conforme as necessidades de cada momento e de cada cultura” (Puebla,

⁷⁶ Segundo SOUZA (1982, p.211), “o texto aprovado em Puebla fala de ‘fetichismo da mercadoria’, O definitivo, talvez temendo a origem teórica da expressão técnica, fala do ‘fetichismo do comércio’. Mas mesmo assim mantém a expressão ‘fetichismo’, central na análise de Marx no 1º livro de O Capital”.

⁷⁷ Esta reflexão não nasceu em Puebla. “Há dez anos, D. Cândido Padim, como relator de um grupo de trabalho, num importante documento aos bispos brasileiros, mostrou a incompatibilidade entre a doutrina de segurança nacional e o Evangelho” (SOUZA, 1982, p.209).

553). Anteriormente havia sido dito (Puebla, 438), que as ideologias do capitalismo liberal e do coletivismo marxista, expressão do secularismo, representam a grande ameaça para a cultura latino-americana e são responsáveis pela situação de injustiça e pobreza do continente.

Convém destacar a prioridade do aspecto cultural sobre o socioeconômico e o político, como bem salientou CAMACHO (1995, p.480), “a evangelização não se dirige apenas ao indivíduo isolado, nem às estruturas da sociedade, mas sim ao homem total que se conforma com o tecido sócio-cultural”. Diante da insistência de Medellín na libertação da opressão que o homem latino-americano sofre, especialmente por meio dos mecanismos socioeconômicos, Puebla busca descobrir um nível mais profundo de dependência, a cultural⁷⁸.

É pela cultura que se permite descobrir onde se localizam os valores fundamentais que informam todas as estruturas e instituições da sociedade, sendo que “a cultura vai-se formando e transformando à base de uma contínua experiência histórica e vital dos povos” (Puebla, 392). Desde a sua própria gênese, a cultura latino-americana está profundamente impregnada pelo cristianismo, “dando-lhe a unidade espiritual que subsiste, apesar da anterior divisão em diversas nações e apesar de estar marcada por rupturas em nível econômico, político e social” (Puebla, 412).

Mas, nos dois últimos séculos, ela sofreu o impacto da civilização urbano-industrial, “com a conseqüente e intensa proletarização dos setores sociais. (...) Este processo histórico tende a tornar cada vez mais agudo o problema da dependência e da pobreza” (Puebla, 417).

Num olhar do presente sobre a conjuntura de Puebla, o teólogo João Batista Libânio (1999) afirma que a imagem da Igreja foi modificada para melhor, passando a ter mais credibilidade, não podendo mais ser acusada de ser aliada das classes dominantes e do poder vigente, colocando-se resolutamente ao lado dos pobres. Permitiu que em seu seio se desenvolvessem pastorais e reflexões teológicas originais, criativas e que contribuíram para evitar a ruptura no interior da Igreja. Abriu a reflexão antropológica e teológica sobre a cultura e sobre a religiosidade popular, para os problemas mais cruciantes do momento atual, a gravidade e seriedade da problemática da pobreza, da justiça e da transformação social.

⁷⁸ Há referências e tentativas de definição de cultura em vários parágrafos do texto final, desde o 385 até o parágrafo 438.

Segundo Libânio (1999) outro ponto considerado um avanço por Puebla, é o fato de após descrever o estado de pobreza da América Latina, mostrar que essa pobreza generalizada é gerada pelo sistema capitalista. O novo lugar social possibilitou à Igreja na América Latina assumir verdadeiramente a missão profética de ser a consciência crítica da sociedade, chegando a ponto de romper com o sistema político-econômico implantado no continente: o capitalismo liberal. Caracteriza-o como idolatria da riqueza, materialista e praticamente ateu. Por isso, não receia denominá-lo "sistema de pecado", e a realidade por ele implantada, injustiça institucionalizada.

Pode-se dizer que em relação a Medellín, Puebla trouxe avanços e ganhos no sentido de retratar com realismo, mais força crítica e profética a visão sócio-cultural da América Latina. "O quadro apresenta-se amplo, assaz, completo, inspirador, com indicação das causas no nível sócio-cultural, ético e religioso dentro do método ver-julgar-agir, lendo e interpretando os sinais dos tempos" (LIBÂNIO, 1999, p. 341).

Scott Mainwaring compartilha da opinião de Libânio, quando diz que a orientação "progressista" ou "libertadora" da Igreja, que emergia em Medellín, no Brasil se afirmou não imediatamente, mas através de um processo que durou alguns anos. "A partir de 1976, a Igreja brasileira era provavelmente a mais progressista do mundo" (MAINWARING, 1989, p.265). Mas, foi um dos primeiros a advertir "o declínio da Igreja popular", para o qual indica os anos 1982-85.

Conforme visão de Libânio (1983), com clara intuição, percebia que um grande movimento estava em ato, a partir de Roma, para re-orientar a interpretação dada ao Concílio Vaticano II e submeter mais claramente as Igrejas locais ao poder central.

Mainwaring (1989) indica dois fatores principais deste declínio: o processo de democratização e um desafio significativo da parte dos setores eclesiais neoconservadores. O processo de democratização colocou as bases da Igreja diante das opções partidárias (agora incentivadas pela nova legislação), gerando para as CEBs uma série de questionamentos em relação ao seu engajamento político, a separação mais nítida da ação pastoral e empenho político. Além do mais, houve um êxodo dos movimentos populares para os partidos e os novos movimentos sociais, muitas vezes com fortes raízes eclesiais, mostraram-se mais fracos e menos eficazes do que se esperava no contexto da democratização.

Assim se confirma a previsão do Padre Libânio, como foi um plano arquitetado internamente, ou seja, no poder central da Igreja, foi se manifestando ao longo do tempo, na seqüência gerando uma ruptura no final dos anos noventa, como será evidenciado com mais detalhamento na discussão das mudanças ocorridas na Pastoral Operária.

Em comemoração aos 500 anos da chegada dos cristãos a este continente, realizou-se em Santo Domingo em outubro de 1992 a IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, intitulada “Nova Evangelização, promoção humana e cultura cristã”. A temática original é a chamada inculturação, reconhecendo a pluralidade de culturas existentes e respeitando-se, por exemplo, a indígena, afro-americana e outras.

A evangelização da cultura na visão de Comblin (1993, p.920) “serve indiretamente a fins inconfessáveis: a evangelização da cultura poderia ser um meio de evangelização indireta que permitiria economizar os esforços de uma evangelização direta”. Ou seja, na Cristandade latino-americana deu-se pouca evangelização por contato direto, de pessoa a pessoa. A Igreja tinha criado um quadro social e simbólico em que os indivíduos eram muitas vezes impregnados de Cristianismo, mesmo sem saber e sem querer. A cultura os mergulhava num mundo cristão que os envolvia.

Denomina-se cultura todo o sistema de símbolos em vigor em uma sociedade. Excluem-se do conceito de cultura o trabalho manual, as relações sociais, os sistemas de pressão e o exercício da violência, a polícia, a guerra, a escravidão, a condição proletária, a marginalização, em suma, tudo aquilo que é material. Neste sentido, “a cultura quer dizer não falar da economia, do trabalho, das relações trabalhistas, da miséria, da violência do estado e de tudo aquilo que é material. Evangelizar seria falar de coisas puramente espirituais. É assim que as classes dirigentes concebem a evangelização” (COMBLIN, 1993, p.921).

Seguindo ainda o raciocínio do teólogo, ele prevê dois componentes no conceito de nova evangelização. De um lado, a cultura latino-americana que a Igreja vai construir, do outro, a chamada cultura “emergente” que seria a cultura moderna. Sendo que esta última seria o grande desafio da Igreja, e a partir dela teria que construir uma nova cultura para uma nova evangelização. Mas aí também significaria algo bem diferente da cultura moderna do Primeiro Mundo, pois os produtos da cultura ocidental que entram na cultura das elites latino-americanas não

fazem destas últimas (com raras exceções) sujeitos da cultura moderna, mas somente receptores.

Em relação ao trabalho, há uma preocupação quanto a ação pastoral por sua “significação humanizadora e salvífica, que tem sua origem na vocação co-criadora do homem como “filho de Deus” e que foi resgatado e elevado por Jesus, trabalhador e “filho de carpinteiro” (DSD, 183).

A Igreja sempre via o homem como sujeito que dignifica o trabalho, realizando-se a si mesmo e aperfeiçoando a obra de Deus. No que se refere ao mundo dos trabalhadores, o Documento de Santo Domingo (DSD) alerta para uma deteriorização em suas condições de vida e no respeito aos seus direitos; um escasso ou nulo cumprimento de normas estabelecidas para os setores mais débeis (por exemplo: crianças e aposentados); uma perda de autonomia por parte das organizações de trabalhadores devido a dependências ou autodependências de diversos gêneros; abuso do capital que desconhece ou nega a primazia do trabalho; poucas ou nulas oportunidades de trabalho para os jovens.

Alerta-se para a alarmante falta de trabalho ou desemprego com toda a insegurança econômica e social que isso implica. O mundo do trabalho reclama o crescimento da economia e o aumento da produtividade, de modo a tornar possível, mediante uma justa e eqüitativa distribuição, o maior bem-estar do homem e de sua família (DSD, 183). Reafirma que os direitos do trabalhador são um patrimônio moral da sociedade que deve ser tutelado por uma adequada legislação social e sua necessária instância judicial, que assegure a continuidade confiável nas relações de trabalho (DSD, 184). Em termos de linhas pastorais, se propõe a impulsionar e sustentar uma pastoral do trabalho em todas as dioceses, a fim de promover e defender o valor humano do trabalho. E também como já havia sido declarado na *Centesimus Annus* (34-35), apoiar as organizações próprias dos homens do trabalho para a defesa de seus legítimos direitos, em especial de um salário suficiente e de uma justa proteção social para a velhice, a doença e o desemprego. Além de favorecer a formação de trabalhadores, empresários e governantes em seus direitos e em seus deveres, e propiciar espaços de encontro e mútua colaboração.

Reconhecendo a nova ordem econômica mundial que afeta a América Latina, a Igreja, a partir de sua perspectiva, faz um esforço de discernimento. “Temos de nos perguntar: até onde deve chegar a liberdade de mercado? Quais

características devem ter para que sirvam ao desenvolvimento das grandes maiorias?” (DSD, 194).

Invocando novamente a encíclica *Centesimus Annus*, aceita-se como lícita a livre atividade dos indivíduos no mercado. Mas assinalam a necessidade de ações concretas dos poderes públicos para que a economia de mercado não se converta em algo absoluto ao qual se sacrifique tudo, acentuando a desigualdade e a marginalização das grandes maiorias. Não pode haver uma economia de mercado criativa e ao mesmo tempo socialmente justa, sem um sólido compromisso de toda a sociedade e seus atores com a solidariedade através de um marco jurídico que assegure o valor da pessoa, a honra, o respeito à vida e à justiça, e a preocupação efetiva com os mais pobres (DSD, 195).

Após diagnosticar a situação econômica, o Documento de Santo Domingo propõe impulsionar nos diversos níveis e setores da Igreja uma pastoral social que parta da opção evangélica preferencial pelos pobres, atuando nas frentes do anúncio, da denúncia e do testemunho, promovendo iniciativas de cooperação, no contexto de uma economia de mercado. Reconhecendo o “papel fundamental da empresa, do mercado, da propriedade privada e da conseqüente responsabilidade para com os meios de produção, da criatividade humana, no marco jurídico de uma justiça social” (DSD, 203).

Retoma a opção pelos pobres, agora “excluídos”, sendo especialmente nesse ponto que Santo Domingo se coloca em continuidade com Medellín e Puebla. Como afirmou Clodovis Boff “importante notar que o rosto do pobre dos anos 90 (Santo Domingo) não é o mesmo dos anos 70 (subdesenvolvido e oprimido: Medellín) e dos anos 80 (explorado e lutador: Puebla). Poderíamos defini-lo agora como o rosto do ‘excluído’” (1993, p.795).

Santo Domingo chega a listar os rostos sofridos: massas sobrantes, os novos párias, os miseráveis (*lumpen*), os abandonados. Aí se acham os desempregados, os da economia informal e toda a sorte de marginalizados, que vivem na precariedade, lutando para sobreviver.

Boff (1993) argumenta que em confronto com as Conferências anteriores, há uma novidade formal e um avanço no que concerne à opção pelos pobres, sendo considerada não apenas como uma “prioridade pastoral”, mas como uma “luz” ou perspectiva que há de perpassar todas as outras prioridades: “Esta opção [...] iluminará[...] toda nossa ação evangelizadora” (DSD, 178, 296 e conclusões finais).

Em síntese, percebe-se uma evolução do pensamento da Igreja, uma renovação pastoral, quando a partir de Medellín se faz a opção pelo pobre, agora não mais se fala no operário, olhando-o somente sob a perspectiva econômica, mas sob sua totalidade. Dessa forma, o pobre vem substituir o mito da classe operária revolucionária, elemento central do projeto marxista-leninista da revolução proletária, a qual reduz a sociedade ao conflito bipolar entre trabalho e capital. Em Puebla, se avança ainda mais com a opção “preferencial pelo pobre”, no sentido de não haver exclusão. No cerne da TdL se encontra uma perspectiva de liberdade que sustentou as pastorais: “A libertação virá dos pobres na construção do mundo novo”.

CAPÍTULO III

EM BUSCA DAS RAÍZES DA PASTORAL OPERÁRIA

Enquanto houver uma só pessoa faminta, oprimida, excluída, é preciso seguir lutando (Che Guevara).

3.1 ANTECEDENTES E SURGIMENTO DA PASTORAL OPERÁRIA

Ao estudar os movimentos sociais, Eder Sader (1995, p. 80) chama a atenção para os “os novos personagens que entram em cena” na década de 70. Estes, segundo o autor, afirmam-se como sujeito coletivo, “no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar sua vontade, constituindo-se nestas lutas”. Esses novos sujeitos vivenciam experiências no cotidiano e elaboram práticas políticas, reivindicando seus direitos. É, portanto sob o manto protetor da Igreja que começam articular-se formas organizadas de resistência à opressão e à exploração, é nessa esteira que se insere a experiência da Pastoral Operária.

Pastoral vem da palavra pastor, é aquele que conduz as ovelhas ao bom pasto, e que as defende dos ataques dos lobos. Para Frei Libânio “o significado da pastoral operária, é um agir da Igreja ao lado do mais fraco nos conflitos, em vista de sua libertação” (1986, p. 109).

Conforme afirmou Dom Afonso Gregory (1984, p. 245) “apoiar as aspirações dos operários - os pobres do mundo urbano-industrial, implica numa pastoral operária que os ajude a se renovarem e a se formarem a fim de contribuírem mais decisivamente na construção da sociedade”. Lembrando também Puebla (1162 e 1244), isto supõe respeito ao direito dos operários de criarem organizações destinadas a defender e a promover seus interesses e a contribuir responsabilmente para o bem comum.

Dom Waldyr Calheiros⁷⁹ invocando as palavras do Papa João Paulo II na *Laborem Exercens*, ao se referir aos operários lembra que ao Mundo da Igreja, eles

⁷⁹ Por ocasião da comemoração do décimo aniversário da Pastoral Operária, foi publicado pela Comissão Pastoral Operária Nacional - CPO (1987) um dossiê, intitulado “Pastoral Operária: 10

são portadores gerados pelo sistema injusto, que inverte a "prioridade do trabalho em confronto com o capital" (LE, 12). Afirmar que a "Pastoral Operária tem consciência de que o conflito de nossa sociedade se estabelece no relacionamento entre capital e trabalho. Aí a presença da Igreja é exigência da evangelização: sois luz, sois fermento e a verdade vos libertará" (CALHEIROS, 1987, p.5). Afirmar ainda, invocando o Documento de Puebla (31-36) que, a Igreja, querendo ser evangélica, não pode ficar indiferente, omissa e evasiva diante da realidade. Ela identifica nas faces sofridas dos operários por serem "mal remunerados", "impedidos de se organizarem na defesa de seus direitos" e "desempregados", "as feições sofredoras de Cristo".

Dom Waldyr Calheiros (1987) deixa claro que a Pastoral Operária não é uma concorrente dos movimentos específicos ACO e JOC. Nem os substitui. Antes os confirma, incentiva e apóia. "O seu esforço é fazer presente todo o mundo operário na diversidade dos trabalhos pastorais de uma igreja, que quer ser fiel à Boa Nova libertadora do Cristo" (CPO, 1987, p.5).

Eder Sader (1995, p. 144) identifica na década de 70, três instituições em crise que elaboram novas matrizes discursivas visando o cotidiano popular e as lutas contra as condições dadas: a Igreja Católica, os grupos de esquerda e a estrutura sindical. A matriz discursiva da Igreja fundada na Teologia da Libertação "tem raízes mais fundas na cultura popular e apóia-se numa organização bem implantada. Beneficia-se do reconhecimento imediato estabelecido através da religiosidade popular".

A voz que se erguia era a da Igreja, apareciam denúncias esparsas num ou noutro jornal do número de presos, torturados e mortos. Assim, um grupo de bispos e sacerdotes se reuniu nos anos de 1973-1974, objetivando estudar a situação dos setores populares, rural e urbano, e buscando refletir sobre os apelos que tal situação fazia à ação pastoral destinadas a esses setores. Foi quando os bispos do Nordeste publicaram o documento: "Ouvi os clamores do meu povo", e os do Centro-Oeste: "Marginalização de um povo – Grito das Igrejas" (CPO, 1987, p.14).

Em fevereiro de 1974, em Salvador, cinco bispos reuniram-se com cerca de trinta pessoas com variados engajamentos pastorais junto ao povo. Esta reunião era para aprofundamento da reflexão, que já estava tomando corpo, sobre a

anos a serviço da classe operária (1976-1986)". O dossiê é assinado pelo Bispo Dom Waldyr Calheiros e pelo Cardeal Dom Cláudio Hummes.

necessidade de uma ação conjunta. Confirmou-se, para os participantes da reunião, a necessidade de articular o trabalho no sentido de somar esforços, manter as bases bem informadas e articuladas para que não esmorecessem na fé e fosse reavivada a esperança. Constituiu-se uma pequena equipe de responsáveis: um representante de Minas, um do Rio, um do Pará e outro de São Paulo. A primeira tarefa foi fazer um mapeamento das experiências dos movimentos, então em curso, onde existiam, quantas eram, quem atuava, o que realizavam, por que continuavam resistindo a tanta pressão (CPO,1987).

Dez meses depois, este mesmo grupo voltou a se encontrar em Belo Horizonte, e foram surpreendidos com o esforço e dedicação de vários movimentos por todo o país: Grupos de Evangelho, Círculos Bíblicos, Juventude Operária Católica, Ação Católica Operária, Associação de Empregadas Domésticas, Associação de Moradores, Clubes de Mães, Grupos de Intelectuais, Comunidades Eclesiais de Base e outros. Como conclusão deste encontro, sempre visando a uma ação conjunta e articulada, partiu-se para um trabalho de coleta das experiências, de responsabilização das pessoas e de distribuição de tarefas nas diversas áreas do território nacional (CPO,1987).

Em 1975, realizaram-se duas reuniões em São Paulo com o objetivo de elaborar um método de leitura e análise de conjuntura a partir das experiências, dos fatos e dos acontecimentos. O grupo assumiu, então, como compromisso, a tarefa de fazer circular os resultados das experiências a fim de facilitar às bases uma atitude de permanente análise da realidade. “Aos poucos, se foi delineando uma certa integração do trabalho com a soma dos esforços, respeitando-se plenamente a identidade de cada experiência, uma vez que, desde o início, a tentativa de articulação se fixou como objetivo, ser a Pastoral Operária um serviço” (CPO, 1987, p. 15).

Compreende-se o trabalho da Pastoral Operária a partir de três serviços: formação, acompanhamento e produção de material.

- Formação: promovendo debates, cursos, seminários, encontros sobre a realidade operária, realidade nacional, sindical e encontros bíblico-teológicos procurando sempre capacitar os trabalhadores;

- Acompanhamento: acompanhar (assessorar) as lutas sindicais e populares; incentivo na formação de grupos de base, apoio à luta dos trabalhadores, a chapas de oposições sindicais, a greves salariais e aos movimentos populares;

- Produção de Material: subsídios para formação, boletins por categoria, panfletos, convites e outros.

Para ser presença evangélica eclesial e serviço de trabalhadores, a Pastoral Operária procura ser um espaço de formação, avaliação e planejamento da atuação, "integrando fé e luta, fé e vida, fé e compromisso social. Desenvolvendo assim, uma mística de luta animada pela fé" (10 anos de Luta no Paraná, 1989, p.5).

Segundo o mesmo documento, em 1975, alguns agentes do Paraná e Santa Catarina participaram do primeiro Encontro Regional promovido pela equipe do Rio Grande do Sul com a participação de mais de uma centena de agentes de pastoral. Relatou-se mais de vinte experiências diferentes, todas, porém, tinham o mesmo objetivo comum, ajudar o povo a sobreviver e a organizar-se a partir da realidade e do Evangelho. As experiências analisadas compreendiam duas frentes de atuação: o meio rural e o meio urbano.

Outros encontros⁸⁰ foram realizados pelo Brasil, crescendo a consciência nacional da necessidade de uma articulação para soma de esforços numa ação conjunta. E cada vez mais a Igreja ia se tornando presença na vida real do povo se aprofundando e fazendo surgir iniciativas concretas.

Segundo o dossiê da CPO (1987), o nascimento propriamente dito da Pastoral Operária se deu em 1976, num encontro em Nova Iguaçu - RJ, com a participação de representantes de sete estados e de alguns membros da Comissão Pastoral da Terra, onde se aprofundou, ainda mais, a consciência da necessidade de uma articulação específica para o trabalho pastoral no meio operário popular urbano.

O estudo dos problemas operários como o desemprego, condições de trabalho, ineficiência do sindicato, situação das periferias e bóias-frias, demonstrou a urgência da criação de um instrumento que fosse capaz de informar, com rapidez e veracidade, os trabalhadores, dos problemas comuns a toda a classe e dos esforços que a Igreja, por força de sua missão, tem que fazer para tornar-se presença em seu meio.

À medida que o governo militar desenvolvia uma política hostil aos interesses dos operários, a Pastoral Operária ia assumindo mais claramente o conflito. A repressão ajudou os operários a aprofundar sua consciência de classe.

⁸⁰ Em Goiânia a partir de uma ampla reunião em que bispos, sacerdotes e leigos debateram e refletiram sobre a realidade rural e seus grandes apelos, surgiu a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Todos os movimentos e experiências independentes foram convidados para se organizar dentro da diocese como Pastoral Operária. Neste período se travou uma luta interna em relação à orientação da PO, principalmente em torno de sua opção de classe. Reconheceu-se a existência da luta de classe causada pela própria estrutura e natureza do capitalismo, ou seja, venceu a proposta de uma PO classista. Este fato exige uma opção pela classe trabalhadora e sua organização. Coincide com a opção evangélica pelos oprimidos. Como era um período de fechamento e repressão, isto pesou muito na escolha das estratégias possíveis.

Historicamente a Igreja tem se pautado pelo discurso da concórdia, do apaziguamento, diferente da opção realizada pela PO. Isto se evidencia na *Rerum Novarum* quando Leão XIII mostrava o caráter anticristão da exploração abusiva que a burguesia exercia sobre as classes pobres, mas rejeitava a tese marxista da luta de classes.

Segundo análise de Euclides Marchi (1994, p.154), “instaurava-se a prática do ‘patronato responsável’ convivendo com um operariado ordeiro, trabalhador e submisso”, orientando assim, as relações oficiais sociais entre patrões e empregados. O autor afirma ainda que “buscava-se a constituição de um patronato comprometido com as diretrizes da Igreja, obrigado a, por dever de justiça, pagar impostos e salários, produzir artigos de qualidade e vendê-los a preço de mercado, cumprir os deveres da caridade ajudando a Igreja e os pobres”. Assim, apresentavam-se as formas através das quais a convivência dos desiguais deveria ser harmônica, “apoiada num conceito de justiça social que deveria confortar o sofrimento dos trabalhadores e num dever de caridade que aliviaria a consciência dos capitalistas” (MARCHI, 1994, p.154).

Nas palavras de Leão XIII “as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. A concórdia traz consigo a ordem e a beleza; ao contrário, dum conflito perpétuo só podem resultar confusão e lutas selvagens” (RN, 11).

Na ótica da Doutrina Social da Igreja, lembrando que esta condena a luta de classes que enfrenta o conflito sem ética, sem interesse pelo bem comum e que “quer destruir o que se lhe opõe”, mas reconhece claramente o papel positivo da luta de classes, quando ela se configura como luta pela justiça social como já o reconhecia em 1931, PIO XI na *Quadragesimo Anno* (213): “A luta de classes,

quando se abstém dos atos de violência e do ódio mútuo, transforma-se pouco a pouco numa honesta discussão, fundada na busca da justiça”.

Até mesmo a CNBB (40, n.150) reconhece que a Igreja tem dificuldades em entender o mundo do trabalho como mundos em conflito, com interesses distintos e opostos. Como afirmou João Inácio Wenzel⁸¹ (1992, p.20) “talvez porque não vive na própria pele a dureza, a injustiça e a insegurança que vive a maioria dos trabalhadores”. Continuando no mesmo parágrafo o clérigo afirma ainda:

Pensa erroneamente que a luta de classes é forjada pelas classes populares que, organizados em entidades classistas, lutam pelos seus direitos. Ora, assume-se o conflito presente no mundo do trabalho não porque se goste de conflitos, mas porque infelizmente a realidade é assim, e, como tal, é um apelo ao engajamento social em vista da superação do conflito.

Ainda na perspectiva deste autor, falta uma análise mais apurada do porquê das coisas. Não se procura entender a raiz do conflito entre trabalho e capital, passa-se diretamente ao juízo ético e teológico: “A raiz última dos conflitos, quer em outros setores da vida, está no pecado sob suas várias formas: egoísmo, ganância, orgulho” (CNBB, 40, 150). Portanto, se na base deste conflito reside a alienação⁸² do trabalho que divide e desintegra as relações humanas, reside nele um pecado original estruturado na organização social do trabalho, que precisa ser vencido constantemente.

Wenzel procura realizar um *mea culpa* do clero, expõe as razões de não se tocar neste assunto nas celebrações e liturgias, “nos parece ser o medo de dividir o povo, em vez de uni-lo. Ou evitar que os conflitos se evidenciem, para não precisar se posicionar. Somos mestres em celebrar a utopia da reconciliação e superação de classes, mas péssimos protagonistas em colocar em marcha aquilo que celebramos” (WENZEL, 1992, p.28).

A superação positiva do conflito entre classes exige, pois, uma análise mais profunda para perceber aquilo que é invisível na realidade, uma tentativa de se aproximar dessa realidade se deu através das Conferências do CELAM.

Assim, em 1977, cerca de oitenta pessoas, predominantemente padres e religiosos, se encontraram em Salvador para uma avaliação de como estava caminhando e como estava sendo assumida a articulação em vista de um trabalho

⁸¹ Mais conhecido como Pe. João Peão, orientador espiritual da Pastoral Operária do Paraná.

⁸² Para aprofundar o tema sobre alienação do trabalho, sugere-se consultar István Mészáros. Marx: A Teoria da Alienação, Zahar, 1981.

conjunto. Ainda neste mesmo ano, houve um Encontro Nacional que reuniu agentes e militantes dos diversos movimentos de Pastoral Operária atuantes nas várias regiões do país. Também nesta oportunidade, sentiu-se a necessidade de um instrumento de articulação do trabalho (CPO, 1987).

No ano seguinte, realizou-se mais um encontro, de âmbito nacional, onde se reafirmou a urgência da criação de um instrumento capaz de promover, animar e ajudar a articulação da ação da PO nas suas diversas modalidades no país. Foi a partir desta data que a Pastoral Operária passou a se articular sob o nome de Comissão de Pastoral Operária (CPO). Nesta mesma ocasião começou a funcionar, em caráter provisório, a Comissão Nacional de Pastoral Operária⁸³. Era um grupo de operários, padres e bispos que, a nível nacional, tinham a missão ampla de dar corpo a tudo o que vinha surgindo. Os relatórios destes dois últimos encontros foram publicados na Separata do Comunicado mensal da CNBB em fevereiro de 1979.

Estabeleceu-se que se reuniriam de três em três meses, com o objetivo de “avaliar a caminhada”, estabelecer alguns critérios comuns para assegurar a unidade, respeitando a diversidade, criar um boletim, através do qual a PO pudesse acompanhar a marcha das experiências, organizar um secretariado, onde tudo fosse encaminhado e rapidamente devolvido, visitar dioceses, bispos, agentes de pastoral, CNBB, sindicatos, outros movimentos e organizações ocupadas com a classe operária e, também, se fazer presentes nos encontros diocesanos, regionais e nacionais (CPO, 1987).

Neste período, todos eram voluntários no tempo disponível, nenhum membro da Comissão Nacional era liberado, isto é, com dedicação total de seu tempo ao trabalho de articulação de base. Havia a preocupação de respeitar os trabalhadores como os sujeitos do processo, principalmente do processo educativo, evitando propostas e programas impostos.

Após vinte anos de permanente e ostensivo bloqueio dos canais de expressão, participação e organização da classe trabalhadora, a partir de 1978, por força da resistência da sociedade organizada, o poder opressor viu-se obrigado a ceder maior espaço de democratização (a chamada “abertura lenta e gradual”),

⁸³ A Diocese de Volta Redonda serviu de sede para o Secretariado Nacional da PO durante três anos, de dezembro de 1979 a março de 1983. Depois se instalou em Duque de Caxias (RJ), onde funcionou durante três anos numa sala alugada num edifício comercial. A partir de maio de 1986, D. Mauro Morelli cedeu um espaço mais amplo onde o Secretariado se instalou. Atualmente a sede fica em São Paulo.

propiciando uma brecha para que as organizações popular e sindical avançassem, dando surgimento às oposições sindicais⁸⁴ com vista a uma ruptura da estrutura sindical vigente. Neste ano ocorreram grandes movimentações de operários na região do ABC, com a participação dos cristãos. A partir daí a PO começa a ter um crescimento em sua organização.

Por intermédio do Sindicato dos Metalúrgicos e da liderança de Luis Inácio Lula da Silva os trabalhadores desafiaram o regime autoritário realizando greves de importância nacional, que estavam expressamente proibidas por lei. O ponto de partida foi São Bernardo do Campo, mas aos poucos contagiou várias entidades sindicais do país, abrangendo outras categorias. Segundo Silvia Manfredi (1986) as principais foram: Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito; Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre; Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do estado do Rio de Janeiro; Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade (Minas Gerais); Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de São Paulo.

“De fábrica em fábrica, os operários começavam a parar. Como consequência desse movimento foram firmados importantes acordos salariais entre patrões e empregados” (PARANÁ, 2002, p.28).

Progressivamente e com certa relutância de alguns setores conservadores da sociedade e do governo, a Igreja foi se aproximando das camadas populares mais necessitadas, e que depois em termos teológicos, seria formulada em Puebla, como “opção preferencial pelos pobres”. Esse deslocamento da Igreja teve como resultado a presença do religioso e do eclesial no meio do povo assumindo formas

⁸⁴ A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo é tida como um marco e um referencial do chamado novo sindicalismo brasileiro. Nasceu das lutas operárias, se constituindo desde o golpe militar de 1964, nos pequenos trabalhos de fábrica em que a classe operária criava um embate contra os patrões e seu governo. Ela foi se desenvolvendo a partir das organizações nos locais de trabalho, contra a estrutura sindical controlada pelo Estado e contra os ditos “pelegos”. Distinta daquela caracterizada pelo clientelismo e pelo assistencialismo sindical que marcaram por anos a vida da classe trabalhadora brasileira. Através da atuação de Lula, eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos em 1975, e outros sindicalistas, há uma retomada de antigas lutas em defesa dos interesses dos trabalhadores (remuneração salarial digna, garantia de emprego e melhores condições de trabalho e outras). O sindicato abre suas portas, assume uma nova dinâmica, leva as assembleias para o local de trabalho dos operários, amplia o quadro de sindicalizados e também os horizontes da enorme massa de trabalhadores que representa (PARANÁ, 2002).

Para uma história mais detalhada deste tema, recomenda-se consultar o Caderno do Trabalhador n. 4. Nas raízes da democracia operária. São Paulo em 1982; PARANÁ, Denise. Lula, o Filho do Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002; ANTUNES, Ricardo. O que é Sindicalismo. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982; MANFREDI, Silvia. Educação Sindical entre o Conformismo e a Crítica. São Paulo; Loyola, 1986.

de contestação e de denúncia (CPO, 1987). Isto se confirma nos estudos de Vera Telles (1981, p.5-6) quando afirma que:

Em alguns locais, desde os anos 70, militantes da Pastoral Operária e/ou da Oposição Sindical levavam um trabalho de aglutinação operária apoiando-se na rede de relações articulada pelas comunidades eclesiais de base, cooperativas de compras comuns, cursos de alfabetização. Esses bairros foram verdadeiros redutos de resistência operária nos anos mais negros da repressão, e a luta operária sempre foi tema de discussão dos vários núcleos de organização de moradores: centros culturais, comissões de moradores e as comunidades de base da Igreja.

Em 27 de maio de 1978, a Pastoral Operária lança seu primeiro documento de apoio às lutas operárias intitulado “Apoio aos trabalhadores do ABC”, no qual aponta a legitimidade da greve, afirmando que esta é e foi provocada pela intransigência dos patrões, pelo custo de vida e baixo salário. Denuncia também o controle que o Estado exerce sobre os sindicatos, impedido que estes representem de fato os interesses dos trabalhadores (CEHILA, 1986).

Este mesmo documento lembra que um importante fator no desenvolvimento da PO, neste mesmo ano de 1978, foi a sua escolha, como prioridade, do primeiro Plano Diocesano de Pastoral o “Mundo do Trabalho” onde se procurou reunir a PO, ACO e JOC.

Em 1979 uma onda grevista tendo como eixo a região do ABC paulista, se alastra por quase todo país. Surgem dezenas de Comissões de Fábrica ⁸⁵, exigindo aumento salarial, além de melhoria nas condições de trabalho. A inflação cresce de 40% para mais de 70% em apenas um ano. A crise do chamado “milagre econômico” se evidencia. Diante da situação, o regime autoritário procurava redefinir sua dominação de classe, mantendo o controle sobre os movimentos sociais que vinham crescendo rapidamente. Líderes operários e sindicais são presos e as concentrações operárias são dispersas violentamente, além da intervenção em vários sindicatos.

Segundo análise de Manfredi (1986), o movimento de 1977, pela reposição salarial (correspondente à perda do período 1973/1974) e as greves de 1978 e 1979 foram aos poucos desmascarando o caráter intermediador do Estado, como um dos

⁸⁵ Estes movimentos reivindicatórios grevistas, sempre declarados ilegais pelo governo, propiciaram uma maior organização dos trabalhadores, dando origem ao 1º e 2º Congresso da Classe Trabalhadora – CONCLAT que, posteriormente, deram origem à Central Única dos Trabalhadores – CUT e à Central Geral dos Trabalhadores – CGT.

principais entraves para a medição de forças entre a classe trabalhadora e os capitalistas, favorecendo estes últimos. Este fator veio provar a necessidade de desatrelamento do Estado e a maior autonomia sindical, lançada as sementes do chamado “novo sindicalismo”. Este começa a se expressar e passa a disputar a hegemonia contra o “velho sindicalismo”, corporativista, assistencialista, paternalista e dependente.

As principais tendências desse “novo sindicalismo” se expressariam segundo Silvia Manfredi (1986) em três grandes eixos: a ruptura da dependência com o Estado, colocando-se, portanto, a questão da autonomia (a possibilidade de arrecadar, gerir e fiscalizar os próprios recursos financeiros, independente da tutela ou controle do Ministério do Trabalho), a necessidade de democratização dos sindicatos e das relações entre dirigentes e a base, a politização do movimento sindical e seu conseqüente desdobramento para a política nacional.

No dia 30 de março de 1979, D. Cláudio Hummes lançava uma nota de esclarecimento, na qual procurava tornar clara a presença da Igreja nas lutas operárias. Na carta, ele protesta contra a intervenção federal nos sindicatos de metalúrgicos da região do ABC e contra as demissões nas fábricas. Ao mesmo tempo, reitera que “continuam abertos os salões paroquiais das Igrejas para reuniões de operários que buscam manter sua articulação” (CEHILA, 1986, p.5). Ao mesmo tempo, busca-se, dar assistência às famílias dos grevistas, através de colaborações de gêneros alimentícios aos “fundos de greve”.

Um ato de barbárie do regime vigente viria marcar o ano de 1979, com o assassinato de um membro da Pastoral Operária, Santo Dias da Silva, operário da Filtro Mann e também membro da Oposição Sindical. Isso aconteceu quando policiais dissolviam um piquete em frente da indústria Sylvania, em Santo Amaro. Sua morte repercutiu não só nacionalmente como também no exterior. O Caderno do Trabalhador (1982, p. 59) afirma que:

Logo após o enterro de Santo Dias, os metalúrgicos realizaram uma assembléia no Estádio do Pacaembu (São Paulo) e decidiram pela continuação da greve. Devido às numerosas manifestações de protesto à nível nacional, abrandaram a repressão policial por um curto período, retornando a seguir, principalmente em São Paulo, invadindo e depredando Igrejas onde se reuniam os comandos de greve, batendo em trabalhadores nas portas das fábricas e prendendo lideranças

A revolta provocada por esta morte pode ser sintetizada num relato de um trabalhador publicado na mesma fonte citada acima.

A morte do companheiro Santo foi um preço alto que a gente pagou. Eles já tinham feito isso em várias outras greves no Brasil. Mas a gente não imaginava, naquele dia, naquela greve, o companheiro Santo. Já havia uma revolta muito grande por causa da violência e esse fato deixou todo mundo com um **ódio de classe muito maior** (CADERNO DO TRABALHADOR, 1982, n. 4, p.59, grifo nosso).

Santo Dias tornou-se um mártir e um símbolo da causa operária⁸⁶. Inúmeras homenagens foram e continuam sendo prestadas até a presente data, inclusive com a publicação de um livro⁸⁷ sobre sua vida e militância, lançado por ocasião da comemoração dos vinte anos da Pastoral Operária Nacional em 1996, também vários poemas e músicas foram escritas para homenageá-lo.

Rocha (1996, p. 20-21) lembra através da fala do advogado do movimento sindical Luís Eduardo Greenhalgh, como ele e os membros do clero receberam a notícia do assassinato do metalúrgico.

No dia da sua morte, fui chamado ao telefone. Diziam que havia acontecido um 'incidente' na porta da Sylvania. E que nesse 'incidente' havia sido 'ferido' o Santo Dias. Liguei para Dom Paulo Evaristo, na cúria. Estava em uma reunião com o padre Luiz Giuliani. Ambos não sabiam de nada. Eu disse que sairia em seguida para ir ao DOPS. O padre Luiz Giuliani se dispôs a ir comigo. E, quando lá chegamos, [...] o padre fez um escândalo. Gritava 'assassinos', 'você mataram um trabalhador', isso não vai ficar assim'... Ele ficou muito, mas muito abalado. Gritava sem parar...

Através dos relatos de Greenhalgh destacados por Rocha (1996) tem-se uma dimensão do embate travado entre o Estado no regime autoritário, sociedade e a Igreja, e o respeito que esta última impunha, sendo "a voz dos que não têm voz e nem vez". Assim, só restava buscar ajuda nesta instituição como forma de mediação. Continuando o relato do ocorrido naquele dia 30 de outubro de 1979, o advogado lembra:

[...] fomos para o IML, Dom Paulo, Padre Luiz Giuliani, uma freira e eu. Quando chegamos a polícia estava cercando o local e não deixava ninguém entrar para ver o corpo de Santo Dias. Dom Paulo nem tomou conhecimento da ordem, os policiais foram se afastando, um a um, e acabamos entrando no IML. O corpo

⁸⁶ Foi criado no dia 3 de dezembro de 1980, o Centro Santo Dias de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, sob a coordenação do jurista Hélio Bicudo, do pastor presbiteriano Jaime Wright e outros, como presidente de honra foi nomeado Dom Paulo Evaristo Arns.

⁸⁷ Rocha, Guilherme Salgado. Santo Dias. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1996.

estava numa sala fechada. A proibição de entrada era mais rigorosa ainda, com outros policiais protegendo a porta. Dom Paulo exigiu que abrissem a porta, e eles não tiveram como negar. Eles tiveram medo de Dom Paulo, e ele entrou, e nós também. Dom Paulo apontou com o dedo indicador o orifício de entrada da bala no abdômen e disse: 'Olhem o que vocês fizeram...! Olhem o que vocês fizeram...!' Todos os policiais abaixaram a cabeça e nada responderam (ROCHA, 1996, p. 23-27).

Segundo Rocha (1996), participaram do cortejo cerca de 15.000 pessoas, na missa de corpo presente celebrada por Dom Paulo Evaristo Arns, estavam presentes todos os bispos da Arquidiocese de São Paulo e Dom Clemente Isnar, então vice-presidente da CNBB.

Em Curitiba, todos os anos, no dia do aniversário de seu falecimento é rezada uma missa especial e várias homenagens são realizadas não só pela PO, mas por integrantes dos movimentos populares.

Num boletim intitulado "Operário em Construção", numa edição especial, sem data, mas calcula-se que seja de 1981, ao fazer uma retrospectiva do ano 1979, afirmam "quem perde a sua vida, a encontrará, Santo Dias ressuscitou, e está entre nós!" (p.15).

Convencido de que os trabalhadores precisavam ter seus próprios representantes na esfera política, em 10 de fevereiro de 1980, Lula junto a outros sindicalistas, intelectuais, representantes da Igreja progressista, militante de grupos de esquerda e de movimentos populares, fundam o Partido dos Trabalhadores (PT). Constitui-se como um partido ligado à defesa dos interesses dos trabalhadores e dos marginalizados da esfera política, tendo sido forjado no seio do movimento sindical modifica a forma tradicional de fazer política no Brasil, abalando os alicerces da velha elite política conservadora. "Nasce num delicado momento de transição política da ditadura militar – que já não tinha mais fôlego para se sustentar – para a democracia" (PARANÁ, 2002, p. 28).

Em 1980, a atuação da PO que até então dava especial ênfase à categoria metalúrgica, se estende a outras categorias como, por exemplo, aos motoristas. As paróquias, a pedido de D. Cláudio tornam-se postos de arrecadação de mantimentos para os fundos de greve. Na mesma carta-pedido, datada de 02 de abril de 1980, o Bispo faz um retrato da situação do movimento grevista: "Antes que o tribunal declarasse ilegal a greve, hoje, dia 02 de abril, os helicópteros do exército, circulam em vôos rasantes sobre as assembléias pacíficas dos metalúrgicos, numa clara provocação à violência" (CEHILA, 1986, p.06).

O apoio maior da PO foi efetivado através da organização dos fundos de greve. Em Santo André as Igrejas, Senhor do Bonfim e a Catedral do Carmo, criaram postos de arrecadação de mantimentos. Mais tarde, com a intervenção federal nos sindicatos estas Igrejas abriram suas portas para as assembléias dos metalúrgicos. Em outra carta datada de 18 de abril de 1980, D. Cláudio comunicou que o controle dos fundos de greve passaria a ser orientado pela Diocese. Esta atitude geraria uma onda de ataques à Igreja de Santo André, com ameaças de enquadramento de seu bispo, na lei de Segurança Nacional, partindo-se da suspeita de que ele, juntamente com o Cardeal Arns estariam incitando os metalúrgicos à greve (CEHILA, 1986)⁸⁸.

No mês de maio deste mesmo ano, durante uma assembléia do Conselho Diocesano de Pastoral, a PO determinou como meta de trabalho, em curto prazo, o apoio na organização dos fundos de greve, isto porque não havia perspectiva de solução para o movimento grevista. Na mesma assembléia, os militantes, com o problema da intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos, fizeram um levantamento das Igrejas que poderiam abrir as portas para receber os trabalhadores. Ainda foi elaborado um manifesto, veiculado pela Folha da Diocese (órgão informativo da Diocese de Santo André, não mais publicado) que procurava esclarecer ao público e aos cristãos o que era a PO:

A Pastoral Operária e a Ação Católica Operária, juntas com Dom Cláudio, bispo do ABC, não querem outra coisa senão colocar-se a serviço da classe trabalhadora. Não somos uma função sindical. Não somos um grupo político. Somos a presença dos trabalhadores dentro da Igreja e a presença da Igreja entre os trabalhadores (CEHILA, 1986, p.7).

Observa-se a preocupação em deixar claro que a Pastoral Operária queria ser apenas um serviço aos trabalhadores sem pretensão de exercer política partidária. Apesar de ser formadora de expressivo quadro que veio a alimentar os partidos políticos e as lideranças sindicais durante o período de opressão.

⁸⁸ Para maior detalhamento da atuação da Igreja neste período ver a autobiografia de Dom Paulo Evaristo Arns. Da Esperança à Utopia: testemunho de uma vida. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

3.1.1 Organização da Pastoral Operária

Em relação à organização, na 1ª. Assembléia Nacional realizada em 1982 no Rio de Janeiro, definiu-se as tarefas e um mínimo de organização da PO para todo o Brasil, resultando no documento intitulado: “Princípios de Ação da Pastoral Operária”, estas sofreram algumas modificações nos anos posteriores, mas no todo continua valendo em nível nacional. Foi sendo desenvolvida em seus primeiros dez anos de funcionamento, apresentando-se com a seguinte estrutura no dossiê da CPO (1987, p.53-55):

- **Grupos de Base** – chamados grupos de base nas comunidades, paróquias e cidades de uma diocese, onde trabalhadores se reúnem semanal ou quinzenalmente, e à luz da fé, discutem os problemas próprios da classe operária, do bairro ou da cidade onde moram, buscam suas causas e propõem soluções.

- **Comissão Diocesana** – formada por militantes de base eleitos em Assembléia Diocesana da Pastoral Operária, procura criar novos grupos, acompanhar e animar os existentes, organizar e planejar o trabalho em sintonia com a realidade da classe trabalhadora local.

- **Comissão Estadual** – também eleita a partir das bases (Comissões Diocesanas) durante a Assembléia Estadual da PO, tem o papel de acompanhar e incentivar a organização da PO nas dioceses. Planeja e executa atividades próprias para os militantes no campo da formação. Busca inserir-se no Movimento Sindical, no partido político e numa pastoral de conjunto com a Igreja do respectivo Estado.

- **Comissão Nacional** - A nível nacional, a PO se articula a partir dos Estados da Federação. Cada Estado, em que a PO está organizada em Comissão Estadual, elege um militante para formar a Comissão Nacional da PO. Aqueles Estados onde ainda não possui Comissão Estadual, a representação se faz elegendo dois militantes do Regional da PO.

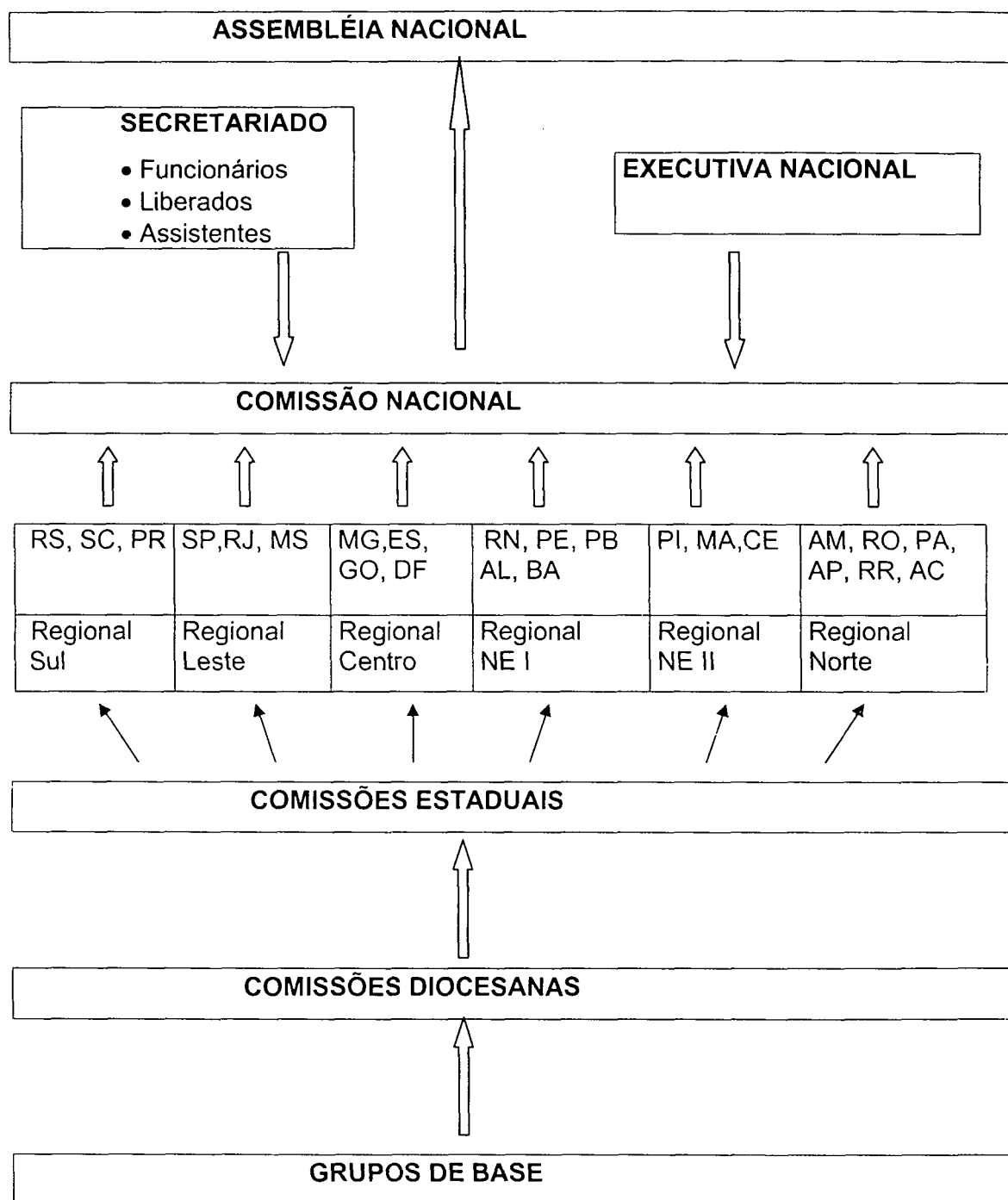
- **Regionais da Pastoral Operária** – Em face da extensão territorial do Brasil, criou-se, os Regionais da CPO Nacional, são:
Norte: AM, AC, PA, RO, RR, AP
Nordeste I: RN, PB, PE, AL, SE, BA
Nordeste II: PI, CE, MA
Leste: MG, ES, GO, DF
Centro: RJ, SP, MS
Sul: PR, SC, RS

- **Assembléia Nacional** – órgão máximo de decisões e planejamento convocado uma vez por ano, esta assembléia se forma a partir de delegados eleitos nos estados. É através das deliberações da Assembléia Nacional que se dá a orientação política geral.

- **Executiva Nacional** – para dar andamento ou executar durante o decorrer do ano as decisões da Assembléia Nacional. Toma as iniciativas necessárias para o funcionamento geral da PO, de acordo com as orientações transmitidas pela Comissão Nacional.

- **Secretariado Nacional** – o secretariado é um ponto de apoio articulação nacional que visa, como um serviço, auxiliar, subsidiar as bases, sustentar a infraestrutura da caminhada e recolher as experiências para uma avaliação concreta.

QUADRO DA ORGANIZAÇÃO DA PASTORAL OPERÁRIA



FONTE: DOSSIÊ CPO (1987, p. 56).

3.1.2 Objetivos e Missão da Pastoral Operária

A Pastoral Operária possui uma ligação orgânica com a Igreja, participando de suas instâncias (encontros, assembléias), entretanto, possui vida própria, são os trabalhadores os responsáveis por suas decisões e condução, contando com a participação e apoio do clero. Seus objetivos foram sendo construídos em sua trajetória, os quais segundo o dossiê da CPO são um serviço junto aos trabalhadores, assim entendido: “ser, como pastoral, um espaço onde se reflete o engajamento político, social e religioso à luz da mensagem do Evangelho. Espaço este onde celebram-se as lutas e vitórias e revisam-se as derrotas e as vitórias (1987, p.57).

Este espaço é o lugar da união-comum de todos os membros da PO, quando se encontram em seus grupos de base, nas reuniões de coordenação e nos eventos planejados regionais ou nacional. Surgindo da base, na comunidade, como pequenos grupos de trabalhadores se reunindo, refletindo e celebrando a realidade dos trabalhadores. Reafirmando o trabalho conjunto e a proximidade com a Igreja, “a partir da fé e de suas organizações, a CPO se mantém integrada à Pastoral de Conjunto das dioceses e de toda a Igreja do Brasil” (CPO, 1987, p.57).

Destacam-se mais três objetivos no dossiê comemorativo, observando-se que estão alinhados com a linguagem e objetivos pregados pela Teologia da Libertação e pelos resultados das Conferências do CELAM. Buscam a mobilização solidária dos trabalhadores através de suas organizações e desenvolvendo uma consciência de classe e realimentando sua fé.

Como já afirmado anteriormente, Thompson retoma a idéia marxista da classe como sujeito e como categoria histórica, ampliando seu significado, enquanto relação. “A consciência vai sendo gerada na luta, não há um projeto político previamente demarcado, ele se constrói na *práxis*” (GOHN, 1997, p.205). No Brasil as classes populares em geral são marcadas por um passado rural, no campo, em que a religiosidade demarca o tempo e os espaços de atuação.

Os objetivos propostos no dossiê da CPO (1987, p.58) são:

Conscientizar os trabalhadores, através de um processo constante, para que entendam a sua realidade e se despertem para o compromisso com a causa dos empobrecidos. Isto vai proporcionar, na caminhada e no engajamento, a tomada de consciência classista, sindical, política e cristã.

Denunciar todo tipo de opressão e injustiça que são cometidas sobre a classe trabalhadora e outros grupos, discriminados e marginalizados pelo atual sistema dominador, juntamente com as estruturas sócio-econômicas e políticas que os mantêm subjugados. Assim, a CPO contribui para que os pobres, historicamente mantidos em dependência, façam o discernimento dos fatos e da realidade a partir da ótica da libertação, construindo sua própria história.

Contribuir na organização da classe trabalhadora através de grupos de base na comunidade, no bairro, na fábrica, no sindicato e partido político a fim de que os trabalhadores participem, influam e tomem decisões dentro da sociedade. Esta organização, a partir da tomada de consciência, irá transformar a atual sociedade.

Observou-se nos documentos da CPO que desde seu início sempre houve uma preocupação em conscientizar e despertar no trabalhador uma consciência política aliada à fé, buscando assim uma validação para seus atos no próprio Evangelho.

Assim, reafirma-se que desde início de 1979, buscou criar um relacionamento amplo com outros serviços da Igreja com o objetivo de somar experiências e contribuir na construção de uma sociedade na qual os trabalhadores e os meios populares pudessem participar com voz e voto.

O seu esforço específico foi o de atender à vida, aos problemas do dia-a-dia, às lutas dos trabalhadores, às organizações presentes no movimento operário e popular, às aspirações profundas e aos objetivos da Classe Operária, onde se fere e de onde se apresenta a realidade concreta dentro desta sociedade de classes. A prática da Pastoral Operária de anunciar o reino de Deus, movida pela fé, denunciando corajosamente os obstáculos, foi, e continua sendo, matéria de profunda e permanente Revisão da Vida Operária (CPO, 1987, p. 20).

A chamada Revisão da Vida Operária é uma ferramenta composta pelo trinômio prática-Teoria-Prática (p-T-P)⁸⁹, ou seja, ver-julgar-agir, utilizada no estudo do dia-a-dia do trabalhador, no estudo da sociedade e no planejamento da ação e na chamada Revisão da Vida Operária (CPO, 1987, p.62).

O uso desta metodologia tem como desafio “capacitar os trabalhadores e segmentos populares para a apropriação dos instrumentos que possibilitarão que se

⁸⁹ Na cartilha estes métodos são tratados como sinônimos, mas a metodologia da *práxis*, conhecida vulgarmente pelo método prática-Teoria-Prática, avança em relação ao ver-julgar-agir, passando por um minucioso e permanente processo de análise, procura captar o fundamental nos fatos. Exercita os trabalhadores para um constante trabalho de questionar o cotidiano pessoal e coletivo. A prática cotidiana é impregnada de contradições, as quais devem sempre ser superadas. Para tanto, ela capacita os trabalhadores para pensarem e agirem autonomamente sempre em sua prática. Para aprofundar esta metodologia, recomenda-se o estudo de André Langer “Para uma Metodologia da Práxis”, publicado na Revista Acadêmica da PUC/PR em março e setembro de 1993.

tornem sujeitos do processo de conhecimento e autônomos na gestão de sua história" (LANGER, p.16, 1993).

Esta metodologia foi explicada de forma didática através do boletim Operário em Construção (1986, n.12, p. 7), da seguinte forma:

Nosso trabalho pastoral sempre parte e deve partir de uma prática (de uma luta), a prática é o início de tudo, entretanto para que a gente avance e não fique sempre na mesma é necessário algo muito importante aliado a esta prática. Este 'algo muito importante' é a Teoria. Na teoria entra o estudo das teorias científicas, ou seja, propostas já elaboradas para a transformação social, como por exemplo, o marxismo e outros ismos que são importantes que se conheça. Entra na Teoria a análise de conjuntura, ou seja, saber interpretar o que está acontecendo no país, entra o estudo da história e das experiências que já aconteceram de povos na luta pela transformação social, e entra até mesmo a fé, isso mesmo a fé, como um dos elementos que nos anima a continuar na luta. Pois bem, toda esta teoria deve vir ajudar a nossa prática inicial e depois disso devemos ter então uma prática com P maiúsculo, ou seja, melhorada em sua qualidade, e assim por diante... **p t P...tp.**

Numa cartilha publicada em 1987 pela Comissão Pastoral Operária Nacional (CPO), intitulada "Pastoral Operária Como e Para Que", há um exemplo da aplicação desta ferramenta de trabalho da PO.

Jorge, metalúrgico, está desempregado há alguns meses,
35 anos de idade.
Casado.
3 filhos menores para criar.
As crianças chorando de fome.
A mulher lavando roupa "pra ajudar".
Nas fábricas só encontra a placa: "Não há vagas!"
Desespero.
Desânimo.
Reação.
"É hora de topar qualquer parada, senão vamos morrer de fome". Pensou o Jorge.
Manezinho ficou sabendo das dificuldades do amigo, "homem honesto e esforçado". Convidou o amigo para trabalhar na sua oficina.
Jorge, sem outra saída, aceitou o convite, mas foi dizendo:
- Eu topo, mas eu não entendo nada de mecânica de automóvel.
Manezinho disse:
- Fica tranquilo. Não demora você vai dar aulas de mecânica para muita gente. Eu te conheço. Com a sua experiência e vontade de trabalhar, você vai longe.
Jorge não entendendo o amigo:
- A única experiência que tenho é a de torneiro mecânico que aprendi lá na fábrica. Não sei como isto pode ajudar...
Manezinho:
- Não parece, mas ajuda. Vai por mim. Apareça amanhã lá na oficina.
Os amigos se despediram.
No caminho para casa, já alta hora da noite, Jorge estava ansioso. Ia se perguntando, "o que vou fazer lá na oficina? Será que vai dar certo? E se não der certo, como vou dar comida para meus filhos?"

Jorge era um misto de esperança e angústia.
 Chegou em casa dizendo que tinha conseguido emprego.
 Naquela noite o feijão e a farinha estavam com outro sabor. A vela acesa parecia lâmpada elétrica. Por falta de pagamento a luz tinha sido cortada.
 A noite parecia longa. Jorge virava pra cá, virava pra lá.
 Fazia planos.
 Se perguntava: "E se não der certo, o que será de nós?"
 Jorge remoia planos e dúvidas sobre o futuro.
 Insônia.
 Era preciso dormir, pra amanhã começar no novo emprego.
 Tentou desligar-se do caso.
 Contou número de frente pra trás, de trás pra frente...
 Enfim dormiu.
 Manhã de inverno.
 6 horas.
 Escuro.
 Pelas ruas da favela, Jorge sai tropeçando até a oficina do Manezinho, lá no centro do bairro.
 A oficina só abria às 7 horas, Jorge tinha tempo de folga, mas corria.
 Frio danado. 35 minutos na porta da oficina.
 Na oficina tudo era novidade. Jorge queria ver, entender e fazer tudo.
 O homem estava com fome de trabalho. Manezinho chegou a dizer:
 - Vai devagar, companheiro!
 Jorge estava eufórico:
 - Até que este serviço não é difícil!
 E já ia planejando como aprender a fazer tudo direitinho.
 Um, dois, três dias. Uma semana.
 Jorge já não se sentia marinho de primeira viagem. Trocava e consertava pneus, faróis etc.
 Um mês.
 Jorge queria aprender mais. Ficava olhando o Manezinho abrir motores, mexer peça por peça.
 Pensava: "Preciso entender como funciona um carburador, uma vela, um motor".
 E foi aí que ele viu no fundo da oficina um motor velho e pensou: "Será que o Manezinho ainda vai usar este motor? E se ele me deixar desmontar e montar o motor pra eu ir aprendendo..."
 E foi falar com Manezinho.
 O motor era imprestável. Nas horas de folga o Jorge poderia ir aprendendo com o motor. O Manezinho até se ofereceu para explicações.
 Desde então, sobrava um tempinho e lá estava o Jorge desmontando o motor. Vendo peça por peça. Montava uma parte. Não estava certo. Coçava a cabeça. Pedia explicação ao Manezinho. Lia livros técnicos e manuais. Desmontava novamente e remontava. Até acertar. Assim Jorge foi se especializando. Com o tempo, formou sociedade com o Manezinho... (CPO, 1987, p.58).

Dado o exemplo, a cartilha avança na reflexão, traçando um paralelo entre o caso do Jorge e a Pastoral Operária, afirmando que "assim como Jorge usou ferramentas para a sua formação, a Pastoral Operária também usa uma ferramenta na formação de seus membros.

Atribui-se como missão da Pastoral Operária (CPO, 1987, p. 37):

- Conscientizar o trabalhador cristão e sua família sobre a

necessidade de participar do seu sindicato e torná-lo autêntico e desatrelado;

- Levar a uma consciência de classe, a uma união, que possibilite aos trabalhadores cristãos e sua família participarem efetivamente da construção da história, da sociedade justa;
- Ajudar o trabalhador cristão e sua família a se despertarem para a necessidade da luta organizada no bairro, na cidade, para enfrentar os problemas que atingem a todos;
- Levar o trabalhador cristão (não-cristão) a mudar sua mentalidade e a assumir as questões políticas e político-partidária.

Ressalta-se ainda que, “é tarefa da PO mostrar que participar, animar e promover esse tipo de luta organizada a nível popular é uma maneira de ser Igreja, é uma forma de manifestar o amor evangélico” (CPO, 1987, p. 37).

Há um clamor para que os trabalhadores se organizem a fim de defender seus direitos, conquistá-los e avançar. Afirmam que a classe dominante, com sua política e seus partidos “faz tudo para se manter no poder e fazer valer os seus interesses. Enquanto a classe dominada não entender que deve participar ativamente na política, nos partidos, na luta pelo poder, nada vai mudar” (CPO, 1987, p. 48).

Havia um trabalho constante e enfático de conscientização política, já que parte dos trabalhadores era avessa a esta. Atribuem ao passado histórico da Igreja uma parcela de culpa na mentalidade popular de rejeição à política.

No passado, às vezes, a Igreja fez o jogo dos grandes, ricos e poderosos. Hoje ela se penitencia e pede perdão ao povo. Exemplo disso vimos em Canindé, CE, no 5º Encontro Intereclesial das CEBs, de 4 a 8 de julho de 1983. Nesse encontro os bispos do Brasil pediram perdão ao povo pelos pecados da Igreja (CPO, 1987, p.38).

Avançando a reflexão, o trabalhador cristão, quanto mais se integra na PO, transforma sua espiritualidade de conformismo (“É Deus que quer”) em uma espiritualidade de resistência e luta pela vida. “Esta sua espiritualidade de luta é sinal de muito amor, de consciência de classe. Por este caminho o trabalhador busca um novo tipo de relação entre os homens, uma relação participativa onde não haja mais explorados” (CPO, 1987, p. 43).

Segundo as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil de 1979/1982 da CNBB, é afirmada a necessidade de dar apoio às iniciativas da Pastoral Operária para atingir o trabalhador e sua família nos seus diferentes ambientes. Bem como, atender aos operários, dando-lhes prova de confiança e apoiando-os na justa luta que, juntamente com seus companheiros, cristãos ou não, empreendem pela libertação da classe operária.

Além de proporcionar condições para que os leigos engajados no movimento operário possam crescer na fé e na formação social, econômica e política favorecendo a criação, em todos os níveis, de assessoria de leigos engajados na vida e na luta operária com a finalidade de ajudar a Igreja. Não deixando de lado, o conhecimento das situações concretas e complexas vividas pelos operários e no discernimento da oportunidade e do conteúdo de suas intervenções públicas a respeito.

3.1.3 A Formação na Pastoral Operária

Na Assembléia nacional de 1984, os militantes da PO, delegados estaduais, fizeram algumas reflexões sobre o problema da formação. Havia uma certa angústia nas diversas regionais quanto a essa questão. Ficou claro que não se tratava apenas de planejar alguns cursos, alguns encontros, alguns livretos ou outro tipo de material pedagógico, mas sim de pensar, no global, um processo de capacitação de trabalhadores cristãos envolvidos no movimento operário, popular e político. Assim, em 1985, foi criada a Equipe de Formação, composta de militantes convidados pela Executiva Nacional a colaborar no processo de discussão e avanço da questão da formação dentro da Pastoral Operária (CPO, 1987).

O objetivo da formação era “ajudar o trabalhador cristão a se tornar capaz de enxergar sua realidade, julgá-la à luz da fé, da história da classe operária e a se engajar na construção da nova sociedade” (CPO, 1987, p.59).

Como postulado por Thompson (1981, p.16), há uma interação dialética entre “experiência” e a “consciência social”, supondo que a experiência é determinada pelo “ser social”, isto é, pelo lugar que se ocupa dentro da estrutura das relações humanas no mundo material. “O ‘ser social’ determina a ‘consciência social’ à medida que a experiência se impõe e se imprime no pensamento”.

O historiador ao estudar as resistências das classes subalternas valorizava atitudes e comportamentos, aparentemente insignificantes que, eram no fundo reveladores de uma identidade social em construção, que em muitos casos não passavam de uma defesa das tradições familiares e comunitárias contra o processo de industrialização.

O dossiê esclarece ainda, que não é uma formação episódica que se dá durante cursos ou encontros, deve ser aliada à prática; é o processo de partir da prática do militante e do grupo, de se rever, se analisar esta prática e as circunstâncias que a envolvem, refletir seu significado num contexto mais amplo e se planejar a continuidade da ação, modificada pela avaliação. Corroborando com Thompson (1981, p.16) quando afirma que “ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada: e essa experiência é determinante, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios mais elaborados”.

Pensando no engajamento e capacitação dos seus militantes foi aprovado na Assembléia de 1985 um Plano de Formação por Níveis. Para subsidiá-lo, foram elaboradas diversas cartilhas (ou livrinhos como são denominados), tendo sido algumas publicadas por editoras de renome, além das abaixo citadas, muitas outras foram elaboradas não só pela CPO Nacional como por diversos estados sendo distribuídos nacionalmente, como:

1. COMO E PARA QUE ORGANIZAR UMA PASTORAL OPERÁRIA

Foi o primeiro trabalho da Equipe de Formação, elaborado de forma simples, era dirigido para os grupos de base que se iniciavam e que precisavam conhecer melhor a PO. Tiragem de 10.000 exemplares em co-edição com as Edições Paulinas.

2. PASTORAL OPERÁRIA – COMO E PARA QUE

Trata-se de um subsídio testado nas experiências das bases. Dá uma idéia geral de como nasce um grupo de Pastoral Operária, suas dificuldades, seu progresso, sua organização e seu método. Discute questões como o relacionamento da PO com a Igreja, o Sindicato, o Movimento Popular e a participação política.

3. CARTILHA DA CONSTITUINTE

É uma cartilha para reflexão em grupos de base e traz os primeiros rudimentos de uma discussão sobre a Constituinte. São cinco reuniões nas quais se explicam o funcionamento da sociedade e do Estado, os direitos do cidadão e como deve ser uma constituição escrita em favor do povo. A cartilha chegou à quinta edição com uma tiragem de 75.000 exemplares.

4. A CLASSE OPERÁRIA E O MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL

Este subsídio é uma sugestão de roteiro para agentes de formação sindical. É fruto da experiência de dezenas de encontros, cursos, seminários de formação sindical de uma, duas, três ou quatro semanas de duração. Tiragem de 1.500 exemplares.

5. A BÍBLIA E O TRABALHADOR

Trata-se de uma reflexão sobre a espiritualidade de luta. Nasceu a partir de retiros e encontros bíblicos com trabalhadores da CPO e da ACO. Tiragem de 5.000 exemplares.

6. HISTÓRIA DO POVO DE DEUS

É uma publicação conjunta ACO-CPO. Trata-se de um estudo sobre a Bíblia numa visão do mundo do trabalhador, da opressão e libertação.

7. MOVIMENTOS E SERVIÇOS DA IGREJA E A CENTRAL LATINO-AMERICANA DE TRABALHADORES (CLAT)

É uma reflexão e um posicionamento conjunto da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), Ação Católica Operária (ACO), Juventude Operária Católica (JOC), Comissão de Pastoral da Terra (CPT) e da CPO. Nela, estes movimentos e serviços de Igreja, ligados ao mundo do trabalho, se posiciona a respeito da presença dos cristãos no movimento sindical e da Central Latino-Americana de Trabalhadores (CLAT). Tiragem de 25.000 exemplares.

O trabalho da Pastoral Operária não é solitário, se relaciona com outras pastorais e outros movimentos da Igreja,⁹⁰ não só realizando cursos de formação como participando de movimentos organizados por outras entidades, além de exercer um papel suplementar de apoiar e incentivar o movimento operário e sindical.

A CPO quer oferecer ao operariado cristão, condições para que, por seu testemunho evangélico, se insira, como fermento na classe trabalhadora e em sua caminhada, sendo agente transformador da sociedade global. Ela se nega, portanto, a criar organizações operárias próprias porque acredita na capacidade de organização da classe operária, respeitando e estimulando suas organizações autônomas (CPO, 1987, p. 64).

Com o surgimento dos novos partidos, a abertura democrática, com o debate sobre o novo sindicalismo e as esperanças das eleições e com o ponto alto das greves, os trabalhadores engajados se lançaram na luta. Isto possibilitou mais espaço para a organização da Pastoral Operária, mas por outro lado, esvaziou seus quadros em muitos lugares.

Numa tentativa de reverter este processo na VII Assembléia Nacional em dezembro de 1988, foi produzido um documento mimeografado, intitulado “Grupo de Base”, na qual se buscou seu fortalecimento. O texto do documento inicia tentando definir o que é um grupo de base:

1. O grupo de base é uma organização de trabalhadores cristãos para ser presença da Igreja no Mundo do trabalho, e presença dos trabalhadores na Igreja. Por ela os grupos trazem as riquezas da classe trabalhadora. Fazem isto participando nas suas próprias comunidades, trazendo suas experiências.
2. Os membros de um grupo de base são diferenciados. Isto é uma riqueza e um desafio para o bom funcionamento de um grupo. Alguns já têm experiências e compromisso nas CEBs, nos sindicatos, partidos e movimentos populares. Outros ainda não têm engajamento particular. Todos devem, de alguma forma, participar da vida do grupo.
3. Os membros de um grupo podem ser de uma mesma paróquia ou comunidade. Podem também ser membros de uma mesma fábrica, de uma mesma categoria ou mesmo de categorias diferentes.
4. O grupo de base tem caráter eclesial e ecumênico.

Os objetivos propostos pelo documento acima mencionado são:

⁹⁰ Os membros da CPO participam das Associações de Moradores, Clube de Mães, na luta dos negros e índios, no Movimento das Mulheres, nos Comitês de Defesa dos Direitos Humanos, na luta contra a carestia e o desemprego, na defesa dos povos que lutam por sua libertação, na luta dos favelados, nas passeatas e manifestações contra todo tipo de opressão e dominação.

1. Assumir na prática os objetivos gerais e específicos da PO, como um todo.
2. Ser espaço para os trabalhadores trocarem experiências das diferentes dimensões das suas vidas e afetividade, para analisar, refletir e aprofundar estas experiências, para celebrar juntos na fé a vida, para atuarem em vista de uma nova sociedade, construída por homens e mulheres novos. Isto constitui a revisão da Vida Operária.
3. Tornar-se aos poucos um grupo de companheiros(as) e amigos, uma verdadeira comunidade, comprometida com a classe trabalhadora e com a Igreja.
4. Ser a instância principal que fundamenta a PO, a sua base. Todos os membros da PO devem participar de alguma forma da vida de um Grupo de Base. Deve ser o lugar privilegiado de integração.

É perceptível tanto na definição do grupo de base quanto nos objetivos, uma preocupação em dar unicidade ao grupo, formando uma identidade operária, constituindo ao longo de um processo de experiências comuns vivenciadas uma identidade de classe. Como bem destacou Magda Neves (1995, p. 200) “o discurso e a ação da Igreja, assim como os dos grupos de esquerda, contribuem, junto com outros fatores, para a experiência do indivíduo”. A autora acrescenta que “trata-se de uma dinâmica, um entrecruzamento de experiências que permeia a construção dos sujeitos na convergência e interação de experiências vividas em tempos e espaços diferentes”.

A seguir, orienta-se como iniciar um grupo de base, destacando-se que a aproximação acontece pelo envolvimento emocional, procurando despertar confiança, atraindo e motivando os membros através de filmes, atividades de lazer, celebrações, atos da vida operária, 1º. de maio, manifestações, festivais de músicas, shows, romarias, semanas dos trabalhadores e outros.

Também o documento aborda como deve ser o funcionamento e como deve ser a coordenação e a articulação desses grupos de base.

A criação e a trajetória da Pastoral Operária Nacional se fez necessária para se compreender em que momento foi gestada a Pastoral Operária no Paraná e quais as condicionantes que a influenciaram. O terreno fora fecundado pelas Comunidades de Base, que, na periferia de Curitiba, despertavam o povo trabalhador para uma nova perspectiva, ou seja, a necessidade de levar o testemunho evangélico para o local de trabalho, para o meio operário.

3.2 O PARANÁ E A QUESTÃO SOCIAL

Tendo em vista a dinâmica da Pastoral Operária Nacional, objetiva-se apresentar através dos antecedentes históricos e da dinâmica espacial da industrialização do Paraná, mais objetivamente Curitiba, relacionar a emergência da Pastoral Operária, com o processo de urbanização e industrialização, articulados sob um projeto de desenvolvimento nacional que passou a ser implantado a partir da ditadura militar estabelecida em 1964.

Segundo estudos do IPARDES, Economia e Sociedade (1982), no início dos anos sessenta, o Paraná apresentava uma indústria inexpressiva, ligada à produção primária de baixo grau de elaboração, como é o caso do beneficiamento de produtos agrícolas (principalmente café), ou mesmo a indústria da madeira. Predominava a pequena produção independente, com o uso da mão-de-obra familiar, portanto, com o emprego de tecnologia rudimentar. Havia uma carência de mercado doméstico dinâmico e de capitais privados dispostos para o investimento industrial.

Sua economia era desarticulada interna e externamente em razão de uma dinâmica econômica determinada pelo "extrativismo e pela pecuária extensiva das regiões tradicionais polarizadas pelo eixo Curitiba - Paranaguá; pela incipiente agricultura do sudoeste e pelo norte cafeeiro, ligado à economia paulista e fragilizado pelas condições de deterioração dos preços externos" (LOURENÇO, 2000, p. 49).

Não se dispunha de infra-estrutura (transportes e energia) que possibilitasse integração efetiva com o interior do Estado ou com outros centros urbanos, bem como de um sistema de apoio e financiamento à inversão produtiva (MEINERS, 1999).

Objetivando dinamizar a economia local, o governo⁹¹ criou em 1962 a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), posteriormente (1967), transformada em Banco de Desenvolvimento (BADEP), voltou-se basicamente para

⁹¹ Durante o governo de Ney Braga (1961-1965), foram criadas um número expressivo de sociedades de economia mista (associação de capitais públicos e privados sob liderança e comando da iniciativa pública), com funções paralelas às exercidas por organismos que já faziam parte da estrutura administrativa estadual. Tais como: a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (CAFÉ DO PARANÁ) paralela à Secretaria da Agricultura; a Fundação Educacional do Paraná (FUNDEPAR) paralela à Secretaria da Educação; Companhia de Telecomunicações do Paraná (TELEPAR); o Centro Eletrônico de Processamento de Dados (CELEPAR); a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR); e a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR) (DALLA COSTA e BANZATTO, 2003).

a construção de infra-estrutura, ou seja, investimentos em energia elétrica e construção de um sistema rodoviário que permitisse a integração da economia paranaense. O surgimento da CODEPAR e de seu braço financeiro, o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE)⁹², ensejou a primeira tentativa de industrialização regional, calcada nos pressupostos cepalinos de substituição de importações, implícitos nas recomendações contidas no Plano de Desenvolvimento do Estado do Paraná (PLADEP), elaborado no final dos anos 50 (LOURENÇO, 2000).

Na medida que se ia implantando esta infra-estrutura, a atuação do BADEP, juntamente com as condições propícias do Estado, possibilitou a criação de novas indústrias. Com isso, se deu um salto no crescimento industrial do Paraná, atingindo a taxa de 23,04% ao ano, entre 1970 e 1975 (IPARDES, 1982). No entanto, as elevadas taxas de crescimento do produto e da produtividade, na indústria e na agricultura, beneficiaram de forma desigual os distintos segmentos da população paranaense.

A principal ação política para a reorientação da economia no âmbito municipal foi a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), destinando-se 10% da área do município com infra-estrutura adequada para instalação de unidades fabris de grande porte⁹³. Houve uma mudança no perfil da indústria paranaense, passando de pequena, (ou voltada para os reduzidos mercados locais, ou então dedicada às atividades rudimentares do processamento de produtos agrícolas, pouco avançada tecnologicamente e com reduzida escala de produção) para empresas de grande porte voltadas para o mercado nacional e internacional, com tecnologia moderna e escalas de produção de grandes dimensões. Passando a fazer parte não só da

⁹² O FDE foi criado pela Lei nº 4529/62. Inicialmente, era composto por um adicional restituível (empréstimo compulsório) correspondente ao valor de 1% sobre o Imposto de Vendas, Consignações e Transações (IVC), durante cinco anos de vigência da Lei. Assim, a alíquota do IVC passou de 4,95% para 5,95%. Os recursos do FDE foram complementados em 1964 por outro adicional restituível ou empréstimo compulsório especial (ECE) de 1%, elevando a alíquota de IVC para 6,95% (LOURENÇO, 2000, p. 51).

⁹³ Segundo dados do IPPUC (1981), instalaram-se na CIC, entre 1973 e 1985, investimentos diretos estrangeiros e outros empreendimentos relevantes tais como: 1973 - Siemens/Equitel, Frigorífico Yukijirushi, New Holland, Philip Morris, Gronau e Carbomafra; 1974 - Robert Bosh, Pfaff, Indústrias Langer, White Martins, Furukawa, Malinea, Cocelpa, Diamantina Fossareense, Plásticos do Paraná e Sidepar; 1975 - Oberdofer, Trox, Blount, Giben, Bernard Krone e Cortume Curitiba; 1976 - ABS, Trutzchler, Kvaerner Pulping, Inepar, Tintas Renner e Brasilsat Harald; 1977 - Volvo, Haas, Propex, Imaca e Cia Estearina; 1978 - Isdralit, Móveis Valentine, Moosmayer Linck, FRM e Randon; 1981 - Placas do Paraná (unidade química), Fronczac e Movax; 1982 - Automaton, Plastomero, Plona e Qualitas; 1983 - Metalúrgica Nadalin e Tacla Confecções; 1985 - Hubner, Camfer e Peróxidos do Brasil.

economia regional, mas do aparelho industrial nacional, tornando-se mais competitiva (IPARDES, 1982).

Segundo Gilmar Lourenço (2000), os fatores que contribuíram para dinamizar e diversificar o aparelho produtivo estadual na década de setenta, foram: a ascensão da taxa de investimento da economia brasileira, a existência de uma agricultura com capacidade de resposta aos estímulos modernizantes embutidos na política de crédito agrícola pós -1966 e, principalmente, o programa de atração de indústrias executado pelo governo estadual entre 1975 e 1978.

Na agricultura, iniciaram-se transformações, que culminaria com a substituição do café (após a geada de 1975) por lavouras temporárias (milho, soja, trigo e cana de açúcar) exigindo uma reordenação latifundiária e modernização da produção, provocando mudanças nas relações de trabalho e início do processo de refluxo migratório, com intensa saída de população rural para as cidades e outros estados.

No que se refere à pauta dos produtos, destaca-se o rápido crescimento da área cultivada com soja, que passa de produto sem expressão a principal produto entre 1970 a 1980. Constituindo assim, principal vetor de modernização agrícola, dispondo de tecnologia moderna para sua produção. Outras culturas se tecnificam, mas com menos intensidade, no período, como a cana-de-açúcar, o milho e o arroz (LEÃO, 1989).

O surgimento da agroindústria provocou a concentração de terra e o êxodo rural com milhares de migrantes camponeses indo para as cidades, em busca de trabalho e melhores condições de vida, ou para outras regiões agrícolas mais ao norte do país. O crescente consumo de máquinas (entre 1970 e 1980 foram vendidos no estado 63.024 tratores) equipamentos e insumos industriais elevaram a produtividade do trabalho utilizado, reduzindo, assim, a quantidade de trabalho necessária por volume de produção e área utilizada; conseqüentemente reduzindo o número de agentes produtivos (LEÃO, 1989).

Ao mesmo tempo, grandes hidrelétricas foram construídas, como a Usina Hidrelétrica de Itaipu, desapropriando doze mil famílias de oito municípios do extremo oeste do Estado, muitos eram pequenos proprietários que viviam e produziam nas áreas atingidas pela inundação das represas. Para muitos desses trabalhadores rurais, a solução foi migrar para as fronteiras agrícolas, onde o governo federal implantou projetos de colonização. Foram principalmente para

Rondônia, Pará e Mato Grosso, alguns foram trabalhar no garimpo e outros na extração de madeira na Amazônia (MORISSAWA, 2001).

No Paraná, elevou-se o número total de habitantes em cidades-pólo, a concentração demográfica urbana e a taxa geométrica de crescimento. Migrando diretamente para os grandes centros ou dirigindo-se primeiro às pequenas cidades do interior, estas populações deslocaram-se em busca de melhores condições de vida e oportunidades de emprego. Alguns Municípios cresceram a taxas elevadas, tais como: Curitiba (5,08%), Cascavel (5,66%), Foz do Iguaçu (13,76%), Ponta Grossa (3,74%), Maringá (3,17%) e Telêmaco Borba (3,76%) (IPARDES, 1981).

Cabe destacar que do ponto vista das condições sociais da população, o fenômeno da urbanização/migração, traz em seu bojo um aprofundamento da marginalidade social, na medida em que a migração atinge com maior impacto a população mais pobre que, uma vez destituída do acesso à terra e/ou dos meios de produção rural, tende a se concentrar nas áreas periféricas dos principais centros urbanos. Dessa forma, a prosperidade dessa década coexistiu com agudo desemprego no campo, acelerado fluxo migratório, salários reduzidos e políticas públicas insuficientes para enfrentar questões sociais mais visíveis. Expulsos do campo, sem recursos, os migrantes se vêem forçados a ocupar os terrenos baldios mais próximos dos centros urbanos e áreas periféricas, dando surgimento às favelas.

Nas aglomerações urbanas, é acentuada a desigualdade sócio-espacial: a insuficiência da oferta de emprego, a concentração da renda e o aumento das demandas por moradia, com oferta regulada pelo mercado imobiliário, intensificam o processo segregador e excludente da ocupação do espaço urbano. Agrega-se a isso a complexidade de gestão das funções públicas de interesse comum, já que as aglomerações conformam uma cidade contínua, porém governadas por vários municípios autônomos, incapazes de, individualmente, contemplar as especificidades de novas exigências (IPARDES, 2003).

Como a agricultura expulsou seus trabalhadores, a indústria por seu turno, apesar das altas taxas de expansão de seu emprego, incorporou reduzido número deles, não cabendo a ela resolver a questão social, servindo somente de suporte para a criação de emprego em outros setores, pois, por sua alta intensidade em capital, o investimento industrial tem reduzido efeito sobre a demanda de trabalho.

Segundo dados do IPARDES (1982), o emprego industrial cresceu 8,9% ao ano entre 1970 e 1975, o número de trabalhadores na indústria cresceu de 111.973 para 171.267. Desse modo, se nas décadas de 50 e 60 o Paraná recebia grandes massas de migrantes de outros estados, o processo inverte-se nos anos 70. Os

trabalhadores que emigram do campo, sem condições de permanência na região, dirigem-se para outros estados, sendo que o Governo não adotou nenhuma política visando a permanência dessa população.

A mão-de-obra que migrou para Curitiba alojava-se em favelas ou conjuntos habitacionais próximos das indústrias, vendendo sua força de trabalho a um preço baixo. Com os sindicatos atrelados às empresas, tuteladas pelo Estado, e com pouquíssima, ou nenhuma, experiência em participação sindical por parte da maioria destes novos trabalhadores urbanos, havia muita dificuldade na organização de lutas populares que fizessem frente àquela situação (MANCE, 1993).

Os anos 80 foram marcados por um reduzido ritmo de crescimento da economia brasileira e pela queda da taxa de investimentos (23% para 16%), no âmbito mundial, pelos processos de reestruturação das economias desenvolvidas e redirecionamento dos fluxos de investimento e difusão tecnológica. No âmbito estadual, houve uma desmobilização dos aparatos de planejamento e fomento culminando com a extinção da Secretaria de Indústria e Comércio e encerramento das atividades do BADEP. Foram significativas as perdas no poder de formulação e articulação das políticas de desenvolvimento regional e industrial (MEINERS, 1999).

O quadro de estagnação econômica no país, nesse período foi resumido por Gilmar Lourenço (2000, p.54) nos seguintes fatores:

Falência do Estado, desequilíbrio das contas externas, cessação dos fluxos financeiros internacionais (depois da eclosão da crise mexicana), indefinição de esquemas viáveis de financiamento dos investimentos de longo prazo, baixo patamar de inversões fixas, crescente atraso científico e tecnológico e queda do poder aquisitivo dos salários, decorrente da escalada da inflação.

Traçando um paralelo com a situação brasileira, buscou-se o auxílio de Eder Sader (1995) que, examinando as práticas e as condições de existência dos trabalhadores, apontou uma significativa diferença entre as representações elaboradas no início da década de setenta e as realizadas ao findar desta década. Na primeira metade, as classes trabalhadoras foram vistas completamente subjugadas pela lógica do capital e pela dominação de um estado onipotente. Divididas pela concorrência no mercado de trabalho e pelas estratégias empresariais, atomizadas na qualidade de migrantes rurais que perdem suas referências culturais na metrópole, despolitizadas pela ação de um Estado que

esvazia ou reprime os mecanismos de representação, alienadas e massificadas pelos meios de comunicação.

No final dos anos setenta e na primeira década de oitenta, começaram a se organizar no Estado, associações de moradores, e outras organizações, várias delas como desdobramento de Comunidades Eclesiais de Base ou de pastorais sociais da Igreja Católica e que, passaram apoiar as lutas populares como a Comissão de Justiça e Paz que contribuiu na regularização de loteamentos clandestinos e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), também da Igreja Católica, que juntamente com as paróquias das periferias das cidades e das comunidades rurais, passou a dar assistência aos camponeses durante o regime militar.

Mitsue Morissawa (2001) lembra que foi através da atuação das lutas do Sul do país, da CPT que surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁹⁴. Esse movimento foi um importante instrumento de desmascaramento das políticas e projetos dos militares, permanecendo como espaço central na organização e projeção das lutas pela conquista da terra. Essa postura foi resultado de decisões tomadas pela Igreja após o Concílio Vaticano II (1965) e reforçada pela II e III Conferências Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (1968) e Puebla (1979).

Também é desse período a criação do Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araújo (CEFURIA), que teve e ainda tem um importante papel na organização e qualificação do movimento camponês e urbano no Paraná.

O Estado autoritário pouco investia em políticas sociais e dialogava muito pouco com a sociedade civil. Portanto, é neste quadro de degradação das condições de vida que ocorrem as lutas populares em todo o Brasil, a partir de problemas concretos como a carestia, a saúde, a luta por creches, luta por melhores condições de trabalho, melhores salários, moradia e outras reivindicações mais pontuais. Juntamente a estas lutas, organizações como as CEB's, Associações de Moradores, Pastorais e entidades estudantis, paulatinamente passaram a participar de um amplo movimento social que exige a redemocratização do Estado e a participação popular.

⁹⁴ O MST surgiu em janeiro de 1984 no 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra, em Cascavel, Paraná nas dependências do Seminário Diocesano. Estavam presentes trabalhadores rurais de doze estados e representantes da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Comissão Indigenista Missionária (CIMI) e da Pastoral Operária de São Paulo. Durante o evento foi lida a mensagem de D. José Gomes, bispo de Chapecó e presidente da CPT, de apoio à fundação do MST. No ano seguinte, se realizou em Curitiba o 1º Congresso Nacional dos Sem-Terra com a presença de 1.600 delegados de todo Brasil (MORISSAWA, 2001).

Estes movimentos de bairro, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado, era o surgimento de uma "nova sociabilidade" em associações comunitárias em que a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os "novos movimentos sociais que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada" (SADER, 1995, p.35-36). Desse modo, depara-se com a emergência de uma nova configuração das classes populares no cenário público.

As transformações da realidade curitibana neste período são marcantes também na formação de uma cultura metropolitana até então incipiente, conjugando uma cultura religiosa tradicional de origem rural e uma cultura religiosa urbana plural, pluralismo este expresso de um lado pela diversidade da cultura imigrante e de outro pela articulação entre o plano local e o global (GIL FILHO, 2002).

Assim, procurou-se indicar neste texto como as transformações econômicas deste período fizeram nascer uma sociedade diferenciada e complexa, predominantemente urbana, na qual o trabalho assalariado domina nas cidades e ganha crescente importância, no campo. Segundo a análise de Igor Leão (1989, p.56), trata-se ainda de "uma sociedade na qual as atividades agrícolas, industriais e terciárias tendem a se concentrar espacialmente à medida que grandes empresas e, no campo, médios e grandes estabelecimentos, tornam-se dominantes". O autor observa ainda que a "rápida expansão da renda interna do Paraná beneficiou de forma bastante desigual os vários segmentos populacionais, como mostram a intensidade da migração, os baixos níveis de salário na cidade e no campo e a extensão do subemprego" (ibid, id). A política social do estado foi insuficiente para enfrentar as questões derivadas da migração e do acelerado crescimento urbano. Contudo, as demandas sociais só não foram mais intensas devido às migrações para outros estados, transferindo para estes, parte dos problemas.

Portanto, é neste contexto apresentado que se destaca o papel da Diocese de Curitiba e seu posicionamento frente a emergência dos problemas sociais desencadeados pela política governamental estadual ou até mesmo pela ausência desta. Assim, no bojo dos movimentos sociais a Igreja se destaca através das CEBs e de suas pastorais sociais.

3.3 A PASTORAL OPERÁRIA NA DIOCESE DE CURITIBA

A criação da Diocese de Curitiba se deu em 27 de abril de 1892, pela bula *Ad Universas Orbis Ecclesias* de Leão XIII, colocava a Diocese como sufragânea da Sé Metropolitana do Rio de Janeiro e de 1908 a 1926, da Arquidiocese de São Paulo. O território desta circunscrição compreendia a totalidade dos estados do Paraná e Santa Catarina.

Somente em 1926, a Arquidiocese é estruturada a partir da bula *Quum in Dies* de Pio XI. Sendo que, as Dioceses de Ponta Grossa e Jacarezinho e a Prelazia de Foz do Iguaçu formam junto com a Arquidiocese de Curitiba a Província Eclesiástica o Paraná. Em 9 de dezembro de 1933 foi criada a Prelazia de Palmas, e em fevereiro de 1956 as Dioceses de Londrina e Maringá foram desmembradas da Diocese de Jacarezinho.

O Paraná possui quatro províncias eclesiásticas estruturadas a partir da década de 1970, com a criação da Província Eclesiástica de Londrina, e em 1979 as de Maringá e Cascavel. Segundo Gil Filho (2002), as emancipações destas três províncias e as autonomias em relação ao metropolitano representam uma nova dinâmica de relações de poder e políticas eclesiásticas com matizes diferentes no Paraná.

A Arquidiocese de Curitiba divide-se, sob o ponto de vista administrativo da Cúria Metropolitana, em paróquias da capital incluindo além do município de Curitiba os municípios de Pinhais e Colombo e as paróquias do interior, que correspondem aos outros municípios da circunscrição eclesiástica.

Dom Pedro Antônio Marchetti Fedalto é o quarto Arcebispo de Curitiba⁹⁵, desde fevereiro de 1971. Em sua homilia de posse fica claro o processo de continuidade dos paradigmas da Igreja Diocesana na administração anterior de Dom Manuel da Silveira D'Elboux. As diretrizes do Vaticano II têm um impacto tardio na mentalidade conservadora de Curitiba no início da década de 1970. Analisando o discurso contido na homilia, Gil Filho (2002, p.181), afirma que:

⁹⁵ A Diocese, e depois a Arquidiocese de Curitiba teve os seguintes bispos: Dom José de Camargo Barros, Bispo de 1894 a 1904; Dom Duarte Leopoldo e Silva, Bispo de 1904 a 1907; Dom Francisco Braga, Bispo de 1908 a 1926 e 1926 a 1935 já como primeiro Arcebispo; Dom Ático Eusébio da Rocha de 1936 a 1950; Dom Manuel da Silveira D'Elboux de 1950 a 1970.

A homilia expressa em um primeiro momento a reafirmação de propósito, ou seja, a questão da legitimidade e missão do Bispo diante de sua circunscrição eclesial. Em um segundo momento do discurso, apresenta legitimidade concedida pela hierarquia que se expressa pela relação entre clero, leigos engajados e fiéis de modo geral. O bispo assume seu compromisso de manutenção da identidade religiosa católica através da fé doutrinal e da prática sacramental. A fé sustentada no fideicomisso (legado) da verdade religiosa coloca o bispo na condição de guia e justifica sua ação política e religiosa. No terceiro momento do discurso a ação do bispo reverte-se em missão, como mestre, evangelizador e principalmente como depositário da verdade religiosa e temporal.

Ainda segundo o autor, a Igreja Católica em Curitiba, sob a administração de Dom Pedro Fedalto, revela, uma tendência nacional, dentre os elementos de controle institucional da Igreja, o sacerdote, na sua relação hierárquica, ocupa o centro da gestão institucional. Os fiéis, muito embora legitimem este poder, muitas vezes apresentam-se autônomos a ele no que tange à prática de sua religiosidade. "A Igreja, todavia, tenta institucionalizar estas práticas e submetê-las ao rito romano. O clero tem papel fundamental no exercício deste poder" (GIL FILHO, 2002, p. 184).

O autor lembra ainda que a base de sustentação territorial da Igreja é a paróquia, onde se dão as relações entre fiéis e clero, onde se configura a dinâmica social da territorialidade católica local. A paróquia se apresenta mais como uma estrutura administrativa cartorial do que como foco missionário e evangelizador. Como afirma Gil Filho (2002, p.186):

No caso de Curitiba, a Igreja relegou seu caráter missionário a um segundo plano, sua ênfase na manutenção de uma territorialidade quase atávica revela-se na cristalização da paróquia, muito mais como um marco cultural de catolicidade do que como um projeto de evangelização efetiva. É muito patente no discurso das autoridades eclesiais a reconstrução da lógica missionária da Igreja, muito mais no sentido de ensinar o catolicismo institucional ao catolicismo popular do querendo propriamente uma reestruturação das práticas religiosas.

Assim, o autor acrescenta que a permanência de uma catolicidade tradicional reificada baseada na seleção de exterioridades da prática religiosa, que se impõem aos demais, representa uma dualidade diante do fortalecimento da evangelização institucional da Igreja.

A tradição que de um lado faz a manutenção de uma religiosidade hegemônica, de outro se demonstra frágil diante de respostas imediatas aos renovados problemas do cotidiano. A territorialidade da paróquia é produto desta dualidade de representações. A paróquia é expressão díspare do retorno à institucionalidade de longa duração e à estrutura mais flexível que representavam as CEBs (GIL FILHO, 2002, p.184).

Na análise de GIL FILHO (2002), as Comunidades Eclesiais de Base submetidas ao pároco retomam a lógica da territorialidade cristalizada da paróquia. Tiveram seu auge na década de 1980, sucumbiram ao retorno da prática religiosa paroquial. A marginalização da Teologia da Libertação por parte da Santa Sé, desautorizando sua interpretação de mundo, pressionou uma reordenação da política eclesial no Brasil, submetendo as CEBs a uma reestruturação sob uma lógica mais conservadora.

3.4 A PASTORAL OPERÁRIA DE CURITIBA⁹⁶

No final do ano de 1977, dois representantes de Curitiba participaram em Nova Iguaçu (RJ) de um primeiro encontro nacional que encaminhava a criação da Pastoral Operária como serviço nacional.

Segundo depoimento ao dossiê comemorativo, Gilberto Carvalho⁹⁷ afirmou que nesse período “um intercâmbio com os companheiros da ACO de Osasco (SP) e depois de Santo André (SP) ajudaram muito num processo de abertura de horizontes e de aprendizado prático de como se realizar um trabalho no meio operário” (CARVALHO, 1987, p.77).

Assim, a semente da criação da Pastoral Operária do Paraná foi lançada em 1º de maio de 1978⁹⁸, quando um grupo de sete trabalhadores metalúrgico, alguns pertencentes ao Círculo Bíblico, se reuniu no salão paroquial de uma Igrejinha da Vila Feliz localizada entre o Pinheirinho e o Capão Raso, originando um ano mais tarde a Pastoral Operária com vários grupos espalhados pela cidade. O terreno fora fecundado pelas Comunidades de Base, que se desenvolviam na periferia de Curitiba.

No início a gente se reunia numa salinha nos fundos de uma Igrejinha para conversar e tomar cachaça, dizíamos que era uma reunião de imigrante, senão os padres não deixavam, se aparecia algum estranho, a gente fazia uma triagem.

⁹⁶ A metodologia empregada na construção da trajetória da PO de Curitiba utiliza além das fontes escritas as fontes orais, com depoimentos das principais lideranças, gravados pessoalmente pela pesquisadora e depoimentos gravados em vídeo pelo Centro de Formação Irmã Araújo - CEFURIA em setembro de 1999 com os fundadores da PO de Curitiba. As fontes orais serão destacadas do texto em itálico para diferenciá-las das fontes escritas.

⁹⁷ Gilberto Carvalho, ex-seminarista, metalúrgico, militante e um dos fundadores da PO do Paraná participou desde 1981 da Executiva Nacional, tendo sido o primeiro militante liberado do Paraná, ou seja, recebia remuneração para se dedicar integralmente à pastoral.

⁹⁸ Relembrando que 1978, o trabalho foi tema da Campanha da Fraternidade, intitulada “Fraternidade no Mundo do Trabalho”. Este ano, também tem como marco a retomada por parte dos trabalhadores das comemorações alusivas ao dia do trabalhador, proibido desde 1968.

Sempre tinha um baralho em cima da mesa para o caso da polícia dar uma batida, qualquer coisa a gente tava reunido para jogar truco (ORÍDIO, 1999).⁹⁹

No ano seguinte, também em 1º de maio, realizou-se o primeiro encontro da Pastoral Operária de Curitiba, reunindo militantes de quatro bairros, para encaminhar uma coordenação única. Nascia a Pastoral Operária, com a perspectiva de ser “um lugar de reflexão, um espaço de revisão da militância operária, um estímulo para o desempenho do testemunho evangélico no meio operário” (CARVALHO, 1987, p. 77).

Nesse período surgiram com intensidade as primeiras greves pós-golpe militar (1964). Essas greves eram respostas ao arrocho salarial a que vinham sendo submetidos os trabalhadores. Em Curitiba, ocorreram greves dos metalúrgicos, construção civil e do transporte urbano. Outras categorias também realizaram paralisações como os motoristas de táxi e também professores, quase todas durante o mês de novembro de 1979. Nestas greves os integrantes da PO se destacaram no comando do movimento. Traçando um paralelo com a análise de Silvia Manfredi dos operários paulistas em “Educação Sindical entre o conformismo e a crítica” (1986, p.21):

Esses ativistas se formam no próprio bojo do movimento operário-sindical e, por manterem uma estreita vinculação com os companheiros, desde as lutas mais específicas do cotidiano até as lutas mais gerais da categoria e/ou da classe, transformam-se em intelectuais orgânicos (na acepção de Gramsci) e passam a assumir, simultaneamente, o papel de 'educadores'.

Os militantes, que assumiram a tarefa de orientar, coordenar, dirigir as lutas, tanto no dia-dia quanto nos movimentos mais amplos, assumindo postos de direção em entidades de classe, não receberam nenhum treinamento ou capacitação para isso, forjaram-se no bojo das lutas políticas e ideológicas da própria classe. Cabe destacar que as principais lideranças¹⁰⁰ da PO eram ex-seminaristas, ou seja, possuíam apenas formação teológica e nenhuma experiência político-ideológica, mas, tinham algo em comum, a utopia de um mundo com menos injustiças sociais.

Assim, na esteira do movimento de oposição sindical paulista, estas lideranças, constituíram uma chapa para concorrer ao Sindicato dos Metalúrgicos,

⁹⁹ Orídio Teodoro operário metalúrgico, integrante da PO desde seu início. Depoimento gravado em vídeo VHS por ocasião da comemoração dos 20 anos da pastoral em Curitiba em 1999.

¹⁰⁰ A exemplo de Gilberto Carvalho, Dari Krein, Sérgio Bridi entre outros.

mas perderam a eleição devido a uma fraude eleitoral, depois alguns admitiram oficialmente que trocaram a urna. Surgiu assim, a oposição metalúrgica paranaense, tendo como cabeça de chapa Gilberto Carvalho um dos pioneiros da PO.

A Pastoral Operária teve papel decisivo na preparação da primeira greve dos Metalúrgicos do Paraná em 1979, assim como na greve e na vitória da primeira chapa de oposição do estado, no setor da Construção Civil em 1980 (CARVALHO, 1987).

Num contexto sindical adverso, em que não havia sequer um único sindicato que pudesse ser considerado combativo, o principal trabalho da PO era estimular a participação sindical de seus militantes e permitir uma formação que os sindicatos sonegavam.

A rearticulação de grupos mais ativistas a partir das fábricas, face à inoperância dos sindicatos existentes, gerou uma nova leva de líderes de base que passaram a questionar o imobilismo e a falta de representatividade das diretorias existentes. Através desses questionamentos colocavam em xeque a atual estrutura sindical e, conseqüentemente, seu velho idealizador e defensor - o Estado. (MANFREDI, 1986, p.112)

Segundo Carvalho (1987, p. 77) “a partir de então cresceu o papel da PO, tanto no estímulo ao Movimento Sindical, como na busca de qualificação dos militantes do ponto de vista bíblico-teológico, como sindical e político”. Enquanto se consolidava em Curitiba, começou um lento, mas progressivo processo de implantação nas principais cidades do interior do Paraná, como Londrina, Maringá, Cascavel, Francisco Beltrão, entre outras.

Iniciou-se o trabalho de grupos de operários, tardes de formação, além de celebrações nas comunidades. O depoimento de um militante da PO reflete a importância desse momento não só para os trabalhadores, mas também para os grupos de base de diversos bairros da capital.

O que me encantava na PO era o desafio de pessoas comuns estarem discutindo um novo projeto, isso conseguia atrair diversos sonhadores da cidade, se apresentava como um projeto real para sociedade paranaense e até brasileira. Naquele momento não tínhamos um partido que pudesse nos representar de fato com propostas mais claras e que não fossem populistas, nesse sentido a PO consegue fazer essa articulação nos bairros de Curitiba, onde se tem grupos de base, se discute problemas que vão desde o macro até o micro ou panelaço que

as mulheres faziam em praça pública contra o aumento da carestia, num exemplo que vinha muito forte de São Paulo (PESSATI, 1999).¹⁰¹

De 19 a 21 de abril de 1980 ocorreu o primeiro encontro de agentes da pastoral com a presença de Dom Cláudio Hummes, na época Bispo de Santo André e responsável pela Pastoral Operária junto à CNBB e membro da equipe nacional da PO.

Internamente a Pastoral Operária começou a se organizar melhor e a realizar encontros na Igreja Bom Jesus, situada na Praça Rui Barbosa, por ser central facilitava o deslocamento de diversas direções. Foi um período importante na formação de novos grupos e de estruturação como lembra uma de suas lideranças em seu depoimento oral:

Passamos a nos organizar bem, organicamente, começamos a fazer o jornal, formar grupos em vilas, não fazer uma coisa paralela aos movimentos populares. Também fizemos Comissões de Fábrica" ou melhor, Grupos de Fábrica, dávamos algumas orientações. Os operários tinham muito medo da palavra "política". Vinham do campo, as favelas eram formadas por esses operários, era diferente de hoje, na época eles conseguiam ter alguma ascensão social, encaravam a favela como algo passageiro (BRIDI, 2003).¹⁰²

A PO, juntamente com outras organizações de trabalhadores, contribuiu para a realização da 1ª. Conferência da Classe Trabalhadora (CONCLAT), na qual surgiu a proposta de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que seria fundada em 1983.

A influência da PO no Movimento Sindical do Paraná é de importância reconhecida, até mesmo na formação da CUT, foram militantes ligados à PO que, por sua estreita ligação com militantes ligados à Comissão Pastoral da Terra, no campo, conseguiram promover o primeiro Encontro de Sindicalistas Combativos e Oposições Sindicais no Paraná, realizado em 1981, na cidade de Cascavel. Foi a partir deste encontro que militantes sindicais do Paraná passaram a participar do Movimento Nacional Pró-CUT, tendo tomado parte em encontros como os de Monlevade (MG), Taboão da Serra (SP), Vitória (ES), até o CONCLAT de 81 e o primeiro congresso (de fundação) da CUT em S. Bernardo do Campo (SP) (CARVALHO, 1987, p.78).

¹⁰¹ Marcio Pessati iniciou sua militância com os índios terenas no Conselho Indigenista Missionário (CIMI) no Mato Grosso, vindo a se integrar à PO em Curitiba em 1980. Depoimento gravado em vídeo VHS por ocasião da comemoração dos 20 anos da pastoral em Curitiba em 1999.

¹⁰² Sérgio Bridi ex-seminarista e Geólogo. Com o objetivo de conquistar e politizar a base, foi juntamente com outros militantes, morar numa favela e trabalhar numa metalúrgica, a extinta Irmãos Müller.

A PO contribuiu com quadros e financeiramente para a formação da CUT-PR., em 1983, dando início a um abaixo assinado encabeçado pela CPO Nacional juntamente com outras entidades, exigindo a redução de jornada de trabalho para 40 horas semanais, reforma agrária, eleições diretas para presidente, salários desemprego e emprego.

A dinâmica da Pastoral Operária neste período estava vinculada à luta sindical, organizavam grupos de trabalhadores nas vilas, discutiam sobre direitos dos trabalhadores, e para essa discussão, usavam os cadernos da Frente Nacional do Trabalho,¹⁰³ sobre os direitos trabalhistas. Era um trabalho de conscientização sobre quais eram os direitos dos trabalhadores, faziam essas discussões nas comunidades, começando a organizar os grupos de trabalhadores.

Essa organização de núcleos era chamada de grupos de PO dos bairros. Também nesse período começaram a organizar alguns grupos nas empresas, como acentuou Dari Krein¹⁰⁴ um dos precursores da Pastoral Operária de Curitiba, que teve atuação destacada na Nacional.

Lembro que acompanhei um bom período um grupo de trabalhadores da Metalúrgica Atenas na Av. João Bettega. Fazíamos reunião na hora do almoço, discutíamos, distribuíamos materiais, fazíamos uma conversa mais pontual, depois foi se formando uma liderança e começamos a discutir fora da empresa, íamos para um bar, uma Igreja, onde conseguíamos um espaço, eram uns sete, oito. Aí sim, trabalhamos muito a oposição à questão metalúrgica, a lógica era um trabalho de conscientização para reestruturar a oposição para ganhar o sindicato (KREIN, 2002).

A Pastoral Operária do Paraná teve uma contribuição significativa no fomento das organizações e na criação de espaço de luta dos trabalhadores, na democracia e na organização das oposições, tendo inclusive uma participação ativa na estruturação da PO nacional.

Na coordenação nacional de 83/84/85, o Gilberto participou, eu comecei a participar a partir de 1987, depois veio o César, Darli, Marli. Nesse período, tivemos uma presença muito ativa, tínhamos uma vinculação muito grande. Tinha uma

¹⁰³ Frente Nacional do Trabalho (FNT) fundada em 1960 por um grupo de trabalhadores, advogados, padres e estudantes que vinham tendo uma atuação no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de São Paulo. Não se vinculava formalmente à hierarquia da Igreja, buscava a aplicação dos princípios da *Rerum Novarum*, constituía uma comunidade de serviços, onde prestava assistência jurídica a trabalhadores, sindicatos e ministrava cursos de doutrina social (MANFREDI, 1986).

¹⁰⁴ José Dari Krein entrevistado em 05 de outubro de 2002, ex-seminarista, Filósofo, Mestre e Doutorando em Economia do Trabalho na UNICAMP, onde atualmente é professor. Também é Educador da Escola Sindical de São Paulo. Trabalhou na PO de Curitiba de 1981 a 1986, em 1987 foi para a Coordenação Nacional.

diferenciação política muito grande entre a PO do Paraná e a PO da Arquidiocese de São Paulo. A PO do PR. e a PO do ABC eram uma espécie de aliados, que vão constituir a própria articulação que vai ter um papel fundamental na estruturação da CUT e do PT. Esse grupo vai se identificando mais com esse sindicalismo que vai emergindo em S. Bernardo do Campo, nós éramos mais ligados a este grupo (KREIN, 2002).

A PO de São Paulo tinha uma participação muito ativa no chamado MOSP que era um Movimento de Oposição Metalúrgica de São Paulo e no processo de constituição da CUT, havia uma disputa desde a origem entre São Bernardo e São Paulo. São Bernardo optou por um sindicalismo que vinha por dentro da estrutura sindical oficial. O MOSP ia partir de dentro, se apropriar desta estrutura e democratizar para alavancar os trabalhadores, ou seja, ganhar o sindicato oficial. Os integrantes do MOSP faziam esse movimento para tentar ganhar o sindicato oficial, mas defendiam a tese de criar uma outra estrutura sindical, não sobre o sindicalismo oficial. Essa disputa teria desde o surgimento da CUT, permeado a própria PO. A corrente vitoriosa desse processo é a opção do sindicato por dentro da oposição sindical, tentando ganhar os sindicatos oficiais, que era defendido pela PO de S. Bernardo e não pelo MOSP. Então como a PO de SP tinha essa ligação maior com o MOSP, essa disputa começou a permear a PO.

Grande parte do movimento, do interior do país, de expansão sindical, utilizou-se da Igreja, por meio da Comissão Pastoral da Terra, Pastoral Operária e as Comunidades Eclesiais de Base.

Nesse sentido, a disputa travada no sindicalismo veio para dentro da Igreja também, ela se expressava nacionalmente entre o Paraná e São Bernardo, além de estados como Rio Grande do Sul e Santa Catarina que estavam nesta mesma perspectiva com uma Pastoral Operária forte. Com a Arquidiocese de São Paulo estavam alguns lugares do Nordeste. Essas disputas do movimento começaram perpassar a própria PO, alguns momentos com maior tensão e essa disputa se refletia inclusive na própria organização da PO nacional. Então havia um certo acordo tácito em dois liberados, um vinculado ao grupo de São Paulo e outro mais vinculado ao grupo de São Bernardo. A PO de São Paulo se desestruturou um pouco mais e essa disputa foi adquirindo uma outra dimensão, mas sempre apareceu, na década de 80, sempre foi muito forte, até porque mesmo nacionalmente a PO era muito respeitada, uma instituição importante, ela tinha peso (KREIN, 2002).

Um importante instrumento de comunicação com os trabalhadores foi o boletim ou também intitulado informativo de porta de fábrica denominado “A Voz do Trabalhador”. Antes disso, havia os informativos internos, não eram boletins sistemáticos da dinâmica da PO.

O primeiro número iniciava com um esclarecimento do significado da Pastoral Operária, assim disposto o texto: "A Pastoral Operária existe para ajudar os operários a se organizar para lutar por seus direitos e transformar a sociedade, `a luz do Evangelho". E como justificativa da criação do informativo: "Porque é preciso denunciar as injustiças, a exploração dos patrões e do governo; Porque precisamos saber de nossos direitos; Porque precisamos de união e da formação de líderes para a LUTA OPERÁRIA" (dez,1981).

O informativo "A Voz do Trabalhador", com tiragem de 15.000 exemplares, era distribuído nas principais empresas da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), praticamente todos os boletins eram distribuídos no mesmo dia, por uma equipe de mais ou menos cem pessoas, não só composta por integrantes da PO, mas também por militantes de outros movimentos. Inicialmente era um trabalho direcionado para tentar criar base no setor metalúrgico já que o Sindicato era inoperante.

O informativo era utilizado para denunciar as violências ocorridas contra os trabalhadores nas fábricas, e discutir a realidade operária através de pequenos trechos do evangelho, sendo que, a luta contra a violação dos direitos humanos¹⁰⁵ foi marca principal da Igreja contra o regime militar.

Muitas pessoas começaram a militar através dos boletins, era uma ação concreta. Havia denúncias, palavras de Deus, informações gerais. A PO sempre teve a preocupação de não tomar o lugar dos sindicatos, nem das Associações de Moradores. Além disso, a PO era como uma família, tinha muito risoto. Teve um senhor que aprendeu a ler e escrever (CASTILHO, 1999).¹⁰⁶

Desde o primeiro número foi apresentada uma seção de denúncias em que os trabalhadores anonimamente relatavam a situação de precariedade do trabalho e o desrespeito à legislação. Tornou-se um importante meio de comunicação, além de grande chamariz, não só despertando o interesse pelo informativo, mas também um meio de atrair os trabalhadores para a PO. Nesta seção, os operários faziam denúncias sem precisar se identificar, muitas delas exageradas ou inverídicas isso provocou alguns problemas. Mas de forma geral surtiu grande efeito em relação à busca de soluções. Em muitos informativos, se denunciava uma empresa e no seguinte havia a informação que o problema já havia sido solucionado pelo empresário.

¹⁰⁵ Novamente se remete a autobiografia de Dom Paulo Evaristo Arns.

¹⁰⁶ Sebastião Castilho operário metalúrgico, integrante da PO desde seu início. Depoimento gravado em vídeo VHS por ocasião da comemoração dos 20 anos da pastoral em Curitiba em 1999.

Este boletim foi gerador de conflito com a Igreja, as empresas ameaçavam processar e cobravam explicações do Arcebispo Dom Pedro Fedalto.

A pressão era muito forte, era um período muito fechado a democracia fechada. Nem eram tantas as denúncias, mas qualquer uma que se fizesse dava um rebu imenso. Tivemos que administrar esses conflitos permanentemente com a Igreja, eu fazia junto com o Gilberto. O arcebispo pedia para gente manejar, nunca disse para não fazermos, proibir. De vez em quando procurava intermediar uma conversa nossa com quem estava sendo denunciado, então tentava explicar que não era bem aquilo, enfim tentava conciliar. Nunca disse fechem, parem, nunca atrapalhou, sempre procurava conciliar os dois lados (KREIN, 2002).

Como já comentado anteriormente, com o fim do “milagre econômico”, iniciou-se um processo de recessão e desemprego,¹⁰⁷ sendo seu combate juntamente à carestia, a principal bandeira da Pastoral Operária. Nas palavras do Sumo Pontífice: “Falando sobre o desemprego, o Papa João Paulo II diz que este é sempre um problema grave e que quando ele atinge determinadas proporções, se torna uma calamidade social” (VOZ DO TRABALHADOR, 1981, n.1).

Neste informativo também havia uma chamada para que o trabalhador participasse e unisse forças para a criação de uma central sindical para unificar os trabalhadores.

A Conferência das Classes Trabalhadoras – CONCLAT em agosto de 1981 reuniu mais de 5000 representantes de trabalhadores de todo o Brasil. Lá se escolheu um grupo de 54 trabalhadores da cidade e do campo que vão preparar o próximo Congresso, para agosto de 1982 e vão preparar também a fundação da Central única dos Trabalhadores – CUT. Para que serve a CUT? Ora, ela vai ser o organismo que vai unificar os trabalhadores desse país, de modo que as lutas não fiquem mais isoladas. Quando houver uma greve aqui, o País inteiro poderá apoiar, e até parar junto. Quando houver uma greve em São Paulo, a CUT vai mobilizar o apoio de resto do país. Porque todo peão sabe que só o dia em que todos os trabalhadores fizerem as coisas juntas, ao mesmo tempo, é que alguma coisa pode mudar. TODO APOIO AO CONCLAT E À CUT, PREPARADA COM A MÁXIMA PARTICIPAÇÃO DA BASE, DO PEÃO DA PRODUÇÃO (VOZ DO TRABALHADOR, 1981, n.1).

¹⁰⁷ Esta situação atingiu o Brasil todo, segundo estimativas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE (1982) por volta de um milhão de trabalhadores foram demitidos, somente no setor industrial. E, quando se considera que para cada posto de trabalho industrial correspondem aproximadamente outros três no comércio e serviços, o quadro teria sido ainda mais grave do que o apontado pelas estatísticas oficiais. A questão do emprego assumia características de vida ou morte para a população assalariada, uma vez que, contrariamente a inúmeros outros países, naquela época não havia qualquer tipo de alternativa que garantisse ao trabalhador e à sua família o mínimo essencial enquanto estivesse desempregado. O seguro desemprego só viria a entrar em vigor no Brasil em 1986. Atribui-se essa situação, em grande medida à política econômica recessiva adotada pelo então Presidente Figueiredo a partir de 1980, como forma de enfrentar as dificuldades da economia (inflação, desequilíbrios nas contas com o exterior etc.), implicou uma opção de descarregar o peso maior da crise sobre os trabalhadores, uma vez que não foram tomadas quaisquer medidas que diminuíssem o impacto sobre a queda do nível de emprego.

Ainda neste ano de 1981, no mês de novembro, a Pastoral Operária em conjunto com o Episcopado realizou a campanha da solidariedade aos desempregados, com as coletas, cadastramentos e distribuição dos alimentos. No ano seguinte, continuou a coleta de alimentos em diversos bairros e juntamente com os desempregados, começou-se a organizar feiras e hortas comunitárias.

Até este período a organização da PO de Curitiba dava-se de forma espontânea, na base da boa-vontade de alguns. “Se de um lado a coisa funciona até mais ou menos, muita coisa ficava esquecida, desorganizada, e o que é pior, tudo girava muito em torno de duas ou três pessoas” (OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO, fev-mar/1982)¹⁰⁸.

Assim, por recomendação da PO Nacional, procurando democratizar a estrutura interna, realizaram eleições em diversos níveis tais como: os grupos de bairros elegeram seu representante na Coordenação da Cidade e os diversos representantes de bairros elegeram uma Comissão Executiva (que falava em nome da PO, sempre consultando a Coordenação Geral e, se possível, os grupos), e cada estado elegeu seu representante para a Coordenação Nacional, que por sua vez escolheu também uma pequena Comissão Executiva.

Nesse período, começaram a receber apoio financeiro da Misereor,¹⁰⁹ uma instituição cristã da Alemanha, passando a ser a principal fonte de financiamento além da contribuição das pessoas e algumas entidades.

Na época gastávamos muito pouco, tínhamos duas pessoas liberadas. Eram pessoas que ficavam em tempo integral na PO, eram remuneradas por esse projeto. A PO tinha Assembléia anual com 150 a 200 pessoas, representantes dos grupos, Estado e Arquidiocese. Essa Assembléia elegia o liberado e a coordenação, na realidade o liberado era um representante eleito e ele tinha um período de dois a três anos de liberação, era uma data referendada pela Assembléia. O primeiro foi o Gilberto, logo fui eu, entrei na parte da secretaria, boletim e organização. Ele gosta mais de fazer articulação política, mas logo eu também assumi essa função porque o Gilberto foi para a PO nacional no Rio de Janeiro, em 1984. Quando fiquei sozinho, veio outro liberado, trabalhador de base, Abel Zacarias¹¹⁰, já falecido, tem até uma

¹⁰⁸ Passou a ser denominada Comissão de Pastoral Operária de Curitiba, divulgava seu jornal intitulado “Operário em Construção” com notícias da dinâmica interna e esclarecimentos sobre as leis trabalhistas.

¹⁰⁹ A arrecadação da Misereor se dá mediante contribuição dos trabalhadores protestantes e católicos da Alemanha em auxílio aos países do Terceiro Mundo. Os recursos são enviados mediante aprovação de projetos de iniciativa social, sendo exigentes na cobrança dos resultados.

¹¹⁰ Abel Zacarias, foi trabalhador da construção civil e depois metalúrgico, esteve presente na PO desde seu início em 1979 devido sua dedicação e trabalho, recebeu muitas homenagens, incluindo uma sala com seu nome, em todas as comemorações seu nome é reverenciado. Adoeceu em 1983, permanecendo um ano e meio acamado vindo então a falecer.

sala, morreu de doença de Chagas. Esse período junto da Coordenação, um liberado e um assistente nomeado pela Arquidiocese que era um padre, o primeiro foi o Pe. Antonino que abriu caminho, já falecido, depois veio o Pe. José Ten Cate (KREIN, 2002).

O assessor espiritual, conselheiro e incentivador da Pastoral Operária do Paraná era o Pe. Antonino que em 1981 foi transferido para Vitória, Espírito Santo. Para ocupar seu lugar a Arquidiocese nomeou o Pe. José Ten Cate¹¹¹ que recém havia sido transferido para a Igreja Nossa Senhora da Paz no Boqueirão, permanecendo até 1985 quando foi para Cuiabá.

O Pe. José era uma pessoa muito desprendida, estava conosco para todas as coisas, não era o que dava a linha, era mais um que estava no grupo, trabalhávamos muito bem, dava muito apoio (KREIN, 2002).

Nos seus últimos dias Pe. José em depoimento à pesquisadora lembrou:

Realizávamos reuniões na Igreja a cada duas semanas, participavam cerca de vinte pessoas, discutia-se principalmente as leis trabalhistas, sempre com uma leitura bíblica, haviam muitos seminaristas trabalhando junto aos leigos, estes é que começaram o trabalho. A Igreja assumiu seu trabalho na PO. Eu não era só um assistente espiritual, viajava junto com alguns leigos para implantar a PO no interior do Estado. Também distribuíamos o boletim a “Voz do Trabalhador” nas portas das fábricas, foi muito importante, deu um certo espírito aos trabalhadores, nem todos podiam ir às reuniões. No Paraná a atuação da Pastoral Operária era mais junto aos trabalhadores de fábrica, os direitos não eram garantidos os patrões não gostavam da PO. Mais tarde, as pastorais e os movimentos sociais exigiram uma nova constituinte, tiveram uma participação importante na constituição de 1988 (TEN CATE, 2002).

Em 1982, a CNBB Regional Sul II nomeou D. Ladislau Biernaski como Arcebispo responsável pela PO. Desde o início, o Bispo apoiou e se posicionou ao lado dos trabalhadores, mas raras vezes se envolveu na dinâmica mais concreta. Apenas em alguns momentos quando surgiam conflitos, ele intervinha, sustentava, defendendo os trabalhadores nos espaços institucionais como nas Assembléias de Bispos, Reunião do secretariado, jornal da Diocese e outros. Essa coordenação se

¹¹¹ No dia 17 de setembro de 2002 realizei uma entrevista com o Pe. José Ten Cate na residência dos Padres Jesuítas – Colégio Medianeira. Na época o Pe. José residia em Cuiabá, veio à Curitiba em busca de tratamento de saúde, tinha uma doença rara nos nervos que lhe afetava toda musculatura, não andava, respirava e falava com muita dificuldade. Conceder a entrevista lhe foi muito penoso, não deu para gravar, pois sua voz era quase inaudível, como falava pausadamente foi possível anotar suas respostas e considerações. Mas mesmo assim, demonstrou imenso entusiasmo pelo meu trabalho e disse-me que quando terminasse, gostaria de ter uma cópia. Estava de partida para São Leopoldo para passar uma temporada numa Casa de Saúde. Mas infelizmente não conseguiu se recuperar, vindo a falecer alguns dias depois.

reuniu semanalmente durante um bom período, depois mensalmente, foi mudando essa dinâmica.

Como forma de se consolidar em âmbito estadual, a PO passou a realizar assembléias estaduais. A primeira ocorreu em novembro de 1982 com a participação de Curitiba, Maringá, Ponta Grossa, Londrina, Arapongas, Cascavel, Francisco Beltrão, Colombo, Almirante Tamandaré. Também participaram agentes da pastoral de Santa Catarina e São Paulo.

Segundo consta do jornal, "Operário em Construção" (fev-mar/ 1982), muitos grupos em diversos bairros e paróquias de Curitiba, se organizaram e entraram em atividade, citam-se: São Pedro, Itamarati, Demave, Vista Alegre, Cachoeira de São Jorge, Vila Oficinas, Bairro Alto, Orleans, Santa Quitéria, Anunciação.

A assembléia de 1983 criou a Comissão Pastoral Operária Estadual. Neste mesmo ano em maio, foi fundado o "Movimento de Luta contra o Desemprego" (MLCD) numa assembléia realizada no auditório do Colégio São José em Curitiba, compareceram mais de 500 pessoas, incluindo a participação de representantes de mais de 150 associações de moradores. No encontro seguinte, a assembléia teve que ser realizada do lado de fora do Colégio, na Praça Rui Barbosa, dado o grande número de participantes.

Este acontecimento foi retratado no principal jornal de Curitiba, a Gazeta do Povo (26/10/1983, p.12) da seguinte forma:

A Capital paranaense viveu ontem um dia normal de trabalho, enquanto as manifestações de protestos à política econômica do governo restringiram-se a pequenas concentrações na Praça Rui Barbosa, no centro da cidade. [...] Nos terminais de transporte da periferia de Curitiba, as manifestações dispersas e mal organizadas começaram a ser observadas por volta da 6h30min, com homens e mulheres mostrando e batendo panelas vazias. No centro da cidade, a maior manifestação ocorreu aconteceu ao final da tarde, na Praça Rui Barbosa, mas o mau tempo acabou frustrando as expectativas de seus organizadores, porque os trabalhadores preferiram ir para casa ao invés de ficar ouvindo pronunciamentos. Em 11 cidades do Interior paranaense, especialmente no Oeste e Sudoeste, houve manifestações de protesto de agricultores e sem-terras contra à política econômica do governo.

Analisando-se o texto, percebe-se que apesar da tentativa do jornal em desprestigiar e minimizar o protesto popular, havia um descontentamento generalizado em relação à política econômica adotada pelo governo militar, não só por parte dos trabalhadores urbanos, mas também em relação aos rurais.

O Movimento de Luta Contra o Desemprego foi um marco histórico na relação entre a Igreja e os trabalhadores, pois foi a primeira atividade operária assumida de fato pela Igreja paranaense. Assim, pela importância que este movimento teve para a PO convém detalhar um pouco mais.

3.4.1 Movimento de Luta Contra o Desemprego

Segundo depoimento de Dari Krein registrado no documento Pastoral Operária: 10 anos de Luta no Paraná (1989, p.24), “a nossa experiência de luta contra o desemprego, foi uma das mais bem sucedidas em nível nacional pelas dimensões que adquiriu”. Alguns fatores contribuíram para que o movimento surgisse e se desenvolvesse, os quais se confundem com a própria trajetória da PO. Destacam-se os comentários da ligação entre a Pastoral Operária e a Igreja, nas palavras de Krein:

Nossa identidade principal era antes com a classe trabalhadora do que a Igreja. Não há antagonismo entre essas duas identidades, mas pelo contrário, a PO quer ser a síntese das duas, ser trabalhador cristão. Apesar de nossa atuação ser mais forte no movimento operário do que na Igreja, nunca faltaram os momentos de celebração, oração, retiros, encontros bíblicos e de famílias operárias. Um exemplo claro dessa identidade é o investimento que fizemos na formação de grupos de base nas fábricas, especialmente nas metalúrgicas (1989, p.15).

Em seguida Krein esclarece como se deu o início da PO em Curitiba.

Apesar de sermos cristãos, de assumirmos nossa pertença à Igreja católica, podemos dizer que entramos na Igreja (Instituição) pela porta dos fundos. Forçando um pouco, dá para dizer que a PO era clandestina na Igreja nos seus primeiros passos. Nossa primeira fase de existência foi conflitiva. Uma consequência direta disso foi a nossa pouca implantação nas diversas paróquias existentes em Curitiba. Ficamos situados mais na região sul de Curitiba. Estas características iniciais e a própria conjuntura eclesial, da realidade e da organização dos trabalhadores, fizeram com que não tivéssemos muitos grupos de base da PO (1989, p.15).

Após efetuar uma retrospectiva do início da Pastoral Operária no Paraná sob um olhar crítico e com o distanciamento dos fatos propiciado pelo tempo transcorrido, Krein (1989) lembra que as demissões se davam em massa em várias fábricas, como já assinalado anteriormente, o movimento sindical era incipiente,

[...] isso fez com começássemos a reunir trabalhadores desempregados nas comunidades, paróquias e bairros de Curitiba. Essa ação fez expandir nossa penetração em muitas paróquias, já que era um problema que sensibilizava o conjunto da Igreja. Muitas iniciativas foram acontecendo por parte desses grupos como, por exemplo: coletas de alimentos e donativos para serem doados aos desempregados. Para dar organicidade a todas essas iniciativas e globalizar a luta contra o desemprego começamos a puxar assembléias com trabalhadores desempregados e com os que se fizeram solidários. A organicidade nos bairros se deu em cima de questões concretas (KREIN, 1989, p.16).

O Movimento de Luta contra o Desemprego foi um dos movimentos de maior expressão dos trabalhadores de Curitiba, levando-se em consideração a conjuntura da época. Conseguiu envolver muitas entidades desde a Igreja oficial (D. Pedro e D. Ladislau chegaram a acompanhar manifestações em frente ao Palácio Iguaçu) passando pelos sindicatos e Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana (MAB), que tiveram um papel fundamental no cadastramento e distribuição dos passes livres de transporte e na organização das frentes de trabalho nos bairros. Também receberam apoio da União Paranaense de Estudantes e Pastorais Sociais.

Foi um movimento massivo, organizaram-se muitas passeatas, manifestações e vigílias, como atesta o boletim do Movimento de Luta Contra o Desemprego (1984).

Em 26 de fevereiro de 1984, realizou-se uma assembléia com mais de 150 trabalhadores, representantes de 33 vilas. Decidiram dar continuidade às hortas comunitárias (apesar de terem consciência que a saída era a conquista do emprego), conquistar emprego, exigir salário-desemprego e a realização de uma passeata para entregar as reivindicações de onze mil trabalhadores, solicitando a concessão do auxílio-desemprego. E como esta manifestação contava com o apoio explícito da Arquidiocese, a Gazeta do Povo (10/04/1984, p. 4) publicou uma chamada em destaque intitulada "Desemprego: passeata será dia 12". O texto informava:

Está tudo pronto para a realização da "Passeata contra o Desemprego", marcada para dia 12 próximo às 17:00 horas, saindo da Praça Rui Barbosa e tendo como destino o Centro Cívico. A manifestação popular será coordenada pelo Movimento de Luta Contra o Desemprego, entidade ligada à Pastoral Operária, da Arquidiocese de Curitiba e terá o apoio da Central Única dos trabalhadores, Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana, Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, União Paranaense dos Estudantes e pastorais sociais. No Centro Cívico, os manifestantes pretendem encontrar-se com o governador José Richa e com o Prefeito Mauricio Fruet, aos quais entregarão documento, no qual expõem a realidade da situação e fazem diversas reivindicações.

Esse documento foi aprovado em reunião realizada pelo Movimento de Luta Contra o Desemprego, no dia 26 de fevereiro deste ano. O arcebispo metropolitano D. Pedro Fedalto e o bispo auxiliar de Curitiba D. Ladislau Biernaski irão participar da manifestação.

O jornal informava ainda o conteúdo do documento a ser entregue às autoridades governamentais:

[...] os trabalhadores exigirão emprego, salário-desemprego, auxílio-desemprego, além de frente de trabalho nas vilas, empregando a mão-de-obra local na construção de creches, postos de saúde, escolas, serviço de esgoto e outros; fim das horas extras, e em redução de salário; anistia das contas de água, luz e prestação de casa.

Esta passeata foi realizada na data programada de 12 de abril daquele ano, reunindo, animada pela PO, segundo a imprensa local, mais de 5.000 pessoas.

Saimos da Praça Rui Barbosa às 5 horas da tarde e fomos até o Centro Cívico, com a presença de cinco mil pessoas que gritavam: “1-2-3-4-5 mil ou pára o desemprego ou paramos o Brasil”. Muitas faixas, violão e cantoria seguiram junto à passeata. Caminhando com a gente estavam os Nossos Bispos (sic) incentivando e apoiando o pessoal. No percurso, muita gente gostou e entrou no meio, mostrando que a população curitibana estava sensível ao problema de milhares de desempregados. Em frente ao Palácio Iguaçu D. Pedro nos falou que a luta deve continuar, nos incentivando a lutar pela vida e pelo emprego (Boletim Movimento de Luta Contra o Desemprego, 1984, n.1).

Segundo avaliação dos organizadores, a passeata foi bem sucedida. Apesar disso o principal jornal da capital não deu nenhum destaque, publicou apenas uma nota sem nenhuma foto, na última página.

Depois de entoarem o Hino Nacional em plena Avenida Cândido de Abreu, os trabalhadores foram ao Palácio Iguaçu ontem e entregaram ao deputado Euclides Scalco chefe da Casa Civil, representando o governador José Richa na oportunidade, documento aprovado na assembléia do movimento de Luta Contra o Desemprego [...]. O documento foi entregue pelos trabalhadores Sebastião Castilho e Neli dos Santos, na presença do Arcebispo metropolitano e Bispo auxiliar de Curitiba, respectivamente D. Pedro Fedalto e D. Ladislau Biernaski, além do prefeito municipal Maurício Fruet. [...] A passeata foi ordeira e pacífica e durante todo seu trajeto, desde a praça Rui Barbosa até o Centro Cívico, os trabalhadores gritaram slogans como “Queremos emprego” e “Chega de promessa, o povo está com fome” e ostentavam faixas e cartazes com dizeres tais como “Quem é do povo quer diretas já”. “Nós mulheres, queremos emprego e salários justo”. “CUT contra a ditadura militar”. “Estamos com fome”. O policiamento militar, soldados armados com cassetetes se fez presente durante todo o percurso, mas não foi registrado nenhum incidente (Gazeta do Povo, 13/04/1984, p. 28).

Pelo conteúdo das faixas e palavras de ordem, fica evidente que o povo estava no seu limite, desafiava a ditadura em busca de soluções sob o manto protetor da Igreja, e a polícia observava sem ter motivos para reagir à manifestação.

Rememorando essa e outras passeatas um militante acrescenta:

O enfrentamento com o governo foi forte, a PO não estava naquele momento para cumprir o papel de interlocutora com o poder público, estava ali para organizar os desempregados e ir para o embate, essa era a orientação.[...] Havia solidariedade entre os companheiros e uma cumplicidade muito boa. Em alguns momentos tínhamos dificuldades em planejar e executar o trabalho, frente ao poder, Governo e Prefeitura, às vezes a gente se fragilizava frente à impossibilidade do avanço de algumas coisas e essa união e essa solidariedade interna, essa parceria que se criava nesse coletivo menor da PO é o que nos mantinha (PESSATI, 1999).

O jornal registra ainda a mensagem de D. Pedro solidarizando-se aos trabalhadores presentes na passeata:

'Apelamos ao governo e aos empresários para que dêem mais empregos. Nossa luta não é contra quem quer que seja, mas somente para obter trabalho. Os trabalhadores devem continuar sua luta, de modo ordeiro e responsável procurando solução para o desemprego. Quem tem deve dar para quem não tem, mas não como se desse a um mendigo e sim como a um irmão'. Por sua vez o deputado Euclides Scalco disse aos trabalhadores que o governo é sensível ao problema e está fazendo esforço para amenizar a situação. Adiantou que as reivindicações dos desempregados serão levadas a discussão, no dia 1º de maio próximo, juntamente com os empresários e com representantes da Igreja (Gazeta do Povo, 13/04/1984, p. 28).

Na fala do Arcebispo é perceptível busca da concórdia, não se indis põe contra o capital nem contra os governantes, pede a todos que busquem uma solução que atenda aos reclamos do povo, principalmente em relação à geração de empregos. Já o representante do governo não rompe com a Igreja, pelo contrário a inclui nas decisões, quando afirma que as reivindicações dos desempregados serão levadas a discussão, juntamente com os empresários e com representantes da Igreja.

Por essa ocasião, obtiveram algumas conquistas, exemplo disso, o passe de ônibus gratuito para o trabalhador desempregado, frentes de trabalho temporário, além de empréstimo de terras para hortas comunitárias. Foram consideradas como medidas assistencialistas que visavam minimizar a situação de miséria.

O apoio da Arquidiocese foi de fundamental importância para a atuação da PO na luta contra o desemprego, realizaram-se muitas manifestações. Segundo depoimento de um militante:

Dom Ladislau esteve presente na preparação de uma manifestação, já Dom Pedro num momento em que ocorria uma passeata, estava numa reunião no Palácio Iguaçu (tínhamos nessa época em torno de 2000 pessoas que para nós nos anos 80 era muita coisa, eram pessoas desorganizadas, mais que isso mortas de fome) com o governador que ameaçou reprimir o movimento caso nós chegássemos lá, quando houve essa ofensiva do governo, D. Pedro se levantou da mesa, segundo relato que nos foi passado, e disse que a relação da Igreja que ele representava naquele momento, estaria cortada com o Estado caso houvesse repressão. Então naquele momento ele segurou de fato e nos ajudou bastante, além do que participou de várias passeatas junto com a gente (PESSATI, 1999).

Deu-se continuidade com o trabalho realizado com a oposição sindical metalúrgica, da qual participaram ativamente da campanha salarial de 1984. Também apoiou a oposição sindical dos petroleiros e do cal e cimento em Rio Branco do Sul com assessorias e boletins, obtendo a vitória em ambos. Neste ano, além das atividades na área sindical e no movimento de formação sindical e bíblica, confeccionaram boletins de várias categorias.

Através do movimento a PO procurou desenvolver um trabalho de politização, mostrando que o desemprego era resultado da conjuntura econômica determinada pelo capitalismo que não representava os interesses dos trabalhadores. Na oportunidade conseguiram fortalecer muitas associações e muitas pessoas começaram a participar.

O Movimento de Luta Contra o Desemprego perdurou até maio de 1986 como informa Krein (1989, p.16).

Lamentavelmente o movimento acabou se esgotando nas suas próprias conquistas. É claro que a própria conjuntura mudou a partir de 85. Poderia, no entanto, ter dado um salto no sentido de unir o movimento popular em cima de outras questões e assim ter contribuído para a unificação da luta.

Portanto, foi um dos poucos movimentos que conseguiu se organizar e conquistar reivindicações coletivas em nível nacional.

3.4.1.1 Lições e Consequências para a Pastoral Operária

Na avaliação de Dari Krein (1989, p.16) “muitos foram os aprendizados e muitos quadros apareceram a partir dessa luta concreta”. Assim, em sua percepção, numa reflexão da experiência vivificada, as principais permanências podem ser resumidas como abaixo:

- A identificação com a luta operária deu condições de encabeçar o movimento, oportunizou o surgimento de novas lideranças e aglutinou os grupos se consolidando;
- O movimento fez com que a Igreja desse maior credibilidade à PO e ao próprio movimento sindical. Isso facilitou a implantação de novos grupos de PO nas comunidades e paróquias. Os conflitos diminuíram e, conseqüentemente, houve uma maior integração na pastoral de conjunto;
- O movimento foi uma concretização de um princípio presente na vida da PO: a condução da luta dos trabalhadores não é o papel da PO; ela é um serviço, um espaço de reflexão e celebração. A PO trabalha no sentido de legitimar e fortalecer a organização própria dos trabalhadores. Na época isto foi de peculiar importância, pois muitas vezes, não por vontade, mas pela realidade, tiveram de assumir a direção de algumas lutas;
- O fato de não terem conseguido contribuir na continuidade do movimento para outras lutas concretas mostrou a fragilidade em pensar o movimento popular. A PO, na época, tinha uma visão predominantemente sindical em seus membros. Não tendo uma visão mais aprofundada da importância dos movimentos populares nem mesmo uma análise mais apurada, não possibilitou um salto de qualidade maior que o momento exigia;
- Organizativamente a PO investiu todas as suas forças neste movimento. Tanto que na fase final sentia-se um certo vazio. Não conseguiu dar um salto organizativo “próprio” com essa luta. Apesar de ter muitas condições favoráveis do ponto de vista político, encontrou dificuldades de retomar momentaneamente a sua razão de ser, pois acabou se confundindo com o próprio movimento;
- Em relação aos grupos de base, ficaram relegados a um segundo plano. A falta de uma política e até de objetivos são algumas das causas de não terem

conseguido dar um salto organizativo na PO a partir da luta contra o desemprego.

Pelo resumo da análise desenvolvida por Krein (1989), percebe-se a importância e a dimensão que teve esse movimento e ao mesmo tempo a frustração pela Pastoral Operária não ter sabido aproveitar todo aquele dinamismo para poder dar um novo impulso à pastoral. Fica claro também o pouco engajamento da Igreja local em relação à própria pastoral até esse período.

Esta afirmação é reforçada em outro depoimento, no documento comemorativo dos dez anos da PO (1989) pela militante Maria Odilei Vieira: “A Igreja precisa ir mais rápido ao encontro do trabalhador, a fim de que ele se sinta Igreja e como membro dela, viva profundamente na fé transformadora e revolucionária”. Porém, a militante reconhece que havia parte do clero e religiosos comprometidos com os trabalhadores, “a PO com sua missão evangelizadora precisa avançar com toda força que tem, na Igreja hierárquica clerical, religiosos e religiosas para que se comprometam juntamente com a PO com o mundo do trabalho”.

3.4.2 A Pastoral Operária Pós Movimento de Luta Contra o Desemprego (MLCD)

Em 1985 deu-se continuidade ao MLCD e suas lutas, principalmente com a formação de cooperativas de desempregados. Na área sindical, as principais atividades foram o trabalho em conjunto com alguns sindicatos já citados anteriormente e também nas organizações dos trabalhadores de Processamento de Dados, apoio à greve dos Vigilantes e Vigias, apoio à greve da Construção Civil com infra-estrutura e também material de propaganda. Participação no I Congresso Estadual da CUT. Em relação às oposições sindicais, deu-se continuidade ao trabalho com os metalúrgicos, marceneiros e comerciários (PO, 1989).

Ainda no ano de 1985, a PO contribuiu para a realização em Curitiba do 1º Congresso dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No mesmo ano, a PO participou da articulação do Movimento de Participação Popular na Constituinte (MPPC), a qual procurou incentivar nas bases a discussão sobre a constituinte, proporcionando aos grupos da PO a esperança da realização de uma constituição federal com a participação dos trabalhadores.

Em 1986, dá-se início à realização da celebração anual dos Mártires, na Comunidade Santo Inácio Loyola, Boqueirão, no ano seguinte essa celebração se deu na Vila São Pedro.

A PO continuou assessorando o MLCD até maio deste ano, quando o movimento começou a se esvaziar, dada a mudança na conjuntura econômica de reaquecimento da economia, e na conjuntura política de cooptação pela prefeitura. Realizou encontros de formação permanentes a cada quinze dias para os militantes dos grupos de base. Os temas foram: Nova República, Bíblia, Pacote Econômico, Nicarágua, História do Brasil e outros. Realizaram-se também encontros sobre sindicalismo durante três semanas alternadas. Participaram do curso as oposições sindicais dos metalúrgicos, comerciários e marceneiros. A PO ajudou na articulação do Movimento de Participação Popular na Constituinte (MPPC) e procurou incentivar nas bases a discussão sobre a Constituinte.

Destaca-se a participação da PO junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), acampando em frente ao Palácio Iguaçu, e divulgando a luta destes nas comunidades, realizando visitas e ajudando na alimentação.

Na área sindical, a PO teve participação decisiva na conquista de alguns sindicatos como, por exemplo, o Sindicato dos Rodoviários. Por outro lado, a oposição metalúrgica perdeu novamente. Além deste trabalho, a PO participou apoiando o movimento grevista dos trabalhadores da construção civil, bancários e rodoviários, se colocando a serviço da organização dos movimentos.

Conforme relatado no documento “10 Anos de Luta no Paraná” (1989), no ano de 1987 a prioridade era o fortalecimento de grupos de base da Pastoral Operária e a atuação no movimento sindical. Na área sindical, além do trabalho já habitual, que era o apoio às greves e oposições, se começou a investir mais na organização da oposição metalúrgica. Iniciou-se igualmente um trabalho na área da alimentação. Nesse período, deu-se início a um curso de formação sindical em nove etapas, no âmbito estadual, cada um se realizando num fim de semana por mês. Cerca de 65% participaram do curso até o fim.

Mas o trabalho maior era a tentativa de formação de novos grupos. Chegaram a funcionar regularmente quinze grupos de base, que acabaram contribuindo para a experiência dos integrantes como se destaca no depoimento abaixo:

Entrei em 1987 na PO, não sabia nada de política, só sabia rezar. Na primeira reunião, ofereceram alguns recortes de jornal com artigos e a gente tinha que ler e falar, todos ficaram apavorados. Aos poucos fui aprendendo muita coisa, não me considero uma iluminada como os coordenadores, mas aprendi muito, foi muito positivo, aprendemos na PO a celebrar a fé de forma diferente, não apenas o sermão chato do padre. Hoje não consigo mais ir a uma missa comum, as nossas celebrações são muito mais ricas, falam das dificuldades do dia-a-dia (GLAUCINDA, 1999)¹¹².

Mais uma vez se evidencia no discurso dessa militante, a mediação entre o temporal e o espiritual, e se percebe a junção da fé e a política e o conseqüente aprendizado gerado a partir dessa inter-relação. Esse sentimento de crescimento interior também se manifestou no depoimento de outro militante da PO, gravado com militantes de um grupo de base localizado numa comunidade carente do bairro Parolin.

Aprendi muito na PO, eu não freqüentava a Igreja, hoje lidero diversos grupos, de cânticos, grupos de oração e outros. Fiz muitas amizades, aprendi a conversar com o povo dentro da comunidade tivemos muitos cursos. Aprendi a conhecer meus direitos (MILTON, 1999).¹¹³

Em 1988, realizaram-se diversas assembléias nos bairros, além do curso sindical. Deu-se início ao curso de Coordenadores de Grupos de Base, em nove etapas, pois havia a necessidade de dar formação aos coordenadores dos grupos e continuidade aos cursos bíblicos. Passaram a realizar assembléias com intervalos de dois meses. Por essa ocasião, foi criada a coordenação arquidiocesana, até então, só existia a executiva. Os grupos de base ficaram como sendo prioridade tirada na assembléia arquidiocesana, até então contavam com dezessete grupos (10 Anos de Luta no Paraná, 1989, p.10).

O curso de coordenadores, realizado no ano anterior em âmbito estadual, passou a ser realizado somente para Curitiba e região metropolitana. A PO procurou “construir junto com os trabalhadores a greve geral, para que a mesma pressionasse o governo em favor dos trabalhadores, pois estávamos vivendo um dos piores arrochos de nossa história, devido ao Plano Verão” (PO, 1989, p.10).

Um marco na história da PO passou a ser a comemoração do 1º. de maio, “consagrado como um dia de manifestação e protesto pelas péssimas condições de trabalho, salário, etc.” (PO, maio, 1988). No ano de 1988, a Pastoral Operária

¹¹² Glaucinda operária, militante da PO desde 1987. Depoimento gravado em vídeo VHS por ocasião da comemoração dos 20 anos da pastoral de Curitiba em 1999.

¹¹³ Milton operário, militante da PO, não soube precisar a data de seu ingresso. Depoimento gravado em vídeo VHS por ocasião da comemoração dos 20 anos da pastoral de Curitiba em 1999.

apresentou uma cartilha, na qual descrevia a história do surgimento desta data celebrada como “um dia de luta e luto da classe trabalhadora”. O texto da cartilha ressalta que esta data não é um dia de festa, feriado, folga, mas

[...] é um dia de lembrança das lutas operárias, dia de luto pela morte de diversos trabalhadores assassinados por defenderem um mundo justo fraterno e igualitário, é dia de reflexão sobre a situação atual dos operários, é dia de participação nas manifestações de libertação dos operários, é dia de esperança e compromisso (PO, 1988).

Por meio da citação de um trecho do Êxodo, no qual se narra a miséria e a opressão do povo do Egito, faz-se uma analogia com os trabalhadores que se sentem oprimidos e buscam a libertação, mas para que isso aconteça “é preciso que nós nos organizemos e lutemos”.

A coordenação, conteúdo e a dinâmica do “dia do trabalhador” é um evento de massa que permaneceu ligado a Pastoral Operária. A CUT, sindicatos e os movimentos populares participam como coadjuvantes desta celebração. O que mudou foi o local da realização, que nos anos oitenta era realizado no centro da cidade, nos últimos anos passou a ser realizado na periferia, envolvendo as Igrejas locais.

Como exemplo deste evento, em 1989, realizou-se a Semana do Trabalhador, na qual foram debatidos diversos temas: “O Sindicalismo Hoje”, com a participação de Everlindo Henklein, Henrique Pizollato e Paulo Cequinel; Igreja e Mundo do Trabalho, com a participação de Gilberto Carvalho e Dom Ladislau Biernaski; Dívida Externa, com Paulo Sandroni de São Paulo.

No 1º de maio sempre fazíamos uma ação para tentar envolver a Igreja na discussão do mundo do trabalho, levar essa discussão para dentro da Igreja também era um dos nossos objetivos. Com isso começamos a fazer manifestações públicas, no começo a gente fazia junto, com todas as organizações, depois no período quando essa coisa se fragilizou a PO começou a fazer ela mesma e também organizar romarias, tentando envolver o conjunto da Igreja (KREIN, 2002).

Esta data simboliza não só um momento de luta contra as condições de trabalho vigente, mas também simboliza um momento de festa para os trabalhadores, de conagração de manifestação. Como analisado por Mikhail Bakhtin, o operário deixa de ser anônimo do cotidiano da fábrica para se sentir, junto com seus companheiros, um indivíduo dotado de vontade e identidade, que estabelece um tipo particular de comunicação, uma linguagem comum. As

festividades estabelecem um sentimento profundo, exprimem uma visão de mundo (BAKHTIN, 1987).

Para marcar o Dia do Trabalho, os bispos reunidos na 26ª Assembléia Geral em Itaici, aprovaram uma homenagem aos trabalhadores, publicada na Gazeta do Povo (1º/05/88, p.3):

Inspirados na mensagem bíblica e na doutrina social cristã queremos em primeiro lugar, reconhecer e afirmar o valor do trabalho e do trabalhador. O trabalho caracteriza o ser humano, é caminho de realização da pessoa, levando-a para a solidariedade, por ele o homem manifesta sua imagem e semelhança com Deus. Daí o grande valor do trabalhador e sua importância na vida do país, por sua capacidade de enfrentar com fé e dignidade a luta de cada dia, continua sendo a grandeza do Brasil. É a ela em primeiro lugar que a Pátria deve o que conseguiu construir, e por isso o Brasil deposita em suas mãos a esperança.

Em nossa sociedade, infelizmente, o dinheiro vale mais que trabalho; a especulação mais que o investimento produtivo. As migrações forçadas, as favelas e os cortiços, a falta de moradias, de transporte, de escolas, de atendimento à saúde, todos permanecem como desafios. Continuam aviltados os salários da maioria dos trabalhadores. Enquanto isso, alguns privilegiados têm ganhos escandalosos e injustos, muito acima de seus merecimentos às custas dos cofres públicos, com muitos apadrinhados políticos ganhando sem trabalhar.

A assembléia da CNBB reafirmou seu apoio às aspirações dos trabalhadores, que esperavam que esse quadro fosse mudar com a Nova Republica, mas tal não ocorreu. “Cada vez mais os trabalhadores se convencem que os atuais detentores do poder econômico e político não estão dispostos a realizar as reformas profundas que o Brasil necessita” (Gazeta do Povo, 1º/05/88, p.3). Essa mensagem dos bispos reflete o sentimento de desesperança que reinava na sociedade que buscava amparo na Igreja, como forma de se fazer ouvir junto aos governantes e empresários.

A semana culminou com a 1ª. Romaria dos Trabalhadores no Acampamento Xapinhal (situado no bairro Sítio Cercado), que mesmo com chuva contou com a presença de cerca de três mil pessoas. Houve uma celebração ecumênica, coordenada por duas militantes do acampamento. A Romaria dos Trabalhadores passa a ser uma força a mais na celebração do 1º de maio como um dia de luta dos trabalhadores.

Neste período, os grupos de base em funcionamento eram dezessete, além de vários contatos nas vilas com possibilidade de formação de novos grupos. Mas, o forte da mobilização, foram as eleições presidenciais, os militantes participaram ativamente, quase chegaram a eleger um candidato à presidência da República.

Após 29 anos sem eleições diretas para presidente, em 1989, Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao segundo turno com 16 milhões de votos, numa das mais disputadas campanhas da história brasileira. Lula encabeça a Frente Brasil Popular formada por uma coligação de diversos partidos, perde por uma diferença de 6% dos votos válidos, para seu opositor Fernando Collor de Mello, apoiado pelas oligarquias nacionais e pelo capital financeiro e industrial (PARANÁ, 2002).

Com a derrota sofrida pelo candidato, ocorreu um esvaziamento da militância e um sentimento coletivo de desesperança, muitos militantes de base abandonaram suas lutas, a Pastoral Operária assim como outros movimentos populares sofreram um esvaziamento de seus quadros. A utopia se desvaneceu desestimulando parte da militância.

Isto leva a crer que a evangelização não foi suficiente para revitalizar, estimular e dar continuidade ao engajamento de alguns trabalhadores. A utopia cristã é de longo prazo, é espiritual, uma dificuldade imediata não deveria desestimular a busca de uma sociedade mais justa e melhores condições de sobrevivência. Como não tomaram o poder, ocorreu desalento e esvaziamento na PO. Assim, conjectura-se que o processo de evangelização ficou em um nível superficial.

3.5 BALANÇO DE UM PERÍODO

Resgatando-se o surgimento da Pastoral Operária do Paraná, fica evidente sua ligação com o novo sindicalismo construído pela base e pela luta. Portanto, a pastoral e sindicalismo se confundem. A história da PO é também parte da história do movimento sindical no Paraná.

Muita gente passou pela PO, foram vários militantes que foram tanto para o PT quanto para o movimento sindical. A PO teve um papel importante porque a gente tinha também o programa de formação, fazíamos atividades de formação sistemáticas ao longo do ano. E essas atividades eram um espaço para formar essas pessoas, não era tanto a atividade de formação, mas as reflexões nos grupos, o envolvimento nas dinâmicas do próprio movimento que foi formando as pessoas na dinâmica das nossas reuniões, o militante ia se soltando ia falando, assim fomos formando, muita gente que está aí, veio dessa origem (KREIN, 2002).

Em sua trajetória, a PO ajudou na organização de muitas oposições sindicais, ajudou na conquista de sindicatos, esteve presente e no apoio às greves, manifestações e reivindicações dos trabalhadores. Ajudou na construção da CUT no Estado e na discussão do novo sindicalismo.

Essa atuação provocou alguns conflitos provocados de fora para dentro, por pessoas da sociedade e da própria Igreja institucional, em relação a:

[...] momentos de denúncia de certas situações também ou até a proximidade que a PO começou a ter com o PT gerou muitos conflitos não só interno como externo, era visto como uma atuação partidária (KREIN, 2002).

Alguns militantes acusavam a PO de induzir a opção pelo Partido dos Trabalhadores, ou ainda que esta se tornou uma pastoral exclusivista em relação aos partidos, dificultando a participação de outros cristãos simpáticos ou filiados a outros partidos. A PO foi tachada ou conhecida como o braço do PT confundindo os iniciantes e dificultando o relacionamento com a Igreja. “Os grupos de base da PO são muitas vezes aparelhados pelo Partido. Nosso ‘discurso’ é muito mais político do que pastoral” (10 Anos de Luta no Paraná, 1989, p. 50).

A discussão política em alguns casos causou esvaziamento do grupo de base como afirmado por Aristides Carvalho Júnior,¹¹⁴ militante vinculado à Capela Nossa Senhora das Graças do bairro São Brás:

Atualmente o grupo é pequeno, estamos fazendo um trabalho de chamamento, já foi um grupo bastante atuante, quando começaram com um trabalho de discussão política e ligação com o MST, houve um esvaziamento, as pessoas ficaram assustadas e foram se retirando alegando falta de tempo para participar das atividades (JÚNIOR, 2003).

Outro problema enfrentado pelas lideranças da PO e que foi se acirrando é que as pessoas quando estavam formadas, iam para o partido se afastando da pastoral, não voltando para contribuir. Segundo avaliação apresentada no documento acima citado, não existia espaço para reflexão, ‘alimentação’ da Fé dentro da PO para os que estão na militância política-partidária. “Nossa discussão de projeto político da classe trabalhadora se contenta com o projeto do partido. A Fé é muitas vezes substituída por outros valores político-partidários” (10 Anos de Luta no Paraná, 1989, p.50).

¹¹⁴Aristides Carvalho Júnior pertence à PO de São Brás desde o início dos anos 90, foi entrevistado em 31/10/2003.

Isso foi confirmado pela liderança em seu depoimento oral:

Entendíamos isso como um processo natural, funcionava como escadinha, depois a gente começou a se preocupar com isso para ter um espaço de retorno, dessa atuação. No primeiro período que chamo “substituição nas organizações autônomas dos próprios trabalhadores” (que a PO cumpria este papel), aos poucos essas instituições foram se constituindo, foram se solidificando, a CUT foi fundada, os sindicatos foram se estruturando e foram adquirindo sua dinâmica própria com outras pessoas atuando e aí começou haver certa crise natural. Muita gente foi para os sindicatos, CUT e partidos políticos (KREIN, 2002).

Daí começou uma reflexão de que a PO não deveria ser um processo de formação de quadros para organizações populares, associações, sindicatos, partidos e a percepção que papel subjetivo tinha limites históricos.

Tinha-se clareza disso, estavam contribuindo para essas organizações e isso não era trabalho histórico para o PO, começou-se então a fazer uma reflexão para ver qual a missão, especificidade, contribuição. Aí nessa discussão começou a aparecer a idéia de se trabalhar com esses militantes que tinham sua dimensão e espaço, para que eles continuassem alimentando a sua Fé na própria PO e com certo entendimento de que a própria Igreja tinha seu limite. Só ir ‘a missa não tinha muito sentido para os militantes, também precisava ter um espaço para refletir a Fé, o trabalho. Até começamos a fazer celebrações específicas sobre isso, algumas internas, outras externas, outros tipos de encontros para aglutinar essas pessoas mais antigas que já não estavam mais na coordenação da PO, dar algum espaço de reflexão e espiritualidade, tinham as celebrações que fazíamos periodicamente, teve um período que foi mais intenso, em outro foi mais espaçado (KREIN, 2002).

Se comparados o início e a evolução da trajetória da Pastoral Operária de São Paulo com a do Paraná, fica evidente o modo diferenciado de como a Igreja atuou. Na primeira, a PO nasceu em seu seio e foi a voz e a vez daqueles que não têm voz nem vez, abrigando e lutando junto com os trabalhadores. Na segunda, como já dito, entrou pela “porta dos fundos”. A Igreja só se fez realmente presente e passou a dar credibilidade a PO, após o Movimento de Luta Contra o Desemprego. Findo o movimento, ela voltou para retaguarda sem interferir diretamente em sua dinâmica.

A análise do discurso contido nos boletins e cartilhas produzidas e utilizadas pela pastoral pode proporcionar uma visão ampliada do caminho percorrido pela Pastoral Operária na sua atuação em Curitiba e pela Igreja em sua primeira década de existência e os novos rumos tomados a partir das mudanças ocorridas no mundo do trabalho nos anos noventa e outras variáveis que interferiram em sua trajetória.

IV CAPÍTULO

DO DISCURSO À PRÁTICA

“É preciso lutar todos os dias para que o amor a humanidade existente se transforme em fatos concretos, em atos que sirvam de exemplos e mobilizem” (Che Guevara)

4.1 A VOZ DO TRABALHADOR

Os boletins “Operário em Construção” e a “A Voz do Trabalhador” elaborados pela Pastoral Operária constituíram um importante meio de comunicação com o operariado nos anos de repressão, quando a imprensa e a mídia em geral se encontravam censurados. O boletim “Operário em Construção” era restrito a circulação interna, distribuído entre as lideranças e os grupos de base da Pastoral Operária, com informes gerais sobre o cotidiano dos trabalhadores e esclarecimentos sobre os direitos e leis trabalhistas. Também havia um trabalho de conscientização política conclamando o trabalhador a se organizar e participar de seu sindicato, mas sempre mediado pelo discurso religioso.

“A Voz do Trabalhador”, criado em dezembro de 1981, publicado com algumas interrupções até 1986, como já mencionado, tinha uma tiragem mensal de 15.000 exemplares distribuídos para os operários de várias categorias: metalúrgicos, pedreiros, químicos e outros, nas portas das fábricas de Curitiba e Região Metropolitana, causando repercussão não só entre os trabalhadores, mas também entre os empresários e a Igreja. Além das costumeiras denúncias de abusos e descumprimento das leis trabalhistas por parte das empresas, também havia esclarecimentos sobre os direitos trabalhistas e alguns dados de análise da conjuntura, sempre entremeados por reflexões bíblico-teológica referentes às questões do trabalho e da opressão do povo.

Para se perceber como as lideranças e agentes da PO interpretavam o discurso religioso e repassavam aos grupos de base, destacam-se alguns trechos da “Voz do Trabalhador”.

No primeiro número se justificava a existência desse Boletim Informativo:

1. Porque é preciso denunciar as injustiças, a exploração dos patrões e do governo;

2. Porque precisamos saber de nossos direitos;
3. Porque precisamos de união e da formação de líderes para a LUTA OPERÁRIA (A VOZ DO TRABALHADOR, 1981, n.1.).

Havia a preocupação em esclarecer que a Pastoral Operária “existe para ajudar os operários a se organizar para lutar por seus direitos e transformar a sociedade, à luz do Evangelho”. Numa tentativa de valorizar o trabalho duro e árduo e despertar a consciência do trabalhador, mostrando que ele não estava só, que a Igreja enquanto instituição estava ao seu lado, buscava-se o respaldo das palavras do Papa João Paulo II: “O operário é digno de seu trabalho” (A VOZ DO TRABALHADOR, 1981, n.1).

A linguagem elaborada nos boletins era sustentada pelo discurso da Teologia da Libertação e das CEBs, onde descobriu-se a dimensão narrativa da fé e da espiritualidade libertadora,¹¹⁵ procurando tirar o trabalhador do conformismo pregado pela Igreja pré-conciliar e libertá-lo da opressão. Isso pode ser percebido no texto destacado do boletim A Voz do Trabalhador de fevereiro de 1982.

LUTAR PELA JUSTIÇA. POR QUÊ?

Será que nós, como trabalhadores cristãos, podemos ficar de braços cruzados perante as injustiças que todos os dias vemos acontecer em nosso trabalho, em nosso bairro, em nossa vida?

Vamos tentar responder a essa pergunta baseados no que diz a Bíblia, palavra de Deus.

A Bíblia nos apresenta a figura dos **Profetas** que lutavam o tempo todo pela JUSTIÇA E PELA FRATERNIDADE. Vejamos alguns exemplos:

O Profeta Isaías: Sua mensagem é a seguinte: Deus não aceita o que está acontecendo na terra, onde existe muita injustiça. Ele diz: “Os teus governos são maus e companheiros de ladrões: todos são astutos por subornos e correm atrás de mordomias. Não fazem justiça ao órfão e à viúva” (Isaías, 1,23).

Convém lembrar que parte da massa do operariado em Curitiba era constituída por migrantes expulsos do campo nos anos 70, sua própria trajetória de sofrimento tornou-os desconfiados, sem nenhuma experiência em relação ao trabalho urbano-industrial e muito menos consciência política. Todavia, presume-se que, devido à origem camponesa de maior parte desses trabalhadores, era mais fácil apelar para o sentimento de religiosidade e espiritualidade como forma de conscientização política e formação. Assim, entende-se a frase entre o texto e o que segue abaixo em negrito:

¹¹⁵ Espiritualidade libertadora é a capacidade de viver, discernir e exprimir a presença e a revelação de Deus entre os oprimidos (REGIDOR, 1996, p.41).

SINDICALIZE-SE E LUTE

O Profeta Ezequiel: Ele atuou no meio do povo que havia sido desterrado, expulso de suas terras. Através dele, Deus chama a atenção dos responsáveis pelos destinos do povo que se omitiam diante da miséria desse povo. Veja o que ele diz: Assim diz o Senhor: AI DOS PASTORES QUE NÃO CUIDAM DO PRÓPRIO REBANHO, VÓS BEBEIS O LEITE, VESTIS A LÃ, MATAIS AS RESES MAIS GORDAS E NÃO FORTALECEIS AS OVELHAS FRACAS, DOENTES, NÃO TRATAIS SUAS FERIDAS..." (Ezequiel, 34,2-4).

E numa analogia as dificuldades do mundo do trabalho do presente:

Diante disso, nós perguntamos: Vivendo hoje uma realidade muito parecida com os profetas, a Igreja e dentro dela, a Pastoral Operária poderiam ficar caladas? Será que Deus também não cobraria dela a omissão como fez aos Pastores de seu Povo?

A Pastoral Operária tem seu fundamento na Palavra de Deus. É dessa Palavra que nos vem o dever e a coragem de denunciar e de anunciar um novo caminho. É nossa fé, nossa ligação com o Cristo que nos obrigam a isso. A tentar ajudar a organização dos trabalhadores, o esclarecimento de seus direitos, a liberdade sindical, o salário justo, a dignidade humana. Só assim seremos fiéis ao evangelho. Seremos fiéis ao Deus que diz "DIZEI AO MEU POVO: EIS QUE A TUA LIBERTAÇÃO ESTÁ CHEGANDO, EIS COM ELA O SEU SALÁRIO, DIANTE DELE SUA RECOMPENSA (A VOZ DO TRABALHADOR, 1982, n. 3).

Na esteira da *Laborem Exercens* (1981) que havia sido recém anunciada, chama-se a atenção para a dignidade do ser humano, para a centralidade do homem trabalhador e o primado deste sobre o capital.

Fica implícito no discurso da Voz do Trabalhador que o enunciário não era só o trabalhador, mas também o empresário capitalista. Isso é percebido nos depoimentos¹¹⁶ das lideranças da PO quando se referiam às dificuldades que encontravam para distribuir seus boletins principalmente nas fábricas, nas quais as condições de trabalho eram precarizadas.

Buscava-se despertar a consciência do capitalista, por meio da citação de trechos da Bíblia: "São Tiago diz na sua carta: lembrai-vos de que o salário, do qual tirastes dos trabalhadores que trabalharam em vossas obras, clama e grita nos ouvidos do Senhor" (Tiago 5,4).

Assim, utilizando as palavras do Papa, questiona-se: "será que o operário que trabalha tanto levanta cedo, chega à noite em casa, merece esse pouquinho de salário que recebe depois de 30 ou 40 dias de trabalho duro?" (A VOZ DO TRABALHADOR, 1982, n. 4).

¹¹⁶ Gravação em fita VHS de depoimentos dos militantes precursores da PO do Paraná por ocasião das comemorações dos vinte anos de sua fundação, realizado pelo CEFURIA em setembro de 1999.

Ao mostrar que o trabalhador estava amparado pela força divina, e que o reino de Deus pertence aos pobres dizia-se:

Mas sabemos que o Deus do povo ouve a voz do trabalhador. É um Deus que caminha com o povo. Está do lado do mais fraco: 'felizes vós que agora tendes fome porque sereis saciados' (Lc 6,21). A PO busca na Bíblia e na palavra de Deus uma luz que ilumina essa realidade de opressão por parte dos patrões (A VOZ DO TRABALHADOR, 1982, n. 4).

O apelo organizativo é insistente constituindo-se numa realização da fé e, portanto, como um dever cristão. Busca-se reforço nas palavras do Papa João Paulo II: o trabalhador tem mais um direito: 'O direito de se associar, quer dizer, o direito de formar associações ou uniões, com a finalidade de defender os interesses vitais dos homens empregados nas diferentes profissões. Estas uniões têm o nome de Sindicatos' (A VOZ DO TRABALHADOR, 1982, n. 4).

Assim, cria-se o sentimento de identidade com Deus, cabendo ao papa a função de interpretá-lo. De acordo com as tipologias traçadas por Eni Orlandi (1983), o discurso religioso, embora não seja reversível, tem a ilusão da reversibilidade que o sustenta.

Cabe lembrar que nos anos 80, grande parte do sindicalismo estava atrelada ao Estado e aos capitalistas, conhecido como "sindicalismo pelego", não representava os interesses dos trabalhadores e sim dos empresários. A luta da PO era conscientizar o trabalhador quanto a sua sindicalização e organização para que a situação fosse modificada e tirá-lo da situação de passividade diante das agruras do seu trabalho, pois desde o Concílio Vaticano II, na *Gaudium et Spes* (1965, 68) defendia-se o direito de associação dos trabalhadores como um direito fundamental, "criando livremente associações que os possam representar autenticamente e contribuir para a reta ordenação da vida econômica; e ainda o direito de participar, livremente, sem riscos de represálias na atividade das mesmas".

Segundo o informativo, a conclusão que se tira,

é que você trabalhador tem o direito de se organizar, discutir e ver se seu sindicato realmente defende o trabalhador ou o patrão já podre de rico. **Defenda seus direitos.** Deus nos apresenta como uma presença libertadora para organizar o povo. É o Deus do Êxodo. Ele faz surgir uma organização nova, onde não pode haver nem opressão e nem marginalização (A VOZ DO TRABALHADOR, 1982, n. 4).

Utilizam-se diversos meios para motivar o trabalhador a se sindicalizar, como a publicação de uma poesia de um trabalhador anônimo.

Para ser um bom trabalhador
E também um bom operário
Precisamos ter força, coragem
E associar no sindicato.

Precisamos do sindicato
Para renegociar nosso salário
Que ainda está nas mãos
Daquele que é empresário.

Por isso precisamos ser
Sindicalizado para ter mais força,
Para lutar contra esse salário
Michado.
Quando tivermos essa força
Ai sim, poderemos dar um fim.
Nesse sindicato sossego
Que até hoje é pelego

Quando isso acontecer podemos
Dizer que estamos organizados
Podemos trabalhar descansados
Pois já estaremos realizados (A VOZ DO TRABALHADOR, 1985, n.18).

A linguagem é simples e direta, destacando-se o uso de palavras chaves como: trabalhador, operário, salário e sindicato. Exalta-se a força e a coragem do trabalhador, mas, é preciso ser organizado, ser sindicalizado. Só então ele poderá ter um sindicato que o represente de fato e alcançar um salário digno para poder trabalhar descansado.

Outra forma encontrada foi criar uma história em quadrinhos com dois personagens intitulados Zé Ferramenta e João da Pá (Anexo 1) numa linguagem simples e voltada à realidade do trabalhador, os personagens comentavam a situação econômico-política e conclamavam os trabalhadores a se unir e a se sindicalizar. Os personagens criados tiveram boa receptividade dos trabalhadores, por isso, desde sua criação em 1983, passaram a fazer parte dos boletins, comentando os principais temas que estavam sendo discutidos. Buscavam a valorização do trabalhador pobre e oprimido, identificando-o com o retrato de Deus, como na afirmação: “Ele vale mais que o boi e a fazenda. Vale mais que a máquina mais cara”. “Deve possuir os meios para trabalhar: terra, ferramentas, descanso, salário real digno. E participar das decisões da fábrica e dos meios de produção, de se organizar, formar sindicatos” (A VOZ DO TRABALHADOR, 1982, n.6).

Mas se o trabalhador não conseguir atingir seus objetivos e melhorar suas condições de vida no plano terrestre, resta-lhe o consolo de atingir a plenitude no plano espiritual:

Quando estas condições não se realizam, o plano de Deus fica atrapalhado (sic). Mas Deus não se esquece do trabalhador e diz: 'felizes os pobres porque possuirão o Reino de Deus..., ai dos ricos, porque já têm sua consolação. Ai dos que agora estão fartos, porque terão fome'. Certo homem colheu tanto que seu armazém encheu, pensou que estava seguro, na mesma noite morreu. Levaram só ele à cova, ficou tudo que era seu (A VOZ DO TRABALHADOR, 1982, n.6).

No mesmo texto, afirma-se que "o trabalhador está lutando para ser valorizado. Tem que exigir melhores condições". E, buscando na Bíblia a inspiração para refletir: "O espírito do Senhor (...) me escolheu para anunciar as Boas Novas aos pobres... pôr em liberdade os que estão sendo maltratados e anunciar o ano que o Senhor liberta seu povo..." (Lc, 4,16s).

A Pastoral Operária do Paraná desde seus primórdios sempre trabalhou junto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) até porque como já se comentou anteriormente grande parte dos operários urbanos industriais são oriundos das regiões agrícolas, muitos tendo sido expulsos de suas terras. Assim, os problemas acabam permeando ora um ora outro movimento, como foi o caso da denúncia da prisão de dois padres missionários e treze posseiros em Conceição do Araguaia exposto no informativo:

A acusação é que os dois padres teriam instigado os treze posseiros e estes teriam assassinado um elemento da polícia Federal numa emboscada. Mas até hoje nenhuma prova foi apresentada, nem mesmo foi provada a identidade da pessoa que teria sido assassinada. Mesmo assim os padres e posseiros foram condenados até quinze anos de prisão. A verdadeira causa dessa prisão é que o sistema do nosso país quer expulsar cada vez mais os pequenos agricultores de suas terras para dar lugar a grandes latifundiários. Por isso mesmo o processo de condenação foi "encomendado" e através dele são condenados tanto os posseiros e os dois padres, como também a ação da Igreja e de todo os pequenos e fracos, que tentam resistir à "máquina" do sistema governamental (VOZ DO TRABALHADOR, 1982, n. 7).

Esse acontecimento exigiu da Igreja um posicionamento ao lado dos injustiçados:

A Igreja do Paraná, em assembléia com seus dezessete bispos, padres e leigos, assinaram dia 14 de setembro uma carta de solidariedade aos padres e posseiros, reafirmando a injustiça que está sendo praticada com esses nossos irmãos e dizendo mais: que o sofrimento e o testemunho deles na prisão é agora uma força para que assumamos aqui no Paraná mais fortemente a opção pelos empobrecidos desse continente.

Terminando os bispos dizem: 'confiamos que o sofrimento deles apresse a chegada de uma sociedade mais justa e fraterna no Brasil'.

O que fica de lição para nós deste fato gritante de injustiças? Além da vergonha de sermos brasileiros, nestas circunstâncias, fica a lição para nós, o que os padres escreveram à Pastoral Operária do Paraná: 'Nosso cárcere tem sentido na medida em que vocês aí no Paraná prosseguirem a luta pelo Reino de Deus...'

Somente na medida em que nos unirmos e gritarmos contra tais fatos poderemos garantir para o futuro a volta da justiça para o pobre povo brasileiro do qual também fazemos parte (VOZ DO TRABALHADOR, 1982, n. 7).

Em dois outros informativos, a temática terra também foi refletida através de uma citação bíblica do livro de Jó.

Lendo o capítulo 24 de Jó você pode descobrir a dura experiência do povo trabalhador no tempo do companheiro Jó. Ele se dirige a Deus e fala assim:- 'Veja! Os maus (os grandes) estão tirando as terras e roubando os bens dos pequenos e das viúvas. Os fracos são expulsos do caminho e devem esconder-se nas cavernas. Como asnos selvagens os trabalhadores saem em busca da sobrevivência e em busca de pão para sustentar os filhos' (VOZ DO TRABALHADOR, 1983, n.10 e 1986, n.20).

Prossegue-se comparando com a realidade do desemprego que começava a se acentuar no início dos anos 80 e foi crescendo à medida que os anos avançavam, permanecendo atual a reflexão em cima do livro de Jó.

Olhando esta realidade do tempo de Jó com os olhos de hoje, descobrimos no campo 40 milhões de expulsos da terra, na cidade vemos operários sendo constantemente despedidos das fábricas num processo de alarmante rotatividade. E os trabalhadores e fracos devem esconder-se nas periferias e nas favelas (VOZ DO TRABALHADOR, 1983, n. 10 e 1986, n.20).

O agravamento das precárias condições de trabalho o desemprego e outras injustiças eram refletidos através de mensagens bíblicas, sendo muito utilizado o Êxodo num comparativo com a realidade opressora. Conjectura-se que seja uma tentativa de amenizar as palavras de ordem e amenizar a linguagem da Teologia da Libertação contida na maioria dos informativos que criavam uma resistência por parte de alguns militantes e até mesmo a Igreja institucional que não via com bons olhos essa linguagem e atuação política.

Deus desceu, quando o povo gritou bem alto: 'Vi a aflição do meu povo e ouvi o clamor que arrancam os patrões e desci para libertá-lo dos opressores e levá-lo para a terra prometida' (Ex.3,7-8). Então, Deus desceu. No meio dos oprimidos. E hoje o que está acontecendo? O que temos que fazer? Uma coisa fica clara: se os operários e o povo não gritarem, Deus não ficará no meio do povo. Temos, portanto, de gritar de forma organizada. Deus dará forças. Vamos começar a gritar nas igrejas, no sindicato, nos bairros, na comunidade. Gritar o quê? ... Emprego, salário-desemprego, sindicatos livres... Aí Deus desceu! (VOZ DO TRABALHADOR, 1983, n. 12).

Um informativo especial de 1983 explicava a criação e os objetivos da Central Única dos Trabalhadores, com a formação da CUT Regional com vinte e três trabalhadores, muitos deles pertencentes à PO e com apoio do Episcopado, que se

posicionou claramente em favor dos oprimidos se redimindo de seu passado quando apoiava claramente a elite, em uma reunião em Itaipu em abril de 1983.

Nesse grande e histórico encontro dos trabalhadores a Igreja repetiu em voz forte: 'Não podemos deixar de ouvir grito de desespero de todo um povo. Esta organização econômica é pecaminosa. Diante da situação, ninguém pode cruzar os braços'. A Igreja toma uma posição clara. Entre o opressor e o oprimido, a Igreja fica do lado do oprimido. Ela não pode cruzar os braços. A Igreja pede perdão aos trabalhadores da omissão e pede força a Deus para que possa erguer a voz junto com a voz dos trabalhadores clamando por justiça e dignidade (VOZ DO TRABALHADOR, 1983).

D. Pedro Fedalto não ficou indiferente à situação vigente e conforme atesta uma notícia veiculada no dia do trabalho no jornal Gazeta do Povo (1983), o Arcebispo enviou correspondência a todas as paróquias de Curitiba, orientando-as sobre uma campanha de coleta de alimentos. Explica que tendo em vista a grave situação de milhares de desempregados, as pastorais sociais decidiram realizar uma campanha visando minorar o sofrimento dessas famílias. "Hoje, o nível salarial do trabalhador brasileiro lhe impede de proporcionar à família uma vida digna, educação sadia, saúde física e espiritual. Isto se reverte de extrema gravidade quando pais de família vivem desempregados meses e até anos" (FEDALTO, 1983, p. 4).

O Arcebispo acrescenta que diante do quadro, a Igreja não pode ficar indiferente, pois, para ficar fiel ao Evangelho, ela é chamada a dar sua contribuição. Porém, reconhece que com a campanha da Igreja não vai solucionar a problemática. "A solução para esta grave situação existe e está a cargo do governo, bem como do empresariado".

Este foi um período de crise com arrocho salarial, inflação¹¹⁷ e desemprego em crescimento como atesta um suplemento especial sobre o desemprego da Voz do Trabalhador de 1983.

Os desempregados já são quase 5 milhões de brasileiros, os subempregados quase 9 milhões, além disso a cada ano um e meio milhão de jovens estão a procura do primeiro emprego. As próprias indústrias dizem que se não houver mais demissões só vai se recuperar o mesmo número de trabalhadores empregados nas fábricas em 1991. Só no Paraná o desemprego urbano vai a quase 300 mil, ao que se somam meio milhão de subempregados, e um exército de 500 mil bóias-frias que só encontram trabalho temporário (VOZ DO TRABALHADOR, Suplemento, 1983).

¹¹⁷ A taxa anual de inflação medida pelo Índice Geral de Preços (IGP) para o ano de 1983 foi de 211% (IBGE, 1984).

Neste número suplementar, chama a atenção o fato do texto ser marcado predominantemente pelo discurso religioso com forte apelo teológico, com citação da Igreja, do episcopado e do papa. Chamando os trabalhadores para uma greve geral realizada em todo país em 25 de outubro de 1983. Para isso, buscavam chancela nas palavras do papa na encíclica *Laborem Exercens* (LE, 20), como para convencer o trabalhador que a Igreja institucional estava do seu lado, até mesmo em caso de greve.

Ao agirem em prol dos justos direitos dos trabalhadores, os sindicatos lançam mão também do método da greve, ou seja, da suspensão do trabalho, como uma espécie de *ultimatum* dirigidos ao governo e empresários. É um modo de proceder que a Doutrina Social Católica reconhece como legítimo, observadas as devidas condições e nos justos limites. Em relação a isto os trabalhadores deveriam ter assegurado o direito à greve sem terem de sofrer sanções penais pessoais por nela participarem (VOZ DO TRABALHADOR, Suplemento, 1983).

A greve reivindicava uma mudança na política econômica do governo para que fossem gerados mais empregos e se criassem medidas de emergência como a concessão do auxílio-desemprego. Para isso, invocavam as palavras do Papa João Paulo II (LE, 18) sobre o trabalho, “a obrigação de conceder fundos em favor dos desempregados quer dizer, o dever de assegurar as subvenções indispensáveis para a subsistência dos desempregados e das suas famílias é um dever” (VOZ DO TRABALHADOR, Suplemento, 1983).

Ao encerrar o ano de 1983, a PO fez um balanço tendo obtido um saldo positivo com a expansão estadual dos grupos de base, apoio à fundação da CUT e também o fato da CNBB Regional Sul II ter priorizado a Igreja no Mundo do Trabalho, tendo sido aprovado como prioridade para a Arquidiocese de Curitiba, na Assembléia Arquidiocesana. “Não podemos deixar de ouvir o grito de desespero de todo um povo...” “Diante da situação ninguém pode cruzar os braços” (Assembléia de Itaici, 1983). “Isso significa que a PO contará com toda Igreja na luta contra a injustiça que quer massacrar o trabalhador” (VOZ DO TRABALHADOR, 1983, n.16).

A Campanha da Fraternidade (CF) de 1984, intitulada “Para Que Todos Tenham Vida” recebeu apoio da PO através do seu informativo. “Os trabalhadores lutam pela vida. A Pastoral Operária se ilumina no Evangelho: ‘Eu vim para que todos tenham vida e vida completa’ (JO, 10,10). Assim também é a missão da PO estar a serviço da classe operária na busca de seus direitos para ter vida” (VOZ DO TRABALHADOR, 1984, n.17).

O tema da Campanha da Fraternidade serviu de pretexto para inserir comentários da conjuntura político-econômico vivenciada no início dos anos 80. “O trabalhador hoje é explorado pela política do governo e dos patrões ‘funcionários’ do FMI. Isto vem causando a morte de muitos trabalhadores, desunindo muitas famílias e prejudicando a união da classe trabalhadora, produtora da riqueza do país” (VOZ DO TRABALHADOR, 1984, n.17). E mais uma vez, insistia-se para que o trabalhador participasse das comunidades, do sindicato, enfim que se organizasse para adquirir mais força. “O trabalho, a liberdade, o pão de cada dia e a autonomia da organização popular sem atrelamento e manipulação”.

Através da análise destes boletins, percebe-se que os problemas conjunturais vão se agravando e os militantes vão se afastando em busca de outros espaços, havendo uma luta constante de tentar renovar e preencher os quadros da Pastoral Operária. Percebeu-se que o elemento comum dos boletins é a preocupação em informar aos trabalhadores os seus direitos e conscientizá-los politicamente para libertá-los da opressão. E como mencionado anteriormente, o uso e o reforço do discurso religioso mediando o temporal se dá como uma forma de convencimento pelo plano espiritual, já que não havia uma cultura política formada e o momento era de repressão política, esse discurso facilitava o acesso ao trabalhador. Apesar de que também gerava confusão, pois muitos questionavam se era uma pastoral social ou um braço de um partido político. Mas, também, segundo depoimento oral de algumas lideranças, o uso deste discurso religioso tinha por objetivo assegurar o espaço e manter as boas relações com a Arquidiocese que por sua vez, não via com bons olhos a militância política e as denúncias contra os empresários. Era um discurso que provinha dos especialistas, havia o sentido do controle.

4.2 FÉ E CONSCIÊNCIA POLÍTICA

As relações Igreja e Política sofreram uma mudança perceptível, calcada em diversos fatores já analisados anteriormente. Passou do discurso praticado pela Igreja nos anos 60, quando afirmava não ter nada a ver com a política, embora na prática exercesse um papel político e, em geral, do lado das classes dominantes,

para um posicionamento claro de compromisso com as classes populares, e com a concepção de que a missão da Igreja tem implicações políticas.

Tornou-se uma das poucas instituições a realizar um trabalho de formação política dos setores populares, num momento em que nem mesmo os sindicatos, e os partidos políticos o faziam. Algumas cartilhas foram escritas por bispos, outras por equipes pertencentes às pastorais. Também a própria CNBB através de suas regionais elaborou cartilhas com temáticas específicas.

No final dos anos 80, a Pastoral Operária realizou vários encontros sobre o tema Fé e Política, Sociedade e Mundo do Trabalho. Várias cartilhas, boletins, informativos, pequenas publicações e roteiros de reunião foram produzidos sobre estes temas. A tiragem variava muito. Há cartilhas com 500 exemplares e outras com várias edições, com 10.000 exemplares.

Optou-se por constituir um conjunto de temáticas abordadas nestas cartilhas e boletins utilizados como fontes a serem destacados neste estudo.

Estas publicações descrevem os fatos a partir de dados da realidade concreta, do mundo vivido, das experiências do cotidiano, seguindo a metodologia da *práxis*, abordada anteriormente intitulada de prática -Teoria - Prática (**p-T-P**). Incluem também as citações bíblico-teológicas, objetivando fornecer subsídios para que se possam aprofundar o conhecimento a respeito do tema abordado e reforçar a fé. Portanto, o discurso oscila entre o plano temporal e o espiritual. Normalmente o conteúdo reafirma a missão da Igreja e a fé nos símbolos e representações religiosas (Cristo, pecado, salvação) além de refletir sobre a realidade social e política mediada pela fé.

Outro ponto comum deste material é a representação dos homens e mulheres do povo, operários urbanos e lavradores, algumas vezes com ilustrações representando o capitalista rico e dominador subjugando o operário oprimido, numa nítida relação de conflito entre o capital e o trabalho.

Na medida em que a Pastoral Operária aprofundou sua reflexão, percebeu que os problemas relativos aos trabalhadores possuíam um caráter estrutural, sua marginalização era consequência do tipo de organização elitista, de acumulação privada, enfim, da própria estrutura econômico-social do sistema capitalista, como bem afirmou Leonardo Boff: “Aí emerge a questão política, e o tema da libertação ganha conteúdos concretos e históricos. Não se trata apenas da libertação do pecado, mas de uma libertação que também possui dimensões históricas

(econômicas, políticas e culturais)" (BOFF,1994, p.28). Desse modo, o compromisso político nasce da própria reflexão da fé que exige mudança. Portanto, há uma manifestação da sacralização daquilo que é profano: a prática da política. Uma prática até há pouco tempo abominada pela Igreja.

O esforço para reverter esta idéia fica evidente nos textos do boletim "Operário em Construção" no período das eleições de novembro de 1986, no qual elegeriam os deputados e senadores que tinham a missão de refazer a Constituição Brasileira. "Os cristãos devem tomar consciência da necessidade de atuarem politicamente tendo em vista a transformação das estruturas injustas da sociedade. Quem se diz neutro acaba favorecendo os que oprimem e exploram" (1986, n.13, p.3).

No texto se afirma que a Igreja apóia a política partidária, mas não é sua função indicar os candidatos. "Mas é função dos cristãos, de acordo com a experiência de vida, do conhecimento da realidade que estejam do lado dos trabalhadores" Busca-se reforço nas palavras do Papa João Paulo II: "A Igreja não propõe um modelo político ou econômico concreto, mas indica o caminho, apresenta princípios. E o faz em função de sua missão evangelizadora" (OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO, 1986, n.13, p.4).

E mais uma vez invocando a força da Igreja institucional, citam-se trechos referentes à importância das eleições retirados da Declaração Pastoral realizada pelos bispos brasileiros contidas no documento "Por uma nova ordem constitucional" Neste documento os bispos manifestavam sua preocupação com as eleições que se aproximavam e que elegeria os responsáveis pela nova constituição brasileira (OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO, n.13, 1986, p.4).

No décimo Plano dos Organismos Nacionais para o biênio 1989/1990, da CNBB, destaca-se que devido à fragilidade e até inexistência de muitas organizações populares, a PO teve que assumir um papel suplementar no movimento operário:"coordenando e puxando mobilizações, oposições sindicais, greves, etc. Foi importante ter assumido essa perspectiva, pois ela era um dos poucos espaços que os trabalhadores tinham para discutir seus problemas" (CNBB, n.41, 1988, p. 207).

A CNBB reconhece a importância do trabalho da Pastoral Operária no plano político dada a conjuntura histórica. Dessa forma, os trabalhadores criaram e fortaleceram suas próprias entidades, assumindo a articulação de suas lutas. "Essa

nova conjuntura do movimento social e a própria realidade nacional exigem uma postura diferenciada, pois a Pastoral Operária não quer ser uma tendência a mais, mas sim fermento neste meio" (CNBB, n.41, 1988, p. 208).

Percebe-se neste discurso que a Igreja se situa historicamente, tendo agido por meio de uma pastoral que mobilizou um número expressivo de adeptos, entretanto ela não faz parte da "massa" e dá a si mesma a missão de ser "fermento", transformar o mundo, dando um salto para o plano espiritual.

No documento da CNBB (1988, n.41, p.208), a existência da PO se justifica por dois motivos:

- 1) Ser espaço de encontro e celebração dos companheiros que tenham uma perspectiva de fé;
- 2) Estar dentro do campo de luta dos trabalhadores tendo a clareza de que a PO não será uma instância onde se definira as táticas e estratégias do processo de transformação da sociedade, mas estes elementos serão definidos nas instâncias dos trabalhadores, onde estaremos testemunhando nosso compromisso.

A Igreja reafirma seu compromisso de apoiar as lutas dos trabalhadores. Daí se entende que as estruturas econômicas, políticas e sociais se situam no plano temporal. O plano espiritual está isento de todas as misérias terrestres, é o plano da grandeza, de magnificência divina.

Portanto, o documento da CNBB (1988, n.41, p.208) apresenta um direcionamento do trabalho da PO, buscando desenvolver três níveis básicos:

- 1) Despertar a solidariedade de classe;
- 2) Incentivar a assumir compromisso com os trabalhadores nas suas lutas e organizações, impulsionados pela Fé;
- 3) Ser espaço de celebração e revisão de vida da militância.

Estes três níveis de trabalho foram sendo acompanhados de uma formação de militantes, na maioria das vezes de forma não sistemática, ministrando cursos de formação e capacitação de lideranças para a própria Pastoral Operária, encontros de aprofundamento e celebração da vida dos trabalhadores, encontros sobre a relação Fé e Política com militantes que se engajaram em partidos políticos, na vida parlamentar e movimento sindical.

Diversas cartilhas foram elaboradas sobre a temática Fé e Política, Igreja e Política. Em seu conjunto há uma valorização positiva da política e sua ação. De modo geral é definida como aquilo que se refere à organização da sociedade. E da

mesma forma como se deu nos boletins, nas cartilhas percebe-se uma intertextualidade referida à assimetria entre os planos espiritual e temporal como é característico do discurso religioso.

O Caderno de Educação Popular intitulado “10 Mandamentos da Relação Fé e Política” escrito por Frei Betto em setembro de 1988, publicado pelo Centro de Educação Popular do Instituto Sedes *Sapientiae* (CEPIS)¹¹⁸ contribuiu para desmistificar o preconceito entre a Fé e a Política. O texto é apresentado de forma didática os dez mandamentos desta relação com ilustrações e com questionamentos ao final de cada um para reflexão no grupo.

Através do diálogo de dois personagens a fé e a política vão argumentando sobre a importância da política, rompendo com a idéia vigente entre as classes populares da política ser algo de que elas devem se manter afastadas por ser algo sujo. No conjunto das cartilhas, esse preconceito é combatido mediante um discurso que interessa à classe dominante, a alienação política do povo, facilitando assim sua manipulação.

Frei Betto faz um comparativo entre fé e política com o ar e água, que são tão necessários a nossa sobrevivência, para reforçar a idéia de sua importância. “As duas contêm o mesmo oxigênio: o Espírito de Deus que tudo anima na direção do Reino. E assim como as duas visam libertar, também podem servir para dominar, como a fé dos fariseus ou a política dos opressores”. Portanto, este é o primeiro mandamento: “A fé e a política destinam-se ao mesmo objetivo de realizar o projeto de Deus na história. Mas não são a mesma coisa, são diferentes” (BETTO, 1988, p. 2).

No oitavo mandamento, afirma-se que: “não devemos confundir a esfera da explicitação religiosa da fé, a Igreja, com as esferas da política. Mas embora diferentes, são complementares”.

Assim, são expostos os dez mandamentos da fé e da política, demarcando o espaço da primeira na Igreja e da última nos movimentos populares, sindicais e nos partidos que assumem os direitos dos oprimidos.

Em outra cartilha, intitulada “A Igreja e a Política” em 1989, elaborada pela Pastoral Operária do Paraná e apresentada por seu presidente e na condição de

¹¹⁸ O CEPIS desenvolveu vários cadernos de formação popular, incluindo artigos de teólogos de outros países da América Latina, tendo sido intensamente utilizados (segundo relatos de lideranças da PO) pelas Pastorais Sociais e Movimento Popular.

Bispo Auxiliar de Curitiba Dom Ladislau Biernaski, citando um trecho do Documento de Puebla (515), afirma-se que “o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, inclusive a dimensão política”.

Para reforçar essa nova visão da Igreja, Dom Ladislau invoca o Documento da CNBB “Igreja: Comunhão e Missão na Evangelização dos Povos no Mundo Do Trabalho, da Política e da Cultura” de 1988, que afirma: “A Igreja não pode ignorar a política, não apenas enquanto instrumento necessário de organização de vida social, mas, sobretudo enquanto expressão de opções e valores que definem os destinos do povo e a concepção do homem” (CNBB, 1988, n. 40,185).

Citando outro trecho do documento, o Bispo afirma que a consciência que a Igreja tem de sua missão também a leva a “contribuir para a educação política a fim de que o homem seja sujeito da sua história e exerça com responsabilidade a sua cidadania política” (CNBB, 1988, n.40, 214), “respeitando o legítimo pluralismo das opções partidárias e distinguindo o papel dos leigos e da hierarquia, procura ser sinal daquela unidade e comunhão, que é vontade de Cristo e anseio último da humanidade” (CNBB, 1988, n. 40, 215).

O Bispo cita ainda o seguinte trecho: “A formação política dos cristãos requer uma compreensão do que seja política, um aprofundamento da fé e a devida articulação entre as duas. Sem dúvida, a Igreja deverá formar os cristãos numa fé engajada, na mística do compromisso com uma sociedade mais justa. Para tanto, o cristão deverá conhecer a estrutura da sociedade, seus mecanismos complexos no campo econômico, social, político, ideológico e cultural” (CNBB, 1988, 40, p.255).

Assim, buscando reforço nas palavras da CNBB, Dom Ladislau afirma que naquele momento a Pastoral Operária do Paraná tinha por objetivo responder aos apelos da Igreja e oferecer como subsídio de reflexão para suas bases, a cartilha citada.

O texto desta cartilha discorre sobre a importância da política partidária¹¹⁹ e uma tentativa de convencer o cristão que política não é coisa suja e nem privilégio de uma elite. A política defendida é aquela que luta pelo bem de todos, “que

¹¹⁹ Num encarte junto a esta cartilha há um resumo da vida e obra de todos os presidentes, além de uma classificação dos partidos por suas tendências. Lembrando que em 1989, a eleição presidencial teve uma disputa acirrada com 22 candidatos inscritos, sendo que, destes, a metade aparecia mais nos meios de comunicação e por isso eram mais conhecidos, os outros onze concorriam por partidos pequenos, sem chances de chegar ao poder. Lula e Collor foram para o segundo turno, com a vitória de Collor, frustrando a militância dos movimentos populares e pastorais que haviam trabalhado intensamente por Lula.

organize os trabalhadores na comunidade, no bairro, na associação de moradores, na fábrica, no sindicato, a fim de garantir conquista e defesa dos seus direitos. É a política da participação na construção da nova sociedade” (IGREJA E A POLÍTICA, 1989, p.7).

Todo este discurso é entremeado por um discurso teológico, no qual se ressalta que até Jesus se posicionou politicamente, que sabia brigar pelos seus direitos e de seu povo. Criando uma inter-relação entre o poder temporal e o poder espiritual, confundindo os dois, materializando e trazendo a figura divina do filho de Deus para a realidade terrena e aproximando-o do trabalhador.

Também essa cartilha inclui trechos do Documento de Puebla além de dois documentos da CNBB, o já citado número 40 de 1988 e a introdução de “Exigências Éticas da Ordem Democrática” (1989). “A nova Ordem Democrática brasileira só se consolidará quando a nação se empenhar decididamente numa transformação profunda, que modifique as relações sociais e garanta a efetiva participação de todos os cidadãos”.

Os textos são entremeados por algumas ilustrações, que retratam a desigualdade social, a opressão, o fato de ser uma minoria que explora e oprime a grande maioria. Destaca-se uma em particular por ser representativa, onde se retrata um operário barbudo que indaga ao Bispo sua opinião sobre sua candidatura, numa referência velada ao candidato à Presidência da República pertencente ao Partido dos Trabalhadores (Lula).

De forma velada, a ilustração reflete o posicionamento político-partidário ao lado dos trabalhadores. Ressalvando-se que a Igreja por princípio não pode tomar partido. Na maioria das cartilhas e informativos da PO, ressalta-se que a opção por um partido pertence à consciência de cada um, mas cabe à Igreja oferecer esclarecimentos sobre os partidos para que os trabalhadores façam sua escolha de forma consciente.

A cartilha reitera que a Igreja “não existe nas nuvens se não se posicionar, deixar as coisas correrem para ver como é que fica, é favorecer aquele que é mais forte”. A Igreja como instituição se coloca acima das questões terrenas, assim, é cobrado um posicionamento ao lado dos fracos e oprimidos no plano temporal. O texto prossegue, a saber:

É por isso que os grandes vivem na mordomia não querem que a Igreja se posicione ao lado dos mais fracos. Quando a Igreja põe em prática a sua opção preferencial pelos pobres', acusam-na de fazer política. Na verdade, querem que a Igreja fique do lado deles abençoando a exploração da classe dos ricos sobre os pobres (A IGREJA E A POLÍTICA, 1989, p. 21).

Esse posicionamento da Igreja é justificado com um trecho do documento de Puebla, no qual os bispos afirmam que quando a Igreja se pronuncia sobre a política, economia e questões sociais não visa vantagens, mas apenas o bem comum de todos. E sabe também que de sua missão religiosa, resultam benefícios, luzes e forças para a organização da sociedade de acordo com a Lei de Deus.

Outra cartilha representativa elaborada pela PO Nacional em 1989, intensamente utilizada segundo depoimentos das lideranças da Pastoral Operária do Paraná, intitulada "Os Trabalhadores e o Trabalho No Brasil: Cabreirices que Ressuscitam a História". Considerado como um subsídio didático a ser utilizado no trabalho de base para fomentar a discussão em grupo. É um livro bem ilustrado escrito em linguagem simples, mas com um conteúdo rico em informações.

Composto por vários personagens, sendo o principal o "Zé Cabreiro" um operário da construção civil, que através de diálogos com outros personagens vai se conscientizando da realidade até assumir um compromisso concreto com as lutas dos trabalhadores. Na introdução se esclarece que o objetivo do livro não é contar a história do Brasil, mas fazer uma ligação da vida e do dia-a-dia do trabalhador com a memória histórica confrontada com a palavra de Deus, além de

despertar o gostinho e o interesse de começar a entender a nossa história. O nosso objetivo é dar uma contribuição efetiva na formação da consciência de classe. Este objetivo serviu como critério para privilegiar alguns dados e deixar outros para trás (OS TRABALHADORES E O TRABALHO NO BRASIL, 1989, p.7).

Contando a história do Brasil, são trabalhados diversos temas como os índios, negros, ciclo do café, o processo de industrialização, tecnologia, organização dos trabalhadores, sindicalismo e sua história, ligas camponesas, greves, AI 5, ditadura, conjuntura econômica, questões de gênero e outros que permearam as discussões. Todos estes temas são permeados por reflexões bíblico-teológica. Ao final de cada capítulo, ao todo dezesseis, são colocados dois ou três questionamentos para ser discutidos pelo grupo.

Seguindo a mesma estrutura aqui exposta, diversas outras cartilhas foram elaboradas e utilizadas na formação política mediada pela fé. O ponto comum é a presença implícita ou explícita de propostas políticas que levam à ação, como a tão repetida e enfática importância da união e organização dos trabalhadores.

Observou-se que diversas cartilhas e mesmo boletins, ao se referir às questões políticas, acabam por trazer uma concepção de sociedade e como ela se organiza em relação ao mundo do trabalho. Portanto, destacam-se alguns destes textos por serem representativos da história que aqui se reconstitui.

4.3 A VISÃO DA SOCIEDADE E O MUNDO DO TRABALHO

A partir dos anos 60, ocorreu uma ruptura com a concepção de sociedade presente no discurso da Igreja. Até então a sociedade era vista como um todo integrado, as diferenças sociais apareciam como naturais, e os conflitos eram considerados irrupções ocasionais e esporádicas. A necessidade da reflexão crítica da realidade, da participação e da organização passaram a ser atributos da fé. Como afirmou Ana Maria Doimo (1984, p. 112), “a luta pela construção de uma sociedade igualitária, justa e sem exploração ganha, no discurso da fé, uma dimensão profética e utópica, não no sentido do irrealizável, mas no sentido do ausente”.

Assim, várias cartilhas foram produzidas sobre esta temática, como a intitulada “Pastoral Operária o que é?”, elaborada pela PO de São Paulo em 1979 e que foi reeditada quase em sua íntegra no boletim “Operário em Construção”, em edição especial em 1981, mostrava que na história da Igreja existem duas correntes: a evangélica do povo oprimido e a corrente espiritualizante da classe dominante que divide a vida da fé. “Por isso há ‘duas igrejas’, a igreja dos patrões que se chamam cristãos, mas exploram seus empregados, e a igreja dos oprimidos. A atitude do cristão depende da ótica pela qual ele lê o Evangelho – a ótica do opressor ou a ótica do oprimido” (1979, p.6).

E o texto continua, confrontando duas realidades, Igreja e mundo do trabalho, que constituem dois setores bem separados, assim:

a classe operária, quase por instinto, desconfia da Igreja, mesmo quando ela procura se renovar. Muitos são os operários que vivem uma religiosidade popular que lhes vem das suas origens rurais. Esta fé se apresenta como assunto particular, individual, que não toca profundamente a sua vida de trabalho. Esta fé também não se relaciona com a exploração do operário nem com suas lutas (1979, p.8).

Invoca-se a Bíblia para mostrar que a história da salvação está intimamente ligada à história do povo que luta para se libertar social e politicamente.

Ainda na mesma cartilha, invoca-se novamente o texto bíblico para reafirmar a condição da Igreja ao lado do oprimido. "A Igreja, a exemplo de Cristo tem a mesma história que o povo, e as mesmas lutas, acompanhando os seus passos para a sua libertação, questionando os que têm o poder na mão para que não caiam na tentação de dominar" (PASTORAL OPERÁRIA O QUE É?, 1979, p.11).

O culto a Cristo é visto como o culto à luta pela libertação que só pode ser alcançada se houver a prática do dever de lutar pela justiça e pela igualdade contra o pecado, que após o Concílio Vaticano II, passou a significar a exploração, a injustiça e o egoísmo. Assim, o Estado quando fere esses direitos do povo, está cometendo um pecado (DOIMO,1984).

Em outra cartilha intitulada "Pé no Chão a Caminho da Libertação" (1989) dividida em cinco partes, onde são discutidos o funcionamento da sociedade, a missão da Igreja, a presença evangelizadora da Pastoral Operária no mundo do trabalho e o significado de sindicato.

A sociedade é retratada como o "conjunto de organização econômica, política e social de um país. Em 'nosso' Brasil a gente sabe que a sociedade é dividida: de um lado os ricos e de outro os pobres" (PÉ NO CHÃO, 1989, p.05).

Esta cartilha traz uma análise da sociedade, mostrando que ela se constitui de classes sociais, cujos interesses se opõem. A grande divisão se dá de um lado os ricos e do outro os pobres.

Os ricos são os donos dos meios de produção (fazendas, fábricas, bancos, etc..) e também controlam as escolas, meios de comunicação social, comércio, governo, leis etc.. Enquanto que os pobres só têm o seu trabalho e pra não passar fome são obrigados a vender o seu trabalho por um salário baixo e muitas vezes miserável (PÉ NO CHÃO, 1989, p. 06).

Como bem destacou Lesbaupin (1983), essa formulação simplificada, é provavelmente para facilitar a compreensão popular de “rico” e “pobre”. Assim, riqueza e pobreza são conseqüências do lugar que ocupam os grupos sociais no processo produtivo, que depende da maneira como se relacionam com os meios de produção.

Havia uma preocupação por parte da PO em repassar aos grupos de base, os documentos de Medellín, Puebla e as encíclicas sociais. A fim de facilitar a compreensão do texto, estes eram apresentados numa linguagem simples, envolvendo o cotidiano do trabalhador ilustrado com desenhos das situações vivenciadas.

Trabalhamos muito com isso, tinha um monte de material, em vários documentos fizemos versões populares, Puebla, documentos da CNBB, trabalhamos muito também com a Laborem Exercens como forma de trabalhar essa dimensão social dentro da Igreja. Também trabalhamos muito com livros, material popular sobre livros da Bíblia, Jó, Ruth. Todos eles numa perspectiva da luta pela libertação, esse elemento era muito forte, da coisa chamada consciência, participação política na sociedade da transformação social era um elemento muito forte. Esses eram materiais básicos nos grupos de reflexão fazíamos tanto nas PO quanto nas comunidades (KREIN, 2002).

Exemplo disso é a cartilha “Puebla para o Povo” adaptada em versão popular por Frei Betto. O texto foi dividido em cinco partes sendo apresentada em forma de diálogo entre duas pessoas, ora homens, ora mulheres, ora índios, em diversas situações, tais como: no canavial, dois índios à beira do rio, à saída da fábrica, em torno da fogueira, durante o trabalho na fábrica, andando pela rua da cidade do interior, na canoa, no refeitório da fábrica, na saída da igreja, na reunião da comunidade, à beira da cerca, enquanto costuram, viajando de trem, no sindicato, tocando gado, no boteco, e na reunião da comunidade.

Como justificativa da escolha dos trechos principais do Documento de Puebla, Frei Betto (1979, p.8) usou o seguinte argumento em linguagem simples:

O prato principal

Maria foi a um almoço organizado pelas companheiras de fábrica. Encontrou lá o prato de que ela mais gosta: frango com farofa. Quando voltou para casa, seu marido José perguntou:

- Como foi o almoço?

- Ótimo! Tinha frango com farofa.

Ora, de fato no almoço tinha também arroz, feijão, alface e batatas. Mas Maria só falou do principal: frango com farofa. Assim como fez Maria, vamos fazer aqui. Não

vamos falar das azeitonas, dos presuntos e dos temperos que há no Documento de Puebla. Não vamos falar, por exemplo, daquilo que Puebla diz para os padres e as freiras. Vamos ficar no frango com farofa - isto é o que interessa ao povo simples de nossas comunidades eclesiais de base.

No final de cada parte há uma série de perguntas, (em torno de 6 a 9) para serem respondidas e discutidas pela comunidade.

Outra cartilha utilizada pelos grupos de base foi a versão popular da encíclica de João Paulo II, *Laborem Exercens* publicada em 1981, intitulada "A Mensagem do Papa sobre o Trabalho Humano ao alcance do povo".¹²⁰ O texto resume os aspectos principais relativos ao trabalho, contidos na encíclica, ilustrado com diversos desenhos representando o cotidiano do trabalhador em diversas situações.

Esta mesma encíclica foi dividida em partes e publicada no boletim "Operário em Construção" (fev/mar, 1982). Nela enfatiza-se alguns trechos tais como: "A Imagem de Deus", "Divisão do trabalho, não só dos bens de consumo".

A maioria das cartilhas não aprofunda as causas das desigualdades sociais e do crescimento do desemprego, mas todas descrevem e denunciam enfaticamente ser uma minoria que explora e oprime a grande maioria, o fato de que a produção é expropriada daqueles que a produzem, os trabalhadores. A situação social descrita, normalmente é atribuída às causas estruturais. Segundo as cartilhas, o que faz com que uma grande maioria seja explorada e marginalizada enquanto uma minoria detém o poder econômico e político é o sistema capitalista. Esta análise começa a ser sistematizada em publicações propiciando e intensificando as reflexões e as discussões a partir dos anos 90.

4.4 EXPERIÊNCIAS QUE APONTAM CAMINHOS

As mudanças que vêm se desenrolando no mundo do trabalho e as comemorações do centenário da *Rerum Novarum* foram analisadas pela PO, acabando por motivar mais uma vez a CNBB a escolher o trabalho como temática para a Campanha da Fraternidade. A PO teve uma participação ativa não só na

¹²⁰ O texto não foi assinado na capa, apresenta na contracapa os responsáveis pela síntese e facilitação, são eles: A. Zuchetto, L. Sena, N. Maccari, publicado pelas Edições Paulinas em 1981.

escolha, mas também na elaboração do seu texto-base¹²¹ de 1991, “Solidários na Dignidade do Trabalho” e em 1999 “Sem Trabalho... Por Quê?”

O texto-base é o subsídio principal e fonte de inspiração para outros textos e subsídios complementares (cantos, via-sacra, vigília, círculos bíblicos, encontros catequéticos para crianças, adolescentes e jovens) da Campanha da Fraternidade. Ambos apresentam a proposta principal para a reflexão seguindo o esquema Ver, Julgar e Agir.

Destaca-se o cartaz elaborado para a Campanha da Fraternidade de 1991, o qual expressa a realidade dos trabalhadores, tendo como pano de fundo a cidade e o campo. Diversos trabalhadores representando várias classes se encontram em torno de uma chapa de aço onde solidariamente aquecem e distribuem seu alimento.

FIGURA 1: SOLIDÁRIOS NA DIGNIDADE DO TRABALHO



FONTE: CNBB. CAMPANHA DA FRATERNIDADE, 1991.

¹²¹ A Campanha da Fraternidade em 1978 teve como tema “Trabalho e Justiça para Todos”. Mas o tema do trabalho perpassa em parte os temas das CFs dos últimos anos: 1984: em defesa da vida; 1985: contra a fome; 1986: terra para todos; 1987: o menor; 1988: a raça negra; 1990: a mulher. Cada realidade social tem um enfoque particular a partir do trabalho.

Segundo um informativo da Comissão da Pastoral Operária Nacional (1991, n.6) a Campanha da Fraternidade de 1991, superou as expectativas com a repercussão pela imprensa nacional.

A discussão do conflito capital X trabalho emergiu e ficou claro quem está de um lado quem está do outro. As elites e os jornais burgueses tentaram descredibilizar o conteúdo da campanha. Entretanto tal atitude despertou ainda mais interesse. Porém, mais importante que a polêmica toda, foi a abertura da CF em vários estados. Atividades nas ruas e praças aconteceram. E é este o caráter principal dessa campanha, levá-la onde estão os trabalhadores.

A seguir o informativo apresenta várias manchetes sobrepostas de jornais criticando a Igreja e a CNBB, acusando-as de incitar a luta e o conflito entre o trabalho e o capital.

Dando prosseguimento às comemorações do centenário da primeira encíclica social, a CNBB decidiu promover a “Primeira Semana Social Brasileira”, objetivando propiciar à Igreja e à sociedade um espaço de reflexão e de diálogo em torno de questões centrais da problemática social, `a luz da Doutrina Social da Igreja. O tema escolhido foi o “Mundo do Trabalho: desafios e perspectivas no Brasil hoje”.¹²² A abertura da semana foi realizada por D. Luciano Mendes de Almeida então Presidente da CNBB, sob o título “O Mundo do Trabalho no Brasil `a luz da Doutrina Social da Igreja”¹²³.

Os eixos fundamentais sobre os quais se articulou a reflexão e as discussões do tema central da Semana Social Brasileira foram cinco:

1. O trabalho e as novas tecnologias: implicações e desafios para a sociedade brasileira. Apresentado pelos Professores Márcia de Paula Leite, Cacilda Asciutti, José Vicente Tavares.

Neste módulo foi debatido o impacto da implantação das novas tecnologias sobre o trabalho urbano e rural, o seu significado para o mercado de trabalho, para o conjunto da classe trabalhadora brasileira e para a sua organização sindical.

¹²² A Primeira Semana Social Brasileira foi promovida pelo Setor Pastoral Social – CNBB de 4 a 8 de novembro de 1991 em Brasília. As conferências foram registradas numa publicação das Edições Paulinas em 1992. Esta semana de estudos foi precedida por doze Semanas Sociais Regionais. Foram realizadas de maneiras diversificadas, algumas assumiram um caráter massivo, com grande participação de pessoas em atividades, como júri popular e a romaria dos trabalhadores. Houve ainda aquelas que privilegiaram a participação dos agentes de pastoral, militantes sindicais, lideranças empresariais, militantes partidários, como foi o caso do Paraná.

¹²³ O resultado desta Semana Social foi publicado sob o título “O Mundo do Trabalho: desafios e perspectivas”, São Paulo: Paulinas, 1992.

2. Os excluídos do mercado de trabalho – trabalho informal e submerso. Apresentado pelos Professores Carlos Lessa, Maria Aparecida Moraes Silva e Herbert de Souza.

A realidade dos excluídos do mercado de trabalho formal, o fenômeno do trabalho temporário, o crescimento do trabalho escravo, o crescente trabalho de crianças e adolescentes, foi refletida e analisada a partir do desafio que esta significa para a organização sócio-política, sindical e para a pastoral da Igreja.

3. As relações capital/trabalho no Brasil. Apresentado pelo Professor Walter Barelli, Empresário Márcio Fortes e o fundador da Pastoral Operária Gilberto Carvalho. À noite pelos conferencistas: Almir Pazianotto, Fernando Henrique Cardoso e Eduardo Suplicy. As relações capital e trabalho no Brasil foram analisadas a partir do ponto de vista empresarial e do ponto de vista dos trabalhadores.

4. Economia e Sociedade. Apresentado pelos Professores Paulo Rabelo de Castro, Cristovam Buarque e Manfredo de Oliveira.

A discussão, neste módulo, foi centrada nos modelos de desenvolvimento econômico que, historicamente estiveram presentes na sociedade brasileira e que continuam sob formas diferentes, a direcionar a economia e a necessidade de uma ética reguladora para a ciência econômica.

5. Reflexão ético-teológica sobre o econômico a partir do trabalho à luz do Ensino Social da Igreja. Apresentado pelos Padres José Oscar Beozzo, Rogério Inácio Cunha e pelo Prof. Luiz Alberto de Souza.

A partir da discussão e dos debates ocorridos nos módulos anteriores, a reflexão sobre a realidade do mundo do trabalho foi aprofundada à luz do Ensino Social da Igreja. Além dos conferencistas acima citados, participaram dos debates: trabalhadores, empresários, economistas de várias escolas, políticos, filósofos e teólogos.

A elaboração da síntese final da semana coube ao Frei Clodovis Boff, que além da divisão em cinco eixos propostos para o estudo (as novas tecnologias, excluídos, projeto de sociedade, a luta pela terra e ética emergente), dividiu no que intitulou “quatro inspirações de fundo” (a luz da fé, a perspectiva dos trabalhadores, o confronto sistemático com a prática e o horizonte de uma nova sociedade). Também destacou algumas palavras recorrentes que permearam o debate (complexo, diferente e esperança).

Naquele ano de 1991, quando o Brasil recém havia aderido ao projeto neoliberal através do governo Collor, o Frei Boff em suas conclusões alertava que “a CNBB deve assumir mais profeticamente a denúncia do projeto neoliberal que causa a morte de milhões”. Acrescentou ainda: “A ideologia neoliberal e o mercantilismo recolocam como valores absolutos o mercado, a livre competição, a busca da modernidade produtiva. Os neoliberais não têm preocupações sociais” (BOFF, 1992, p.207).

E numa avaliação da situação vivida lembra que: “os trabalhadores fortaleceram, na década de 80, organizações que, porém, agora se sentem enfraquecidos diante da nova situação e não conseguem motivar a população para um projeto global” (BOFF, 1992, p.207). Fazendo-se urgente a elaboração de propostas alternativas de sociedade, recriação de práticas e até de uma nova cultura de democracia, solidariedade e exercício do poder. Conclamando a Igreja a se mobilizar pelo valor da vida, dos direitos dos trabalhadores, dos desempregados, dos sem-terra, tomando iniciativas solidárias que reanimem a esperança dos fracos.

A experiência desta Semana Social foi positiva, gerando a 2ª. Semana Social Brasileira, realizada nas regiões episcopais no ano de 1994 e teve como tema “Brasil, Perspectivas e Protagonistas”.

No Paraná D. Pedro Fedalto anunciava que o principal objetivo da Semana Social Paranaense

é contribuir para a elaboração de um projeto alternativo capaz de enfrentar os problemas sociais, econômicos e políticos do Brasil e levar à construção da cidadania e a superação da exclusão social, econômica e cultural, rompendo com propostas corporativas e exclusivamente regionais (CNBB REGIONAL SUL II, 1993).

Para realizar tal propósito, conclamava-se a participar neste projeto toda a sociedade civil organizada, do povo das comunidades aos intelectuais das universidades, faculdades e centros de pesquisa, passando pelas escolas, associações, sindicatos, partidos e pastorais. Portanto, como visto esta semana social não se restringia apenas às pastorais sociais, toda a sociedade foi chamada a participar e contribuir.

Na sequência vem a 3ª. Semana Social Brasileira “Resgate das Dívidas Sociais”. Esta última traz algumas novidades, realizou-se em três anos, começou nas comunidades de dioceses em 1997, desdobrou-se em sínteses regionais, teve uma semana de encontro nacional em 1998, precedido de um simpósio sobre a

Dívida Externa e se desdobrou em 1999, nas comunidades. Culminando com o tema da Campanha da Fraternidade deste ano “Fraternidade e os Desempregados” questionando, “Sem trabalho...Por quê?”

O texto-base indica as causas estruturais e conjunturais, suas principais conseqüências para a vida do povo, levando a uma reflexão da situação, tendo como parâmetros os valores bíblicos e os documentos da Igreja. Em sua parte final, aponta as pistas de ação solidária com e entre os desempregados e as desempregadas. Assim, o grande desafio para a Pastoral Operária tem sido trabalhar com os desempregados, encontrar uma metodologia capaz de atingir esses trabalhadores que estão à margem do mundo do trabalho, e buscar experiências que apontem caminhos para a renovação da pastoral (CNBB, 1999).

4.5 OS NOVOS RUMOS DA PASTORAL OPERÁRIA

Nos anos 90, instaura-se uma crise nos movimentos sociais¹²⁴ e a Pastoral Operária não fica imune tendo sido afetada pelas mudanças na organização social do trabalho,¹²⁵ atingindo o trabalhador e suas organizações. Como bem destacou Maria da Glória Gohn (1994, p.102) “a crise atual dos movimentos é o acirramento de um processo que se instaurou ao final dos anos 80, fruto de problemas que os movimentos já carregavam em seu bojo”.

As causas básicas desta crise, segundo análises e depoimentos de lideranças¹²⁶ que pertenceram à Pastoral Operária, são de ordem externa à pastoral

¹²⁴ Movimentos sociais são grupos que se formam ao redor de alguma reivindicação concreta não implementada pelo Estado ou não reconhecida pela sociedade organizada a fim de conseguir seu atendimento. Geralmente se trata de uma luta por um direito fundamental violado ou não realizado. Assim surgem os movimentos por direitos humanos, numa perspectiva social, a partir dos direitos dos pobres por vida, trabalho e satisfação mínima das necessidades básicas, movimentos de camponeses sem terra, de grupos sem teto, de favelados, de mulheres, de meninos e meninas de rua, de negros e índios e outros. Existem ainda núcleos de partidos com um projeto popular de transformação da sociedade, células sindicais, as várias pastorais sociais das Igrejas (por terra, moradia, saúde, participação política, negros, índios e pobres) e os distintos grupos de reflexão e ação (BOFF, 1993).

¹²⁵ Para maior grau de detalhamento ver a Dissertação de Mestrado desta autora intitulada: *Gênero Feminino no Contexto do Trabalho Fabril: Setor Eletroeletrônico em Curitiba e Região Metropolitana na década de 90*. Centro Federal de Educação Tecnológica, 2000.

¹²⁶ César Sanson e André Langer juntamente com o Pe. Inácio Neutzling coordenam o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT que foi criado nos anos 90 a partir da Pastoral Operária, quando as mudanças no mundo do trabalho começaram a se intensificar, sentiu-se a necessidade de aprofundar as reflexões sobre temas atuais, reunindo material da grande imprensa nacional e internacional, publica mensalmente o Boletim *CEPAT Informa*.

e podem ser remetidas à crise econômica do país e principalmente ao desemprego, às políticas neoliberais, à crise das utopias e à descrença na política e na ação do Estado. As causas externas também acabaram por influenciar, como a queda do leste europeu que fez com que as verbas internacionais oriundas das agências de apoio a trabalhadores comunitários para regiões carentes, escasseassem, já que surgiram outras frentes para aqueles investimentos no leste europeu.

Também, se deve às pressões que o clero latino-americano passou a receber de Roma, “a ala progressista da Igreja Católica arrefeceu. A evangelização retomou progressivamente o lugar da política” (GOHN, 1994, p.102).

No início dos anos 90, ocorreu uma mudança na Pastoral Operária, esta se reorganizou e buscou fortalecer o trabalho junto aos grupos de base, mudando o perfil dos militantes, agora não era mais composta apenas por operários industriais, ingressaram outras categorias profissionais como: comerciários, advogados, médicos e professores e outros profissionais liberais.

Neste período, o mundo do trabalho passou a ser marcado pela desestruturação da condição salarial. “Desemprego¹²⁷ em massa, instabilidade no trabalho, precarização, contratos mínimos e dismantelamento da proteção social. Novas categorias sociais surgiram: os desempregados, desqualificados e os excluídos” (CEPAT, 2002, n.83, p.3).

Segundo a mesma fonte, a civilização moderna estruturou uma concepção de mundo centrada no emprego, em que a inclusão na sociedade, a identidade construída, as relações sociais estabelecidas e o consumo se fazem através do emprego, este é o determinante do lugar social e tudo gira em torno dele. A civilização do trabalho assalariado, simbolizada pela carteira de trabalho, está em crise. Muitos não se encaixam nas exigências do mercado, tais como: jovens das grandes periferias, homens e mulheres com baixa escolaridade, idosos, portadores de necessidades especiais e outros.

¹²⁷ Segundo o CEPAT (2002, p.5) utilizando como fonte dados do DIEESE o desemprego em 1989 atingia 8,9 milhões de trabalhadores passando para 17,8 milhões em out/2001. No mesmo período, dos 13,6 milhões que ingressaram no mercado de trabalho, 5,1 milhões sobraram. Entre os ocupados, os assalariados com carteira em dez/88 eram 59,5%. Em jun/99 eram 44,7%. Já os assalariados sem carteira passaram de 18,4% para 26,5%. Ainda do conjunto dos ocupados apenas 40% contribuem para a previdência. De um total de uma população Economicamente Ativa – PEA de 75 milhões de trabalhadores, pouco mais de 23 milhões têm contrato formal.

As inovações tecnológicas¹²⁸ desencadeadas pela revolução na área de microeletrônica e telemática, difusão de novos métodos administrativos distintos do sistema fordista e pela mudança nos padrões de competitividade internacional decorrente da ampliação dos mercados geográficos das empresas, entre outros. Estes fatores somados às mudanças de natureza econômico-financeiras e institucionais têm imposto às empresas dos mais diversos ramos de atividade a implementação de profundas transformações nos seus métodos de produção.

O modo de produção capitalista, “denominado produção flexível, ou reestruturação produtiva, e que seria mais corretamente chamar de desestruturação social, tem aprofundado o processo de exclusão a que estão condenados os trabalhadores sob o capital” (STEIN, 2000, p. 28).

O processo de reestruturação tem aprofundado a segmentação do mercado de trabalho e a precarização das condições de trabalho, para os trabalhadores do chamado núcleo duro das empresas, que são aqueles com maior tempo de serviço, que passaram dos quarenta anos de idade e com maior escolaridade; isto ocorre também para os trabalhadores que têm seus contratos de trabalho terceirizados e para os desempregados (POCHMANN, 1998).

No Brasil, os novos processos de gestão e organização do trabalho, pela incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, têm possibilitado um grande aumento no índice de produtividade e a redução de custos, em detrimento do nível de emprego. Por outro lado, o processo de globalização da economia, aliado ao processo de reestruturação produtiva, provocou o fechamento de um grande

¹²⁸ Alguns autores, dentre eles, destaca-se Márcia de Paula Leite (1993), formulou uma periodização que identificaria pelo menos três diferentes momentos do processo de modernização produtiva brasileira. O primeiro momento se inicia no final dos anos 70, quando ocorreram altas taxas de crescimento econômico, constituição de um grande parque industrial e a criação de um amplo mercado de trabalho urbano. A segunda fase conjuga o emprego das novas tecnologias com a implantação das novas formas organizacionais que surgem nos anos 84-85. Neste período o Brasil enfrentava altas taxas inflacionárias e uma grande instabilidade econômica. Ao mesmo tempo, difundiram-se as tecnologias de base microeletrônica e as novas formas de organização do trabalho e da produção. Caracterizando-se basicamente pela difusão de equipamentos mais modernos e pela tentativa de alguns setores/empresas em ampliar o uso das novas técnicas de gestão da mão-de-obra. A terceira fase inicia-se com os anos 90. É marcada pelo aprofundamento da crise econômica, a retração do mercado interno, a abertura do mercado e de políticas de estabilização econômica e da reestruturação produtiva. As empresas sentiram-se estimuladas a modernizar seus processos de produção e melhorar a produtividade e qualidade de forma mais efetiva para enfrentar a concorrência internacional. Estes fatores identificariam uma fase de verdadeira reestruturação produtiva, na qual aparece mais claramente uma tendência à adoção de estratégias sistêmicas. Os principais exemplos deste processo de modernização dos métodos de produção são: adoção de programas de qualidade e produtividade e focalização da produção através da terceirização.

número de empresas, consequência da concentração de capitais, uma necessidade do capitalismo.

Muitas empresas brasileiras, ao verem suas taxas de lucros diminuírem, foram vendidas a grandes grupos multinacionais, por não conseguirem suportar a concorrência, de grandes empresas, cujo volume de capitais investidos permite uma acumulação mais rápida, do que as empresas com pequenos capitais (STEIN, E., 2000).

Esse processo de fechamento de empresas, ou a sua incorporação por grandes grupos multinacionais, provocou uma acentuada desestruturação no mercado de trabalho no país, causando o desassalariamento da mão-de-obra, altas taxas de desemprego e a precarização das relações de trabalho.

Os trabalhadores não organizados, que prestam serviços a pequenas empresas, sem registro, em ocupações por conta própria (camelôs, biscateiros, etc.), vêm aumentando sua participação no universo de trabalhadores ocupados, e elevando a taxa de trabalhadores com relações de trabalho precarizados. Já os trabalhadores organizados, que trabalham em grandes empresas, são registrados e têm um leque de proteções incluídas no contrato de trabalho, vêm continuamente reduzida a sua participação no número dos trabalhadores ocupados (POCHMANN, 1998).

Esse processo de precarização dos empregos mostra a heterogeneidade das relações entre capital e trabalho, e a convivência entre as formas mais modernas de relações de trabalho, representadas por empresas que informatizam os processos de trabalho e implantam processos de gestão que têm por base a necessidade de trabalhadores cada vez mais qualificados, onde as tarefas são organizadas para serem executados por grupos de trabalhadores semi-autônomos, as chamadas células de produção; na outra extremidade estão as formas tradicionais de trabalho, com relações de trabalho sem proteção, representadas por trabalho escravo, trabalho infantil e ocupações sem rendimento.

Essas contradições, que permeiam a forma de organização da produção e as relações de trabalho, também ocorrem com grande impacto nas entidades sindicais que representam os trabalhadores.

Segundo Antunes (1995), os dirigentes e por consequência os sindicatos, sem entender e apreender a dimensão das transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho e suas consequências ficam na defensiva. O impacto dessa

nova forma de organizar a produção, sobre o nível de emprego, põem em desespero os trabalhadores diante da perspectiva do desemprego. A pressão do capital dificulta uma reação. Como não perceberam a dimensão e o alcance desse processo, os sindicatos prendem-se às questões de sobrevivência do dia-a-dia, perdem a dimensão da luta de classes, restringindo as negociações à manutenção dos empregos, e na maioria das vezes, abrindo mão de várias conquistas alcançadas anteriormente, com a ilusão de que com isto conseguiriam garantir os empregos dos seus representados. Abandonam seus projetos anticapitalistas e de transformação social, inserindo-se cada vez mais na lógica do capital, aceitando os limites da acomodação nos marcos da social democracia. A agenda passa a ser a defesa dos incluídos, ou seja, dos ainda empregados.

Ainda na visão de Antunes (1995), cada vez mais os patrões restringem as negociações ao âmbito da empresa, quando muito a segmentos muito restritos, dentro dos ramos de produção, como é o caso do setor metalúrgico, onde anteriormente as negociações e acordos abrangiam todos os trabalhadores do ramo, depois passam a ser por setor (ex. auto-peças). Esse processo coloca os sindicatos contra a parede, numa situação que cada vez mais limita as possibilidades de reação dos trabalhadores.

As novas formas de organização da produção provocam a redução e/ou extinção de muitos postos de trabalho e a precarização das relações de trabalho, pela terceirização e a contratação por tempo limitado. A diminuição do número de sindicalizados é consequência direta dessa nova situação. Isto provoca um enfraquecimento ainda maior dos sindicatos, diminuindo a sua representatividade e seu poder de mobilização, afetando fortemente também, o volume de arrecadação, o ponto mais sensível dos sindicatos. Ao optar pela via institucional e pela representação dos com carteira assinada, os sindicatos deixam sem representação um enorme contingente de desempregados e excluídos.

Todos estes fatores expostos acabaram por arrefecer a militância dos movimentos sociais e da Pastoral Operária. O trabalhador militante se sente desencorajado e descrente em relação aos sindicatos que acabaram por ser desacreditados pelas políticas neoliberais e na incerteza e dificuldade de manter ou buscar um emprego, ele não pode ir para o confronto, até porque existem milhares de pessoas à espera de uma oportunidade de emprego.

Assim, essa situação acabou por gerar uma apatia junto aos grupos de base, predominando a descrença e a desmobilização. Contrapondo-se ao coletivo, a nova onda seria a da privacidade, do individualismo.

Dom Ladislau¹²⁹ confirma essa dificuldade da Pastoral Operária em trabalhar junto aos trabalhadores empregados, pois, segundo sua percepção:

Eles têm receio, muitos líderes perderam o emprego, não existe mais repressão militar, mas existe outro tipo de repressão. No esquema neoliberal, todo discurso que vai contra o status quo é mal visto, porque acham que isto vai subvertendo a dita ordem. E como o desemprego é tão grande, quem tem qualquer tipo de trabalho, agarra o máximo possível, tem medo de ficar desempregado (BIERNARSKI, 2003).

Frei Betto,¹³⁰ analisando os novos rumos da Pastoral Operária, acredita que a crise é estrutural, não pessoal, se dá em função do capitalismo neoliberal, e o que ele chamou de processo de globo-colonização que aprofunda as desigualdades e aumenta o desemprego.

O fim da bipolaridade capitalismo-socialismo, além do que, as pessoas estão sem horizonte sem utopia, isso facilita o desespero, o narcotráfico, estão sem motivações sociais, políticas e utópicas. Também as questões do emprego desarticulam muito a classe trabalhadora. O operário para garantir seu emprego aceita fazer acordo reduzindo metade de seu salário. São aspectos muito desfavoráveis para nosso trabalho (BETTO, 1999).

Dom Ladislau também atribui o arrefecimento da PO ao surgimento de outras organizações onde os militantes se engajaram,

[...] isso a gente não pode lamentar, tem que dar graças a Deus. Surgiram outras organizações autônomas que não têm o nome de pastoral, o que não é o mais importante, porque quem trabalha pelo homem pela sua dignidade, podemos considerá-lo aquele que está seguindo Jesus Cristo (BIERNASKI, 2003).

E analisando o papel da Pastoral Operária no presente “é ser presença da Igreja junto aos trabalhadores incluindo os desempregados e a presença da classe trabalhadora na Igreja, então é uma via de mão dupla”. Faz algumas conjecturas em relação ao esmorecimento da pastoral.

A dificuldade de fazer a Pastoral hoje, talvez seja porque ela tenha surgido na época da ditadura militar, os encontros eram de pequenos grupos, não

¹²⁹ Dom Ladislau Biernaski foi entrevistado dia 10/09/2003 na Cúria Metropolitana de Curitiba.

¹³⁰ Transcrição da entrevista de Frei Betto realizada pela Coordenação da Pastoral Operária do Paraná gravado em vídeo VHS pelo CEFURIA realizada em setembro de 1999.

se podia fazer trabalho de massa, os trabalhos discretos, de pequenos grupos, grupos de base. A ditadura acabou, os espaços de atividades pastorais, sociais e políticas se abriram, tenho impressão que hoje não conseguiríamos dar um salto, trabalhamos muito no miudinho. Já outros movimentos que fazem movimento de massa, têm crescimento espantoso e nós não temos, talvez seja uma síndrome de ditadura. Ainda não demos um salto de qualidade, não temos gente nova, é uma falha de metodologia (BETTO, 1999).

Dom Ladislau vê vantagens no fato da Pastoral Operária não ser um movimento de massa, pois:

[...] na pastoral os agentes vão trabalhando com a conscientização política, com a formação, o trabalhador vai criando uma consciência crítica e a fé ligada à vida, à realidade. Nas grandes manifestações, isso não é possível, não muda o seu relacionamento com o trabalho, com a política, ele continua como estava, esta é a grande diferença. Nos pequenos grupos é possível discutir a auto-gestão operária e outras problemáticas, é importantíssimo que continue esse trabalho na base" (BIERNASKI, 2003).

Mas o Bispo reconhece que os eventos de massa, as grandes celebrações são necessárias, citando o exemplo do Grito dos Excluídos, que acontece em Aparecida do Norte todos os anos, onde se encontram milhares de operários ocupados e outros desempregados, *"nessa grande celebração, eles vêem que não estão sozinhos, existe algo, existe uma força, as grandes celebrações devem continuar para as pessoas se reanimarem"* (BIERNASKI, 2003).

Este evento também é realizado em Curitiba todos os anos no feriado da Independência. Neste ano de 2003, o local escolhido para concentração foi o perímetro central da capital, que contrariando as determinações da prefeitura determinou que a celebração deveria ser na região periférica da cidade. Inúmeras barracas foram montadas expondo os produtos artesanais (pães, doces, compotas, bordados e outros) que os desempregados estão produzindo como forma de geração de renda.

Frei Betto reconhece o valor da PO que tem sido *"uma escola de quadros, respeitada pelo movimento sindical brasileiro, parcela mais combativa, ela tem uma presença na Igreja, conseguiu levar para o Episcopado brasileiro temas pertinentes do mundo do trabalho"*. Mas acredita ser necessário repensar sua pedagogia e nessa perspectiva propõe:

[...] talvez a gente devesse ser mais humilde, não devemos partir para uma conscientização, nós temos que partir daquilo que as pessoas desempregadas e

assalariadas já têm de propício ao nosso trabalho que é a experiência de fé. A gente deveria dar um choque de Jesus Cristo nelas, motivá-las a partir dessa experiência para depois chegar à experiência política (BETTO, 1999).

Frei Betto (1999) também lembra situações vivenciadas em que “às vezes eu sentia que os jovens iam às reuniões, as conversas eram muito politizadas, não entendiam, ficavam na dúvida se era um partido político ou uma pastoral. Acho que temos falhado muito nessa pedagogia, temos que rever isso”.

E refletindo sobre essa atuação da Pastoral Operária que é comum em todo Brasil:

Talvez o nosso erro seja querer começar do fim, já querer que a pessoa no primeiro dia já assuma um compromisso e se sinta motivada, se sinta parte de um corpo eclesial. A gente cobra que uma pessoa que nem tem ainda motivação, que ela vá participar, se engajar, vá participar da luta, vá dar apoio ao acampamento do Movimento dos Sem Terra, acho que precisaria trabalhar melhor a motivação espiritual para depois chegar a essa dimensão (BETTO, 1999).

Citando o como exemplo o Movimento Carismático que segundo sua percepção estão se comprometendo mais com trabalhos sociais, estão lendo mais Teologia da Libertação, estão participando de manifestações de massa e estão descobrindo essa dimensão do evangelho.

Analizando ainda de forma crítica a atuação da pastoral, Frei Betto (1999) afirma:

Tomando a questão da espiritualidade, ao meu ver ela tem duas dimensões que a PO ainda não tem conseguido trabalhar bem, primeiro a dimensão coletiva, porque nos não estamos mais na era do texto, estamos na era da imagem, quem faz bem isso é o Padre Marcelo Rossi, podemos discutir o conteúdo. Por outro lado a dimensão subjetiva da experiência da fé, essa dimensão que algumas Igrejas Evangélicas fazem bem, as pessoas estão com a vida desregrada, complicada e levam um choque de Jesus Cristo e essas pessoas passam a levar uma vida e um comportamento ético exemplar. Acho que a gente não tem sabido combinar essas dimensões de um trabalho mais amplo de massa, amplamente coletivo. Se não soubermos trabalhar vamos minguar. A gente tem que trabalhar a espiritualidade subjetiva que é mais fácil para a gente e tem que descobrir meios de trabalhar numa dimensão mais coletiva. Talvez devêssemos retomar a religiosidade popular, as procissões, a coroação de Nossa Senhora, a vigília, adoração ao Santíssimo, eram recursos de um catolicismo tradicional que não se adaptavam à espiritualidade da PO, as pessoas gostam disso, mobiliza as pessoas, talvez a gente devesse trabalhar mais isso. Acho que deveríamos criar um espaço onde as pessoas se encontrassem confirmadas na fé, onde elas se sentissem inseridas numa comunidade, onde pudessem descobrir numa perspectiva pastoral nova, evangelizadora. A PO tem a vantagem que não precisa estar atrelada a uma paróquia, pode ser organizada em qualquer espaço, casa, barraco, trabalhar de forma mais dinâmica, é apenas uma questão de método.

Em relação à metodologia da PO, Dom Ladislau (2003) argumenta que “*ver a realidade onde o trabalho do homem está inserido, julgar e analisar isto, com esses elementos, mas iluminado com a palavra de Deus, então vem a questão da mística, o que Deus tem a ver com esta realidade, o que Jesus fez com esta realidade*”. Segundo o Bispo, o que é específico da Pastoral Operária é a “*mística, um sindicato ou uma outra organização pode ter um trabalho igual, mas a mística faz a diferença. A mística é que sustenta e vai dinamizando a Pastoral Operária*”.

4.6 A MÍSTICA QUE MOVE A MILITÂNCIA

A palavra mística é adjetivo de mistério, na linguagem comum usa-se esta palavra para concluir uma reflexão que esgotou as capacidades da razão e não consegue mais produzir luz. Ou então para indicar intenções ou realidades escondidas ao comum dos mortais (BOFF, 1993).

Segundo Leonardo Boff (1993) originariamente a palavra mistério quer dizer perceber o caráter escondido, não comunicado de uma realidade ou de uma intenção, não possui um conteúdo teórico, mas está ligada à experiência religiosa, aos ritos de iniciação. A pessoa é levada a experimentar através das celebrações, cânticos, danças dramatizações e realização de gestos rituais uma revelação ou uma iluminação conservada por um grupo determinado e fechado.

Ainda segundo o teólogo, os que experimentam o mistério são os místicos. A experiência do mistério não se dá apenas no êxtase. Mas também, quotidianamente, na experiência de respeito diante do sagrado da realidade e da vida. “O que move o místico, são os sonhos de uma realidade nova. Por isso, desfatalizam a história, não reconhecem como ditado da história a situação injusta imposta e mantida pelas forças opressoras” (BOFF, 1993, p.37).

Segundo estudiosos pertencentes ao chamado Grupo TAO¹³¹, mística é “aquilo que nos possibilita sermos pessoas inteiras em todas as dimensões da vida: pessoal, social, familiar, espiritual e cósmica. É o gancho onde a pessoa prende o

¹³¹ Grupo TAO (Teologia e Assessoria Orgânica) formado pelos teólogos: Francisco Surian, Francisco Orofino, José Américo Lacerda Jr., Leonardo Boff, Maristela Barenco, Marcia Miranda e Nívio Fiorin. Foi criado com o duplo objetivo de apoiar e reforçar grupos-comunidades-movimentos populares, priorizando os mais carentes e as regiões mais desamparadas; produzir uma teologia leiga não-institucional, integrada e orgânica (articulada com os diversos e diferentes saberes e com as práticas concretas das lutas populares).

sentido da sua existência, é o que a faz ter fé, sonhar, lutar” (GRUPO TAO, 1996, p.64).

A mística é uma compaixão com que se abraça uma causa, é que confere uma postura inarredável de fé num amanhã sintetizado das contradições do agora, uma confiança básica na solução boa, positiva, de todas as situações de morte por que passamos. Ela nos leva a acreditar que o pulsar da vida é mais vigoroso, mesmo quando as circunstâncias mostram o contrário (TAO, 1996, p.64).

Segundo Ranulfo Peloso (1995), a mística pode ser entendida como uma dimensão integradora que, longe de ser uma fuga ou uma mistificação, reanima constantemente as energias vitais além do simples interesse e acima dos sucessos e fracassos. Ela é, antes de tudo, uma experiência forte, pessoal e coletiva no rumo da satisfação da imensa sede de plenitude humana. Por ela, os grandes sonhos de um mundo novo e de relações humanas e sociais mais benevolentes e amorosas são revitalizados.

A militância não sobrevive sem essa paixão (mística), seja ela de natureza religiosa, humanística ou política. Por esse entusiasmo, os visionários caminharam como se enxergassem o invisível por detrás dos acontecimentos da vida e da história (PELOSO, 1995).

Como visto anteriormente, o surgimento das pastorais e da Teologia da Libertação, nos anos 60 e 70, deu-se em pleno processo de secularização. A valorização da formação religiosa e da conscientização social e política levaram a privilegiar outras formas de expressão religiosa, tais como: rezas, festas, procissões, devoção aos santos, fé, piedade, sacralidade da vida.

A Pastoral Operária se desenvolveu com uma atuação diferenciada das outras pastorais que tinham como foco principal a ação evangelizadora, enquanto nesta, as manifestações religiosas foram substituídas por uma militância política, devido à conjuntura já descrita. Nos anos 90, dá-se a mudança de rumo, começou a aparecer uma dimensão de fé, espiritualidade e, através do engajamento na militância, as pessoas demonstravam estar fazendo essa opção.

Ocorreu todo um engajamento pela transformação social, convencidos da importância de uma sociedade mais igualitária, mas também alimentada por uma mística de fé, de que isto era o papel do cristão, de que sua fé só faria sentido se ele tivesse essa perspectiva. Aí começamos a trabalhar esta espiritualidade operária, mais do trabalho (KREIN, 2002).

A espiritualidade presente nessa religiosidade serviu e serve como substrato religioso para a resistência do povo mais sofrido frente à dominação e à exploração.

Da paixão de Jesus, o povo aprendeu a resistência passiva, calada, não-violenta, como a do cordeiro levado ao matadouro. Essa resistência constitui-se num traço marcante da mística do povo brasileiro. É a mística do servo sofredor (GRUPO TAO, 1996).

A Pastoral Operária passou a priorizar sobretudo a conscientização do povo sofrido, introduzindo cursos de formação social, análise de conjuntura econômica e social, análise da realidade, estudo das raízes da pobreza. Desse modo, carregaram na racionalidade em detrimento da religiosidade e da espiritualidade, talvez isso explique em parte o esvaziamento da pastoral.

Assim, quando se aproximam as rupturas, a mística se evidencia. É dessa forma que o povo mais simples conseguiu encontrar, através da História, a forma de suportar suas crises e enfrentar de cabeça erguida os desânimos da caminhada. Reunindo tradição e uma maneira muito especial de ser, o povo vai reconstruindo sua história e sua religiosidade, manifestadas em forma de tradição religiosa, rezas, festas, devoção aos santos, fé, piedade e sacralidade da vida (GRUPO TAO, 1996).

Segundo Peloso (1995), a mística é por excelência inovadora e criativa. Por isso, os místicos não aceitam uma adaptação que apenas lhes garante a sobrevivência. Baseados numa experiência de vida e não num corpo doutrinário, eles avançam sem pedir licença às instituições (religiosas ou não) quando elas não mais conseguem ser a expressão das suas convicções básicas e nem tampouco transmitem seus valores, nem suscitam o seguimento de novas pessoas. Eles sempre relativizam as conquistas.

Quem se move por uma mística não aceita a angústia como a última palavra. Porque o que entra em crise é a projeção da utopia. São cristalizações históricas que não conseguem conter o grande sonho e, na prática, impedem a sua realização na vida das pessoas e das nações.

A experiência mística é uma herança universal. É possível identificá-la em todas as civilizações e no cotidiano dos indivíduos. Mesmo quando há uma tendência a padronizá-la, domesticá-la e até torná-la propriedade de alguns iniciados. Evidentemente centram suas reflexões na tradição judaico-cristã e na espiritualidade católica (PELOSO, 1995).

Porém, essa mística do compromisso ético e solidário relaciona-se fortemente com a mística da contemplação que é o saboreamento da presença da divindade na obra da criação e no trabalho humano. É isso que levou o crente à

louvação e ao entusiasmo. Nos avanços da justiça, ele vê sinais da ressurreição acontecendo na história.

Peloso (1995) também assinala como a espiritualidade também se estreitou e não raro se apresentou como uma prática devocional intimista ou de sofisticado esforço intelectual, rejeitando uma espiritualidade afetiva e apaixonada e negando a visão bíblica do político-libertário contemplativo. A mística expressa-se conforme a conjuntura e a cultura: aparece como indignação, protesto, conflito, disputa e articulações.

Em sua cartilha sobre a "Espiritualidade do Trabalho", Pe. João Inácio Wenzel (1992, p.33), orientador e militante ativo da PO, se refere à mística da luta, justamente para significar "o jeito de lutar com gosto, garra e entusiasmo resgatando o verdadeiro sentido do trabalho e da luta, alimentada pela mística da fé". O despertar da mística e espiritualidade do trabalho se dá na articulação da consciência de classe e consciência de fé.

Como já discutido anteriormente, este ponto é o diferencial da militância dos anos 80 e dos anos 90. De acordo com análise da documentação, entrevistas e depoimentos, percebeu-se que os primeiros anos foram caracterizados por uma expressiva militância política, enquanto os anos mais recentes se caracterizaram pela evangelização, pela busca da espiritualidade do trabalho, já que outros espaços de luta foram abertos. Mesmo que isso não signifique o retorno ao espaço da Igreja e a participação em missas tradicionais. Tanto que os militantes se referem às celebrações preparadas e orientadas pelos leigos, carregadas de simbolismo e representações do cotidiano do trabalhador, em que os clérigos e religiosos aparecem como meros coadjuvantes.

Essas celebrações despertam no interior dos indivíduos o sentimento religioso, que segundo Rudolf Otto (1992), negligenciando o lado racional, volta-se para o irracional, clarificando o caráter específico dessa experiência terrífica, descobrindo o sentimento de pavor diante do sagrado, diante do mistério que exala superioridade de poder, encontra o temor religioso diante do mistério, em que se expande a perfeita plenitude do ser. Designa estas experiências como *numinosas* (do latim *numem*, divindade), porque elas são provocadas pela revelação de um aspecto do poder divino. O fiel sente-se "invadido" por uma energia transbordante, que pode levá-lo ao êxtase (individual) ou ao êxtase de efervescência coletiva. Os conceitos racionais que se desenvolvem a partir de um impulso poderoso que

somente a Religião conhece e que é substancialmente irracional, segundo o autor, se desenvolvem a partir do aspecto numinoso e são o amor, a misericórdia, a piedade e o conforto. É nas solenidades que se manifesta esse aspecto fascinante do numinoso.

Ou seja, como acrescenta Stefano Martelli (1995, p.142) “o obscuro sentimento de terror que a manifestação do sagrado inspira, lentamente transforma-se em devoção e em comportamento moral”. A prática da mística tem um papel fundamental, em termos individuais e coletivo, nas lutas de massa, nas comemorações e celebrações, nas alegrias, nas derrotas e nas vitórias. Além de animar, de revigorar para novas lutas, unir e fortalecer.

Nas celebrações da Pastoral Operária, são utilizados alguns símbolos que representam o trabalho árduo e o cotidiano do trabalhador. Como por exemplo¹³², um pão no centro da mesa que ao final da celebração é partido e cada um recebe um naco, simbolizando a união dos membros e o estado da alma ou sentimento numinoso ottaniano. Também, a vela que os participantes vão acendendo uma a uma e expressando seus sentimentos naquele instante com a chama que se ilumina, trazendo mensagens positivas e carregadas de energia e esperança.

Eliade (1996) analisa as estruturas do fenômeno religioso, segundo as diversas modalidades do sagrado, permitindo desvendar aspectos fundamentais do sentido da experiência religiosa que constitui uma possibilidade permanente da vida cotidiana, sendo que o simbolismo religioso permite a reatualização dessa experiência. Manifesta-se não apenas nas coisas cotidianas, mas através destas, no que denominou de *hierofania* (irrupção do sagrado no cotidiano), um objeto qualquer é “uma outra coisa”, sem, contudo, deixar de ser ele mesmo.

Martelli (1995, p.144) acrescenta “geralmente, para aquele que experimenta o sopro religioso, toda a natureza pode manifestar-se como sacralidade cósmica”.

O engajamento e a militância na pastoral costuma ser muito intenso para algumas pessoas, em alguns casos, a convivência familiar é sacrificada em função desta, são horas intensas de trabalho e reuniões à noite, finais de semana e feriados. Muitos abrem mão de sua vida pessoal para se dedicar de corpo e alma às causas em que acreditam. O que move a militância é a crença de outro mundo e a espiritualidade nascida da vivência concreta, do mundo vivido.

¹³² O exemplo citado foi observado pela pesquisadora deste trabalho numa celebração de inauguração da nova sede da PO em Curitiba.

Este engajamento é percebido no depoimento oral de uma militante política que encontrou maior identificação na Pastoral Operária.

Alguns nem são católicos, alguns se dizem ateus ou praticantes de outras crenças religiosas, mas acabam envolvidos pela mística que envolve a pastoral. O que nos anima é a possibilidade de transformação numa sociedade mais justa e mais fraterna. É essa mística que nos faz acreditar que tudo pode ser diferente (AZEVEDO, 2003)¹³³.

As celebrações contribuem para esse engajamento, os cantos são muito representativos como a música feita em homenagem a Santo Dias¹³⁴, que até o presente ainda é cantada nas celebrações. Nos diversos depoimentos dos integrantes da Pastoral Operária, percebeu-se que curiosamente há um culto, uma veneração da figura de Santo Dias, transformando-o em um mártir da luta da causa operária.

Operário de sonho criança,
operário da terra e oficina.
Operário que um dia se cansa
de esperar as mudanças de cima.

Operário, esperança que vela,
operário suado, sem fala.
Operário algemado na cela, operário calado à bala.

Entre nós órfãos choram carícias
de ásperas mãos de ternura.
Que morre em piquete vencendo
a mão que lhe mata e tortura.

Só o rosto do amigo tem nome
e lugar em uma vida futura.
A terra e a história consomem
o covarde, a opressão e a impostura.

**Santo a luta vai continuar.
Os teus sonhos vão ressuscitar.
Operários se unem pra lutar.
Por teus filhos vai continuar.**

É o gás, é o choque, é a tosse,
fumaça, cavaco, ferida,
pobreza com fome, cansaço,
doença, hora extra perdida.

¹³³ Cármina Maria de Azevedo, Historiadora e Professora de Educação Especial, militante ativa da Pastoral Operária desde 1990. Foi entrevistada quando se encontrava em pleno feriado de Páscoa pintando sozinha a nova sede da Pastoral Operária.

¹³⁴ Letra copiada do livro de cantos "Lutando e Cantando" da Pastoral Operária, não consta o autor. São apresentadas 146 letras de músicas, algumas conhecidas nacionalmente, de grandes compositores, mas a maioria é de autor desconhecido. O ponto comum é que as letras são representativas do cotidiano e do sofrimento do trabalhador.

É o sangue que orvalha a justiça,
dá a flor, dá o fruto e o pão.
Ternura nas mãos da cobiça
se vinga em nova estação.

É Santo que a morte não mata,
soluços de Anas Marias.
Nos órfãos que perdem seus pais
renascem as idéias um dia.
Santo a luta vai continuar...
Na alvorada que nasce impassível,
o sol nos encontra na estrada,
em ciranda de gente explorada, formando muralha invencível.
E então...Santo a luta vai continuar...

Como se percebe, a letra desta música é carregada de simbolismo, representando a luta diária dos trabalhadores e as injustiças sofridas, representa o cotidiano e do sofrimento do trabalhador, é a mística da luta. Na realidade não é só uma homenagem ao trabalhador e membro da Pastoral Operária assassinado pela polícia em São Paulo que virou um mártir, mas na sua figura são homenageados outros trabalhadores que tombaram lutando por uma causa, é um operário genérico. Também são homenageadas as viúvas na figura de Ana Maria sua esposa e tantos filhos órfãos deixados pelas lutas por um mundo melhor.

Assim, as celebrações com cânticos representativos da experiência de cada um, da realidade do mundo do trabalho, podem ser uma forma de construir uma espiritualidade e uma mística possibilitando dar sentido à existência e dar garantia de continuidade e coesão interna do grupo. Pois, “a Igreja institucional hoje não é mais o caminho de experiências. É um conjunto de doutrinas suficientemente fortes para inibir a emergência da originalidade que caracterizou o movimento de Jesus” (GRUPO TAO, 1996, p.67).

Em suas análises a respeito deste tema, os estudiosos do Grupo TAO (1996) afirmam que o cultivo da mística possibilita uma experiência humana e cósmica mais originária. E se faz necessário estar continuamente fecundando a utopia (esperança de uma vida mais digna para todo o povo), na tentativa de realizar um sonho comunitário que se quer realizar e dar um passo em direção a uma melhor qualidade de vida que se anseia e se quer compartilhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida possibilitou apreender, à luz da Doutrina Social da Igreja Católica e de um quadro de determinações sócio-econômicas e político-ideológicas, a gênese, constituição, características e a dinâmica específica da experiência da Pastoral Operária de Curitiba, que em sua primeira fase, ou seja, até o final dos anos 80, tinha como objeto de sua ação o operário urbano industrial cristão.

Os parâmetros que estruturam a constituição das pastorais e em especial a operária têm por base os documentos da Igreja que reafirmam a centralidade do trabalho na organização social. Afirmam haver uma ordem social, em que há a prioridade do trabalho sobre o capital, significando também o primado da pessoa sobre as coisas. No entanto, esta primazia é relativa já que nos momentos de crise, os ajustes para sua superação, priorizam as coisas e secundarizam as pessoas.

A Doutrina Social da Igreja não apresenta um modelo concreto, aponta apenas a direção e os valores que devem ser levados em conta no plano temporal para atingir com plenitude o plano espiritual. Indica as tarefas a serem cumpridas na busca das respostas aos cristãos e a todos que assumem a causa dos trabalhadores. Como é o caso do objeto deste estudo, cujo discurso oscila entre o temporal e o espiritual, mantendo a assimetria entre estes planos, ocorrendo um vínculo nos discursos que se harmonizam entre o eterno e o instante como foi percebido pelos trechos destacados dos boletins e cartilhas.

A Pastoral Operária, reinterpretando a Teologia da Libertação, pauta sua atuação no contexto da luta de classes, mas não é uma ação revolucionária que propicie um quadro de mudanças. Aí reside a diferença básica entre a luta ideológica dos trabalhadores, que historicamente defendem a mudança do sistema econômico e àqueles que buscam a diminuição das desigualdades sociais e inclusão dos menos favorecidos na sociedade. A sua ação não rompe com o modelo vigente, não propõe uma mudança de sociedade, propõe que os sindicatos lutem e ampliem a inclusão. Faz essa luta nos marcos da sociedade capitalista numa ação conformista, ou seja, de conciliação de classes, age de acordo com os parâmetros da Igreja, ou seja, buscando a concórdia, o apaziguamento, a harmonia e a perfeita convivência entre o capital e o trabalho.

Sua ação é destacada no sentido de conscientização dos direitos e deveres do trabalhador, esse papel foi relevante principalmente em sua primeira fase quando a

maioria dos integrantes da pastoral eram operários urbanos industriais, muitos deles originários do campo e de origem humilde com instrução precária e conhecimento limitado dos seus direitos e sem experiência política de caráter organizativo ou sindical.

A formação se dava nos chamados grupos de base, que organizavam os trabalhadores na Igreja. Havia a troca de experiências das diferentes dimensões de suas vidas, tratando de questões sociais, econômicas e políticas e do trabalho, além de outros problemas referentes ao bairro ou rua, família e vida afetiva. Buscava-se a reflexão sobre estas experiências, constituindo a chamada revisão da vida, alternando os momentos de estudos e formação, as atividades de lazer, festas, confraternizações e celebrações favorecendo uma maior sociabilidade e engajamento dos integrantes.

Outro aspecto que merece destaque é a formação dos coordenadores dos grupos de base que serviu para alimentar vários partidos políticos, inclusive a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao mesmo tempo em que um acúmulo de experiência e formação leva-os a deixar a pastoral ao encontrar outros espaços de atuação. Portanto, se há uma constante renovação dos quadros da pastoral, em alguns momentos, este recomeçar, provoca desânimo e esvaziamento da militância.

Se comparados o início e a trajetória da Pastoral Operária Nacional com a do Paraná, fica evidente o modo diferenciado como a Igreja atuou. Na primeira, a PO nasceu em seu seio, abrigando e lutando junto com os trabalhadores. Na segunda, entrou pela “porta dos fundos”. A Igreja local só se fez realmente presente e passou a dar importância à Pastoral Operária, durante o Movimento de Luta Contra o Desemprego, findo o movimento, ela voltou à retaguarda sem interferir diretamente em sua dinâmica. Portanto, apesar da participação de alguns clérigos e religiosos, as diretrizes e a condução da dinâmica da pastoral foram ditadas pelos leigos.

Quanto ao discurso religioso, contido nos boletins e cartilhas produzidos e utilizados pela militância, proporciona uma visão do papel da Igreja no caminho percorrido pela Pastoral Operária na sua atuação em Curitiba em sua primeira década de existência e nos novos rumos tomados a partir das mudanças ocorridas no mundo do trabalho nos anos noventa.

Neste período outras variáveis interferiram em sua trajetória, uma crise nos movimentos sociais afeta também a Pastoral Operária ao provocar mudanças na organização social do trabalho, atingindo o trabalhador e suas organizações. As causas básicas desta crise, segundo análises e depoimentos de lideranças, são de ordem

conjuntural, externa à pastoral e causados por desequilíbrios na ordem econômica do país causando desemprego, levando a descrença na política e na ação do Estado, além do enfraquecimento das utopias.

Aliada à crise econômica, às pressões de Roma sobre o clero latino-americano, provocou um arrefecimento na ação da ala progressista da Igreja Católica, quando a evangelização retomou progressivamente o lugar da política.

Assim, no início dos anos 90, ocorreu uma mudança na Pastoral Operária, esta se reorganizou e buscou fortalecer o trabalho junto aos grupos de base, mudando o perfil dos militantes, agora não mais composto apenas por operários industriais. Outras categorias profissionais passam a compor o quadro de militantes, tais como: comerciários, advogados, médicos e professores e outros profissionais liberais.

A mudança do perfil dos militantes é fruto de uma crise no mundo do trabalho. A civilização moderna estruturou uma concepção de sociedade centrada no emprego, em que a inclusão social, a identidade construída, as relações sociais estabelecidas e o consumo se fazem através do emprego, é ele o determinante do lugar social. A sociedade do trabalho assalariado, simbolizada pela carteira de trabalho, está em crise. Muitos não se encaixam nas exigências do mercado, tais como: jovens das grandes periferias, homens e mulheres com baixa escolaridade, idosos, portadores de necessidades especiais e outros.

Apesar destes problemas, a PO continua exercendo seu papel de ser um serviço aos trabalhadores cristãos, diferenciando-se de outras instituições e organizações políticas e sindicais, pela experiência mística que envolve seus militantes. Apresenta-se como caminho para revitalizar os movimentos sociais e dar um novo sentido à militância. A mística permite que se mascare a necessidade de outro tipo de sociedade, ao mesmo tempo em que é um instrumento de apaziguamento das diferenças sociais e da concentração de riqueza, esvaziando assim, a discussão sobre a necessidade de um novo tipo de sociedade mais justo e igualitário ao manter acesa a chama da esperança de uma compensação das privações no plano espiritual.

O diferencial da militância dos anos 80 e dos anos 90, de acordo com a análise da documentação, entrevistas e depoimentos, atesta que os primeiros anos foram caracterizados por uma expressiva militância política enquanto os anos mais recentes se caracterizaram pela evangelização, pela busca da espiritualidade do trabalho, já que outros espaços de luta foram abertos. Mesmo que isso não signifique o retorno ao espaço da Igreja e a participação em missas tradicionais. Tanto que os militantes

destacam em suas falas as celebrações preparadas e orientadas pelos leigos, carregada de simbolismo e representações do cotidiano do trabalhador, onde os clérigos e religiosos aparecem como meros coadjuvantes.

Ao finalizar este trabalho, novos campos de reflexão se abriram, não significando ter se esgotado o assunto, ainda há muito a ser pesquisado dessa pastoral, marco importante para muitos trabalhadores paranaenses. Outros espaços e outras possibilidades de manifestação religiosa apareceram, como por exemplo, as novas tendências evangélicas - neopentecostais, os carismáticos e outros movimentos.

Portanto, outros discursos surgiram. A voz e a vez dos que não têm voz nem vez, já não dependem da Igreja Católica nem da Pastoral Operária.

FONTES ESCRITAS

1. DOCUMENTOS SOCIAIS DA IGREJA

1.1 ENCÍCLICAS SOCIAIS

LEÃO XIII, Papa. **Rerum Novarum** (1891). 11. ed. São Paulo: Paulinas, 1999.

PIO XI, Papa. **Quadragesimo Anno** (1931) 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2001.

JOÃO XXIII, Papa. **Mater et Magistra** (1961) 10. ed. São Paulo: Paulinas, 1999.

JOÃO XXIII, Papa. **Pacem in Terris** . (1963) 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

PAULO VI, Papa. **Populorum Progressio** (1967), 12.ed. São Paulo: Paulinas, 1990.

PAULO VI , Papa. **Octagesima Adveniens** (1971) 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2000.

JOÃO PAULO II, Papa. **Laborem Exercens** (1981) 11. ed. São Paulo: Paulinas, 1999.

JOÃO PAULO II, Papa. **Sollicitudo Rei Socialis** (1987), 5.ed. São Paulo: Paulinas, 2000.

JOÃO PAULO II, Papa. **Centesimus Annus** (1991) 5.ed. São Paulo: Paulinas, 2002.

1.2 DOCUMENTOS DA IGREJA CATÓLICA

CONCÍLIO VATICANO II (1962-1965). **Gaudium et Spes**. 11.ed. São Paulo: Paulinas, 2000.

CELAM. **A Igreja na atual transformação da América Latina, à luz do Concílio**. Medellín, 1968.

CELAM. **Evangelização no presente e no futuro da América Latina**. Puebla de los Angeles, México. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

CELAM. **Nova evangelização, promoção humana e cultura cristã**. Santo Domingo, 1992.

2. DOCUMENTOS DA CNBB E DA CÚRIA METROPOLITANA DE CURITIBA

Anuário da Arquidiocese de Curitiba. n. 56, 1989 -1992. p.200-569.

CNBB. Igreja: Comunhão e Missão na Evangelização dos Povos, no Mundo do Trabalho, da Política e da Cultura. 26ª Assembléia Geral. Itaiç, SP: Edições Paulinas. Doc.40, abril de 1988.

CNBB. 10º PLANO BIENAL DOS ORGANISMOS NACIONAIS 1989/1990 Doc. 41 Edições Paulinas.

CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil de 1979/1982.

CNBB. O Mundo do Trabalho: Desafios e Perspectivas. São Paulo: Paulinas, 1992.

CNBB. Regional Sul II. Semana Social Paranaense. Curitiba, 1993.

CNBB. 3ª. Semana Social Brasileira: Resgate das Dívidas Sociais. Brasília, 1999.

CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja No Brasil. 1999/2002. 37ª. Assembléia Geral da CNBB. Itaici, SP. 14ª 23 de abril de 1999.

3. CAMPANHA DA FRATERNIDADE

CNBB. Fraternidade no Mundo do Trabalho. Texto-Base, 1978.

CNBB. Solidários na Dignidade do Trabalho. Texto-Base, 1991.

CNBB. Sem Trabalho... Por Quê? Texto-Base, 1999.

4. DOCUMENTOS DA PASTORAL OPERÁRIA E OUTRAS INSTITUIÇÕES

PASTORAL OPERÁRIA NACIONAL. **A Mensagem do Papa sobre o Trabalho Humano ao alcance do povo.** São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

BETTO, Frei. **Caderno de Educação Popular: 10 Mandamentos da Relação Fé e Política.** Centro de Educação Popular do Instituto *Sedes Sapientiae* – CEPIS. n.12 set. 1988.

BIENARSKI, Ladislau. **A Igreja e a Política.** Curitiba, 1989.

BOFF, Leonardo. **Fé e Política.** São Paulo, n.9, mar 1993.

CALHEIROS, Waldyr. HUMMES, Cláudio. COMISSAO PASTORAL OPERÁRIA NACIONAL. **10 Anos a Serviço da Classe Operária (1976-1986),** 1987.

CARVALHO, Gilberto. **História da Pastoral Operária de Curitiba:10 anos de Luta,** 1987.

CADERNO DO TRABALHADOR. **Nas raízes da democracia Operária.** Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, n. 4, 1982.

CEBs. Secretaria de Curitiba, nov.1991.

CADERNO DO TRABALHADOR. **Nas raízes da democracia Operária.** Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, n. 4, 1982.

CEBs. Secretaria de Curitiba, nov.1991.

CEHILA – PO. **A Militância Operária Cristã no ABC.** 1986.

COMISSAO PASTORAL OPERÁRIA NACIONAL. **Pastoral Operária o que é?** São Paulo, 1979.

COMISSAO PASTORAL OPERÁRIA NACIONAL. **Os Trabalhadores e o Trabalho no Brasil:** Cabreirices que Ressuscitam a História. Duque de Caxias, RJ, 1989.

COMISSAO PASTORAL OPERÁRIA NACIONAL. **Pastoral Operária Como e para Que.** Rio de Janeiro, 1987.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. **1º de maio 1988.**

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. **A Igreja e a Política.** Ago.1989.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. **10 Anos de Luta no Paraná.** 1989.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. **Pé no chão a caminho da libertação,** 1989.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. **Lutando e Cantando** (s/d).

PASTORAL POLÍTICA. Vigararia Leste da Arquidiocese de Ribeirão Preto. **Fé e Política.** Jul-ago 1989.

WENZEL, João Inácio, SJ. **Espiritualidade do Trabalho.** Curitiba: PO - CEPAT, 1992.

5. BOLETINS INFORMATIVOS

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. A VOZ DO TRABALHADOR, n.1 dez/1981.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO. 1981.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO. Especial. 1981.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. A VOZ DO TRABALHADOR, n.3 fev/1982.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. A VOZ DO TRABALHADOR, n.4 mar/1982.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. A VOZ DO TRABALHADOR, n. 6 jun/1982.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. A VOZ DO TRABALHADOR, n.7 out/1982.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO. fev-mar 1982.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. A VOZ DO TRABALHADOR, n.10mar/1983.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. A VOZ DO TRABALHADOR, n.12mai/1983.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. A VOZ DO TRABALHADOR, n.16 1983.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. A VOZ DO TRABALHADOR. Suplemento, 1983.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. A VOZ DO TRABALHADOR, n.17 fev - mar/1984.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. Movimento de Luta Contra o Desemprego. n.1, 1984.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. A VOZ DO TRABALHADOR, n.18 dez/1985

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. A VOZ DO TRABALHADOR, n.20 jul - ago/1986.

PASTORAL OPERÁRIA DO PARANÁ. A VOZ DO TRABALHADOR. Especial.1996.

6. ARTIGOS DE JORNAL

BEOZZO Oscar. Comunidades de base preocupam a Igreja. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 15 de julho de 1997.

FEDALTO, Pedro Dom. O dia do trabalhador. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 1º. de maio de 1983.

GAZETA DO POVO. Curitiba, 26 de out. de 1983, p.12.

GAZETA DO POVO. Curitiba, 10 de abr. de 1984, p. 4.

GAZETA DO POVO. Curitiba, 13 de abr. de 1984, p. 28.

GAZETA DO POVO. Curitiba, 1º de maio de 1988, p. 3.

KLOPPENBURG, Boaventura. Opção pelos Pobres. **Voz do Paraná**, Curitiba, 31 de jul. a 06 de ago. 1983.

FONTES ORAIS

1. ENTREVISTAS

André Langer. Depoimento. Curitiba, jun. 2003.
 Aristides de Carvalho Júnior. Depoimento. Curitiba, out. 2003.
 Bernadete Valenga, Irmã. Depoimento. Curitiba, jun. 2003.
 Cármina Maria de Azevedo. Depoimento. Curitiba, abr.2003.
 César Sanson. Depoimento. Curitiba, jun. 2003.
 José Dari Krein. Entrevista. Curitiba, out. 2002.
 José Ten Cate, Pe. Entrevista. Curitiba, set. 2002.
 Ladislau Biernaski, Bispo. Entrevista, set.2003.
 Sérgio Bridi. Entrevista. Curitiba, mar. 2003.

2. FILMES VÍDEO VHS

BETTO, Frei. **CEFURIA**. Depoimento. Curitiba, 1999.
 CASTILHO, Sebastião. **CEFURIA**. Depoimentos. Curitiba, 1999.
 COMISSÃO PASTORAL OPERÁRIA. 20 Anos de Memória, Luta e Esperança. Curitiba, 1999.
 GLAUCINDA. **CEFURIA**. Depoimentos. Curitiba, 1999.
 MILTON. **CEFURIA**. Depoimentos. Curitiba, 1999.
 ORÍDIO, Teodoro. **CEFURIA**. Depoimentos. Curitiba, 1999.
 PESSATI, Márcio. **CEFURIA**. Depoimentos. Curitiba, 1999.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Suzana. **O que é Trabalho**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs) Pós-neoliberalismo: as políticas e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE FILHO, Francisco Antônio. **Igreja e Ideologias na América Latina, segundo Puebla**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.
- ANTONIAZZI, Alberto. Leitura Sócio-Pastoral da Igreja no Brasil (1960-2000). **CNBB, 2000** n. 638, n. 641, n.741. Disponível em: <[http:// www.cnbb.org.br](http://www.cnbb.org.br)> Acesso em: 17 mar. 2003.
- ANTUNES, Ricardo. **O que é Sindicalismo**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. **Adeus ao Trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTONCICH, Ricardo e SANS, José Miguel. **Ensino Social da Igreja**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 9.ed. Rio de Janeiro: Universitária, 1999.
- ARNS, Paulo Evaristo. **O que é a Igreja**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. **Da Esperança à Utopia: testemunho de uma vida**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- AZEVEDO, Marcello de Carvalho. **Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé**. São Paulo: Loyola, 1986.
- BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BEOZZO, José Oscar. **História da Igreja Católica no Brasil**. Instituto de Pastoral de Juventude. Porto Alegre, 1984.
- BENTIVOGLIO, Júlio César. **O pontificado de Pio IX e a unificação italiana**. Estudos de História. UNESP: Franca, SP, v.3 n.2 1996, p.25-40.
- BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação**. 5. ed. Petrópolis, RJ.: Vozes/IBASE 1991.
- _____. **Igreja: Carisma e Poder**. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. (og.); BOFF, Clodovis; REGIDOR, José Ramos. **A Teologia da Libertação: Balanço e Perspectivas**. São Paulo: Ática, 1996.

BOFF, Clodovis. **O Mundo do Trabalho: desafios e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 1992.

_____. O “Evangelho” de Santo Domingo. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, vol.53 n. 212, out/nov/ dez 1993, p. 791 a 800.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1998.

BRUM, Argemiro. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BRUNEAU, Thomaz. **Religião e Politização no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1985.

CALHEIROS, Waldyr. A Pastoral Operária. **Revista Nação Brasil**, n. 119, ano 3, Rio de Janeiro: Adia, 2000.

CAMACHO, Ildefonso. **Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica**. São Paulo: Edições Loyola, 1995, p. 11-29.

CATÃO, Francisco. **O que é Teologia da Libertação**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CATANI, Afrânio. **O que é Capitalismo**. 34 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CEHILA. **500 anos de História da Igreja na América Latina**, 1991.

CHARBONNEAU, Paul-Eugène. **Da Rerum Novarum à Teologia da Libertação**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

CHRISTO, Alberto Libânio. (Frei Betto). Tendências Políticas em Puebla. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, vol.39, n.153, mar. 1979, p.88-100.

COMBLIN, Joseph. Se a Igreja não mudar de modelo será abandonada pelas massas. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, vol. 53, n.212, out/nov/dez 1993, p.917-923.

CUNHA, Rogério Ignácio de Almeida . A Opção Preferencial pelos Pobres. **Convergência**. Rio de Janeiro, n. 130, p.93-121, mar. 1980.

DALLA COSTA, Armando e BANZATTO, Antonio Carlos. **Transformações e Mudanças na História da Industrialização Paranaense**. 1º Seminário Itinerante sobre a Economia Paranaense. IPARDES. 30 a 31 de outubro de 2003.

DECCA, Edgar Salvadori de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DIEESE. **Política Econômica agrava desemprego**. São Paulo: 1982

DOIMO, Ana Maria. **Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

DOSSE, François. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História**. São Paulo: Ensaio, 1992.

DUSSEL, Henrique. **Ética Comunitária: Liberta o Pobre!** Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

_____. De Sucre a Santo Domingo (1972-1992). **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, vol.52, n.207, set. 1992, p.553-573.

EVANGELISTA, João. **Crise do marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: A essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FARIAS, Damião Duque. **Crise e Renovação Católica na Cidade de São Paulo: Impasses do Progressismo e Permanências do Conservadorismo (1945/1975)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2002. Programa de História Social.

FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política**. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FUSFELD, Daniel. **A Era do Economista**. São Paulo: Saraiva, 2001.

GALLAGHER, John. Categorias Teológicas nas Encíclicas Sociais. **Concilium** n. 237, Petrópolis, RJ: Vozes, 1991/15.

GESTEL, C. Van. **A Igreja e a Questão Social**. São Paulo: Agir, 1956.

GIANOTTI, José A. **Trabalho e Reflexão**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Igreja Católica Romana: Fronteiras do Discurso e Territorialidade do Sagrado**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

GINSZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIORDANI, Igino. Sobre a Condição dos Operários. In LEÃO XIII, Papa. **Rerum Novarum**. 11 ed. São Paulo: Paulinas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GONÇALVES, Yuri. **Teologia da Libertação**. Disponível em: <<http://www.portalteologia.hpg.com.br>> Acesso em: 28 mai. 2003.

GREGORY, Afonso Felipe. A Opção Preferencial pelos Pobres. Tema Antigo e Sempre Atual. **Convergência**, Rio de Janeiro, n. 72, p.241-256, mar. 1984.

GUERRA, Flávio. **Ensino Social da Igreja e o Trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação, Perspectivas**. 2. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

_____. **A Laborem Exercens e o Evangelho do Trabalho Humano**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HINKELAMMERT, Franz J. A Teologia da Libertação no Contexto Econômico-Social da América Latina: Economia e teologia ou a irracionalidade do racionalizado (I). **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, vol.56, n. 221, mar. 1996, p.45-61.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 1994.

_____. Globalização e nova ordem no mundo contemporâneo. In REIS FILHO, Daniel (Org.). **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.205.

IPARDES. **Aspectos da Economia e Sociedade Paranaense**. Curitiba, 1981.

_____. **Paraná: Economia e Sociedade**. Curitiba, 1982.

IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana: Cidade Industrial de Curitiba – 18 anos**. Curitiba, 1991.

ISER. **As comunidades de base em questão**. São Paulo, Paulinas, 1997.

JURKEVICS, Vera Irene. **CEBs e TdL: Dois Lados de uma Mesma Moeda**. Estudos de História. Franca, S.P.: v.9, n.1, 2002, p.227-45.

LANGER, André. Para uma Metodologia da Práxis. **Revista Acadêmica**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Ano IV – n.7- mar/1993 e n.8 - set/1993.

LE GOFF, Jacques. **Uma Vida para a História: Conversações com Marc Heurgon**. São Paulo: UNESP, 1998.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba: IPARDES, CONCITEC, 1989.

LEITE, Márcia de Paula. Novas formas de Gestão da Mão - de - Obra e Sistemas Participantes: uma Tendência à Democratização das Relações de Trabalho? In: **Revista Educação & Sociedade**, n. 45, Ano XIV, agosto, 1993.

LESBAUPIN, Ivo (org). **Igreja – Movimentos Populares - Política no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983.

LIBANIO, João Batista. A próxima Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano: Temores e Esperanças. **Convergência**, Rio de Janeiro, n. 108, p.606-619, dez. 1977.

_____. **A volta à grande disciplina**. São Paulo: Loyola, 1983.

_____. **O que é Pastoral**. n. 69. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Os Grandes Eixos de Vinte Anos de Puebla. **Convergência**, Rio de Janeiro n. 324, p.334-346, jul./ago. 1999.

LINDENBERG, Adolpho. **O Mercado Livre numa Sociedade Cristã**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1999.

LINHARES, Maria Yeda. **Descolonização e lutas de libertação nacional**. In REIS FILHO, Daniel (Org.). O século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 35.

LISBOA, Armando de Melo. Da prática pastoral à militância política. **Revista Eclesiástica Brasileira**. São Paulo, vol 49, n. 193, mar., 1989, p.28 a 41.

LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **A Guerra dos Deuses: Religião e Política na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LOURENÇO. Gilmar Mendes. **A Economia Paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação**. Curitiba: Ed. do Autor, 2000.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANCIE, Euclides André. **Movimentos Sociais Urbanos e Movimentos Populares**. Curitiba, 1993 (mimeo).

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Sindical entre o Conformismo e a Crítica**. São Paulo: Loyola, 1986.

MARCHI, Euclides. **A Utopia das Desigualdades Harmônicas**. Humanas. Editora da UFPR, Curitiba, 1994, n.3, p.151-165 .

MARQUES, Rosa.; REGO, José Márcio (org.) **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2001.

MARTELLI, Stefano. **A Religião na Sociedade Pós-Moderna: entre secularização e dessecularização**. São Paulo: Paulinas, 1995.

MARTINI, Marco. **A Cultura da Solidariedade**. Companhia Ilimitada, 1990, vol 2.

MARTINS, Heloísa Teixeira de Souza. **Igreja e Movimento Operário no ABC: 1954-1975**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl. Livro I – Capítulo VI (inédito). São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. **O Capital**. São Paulo: Abril 1983 t. 1 v. 1.

MEHROTRA, S, y R. Jolly. **Development with human face**. Experiences in social achievement and economic growth. Oxford: Clarendon Press Oxford, 1997.

MEINERS, Wilhelm Milward. **Implantação da Indústria Automobilística e Novos Contornos da Região de Curitiba**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Curitiba, 1999. Universidade Federal do Paraná.

MÉSZÁROS, István. **Marx: A Teoria da Alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MURARO, Valmir Francisco. **Juventude Operária Católica**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e Cidadania: As Trabalhadoras de Contagem**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ORLANDI, Eni. **A Linguagem e seu Funcionamento**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OTTO, Rudolf. **O sagrado**. Lisboa: Edições 70, 1992.

PAMPLONA, Marco Antonio. In REIS FILHO, Daniel (Org.). **O século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.185.**

PARANÁ, Denise. **Lula, o Filho do Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

PELOSO, Ranulfo. **A Força Secreta: Teoria e Debate**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, jan/fev/1995, n.27.

PETRAS, James. **Os fundamentos do neoliberalismo**. São Paulo: Xamã, 1997.

POCHMANN, Márcio. Os desafios do sindicalismo brasileiro neste final de século. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, PR n. 10/11, GEES - Deptº. de Ciências Sociais - UFPR. 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro de informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

REGIDOR, José Ramos. **A Teologia da Libertação: Balanço e Perspectivas**. São Paulo: Ática, 1996.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril 1982.

RICHARD, Pablo. **Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja**. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

RIDENTI, Marcelo. **Classes Sociais e Representação**. São Paulo: Cortez, 1994.

RIVAS Gutierrez, Exequiel. **De Leão XIII a João Paulo II: Cem anos de Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1995.

ROCHA, Guilherme Salgado. **Santo Dias**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1996.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 9 ed. São Paulo: Best Seller, 2002.

SCHLESINGER, Hugo e PORTO, Humberto. **Dicionário Enciclopédico das Religiões**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SINGER, Paul. **Trabalho Humano em Debate**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril, 1983, v. I.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **Classes Populares e Igreja nos Caminhos da História**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

STEIN, Edson Francisco. **A Ação Educativa dos Sindicatos de Trabalhadores, diante das novas demandas de Qualificação e Requalificação, decorrentes da Reestruturação Produtiva**. Curitiba, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação e Trabalho). Universidade Federal do Paraná.

STEIN, Maria de Lourdes Tomio. **Gênero Feminino no Contexto do Trabalho Fabril: Setor Eletroeletrônico em Curitiba e R.M. na década de 90**. Curitiba, 2000. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

SUESS, Paulo. Medellín e os Sinais dos Tempos. **Revista Eclesiástica Brasileira**. São Paulo, v.232 n.58, dez. 1998, p.851-870.

TAO, GRUPO. **Cadernos de Religião e Cidadania**. A Mística do Animador Popular. São Paulo: Ática, 1996.

TEIXEIRA, S.L.C. **As CEBs no Brasil**: traços explicativos de sua gênese. São Paulo: Paulinas, CEHILA, 1991.

TELLES, Vera da Silva. **Lutas Urbanas e o Novo Caráter do Conflito de Classes**. Salvador: 33ª. SBPC, 1981.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A Formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. v. 1 Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

UCHÔA, Virgílio Leite. **A Caminhada da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**: Reflexões Históricas. CNBB: Brasília: 2001. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br> > Acesso em 01 abr. 2003.

VAINFAS, Ronaldo, CARDOSO, Ciro Flamarion (orgs). História das Mentalidades e História Cultural in **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997 p.127-164.

VASCONCELLOS, M. A.; GREMAUD, A.; TONETO R. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1999.

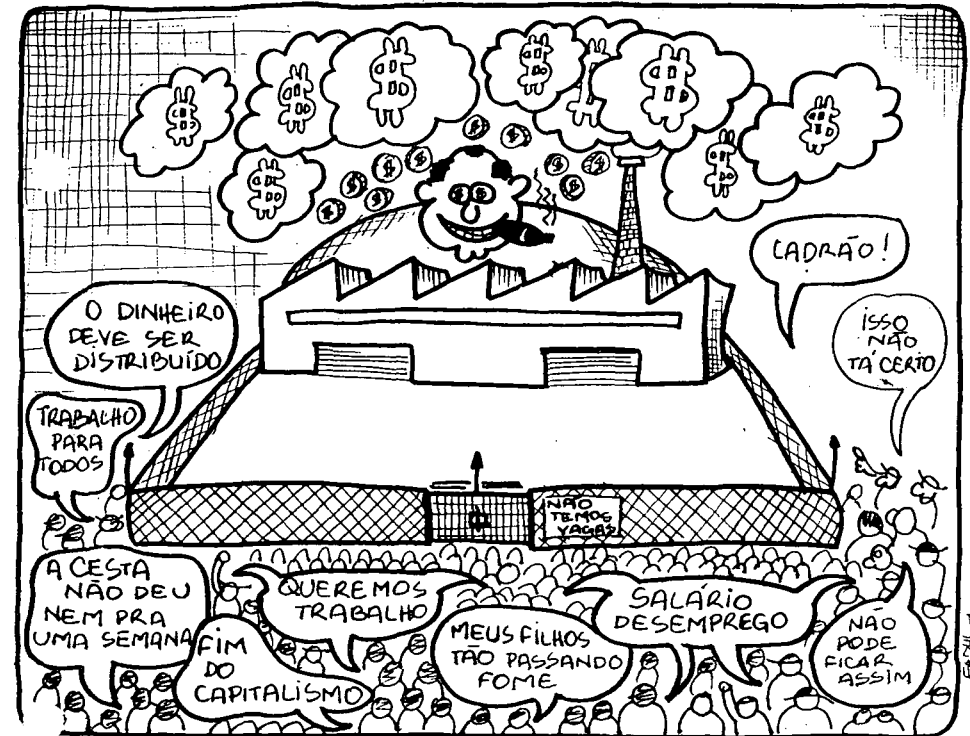
VELATI, Mauro. A Teologia da Libertação na nova conjuntura: tema e desafios novos para a década de 90. **Revista Eclesiástica Brasileira**. São Paulo, v.51 n.203, set. 1991, p.651-671.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 15.ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

ANEXO – 1 A VOZ DO TRABALHADOR

A VOZ DO TRABALHADOR

INFORMATIVO DA PASTORAL
OPERÁRIA - ARQ. CURITIBA
Av. Jaime Reis, 369
Fone: 223-5095 -
Nº 12 - MAIO / 83



VEJA:

CONCLAT - ENCLAT - CUT

VOCE JÁ OUVIU FALAR DESTAS 3 SIGLAS? - PG. 2

NEW-HOLLAND:

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO - PG. 2

LEIS TRABALHISTAS: ACORDO COLETIVO OU CONVENÇÃO COLETIVA - PG. 3



CONCLAT - ENCLAT — CUT — VOCÊ JÁ OUVIU FALAR DESTAS 3 SIGLAS?

CONCLAT: quer dizer CONgresso da CLasse Trabalhadora.

É um encontro nacional, reunindo representantes dos trabalhadores do Brasil inteiro, que se encontram para discutir seus problemas e quais as medidas que a Classe deve tomar para conseguir mudar a situação!

ENCLAT: quer dizer: ENcontro da CLasse Trabalhadora; tem os mesmos objetivos do CONCLAT, só que é realizado em nível de Estado, e em preparação para o CONCLAT NACIONAL.

CUT: quer dizer: Central Única de Trabalhadores.

Faz muito tempo que os trabalhadores sentem a necessidade de um órgão que unifique os trabalhadores.

Nos dias 26, 27, 28 e 29 de agosto desse ano de 83 está marcado o 2.º CONCLAT. Em preparação a esse congresso deverá acontecer o ENCLAT até julho desse ano.

Está na hora de discutirmos com os companheiros de serviço, vendo se eles acham interessante, como deveria funcionar essa Central. **Somente participando e discutindo vamos construir uma Central verdadeira.**

— Se você deseja aprofundar melhor essa questão, procure o seu sindicato ou a Pastoral Operária.

NEW - HOLLAND: REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Devidamente pressionados pela empresa (que ameaçava demitir mais um grande número de operários) os trabalhadores da New-Holland "aceitaram" a redução de horas de trabalho — daqui para frente só trabalharão 4 dias por semana.

Até aí tudo bem. Há muito tempo os trabalhadores reivindicam a redução da jornada de trabalho. O problema do caso dos companheiros da New-Holland é que terão também seu **salário reduzido**.

Todos sabemos que pelo que já lucrou por aqui, com o suor de seus trabalhadores, essa multinacional poderia concordar — sem problema algum — em reduzir as horas de trabalho sem reduzir o salário dos trabalhadores.

A Belgo-mineira tentou, também, dar esse nó nos seus operários; mas como lá em Monlevade o pessoal é muito organizado ela teve que recuar!

E aqui? Até quando vamos continuar assim?

VOCÊ SABE QUE NO PRÓXIMO DIA 17 DE JUNHO TEM ELEIÇÕES?

Sim; pela primeira vez vamos ajudar na **escolha dos Diretores das Escolas** dos nossos filhos.

O diretor deverá ser escolhido pelo voto secreto dos alunos do curso colegial, funcionários da escola, professores e pai ou mãe de alunos.

Os nomes dos três professores mais votados deverão ser encaminhados à Secretaria de Educação para ela decidir quem deverá ser o diretor nos próximos dois anos.

Não espere que a escola te chame. Vá até lá, junto com outros pais.

Participe. A educação dos seus filhos deve ser assunto de seu interesse.

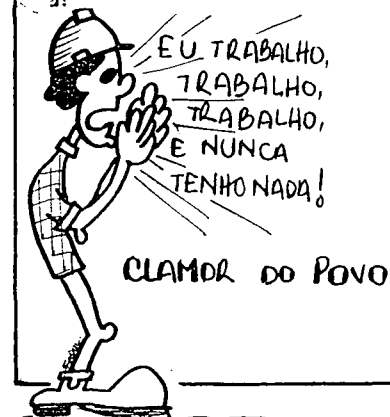
REFLEXÃO BÍBLICA: E DEUS DESCEU!

O povo no Egito estava sofrendo muito. Viviam como escravos. Os patrões se chamavam Faraós. O que os trabalhadores produziam ia tudo para eles: 100% para os reis e nada para o povo: nem dinheiro, nem trabalho, nem terra e nem liberdade. Deus não queria e não quer isso.

A situação estava muito difícil, mas o povo começa a gritar (de fome). Surge Moisés com a missão de organizar o povo que gritava. Gritava para conseguir a libertação. Deus vai ouvir e descer junto ao povo, junto aos trabalhadores na dura luta para vencer. Deus vê e sente o sofrimento do povo.

Deus desceu quando o povo gritou bem alto: "Vi a aflição do meu povo e ouvi o clamor que lhe arrancam os patrões e DESCI para libertá-los dos opressores e levá-lo para a terra prometida" (Ex. 3,7-8). Então, **DEUS DESCEU**. No meio dos oprimidos.

E hoje o que está acontecendo? O que temos que fazer? Uma coisa fica clara: se os operários e o povo não gritarem, Deus não ficará no meio do povo. Temos, portanto, de gritar de forma organizada. Deus dará forças. Vamos começar a gritar nas igrejas, no sindicato, nos bairros, na comunidade. Gritar o quê? ... emprego, salário-desemprego, sindicatos livres, ... **Aí Deus desce!**



LEIS TRABALHISTAS

ACORDO COLETIVO OU CONVENÇÃO COLETIVA

Acordo coletivo é a negociação de salário feita entre os trabalhadores e patrões. Quem julga é a Delegacia do Trabalho ou o Tribunal Regional do Trabalho. Como é feito?

O sindicato — que é a representação dos trabalhadores — deve convocar a categoria para uma assembléia na qual participam **os associados**. Nesta assembléia se tiram propostas que devem vir livremente dos trabalhadores. Exemplo: Reajuste de 10% acima do INPC, semana de 40 horas, pagamento de salário-desemprego, etc.

Em seguida se tiram alguns representantes de trabalhadores que irão negociar com os patrões.

Geralmente se convocam 2 assembléias e se houver a participação de poucos trabalhadores, os patrões **NÃO CEDEM NADA**. Mas, se as assembléias tiverem bastante gente e OS TRABALHADORES MOSTRAREM FORÇA, os patrões ficam com medo da greve e recuam nas propostas.

Dá a importância de se associar no sindicato e **Participar** das assembléias.

AS CONQUISTAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

A construção civil, durante o mês de maio, esteve em campanha salarial; as principais reivindicações conseguidas são:

1. **Salário:** um aumento real de 57,48% por cento, sendo que o piso salarial para servente é Cr\$. ... 58.584,00.
2. Ordem de retorno ao serviço.
3. Garantia de salário, se o empregado estiver na obra, mesmo que não trabalhe por causa da chuva ou falta de material, etc.
3. Os refeitórios e sanitários serão obrigatórios.
4. Alojamento para os empregados.